

INTELECTUAIS, POLÍTICA E CONFLITOS SOCIAIS

David Maciel, Pedro Leão da Costa Neto e
Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (Orgs)



GÁRGULA

INTELECTUAIS, POLÍTICA E CONFLITOS SOCIAIS

David Maciel

Pedro Leão da Costa Neto

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (Orgs.)

A marca **Edições Gárgula** está organizada como Selo Editorial do *Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea* da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (NEPHC/FH/UFG) e do *Grupo de Pesquisa Capitalismo e História: Instituições, Cultura e Classes Sociais* (UFG/CNPq). Seu propósito editorial é o de publicar a produção intelectual dos professores e pesquisadores que compõem o NEPHC e o GP Capitalismo e História, além de outros autores convidados pelos editores. Trata-se de um Selo Editorial de autores associados e sem fins lucrativos.

EDITORES

Prof. Dr. David Maciel (FH/UFG)

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (FH/UFG)

CONSELHO EDITORIAL

Atanásio Mykonios (UFVJM)

Carla Luciana (UNIOESTE)

Cláudio Maia (UFG/Catalão)

Dilma de Paula Andrade (UFU)

Eurelino Coelho (UEFS)

Fábio Maza (UFS)

Gilberto Calil (UNIOESTE)

Gilson Dantas (NEPHC)

Lucia Bruno (USP)

Marcos Del Roio (UNESP/Marília)

Maria Letícia Corrêa (UERJ)

Maurício Sardá de Faria (UFPB)

Paulo Vergílio Marques Dias (GPEL/USP)

Ricardo Müller (UFSC)

Walmir Barbosa (IFG/Goiânia)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Maciel, David; Costa Neto, Pedro Leão da; Gonçalves, Rodrigo Jurucê Mattos (Orgs.)
Intelectuais, política e conflitos sociais / David Maciel, Pedro Leão da Costa Neto e Rodrigo
Jurucê Mattos Gonçalves (Orgs.). Goiânia: Edições Gárgula; Editora Kelps, 2020.
204 p.

ISBN: 978-65-5859-039-2

1. História. 2. Ciência Política. I. Maciel, David. II. Costa Neto, Pedro Leão da. III. Gonçalves,
Rodrigo Jurucê Mattos. IV. Título.

CDD 909.82

Capa

Aline Cristine Rudnik Azevedo

Imagem da capa

durantelallera/Shutterstock.com

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Carol Piva

INTELECTUAIS, POLÍTICA E CONFLITOS SOCIAIS

David Maciel

Pedro Leão da Costa Neto

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (Orgs.)



SUMÁRIO

Apresentação.....	6
--------------------------	----------

David Maciel, Pedro Leão da Costa Neto e Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

Revisitando Heleieth Saffioti: a importância de sua contribuição	10
---	-----------

Daniele Cordeiro Motta

A classe média como objeto: a contribuição de Marialice Mencarini Foracchi.....	28
--	-----------

Tatiana Gomes Martins

Os escritos marxistas de Wanderley Guilherme dos Santos (1962-1963).....	44
---	-----------

João Alberto da Costa Pinto

Política e classes sociais no Brasil: reflexões sobre a obra de Décio Saes.....	64
--	-----------

Renato Nucci Jr. e Danilo Enrico Martuscelli

Jacob Gorender, intérprete do Brasil.....	106
--	------------

David Maciel

A trajetória política do intelectual Octávio Brandão: uma breve contribuição à história do movimento operário brasileiro (1917-1923).....	138
--	------------

Denilton Novais Azevedo

João Cruz Costa e o papel dos intelectuais na história das ideias no Brasil.....	160
---	------------

Daniel Lucio Petronzelli

O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia: um exemplo de aparelho ideológico da intelectualidade conservadora.....	181
---	------------

Pedro Leão da Costa Neto e Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

Apresentação

Com muita satisfação, os Organizadores apresentam esse livro-coletânea aos leitores, como parte das pesquisas que realizam no Grupo de Pesquisa “Capitalismo e História – Instituições, Cultura e Classes Sociais” (CNPq), coordenado por David Maciel e João Alberto da Costa Pinto, do qual fazem parte os autores Pedro Leão da Costa Neto, Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves, Daniel Lucio Petronzelli e Denilton Novais Azevedo. Os membros do Grupo de Pesquisa são vinculados às áreas da História e da Filosofia. Ademais disso, a obra traz textos de autores das Ciências Sociais, que não fazem parte do referido Grupo de Pesquisa, mas se unem aos primeiros pelo método marxista de análise.

Daniele Cordeiro Motta revisita a obra de Heleieth Saffioti (1934-2010) e sua importante contribuição para a compreensão da complexa realidade e para as lutas sociais. Na pesquisa de Livre Docência na área de Ciências Sociais, Saffioti fez uma pesquisa teórica e macrosociológica sobre a condição das mulheres na sociedade de classes, ampliando o diálogo acadêmico com as teorias feministas e promovendo uma fusão entre feminismo e marxismo, de forma a construir um novo paradigma metodológico que imbrica gênero, raça/etnia e classe.

Tatiana Gomes Martins resgata a interessante contribuição de Marialice Foracchi (1929-1972) para o estudo da classe média, a partir da investigação dos estudantes e suas relações com a família, o trabalho e a universidade. Foracchi identifica a classe média em geral e os estudantes em especial com formas não manuais de trabalho “improdutivo e parcial”, o qual define os estratos médios como alheios “ao processo de produção” (p. 35). Foracchi identifica o radicalismo de classe média e a potencialidade transformadora dos estudantes

João Alberto da Costa Pinto recupera a produção marxista de Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019), anteriores à mudança de filiação teórica após realizar o doutoramento na Universidade de Stanford, Estados Unidos. Entre os anos de 1962 e 1963, quando publicou as obras analisadas por Pinto, Santos era um intelectual militante, vinculado ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o que mais tarde seria um aspecto esquecido da trajetória desse renomado intelectual.

Renato Nucci Júnior e Danilo Enrico Martuscelli tratam da trajetória de Décio Saes, indo – pode-se dizer – das pesquisas de juventude à plena maturidade intelectual do cientista político, quando, em sua pesquisa de Livre Docência, publicada no livro *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, faz uma interpretação original da revolução burguesa no Brasil, a identificando na transição da monarquia para a República, sendo uma alternativa interpretativa à consolidada versão da “Revolução de 1930” como “a” revolução burguesa brasileira.

David Maciel resgata a trajetória política e intelectual de Jacob Gorender (1923-2013), um dos principais intérpretes do Brasil. Gorender teve uma importante militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir da década de 1940. O envolvimento dos comunistas nos governos populistas de Juscelino Kubistchek e João Goulart e a derrota ocasionada pelo golpe de 1964, levaram Gorender a desenvolver uma postura crítica à linha política pecebista. Sua crítica evoluiu para questões teóricas, que o levam à publicação de duas obras fundamentais, *O escravismo colonial* (1978) e *Combate nas trevas* (1987),

quando o autor se consolida como um dos principais historiadores brasileiros.

Denilton Novais Azevedo trata da trajetória política do alagoano Octávio Brandão (1896-1980), que foi o pioneiro de algumas análises sobre problemas nacionais, como o latifúndio e a opressão praticada pelos grandes fazendeiros. A ida para o Rio de Janeiro, em 1919, marca o encontro de Brandão com o movimento operário, quando se aproxima de intelectuais anarquistas, como Astrojildo Pereira, que evoluiu ideologicamente para o comunismo e fundou o PCB, em 1922. Brandão, que havia sido anarquista, adere ao marxismo, entra para o PCB e se torna um de seus principais intelectuais nos anos 1920, marcando os primórdios do marxismo brasileiro.

Daniel Lucio Petronzelli aborda o filósofo João Cruz Costa (1904-1978), que se dedicou à história das ideias no Brasil e à reflexão em torno da relação entre a filosofia e a história, partindo do pressuposto de que a cultura filosófica depende, embora não exclusivamente, das forças produtivas e do complexo condicionamento histórico. O filósofo paulista analisa a longa trajetória brasileira no campo das ideias filosóficas desde a colônia até século XX. Cruz Costa reconhece a importação deformadora das ideias filosóficas europeias, que estiveram na base de uma filosofia nacional apenas esboçada, nem por isso menos valiosa para o Brasil.

Por fim, Pedro Leão da Costa Neto e Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves abordam o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) que congregava intelectuais da direita – ao contrário das demais personalidades abordadas até aqui nessa coletânea. O IBF foi fundado pelo ex-integralista Miguel Reale (1910-2006), em 1949, na cidade de São Paulo, sendo responsável pela publicação da Revista Brasileira de Filosofia. Os ibeefeanos buscaram a fundamentação do chamado “pensamento brasileiro”, no qual se reconhece “um germanismo difuso”, com referência a grande número de autores, entre os quais os neokantianos, Max Scheller, Edmund Husserl, Nicolai Hartmann e Karl Mannheim. Desta forma, buscava-se a sedimentação de uma tradição não só alternativa, mas de combate ao marxismo na cultura intelectual brasileira.

Como dissemos no primeiro parágrafo desta Apresentação, os autores dessa coletânea estão unidos pelo marxismo. Não é demais repetir o que disseram Karl Marx e Friedrich Engels, os fundadores do materialismo histórico, na 11ª Tese sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. Assim, a adesão ao marxismo não é apenas a opção por uma linha interpretativa – uma tradição teórica – entre outras possíveis à disposição do intelectual. A referência ao marxismo é a escolha por uma concepção que visa a transformação da realidade e a revolução de todas as relações sociais existentes, no sentido de um mundo futuro fraterno, sem as mazelas do capitalismo. Boa leitura.

Os Organizadores.

Revisitando Heleieth Saffioti: a importância de sua contribuição

Daniele Cordeiro Motta¹

Introdução: conhecendo a autora

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti nasceu numa família humilde em Ibirá, no interior de São Paulo. Foi desde muito nova foi morar longe dos seus pais para que pudesse estudar, uma vez que moravam numa zona rural onde, à época, o acesso a escolarização era inexistente. Heleieth foi alfabetizada em casa pelas tias professoras antes de ingressar na escola, e morou com diversos familiares até se casar. Já na cidade de São Paulo, concluiu seus estudos na tradicional Escola Caetano de Campos e ingressou no curso de Ciências Sociais no ano de 1956 na Universidade de São Paulo (USP). Nesse mesmo ano casou com o químico Waldemar Saffioti (de quem herdou o sobrenome) e foi morar com ele nos Estados Unidos. No regresso ao Brasil, um ano depois, concluiu o curso e se formou no ano de 1960. Dois anos depois Heleieth muda para a cidade de Araraquara, no interior do Estado de São Paulo, para acompanhar Waldemar na formação do curso de Quí-

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. E-mail: daniele_motta@hotmail.com.

mica. Na mesma cidade também se consolidava a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, local de trabalho de Heleieth por anos.² Segundo conta Heleieth, em entrevista a Natalia Mendez (2008), começou a dar aulas na faculdade em 1962 nos cursos de pedagogia e letras e, somente em 1963, com o início do curso de Ciências Sociais na Unesp e a convite de Luis Pereira,³ que começou a dar aula nas Ciências Sociais no campus da Unesp de Araraquara. Heleieth tem sua trajetória marcada pela intensa atividade docente. Já no início de sua carreira, acumulou uma carga de aulas intensa que associou à necessidade de seguir adiante com as atividades acadêmicas, através da pesquisa.

Orientada por Florestan Fernandes, Heleieth foi direto da graduação para a Livre Docência, apresentando a tese que se tornaria um marco dos estudos sobre a condição das mulheres no campo das Ciências Sociais no Brasil. Sua pesquisa sofreu duas alterações pelo caminho, primeiro porque a intenção inicial era que fosse uma investigação de Doutorado, mas com o golpe militar de 1964, Florestan Fernandes determinou que o trabalho fosse direto para a Livre Docência. A segunda mudança relaciona-se com a temática que, a princípio, seria sobre professoras primárias e operárias têxteis em Araraquara.⁴ O trabalho transformou-se em uma pesquisa teórica, macrosociológica sobre a condição das mulheres na sociedade de classes. Sua tese: “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, foi defendida em 1967 e publicada em livro em 1969, marcando o início de sua vida na pesquisa.

Sua formação na USP fez com que tivesse contato com nomes bastante conhecidos do pensamento brasileiro: Antonio Candido, Flo-

² Tanto a Faculdade de Química quanto a de Filosofia Ciências e Letras se tornaram campus da Universidade Estadual Paulista – Julio de Mesquita Filho (Unesp) em 1976.

³ Luiz Pereira foi um sociólogo contemporâneo de Heleieth Saffioti, um dos responsáveis pela criação do curso de Ciências Sociais na Unesp, integrou o CESIT na USP, é autor de várias contribuições na área de Sociologia, entre as quais destaca-se o livro “Trabalho e desenvolvimento no Brasil” (1965).

⁴ Heleieth Saffioti conta, nas entrevistas que para GONÇALVES E BRANCO, 2011 e MENDEZ, 2008, que já havia coletado todo o material da pesquisa. Esse estudo é apresentado na Unesp em 1969 sob o título: “Profissionalização feminina: professoras e operárias” que não teve tanta circulação. O material está disponível na Biblioteca da autora vinculada a Unesp campus de Araraquara.

restan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Pereira, entre outros. Estava inserida numa escola sociológica que acumulou tradição de pensar o Brasil e isso se refletiu ao longo de toda a sua obra, com um forte olhar para a questão das mulheres no capitalismo brasileiro.

Ainda que Heleieth Saffioti tenha estudado na USP, sido orientada por Florestan Fernandes, não fez parte dos estudos coletivos⁵ que haviam em torno de sua cadeira. Isso não significa, no entanto, que a autora não foi influenciada pelos debates de seu tempo. Suas preocupações refletiram os dilemas do contexto intelectual e político da época, momento de intenso debate sobre os rumos da industrialização no Brasil.⁶ As décadas de 1950 e 60 foram de grande efervescência política e intelectual, em que “a sociologia na USP teve forte peso na direção de ancorar debates, sugerir temas e acionar problemas” (BAS-TOS, 2002: 219). Os esforços intelectuais se davam na intenção de problematizar os processos histórico-sociais peculiares ao desenvolvimento do Brasil. Influenciada por este contexto intelectual e político, sua tese de livre docência, trouxe também uma leitura sobre o Brasil, a partir de um olhar sobre as mulheres, importante para ressaltar a multiplicidade dos sujeitos sociais existentes na sociedade.

⁵ Florestan Fernandes participou de dois projetos de estudo coletivo na Universidade de São Paulo: o estudo patrocinado pela UNESCO sobre o preconceito racial no Brasil na década de 1950, que anos mais tarde vai ter como consequência sua publicação seminal “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” 1964; e no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT). A inserção de Florestan na USP consolidou um importante grupo de pesquisadores sobre a questão do desenvolvimento no Brasil. O grupo que se formou em torno de Florestan Fernandes na USP criou o CESIT como um anexo da cadeira de sociologia. O Centro de estudos formou uma equipe de pesquisadores em torno da Cadeira de Sociologia I que se debruçaram com questões relacionadas ao desenvolvimento brasileiro. O grupo de intelectuais reunidos em torno do CESIT formou importantes concepções sobre as particularidades da industrialização brasileira. Vários textos surgiram a partir das pesquisas do centro, entre eles: Octavio Ianni: Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil (1965); Industrialização e desenvolvimento social no Brasil (1963); Fernando Henrique Cardoso: Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil (1964); Luiz Pereira: Trabalho e Desenvolvimento no Brasil (1965); Paul Singer: Desenvolvimento econômico e evolução urbana (1968).

⁶ O intenso desenvolvimento industrial da década de 1950 criou um clima de euforia e esperança no futuro do Brasil como nação. Isto teve um peso importante para as questões das pesquisas desenvolvidas, que buscavam compreender as particularidades da formação econômica e social, para que, através de uma política de desenvolvimento planejada, a industrialização e o crescente aumento da riqueza social fossem revertidos em benefícios para a população como um todo.

Nesse contexto, ainda que Heleieth Saffioti estivesse “isolada” em Araraquara e buscando se aperfeiçoar para conseguir ministrar as inúmeras aulas de que era responsável, também se alinhou ao ideal de desvendar aspectos da diversidade social que formava a nação brasileira. Dessa forma a autora avançou na complexa análise que busca compreender a relação entre diversidade social e as desigualdades sociais inauguradas pela sociedade de classes e o capitalismo no Brasil, a partir do estudo da condição feminina.

Ainda que tivesse sua estadia na universidade constantemente ameaçada pelo seu posicionamento teórico-político, não chegou a ser aposentada durante a ditadura⁷, lecionando durante os anos de chumbo e mantendo sua postura política mesmo diante da repressão ditatorial.

Seu esforço teórico de apreensão da condição da mulher na sociedade capitalista manteve-se ao longo de toda a sua vida. Com forte vinculação ao marxismo, é sobretudo nos primeiros escritos, quando vai discutir a situação da mulher no mercado de trabalho, que a autora mais elabora sobre as categorias marxistas (ainda que nunca abra mão completamente delas).

Seus textos analisam a exploração da mulher no mercado de trabalho no Brasil, sua desvalorização e falta de reconhecimento, a partir de estudos empíricos e análise de dados. Destacam-se os estudos sobre as trabalhadoras têxteis e as empregadas domésticas: “Emprego doméstico e capitalismo”, 1978; “Do Artesanal ao Industrial: a exploração da mulher”, 1981; “Mulher Brasileira: opressão e exploração”, 1986. Essas obras dão continuidade a tese sobre o alijamento da mulher no mercado de trabalho da “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (1969).

Ao longo do seu processo de pesquisa sobre a condição feminina, ampliou o diálogo acadêmico com as teorias feministas (pós-estruturalistas e materialistas) para elucidar seus estudos sobre a violência

⁷ Segundo conta Heleieth Saffioti em entrevista a Renata Gonçalves e Carolina Branco (2008), tanto ela quanto seu marido Waldemar não foram aposentados e perseguidos pela ditadura instaurada no Brasil em 1968 porque caso fossem os dois cursos em que ministravam (Química e Ciências Sociais) seriam fechados e o diretor da Universidade da época não queria manchar seu currículo com o fechamento dos cursos.

patriarcal sofrida pelas mulheres. Heleieth faz uma fusão entre marxismo e feminismo pois entende que “no campo das violências contra as mulheres, o marxismo colaboraria, mas não seria suficiente para dar conta da ‘complexidade do complexo’” (CASTRO, 2011, p. 75). Dialogou com diversas correntes das Ciências Sociais, pois entendia que para desvendar a violência contra as mulheres era preciso olhar para as diversas áreas do social: simbólica, política, cultural; além da esfera econômica. Isso fez com que Heleieth estabelecesse alguns desafetos no campo do marxismo, uma vez que, ao defender a questão da mulher como um fator estruturante na sociedade, a coloca lado a lado da questão de classe nas suas explicações, articulando-as. Põe em questão, pois a primazia da classe sob as demais relações.

Sua análise sobre as mulheres, a partir das noções de totalidade e singularidade, avançou no debate epistemológico, colocando gênero (ao lado de classe e raça) como um dos estruturadores da sociedade. Segundo Renata Gonçalves (2011), sua obra pode ser dividida em duas grandes fases,

[...] uma primeira, que vai de meados dos anos 1960 ao final dos anos 1980 e foi marcada pela análise do trabalho feminino na sociedade capitalista; e uma segunda fase, dedicada aos estudos sobre violência doméstica, momento que se estende do início dos anos 1990 até o final do ano 2010, quando a autora se foi. [...] o que é transversal em seus múltiplos estudos é a análise da imbricação entre as determinações de classe, de gênero e de raça/etnia. (GONÇALVES, 2011, p. 120)

Mesmo depois que se aposentou continuou lecionando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e manteve-se ativa até o final da sua vida, escrevendo e publicando artigos. É hoje uma referência da área de estudos de gênero no Brasil e foi responsável pela criação, no ano de 1989, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), do Grupo de Trabalho “Mulheres e Trabalho”, abrindo novas possibilidades de diálogo para as(os) pesquisadoras(es) com interesse na área.

Heleieth foi incansável defensora dos direitos das mulheres, e dedicou sua vida a desvendar as relações de exploração/dominação, onde o capitalismo consegue enovelar as hierarquias preexistentes nas sociedades para aumentar seus lucros. A autora tem uma importante

inserção no movimento de mulheres e seu pensamento consolidou-se de maneira articulada à pesquisa empírica e à prática feminista. Mary Castro (2011) coloca que, “a violência do empírico, do material concreto, vivido e representado nas relações sociais, parte de sistema de gênero informado no patriarcado era um estímulo para sua militância tanto teórica como no imediato, colaborando com movimentos sociais feministas e insistindo no lugar de uma pedagogia feminista, uma educação de esclarecimento” (p. 95).

Suas formulações, com grandes repercussões desde a década de 1970 (momento de grande efervescência no movimento de mulheres), fizeram com que a autora se aproximasse do movimento feminista, atuando ativamente para a difusão das ideias de combate às desigualdades de gênero e a violência endêmica contra as mulheres. Destacam-se o curso de gênero e violência que deu para que profissionais da segurança, a atuação em torno do Conselho da Mulher e as aulas que ministrava para o curso das Promotoras Legais Populares (PLPs). No ano de 1995, como reconhecimento de seu trabalho e de sua luta, seu nome foi indicado ao Nobel da paz, ao lado de outras mulheres brasileiras, por integrar o projeto Mil Mulheres.⁸

Heleieth faleceu em 13 de dezembro de 2010 na cidade de São Paulo, em decorrência de uma parada cardiorrespiratória. No entanto seu legado continua na grandeza de suas obras e nas pistas que deixou indicada para que outras pesquisadoras seguissem. Todo o seu acervo pessoal, junto com a sua biblioteca,⁹ encontram-se hoje na Chácara Sapucaia, local de residência de Heleieth e Waldemar na cidade de Araraquara que foi doado pela autora para a UNESP, após o

⁸ O projeto *Mil mulheres* surgiu para contemplar mulheres com o Prêmio Nobel da Paz, pois elas estavam sub-representadas. “Pensando em equilibrar esta balança, sensivelmente favorável aos homens, as mulheres suíças iniciaram um movimento e criaram a Associação Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz, com o objetivo de chamar a atenção pública para o importante, embora muitas vezes pouco reconhecido, papel da mulher na construção de um mundo mais solidário e pacífico. Entre as Mil Mulheres selecionadas estão representantes de 153 países [...]. Entre as indicadas por São Paulo [...] a pesquisadora e professora Heleieth Saffioti, socióloga e escritora de diversos livros sobre o drama do patriarcado e da violência”. In: “Mil mulheres para o Nobel da Paz”. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=271812>>.

⁹ Sua Biblioteca contém um acervo temático especializado nos estudos de gênero compreendendo mais de sete mil livros.

falecimento de seu marido, e hoje é um centro cultural e histórico da cidade, aberta ao público.¹⁰

A importância de Heleieth Saffioti é imensa para a Sociologia Brasileira e para a luta feminista. Sua obra é vasta e reflete uma infinidade de temas difíceis de serem tratados em poucas páginas. Para esse texto será enfatizado o pioneirismo da autora a partir da obra “A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade”, a relação da autora com as teorias feministas a partir da absorção que faz do conceito de gênero, sua insistência na manutenção do patriarcado como categoria analítica (explicativa das relações de gênero) e, para finalizar, a sua contribuição para a construção de um novo paradigma metodológico: a imbricação de gênero, raça/etnia e classe a partir da teoria o nó.

A mulher na sociedade de classes: o pioneirismo de Heleieth Saffioti

É impossível falar de Heleieth Saffioti sem comentar o pioneirismo de sua primeira obra: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1969). Nesta, ela apresenta, a partir de uma leitura marxista, uma formulação sobre a condição das mulheres. Escrita em um momento difícil, Heleieth teve que lidar com, no mínimo, dois desafios: primeiro o de ser escrita no início do período ditatorial no Brasil sob forte vigilância e censura, e o segundo de ter que lidar com uma escassez de bibliografia sobre o tema. A bibliografia feminista¹¹ e marxista nesse período ainda não tinha entrada no Brasil, e os livros não tinham tradução para o português.

Essa obra, primeira a trazer no Brasil uma reflexão sobre capitalismo e gênero,¹² abriu o campo de estudos sobre mulheres nas Ciências Sociais, articulando as desigualdades entre homens e mulhe-

¹⁰ Para mais informações sobre a Chácara Sapucaia acesse: <<https://www.fclar.unesp.br/#!/centro-cultural>>.

¹¹ Os principais livros que a influenciam nessa obra são: “O Segundo Sexo” (1949), da Simone de Beauvoir, mas principalmente “A Mística Feminina” (1963) da Estadunidense Betty Friedman.

¹² Nesse livro, e em outros posteriores também, a autora usa o termo sexo e não gênero. Nesse período o conceito de gênero ainda não havia ganhado difusão na Universidade Brasileira.

res com as desigualdades entre as classes sociais no capitalismo. Nesse livro, a autora faz uma reflexão sobre a questão das mulheres tanto na Europa quanto no Brasil, para “fazer um estudo comparativo entre sociedades de capitalismo avançado e o Brasil, com capitalismo “subdesenvolvido”, para descobrir como as determinações de sexo se inseriam concretamente no funcionamento destas sociedades” (GONÇALVES, 2013, p. 12).

A obra reflete sobre a forma como a contradição da sociedade de classes se articula com outras hierarquias sociais, focalizando sobretudo a questão de gênero, destacando-a como um dos pilares de manutenção de privilégios, hierarquias e status social.

Ainda que fortemente ancorada numa leitura marxista, apresenta uma crítica a leitura sobre a mulher vinculada a propriedade privada, tal qual Engels apresenta em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Mesmo concordando com a relação entre dominação e propriedade privada, argumenta no livro que não é possível fazer as mesmas conexões e derivar tudo da propriedade privada em se tratando da opressão sofrida pelas mulheres. Segundo a autora,

Seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da inferiorização da mulher na sociedade. Por outro lado, parece ainda mais discutível que as relações entre o homem e a mulher sejam da mesma natureza que as relações entre as classes sociais. [...] Engels deixou-se iludir por um elemento comum às relações entre as classes sociais e às relações entre os sexos: a dominação. Este fenômeno, entretanto, apresenta muito maior amplitude que o fenômeno da propriedade. (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 120-121)

Na sua obra, a incorporação da dimensão de raça/etnia tem como referência a leitura da herança colonial e escravocrata e o seu legado racista. Já nesse livro, a autora traz análises para compreensão do papel das mulheres na sociedade brasileira.¹³ O olhar para as mulheres negras é um importante indicativo para as análises posteriores que a autora fará sobre a simbiose entre racismo-patriarcado e capitalismo.

¹³ O livro é dividido em três partes: Parte I: Mulher e Capitalismo, Parte II: Evolução da condição da mulher no Brasil e Parte III: A Mística feminina na era da ciência. É na parte II que a autora se debruça sobre a realidade brasileira.

Com efeito, cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas. Se, por um lado, a função da negra escrava, enquanto mero instrumento de prazer sexual de seu senhor, não indica que nesta relação as partes envolvidas tenham superado o ‘nível primário e puramente animal do contrato sexual’, por outro, o produto dessa relação assume, na pessoa do mulato, a forma de um foco dinâmico de tensões sociais e culturais. (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 236)

Cabe lembrar que Heleieth foi orientada por Florestan Fernandes, importante intelectual que desvendou o “mito da democracia racial no Brasil”, dessa forma, a autora compreendia o debate em torno das desigualdades raciais e reconhecia a necessidade de enfatizar as dimensões de raça e gênero. No entanto, nesse primeiro livro ela enfatizou a questão de classe como a mais importante, e colocou os “caracteres de sexo e raça” como categorias subalternas.¹⁴

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. As invariâncias ou determinações simples, exatamente pelo fato de serem repetitivas, não contêm, em si mesmas, a explicação nem da totalidade na qual se inscrevem, nem das determinações essenciais do sistema social em questão, nem, ainda, do modo de operação de si próprias. Enquanto **categorias subalternas**, operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase do desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade”. (SAFFIOTTI, 2013 [1969] p. 60 – grifos nossos)

A conclusão a que a autora chegou nesse livro é que no capitalismo há uma *integração periférica* das mulheres na produção de bens e serviços (alijamento de grandes contingentes femininos da estrutura de empregos), onde o capitalismo se apropriou (e continua se apropriando) das desigualdades inerentes aos caracteres sociais de sexo.

¹⁴ No decorrer de sua trajetória intelectual vai rever esse posicionamento e formular a teoria do nó, que não hierarquiza as dimensões de gênero, raça/etnia e classe. Adiante apresentaremos esse debate feito pela autora.

Ressalta essa ideia argumentando que, “a explicação da situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 507).

Nos livros que escreve depois, focados na análise da condição da mulher no mercado de trabalho,¹⁵ mantém esse posicionamento, destacando que o subemprego feminino é muito superior ao masculino e que o trabalho doméstico, que serve para produzir e reproduzir a força de trabalho dos membros da família, é extremamente desvalorizado. É olhando para as especificidades da condição feminina no mercado de trabalho que a autora extrapola os conceitos marxistas (ainda que vinculada a eles) para trazer a dimensão ideológica, simbólica e imaterial ao lado da perspectiva materialista. Segundo ela,

As mulheres são simultaneamente sujeitas ao capitalismo, à dominância e a seus corpos. Colocar a questão de forma alternativa é o mesmo que perguntar se são as ideias ou as condições materiais que estruturam a subordinação das mulheres. Elas são inseparáveis. Elas agem juntas. Patriarcado e capitalismo não são sistemas autônomos, nem mesmo interconectados, mas o mesmo sistema. Como formas integradas, eles devem ser examinados juntos”. (SAFFIOTI, 1992, p. 195)

Em seu percurso intelectual de estudos sobre a condição feminina situa a ideia de opressão, comumente associada a elementos simbólicos, de maneira a articulá-la com uma base material, apresentando tanto a exploração como a opressão como partes específicas de um mesmo processo multidimensional (SAFFIOTI, 1984).

Gênero e patriarcado

A questão de gênero sempre pautou a obra de Heleieth, no entanto, o conceito de gênero (tal qual é usado hoje) ainda não havia adentrado as universidades brasileiras. As formulações do conceito de gênero que impactaram a teoria social, a partir de uma formulação feminista, foram elaboradas na década de 1970 (PISCITELLI, 2009).

¹⁵ “Emprego doméstico e capitalismo”, 1978; “Do Artesanal ao Industrial: a exploração da mulher”, 1981; “Mulher Brasileira: opressão e exploração”, 1986.

No entanto, a ampla absorção dele pelas teóricas feministas no Brasil ocorreu na década de 1990.

Ainda que o conceito gênero não seja usado Heleieth Saffioti em suas obras iniciais, a autora faz uma leitura das desigualdades entre homens e mulheres de maneira relacional já em sua primeira obra, quando afirma: “o problema da mulher nas sociedades competitivas não é somente seu, mas um problema de homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 513).

A autora, dialoga com diferentes tradições da teoria feminista e opta por trabalhar com a ideia de relações de gênero e, apesar de absorver o conceito de gênero para o interior de sua teoria, o faz com ressalvas. Importante frisar que o conceito de gênero surgiu para ser uma alternativa a conceitos e categorias que consideravam problemáticas, como o patriarcado por exemplo e é exatamente na não utilização do patriarcado que Heleieth centra sua crítica, e faz a defesa da utilização conjunta de gênero e patriarcado.

A partir da ideia de gênero como uma forma de pensar as relações socialmente construídas entre homens e mulheres que a noção de patriarcado passou a ser questionada, acusada de ser uma maneira universal de relações de gênero, e que, portanto, tratava de forma única as relações de poder entre homens e mulheres nos diferentes contextos e lugares. Nesse sentido, o patriarcado foi considerado a-histórico e insuficiente para tratar das relações de gênero. Heleieth Saffioti é uma das teóricas do campo do feminismo que vai na contra-mão dessa tendência e insiste na utilidade do patriarcado para análise das relações entre homens e mulheres, tendo em vista que há uma desigualdade. Ao invés de abandonar a ideia do patriarcado, defende a compreensão de seus limites e fronteiras históricas, entendendo que “o patriarcado é um caso específico de relações de gênero” (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 51).

Para Saffioti (2015), o conceito de gênero não explicita, necessariamente, uma desigualdade entre homens e mulheres; assim como o patriarcado, da forma como foi cunhado, não pressupõe uma relação de exploração. Para a autora a dimensão econômica do patriarcado não repousa apenas na desigualdade salarial, ocupacional e na marginalização dos importantes papéis econômicos e políticos, mas inclui o controle da sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres.

Por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 60)

O patriarcado¹⁶ é uma das ideias centrais na construção do pensamento de Heleieth, fundamental para os estudos da autora sobre a violência de gênero e sobre a imbricação de gênero, raça/etnia e classe. Para ela, a alegação da a-historicidade do conceito é muito simplista porque acredita ser possível apreender a historicidade do conceito (SAFFIOTI, 2005).

Da leitura que a autora faz sobre o patriarcado, queremos destacar a influência de Carole Pateman,¹⁷ a partir de um debate feminista sobre o contrato social. Para Saffioti (2004), olhar para o patriarcado, a partir da leitura do contrato social de Pateman, ajuda a demonstrar que a sociedade civil e a economia capitalista têm uma estrutural patriarcal. Segundo Pateman:

A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. [...] O pacto original é também um contrato sexual quanto social; é social no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido de estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno”. (PATEMAN 1993 [1988], p. 16-17 apud SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 57)

¹⁶ Ainda que Heleieth Saffioti conheça a ideia de dominação patriarcal de matriz weberiana, faz questão de explicar que sua formulação ressalta a ideia feminista do patriarcado, refutando a noção de Weber. Cf. SAFFIOTI, 2005.

¹⁷ Em seu livro “O Contrato Sexual” (1988), Carole Pateman critica os teóricos contratualistas clássicos, os utilitaristas e os socialistas, a fim de explicar a dominação sexual e sua origem na filosofia política moderna. Afirma ser o pacto original também um pacto sexual, criando o direito político dos homens sobre as mulheres. O termo contrato sexual é uma denúncia contra a teoria do contrato, e refere-se ao poder que os homens exercem sobre as mulheres.

É importante situar, entretanto, que o patriarcado não é o único estruturador da sociedade. Saffioti trabalha com a ideia da fusão entre patriarcado e capitalismo e, junto dessas categorias, o racismo. Concebe as diferentes origens dessas três relações sociais, mas aponta para a sua fusão e retroalimentação:

O gênero, milênios anteriores, historicamente, às classes sociais, se reconstrói, isto é, absorvido pela classe trabalhadora inglesa, no caso de Thompson, se reconstrói/constrói juntamente com uma nova maneira de articular relações de poder: as classes sociais. A gênese destas não é a mesma, nem se dá da mesma forma que a do gênero. (...) as classes sociais têm uma história muito mais curta que o gênero. Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 122)

Heleieth Saffioti concebe o Patriarcado como um fenômeno social em constante transformação. Sendo um sistema de dominação anterior ao capitalismo, ele se molda para coexistir e potencializar o processo de dominação/exploração, e penetra toda a esfera da vida social. Dessa forma, o patriarcado se produz ao mesmo tempo que reproduz o racismo e o capitalismo e vice-versa. É a partir da leitura patriarcal das relações de gênero que a autora vai formular uma visão imbricacionista das relações sociais.

Simbiose e nó

Conforme Heleieth Saffioti vai amadurecendo sua teoria, chega à formulação de que exploração e dominação são duas faces do mesmo processo, que não existe de um lado a exploração capitalista e de outro a dominação patriarcal, uma se alimenta e prescinde da outra:

Não há de um lado a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão *dominação-exploração* ou *exploração-dominação*. Alternam-se as formas, para evitar a má interpretação da precedência de um processo. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 2005, p. 65)

No seu caminhar intelectual, para alcançar uma explicação da totalidade que envolve as desigualdades de gênero, bem como a necessidade de articulação com a questão de classe – através da leitura do capitalismo, articula outros nexos – como os simbólico, cultural, ideológico – à dimensão econômica com a qual já trabalhava. Como consequência disso, sua obra é uma refinada combinação teórica de elementos do marxismo e do feminismo na busca de desvendar as interações entre as desigualdades das relações sociais.

Num primeiro momento, a autora trabalha com a ideia de simbiose entre racismo-patriarcado-capitalismo (SAFFIOTI, 1987), para demonstrar como cada um desses sistemas de exploração-dominação estão fundidos numa unidade contraditória. Desde então, seus textos enaltecem e enfatizam tal perspectiva. Considera um erro tratar a questão da exploração no campo econômico e a da dominação no político, pois para ela “não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem as isolar como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente” (SAFFIOTI, 1992, p. 206).

Essa concepção é importante para o salto teórico-metodológico da autora, pois a análise dos processos de exploração e dominação de maneira interligada, é um caminho que a autora percorre para análise da totalidade imbricada nas relações de gênero, raça/etnia e classe, avançando numa metodologia que apreende diversas faces da realidade social, sem hierarquizá-las. Entende-se com uma virada no pensamento da autora (que não acontece repentinamente, é processual), porque no seu primeiro livro (assim como em algumas obras posteriores), ainda que dê indícios para a análise articulada de gênero e classe, uma vez que não separa os problemas da mulher dos problemas da sociedade como um todo, ela ainda percebe a questão da classe, partindo da análise do modo de produção capitalista, como o primordial.

As determinações essenciais de cada formação econômico-social, configuradas do emprego da mão de obra em geral, acrescentam-se ainda as combinações que se estabelecem entre elas e os caracteres naturais dos indivíduos. A utilização social de caracteres raciais, assim como sexuais, permite dar aos fenômenos de natureza econômica, tais como o posicionamento dos indivíduos no sistema produtivo de bens e serviços, uma aparência inibidora da percepção de sua essência. Neste sentido, às determinações essenciais de cada uma das configurações estruturais histórico-sociais, fornecendo-lhes cobertura, isto é, a aparência necessária sob a qual se escondem os verdadeiros mecanismos de operação

de cada modo específico de produção. Conquanto seja o fator *sexo* um critério menos conveniente que o fator *raça* para a conservação do domínio das camadas privilegiadas, constitui sempre um elemento pelo menos potencialmente discriminador e, portanto, estratificatório. (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 328)

No entanto, é fundamental destacar que a partir da década de 1980 ela apresenta sua perspectiva metodológica imbricacionista, articulando gênero, raça/etnia e classe. Essa mudança analítica é uma maneira da autora articular a questão de gênero, raça/etnia com a questão da classe social, de uma visão marxista e dialética. Nas palavras de Heleieth:

A figura do nó foi usada por mim para mostrar, simultaneamente, a simbiose entre o racismo, o sexismo e as classes sociais, assim como deixar aberta a possibilidade de se puxar uma ou outra ponta dos eixos que o formam, para se realizar um escrutínio mais acurado. Não se trata de separar estas contradições, que operam por meio desta nova realidade de caráter fusional, mas de examinar cada uma delas à luz do nó que formam. O nó não apresenta a frouxidão dos laços que se desfazem ao menor movimento. Tampouco é duro a ponto de tornar irreconhecíveis as contradições que o compõem. E, sobretudo, deixa as pontas dos eixos à vista, dispostas a revelar suas especificidades. O mais importante a frisar, contudo, é a natureza contraditória do nó, que, ademais, é regido por uma lógica também contraditória. (SAFFIOTI, 1999, p. 9)

É interessante notar que a autora insiste na ideia da frouxidão desse nó (SAFFIOTI, 1993, 2015 [2004], 2005): “não se trata do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes” (2015 [2004], p. 133). Trazendo a noção de mobilidade entre as relações que considera fundamentais, ela auxilia a entender os “processos sociais em suas dimensões micro e macro, pois aponta o emaranhado dos processos macrossociais, nas estruturas históricas nas quais elas se criaram e se consolidaram, e permite a observação dessas perspectivas nas identidades e na resistência dos sujeitos, percebendo a agência a partir das suas vivências pessoais e interações sociais, nas suas relações dinâmicas” (MOTTA, 2017, p. 87). Nas palavras da autora:

De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a

organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente construída. (SAFFIOTI, 2005, p. 59)

A ideia do nó frouxo de Heleieth Saffioti é um mecanismo analítico interessante e complexo; além de marcar que gênero, raça e classe são estruturantes, não engessa sua visão estrutural ao permitir mobilidade entre essas com a ideia da frouxidão do nó. Mais que isso, permite uma leitura em que na constituição das relações estruturantes seja possível analisar outras formas de diferenciação, que se entrecruzam com essas, como linhas que passam entre esse nó frouxo, como: a idade, sexualidade, religiosidade, nacionalidade (MOTTA, 2017; 2018).

Considerações finais

A obra de Heleieth Saffioti traz com êxito a articulação da teoria marxista e feminista e se torna imprescindível para todas(os) que buscam compreender as desigualdades de gênero na sociedade brasileira. Isso posto, entende-se que a Heleieth deve ser considerada uma contribuição no pensamento brasileiro, por ao menos dois motivos: 1) o pioneirismo em trazer o estudo da questão da mulher na sociedade brasileira; 2) por que faz isso articulando a questão de ‘sexo’ e classe. Para tanto discutiu a transição da sociedade escravocrata e senhorial para a sociedade de classes, a partir das especificidades dessa mudança e as reminiscências do patriarcado e da escravidão para a sociedade capitalista no Brasil.

Ainda que tenha revisto suas ideias e teorias com os questionamentos e as novas perspectivas que se abriam no campo do feminismo, ancorada em uma sólida formação sociológica, Saffioti não abandonou o conceito de patriarcado, percebendo sua influência nas relações de exploração-dominância. Na década de 1980 destacou-se pelos estudos sobre violência de gênero. Com esse tema a autora consolidou a relação entre sua pesquisa e a construção de políticas públicas para as mulheres, pensando sua implementação e seu alcance. Entretanto, foi no final da década de 1980 que sua obra trouxe um novo marco: a construção da ideia de simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo, que mais tarde seria o nó entre raça, classe e gênero.

Suas formulações apreendem a articulação a partir de um enfoque do processo histórico social. A gênese e a operação das relações de exploração/dominação que englobam gênero, raça e classe precisam ser entendidas em cada contexto nacional, a partir das formações históricas. Isso quer dizer que tais processos têm interações e determinações múltiplas a depender de cada formação histórico-social. A intenção é apreender de que forma características raciais e de gênero operam como marcas sociais que hierarquizam posições e justificam a marginalização de grandes contingentes da população, seja do sistema de produção, seja da estrutura de poder da sociedade brasileira (SAFFIOTI, 2013 [1969]).

Apesar de muitas vezes pouco reconhecida, Heleieth Saffioti é um nome que poderia vir à tona para o debate sobre as imbricações que emergem no cenário contemporâneo das Ciências Sociais. Sua teoria do nó é uma leitura da interseccionalidade à brasileira e está em discussão desde a década de 1980, momento de efervescência e surgimento dessa discussão nos movimentos de mulheres negras. Retomar Heleieth é um apelo a pensarmos recorrendo a teorias que considerem a realidade brasileira desde a diversidade do nosso povo, em suas relações com as desigualdades sociais. Nesse sentido, o trabalho da Saffioti é singular e original e vem mostrando, a importância de estudarmos mais seus textos e avançarmos pelos caminhos que nos abriu.

Referências bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai. A questão social e a sociologia paulista. In: Ver. São Paulo em perspectiva; 5(1): 31-39, jan./mar. 1991.

BRANCO, Carolina e GONÇALVES, Renata. Entrevista: Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. In: Revista Lutas Sociais, n. 27 - 2º sem. p. 70-81, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminismo. CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA, v. ano V, p. 72-99, 2011.

GONÇALVES, Renata. O Pioneirismo da Mulher na sociedade de classes. In: SAFFIOTI, H. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Expressão Popular, São Paulo 2013 (p. 11-25).

_____. O Feminismo marxista de Heleieth Saffioti. In: In: Revista Lutas Sociais, n. 27, p. 119-131, 2011.

GONÇALVES, Renata & BRANCO, Carolina. Entrevista. Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. In: *Revista Lutas Sociais*, n. 27, 2011.

MENDEZ, Natalia Pietra. Entrevista com Heleieth Saffioti. In: *MÉTIS: história & cultura*, v. 9, n. 18, p. 275-294, jul./dez. 2010.

MORAES, Maria Aparecida. Uma Homenagem a Heleieth Saffioti: minha maior mestra. In: *Revista Lutas Sociais*, n. 27, p. 101-107. - 2º sem. 2011.

MOTTA, Daniele. *Desvendando o nó: a experiência de auto-organização das catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, 2017.

_____. Desvendando o nó: a imbricação de gênero, raça/etnia e classe na obra de Heleieth Saffioti. In: *Anais do IX Colóquio Internacional Marx e Engels*, 2018. Disponível em: <<https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/a-teoria-do-nc3b3-dec2a0heleieth-saffiotti-danielle-motta-unicamp.pdf>>.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. & SZWAKO, J. E. (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.

_____. Do Artesanal ao Industrial: A Exploração da Mulher. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

_____. Mulher Brasileira: Opressão e Exploração. Achiamé, Rio de Janeiro: 1984. _____. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tentos Editora e Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia e classe social – Saffioti. In: *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Sergio Adorno (org.). (p. 159-165), 1993.

_____. Pós-fácio: Conceituando Gênero. (p. 271-). In: *Mulher Brasileira é assim*. Heleieth Saffioti e Monica Muñoz-Vargas (orgs). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994.

_____. Prefácio. In: Moraes Silva, Maria Aparecida, *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

_____. Gênero e Patriarcado. In: *Marcadas a Ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 35-76.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Heleieth Saffioti. 3ª edição. Editora expressão popular, São Paulo, 2013 [1969].

_____. *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

A classe média como objeto: a contribuição de Marialice Mencarini Foracchi

Tatiana Gomes Martins

Introdução

O tema da classe média como objeto de análise sociológica está relacionado, ainda que não exclusivamente, à expansão desse setor no período do Pós Segunda Guerra. Vinculadas ao salto de urbanização e de industrialização, a emergência e a expansão de uma “nova classe média” representam o crescimento de trabalhadores do setor *White Collar* que, de maneira sumária, podem ser definidos como trabalhadores não manuais alocados em ocupações de escritório e vendas.¹ Desse modo, expande-se também o interesse pelo estudo sociológico desse novo ator social, tal como expressa um dos autores clássicos do tema, Wright Mills:²

¹ Esse fenômeno é em muito associado aos Estados Unidos, considerados um “país de classe média” (GIDDENS, 1975).

² Para Boito Jr (2004), as discussões sociológicas sobre o tema não têm, na tradição marxista, maior representatividade, senão nos estudos ligados à sociologia weberiana ou à da estratificação norte-americana. Desse modo, Wright Mills (1969 [1951] e David Lockwood (1962 [1958]) destacam-se por suas contribuições a respeito do tema nos anos 1950. A despeito de suas particularidades, ambos os autores mobilizam o arsenal weberiano da estratificação social para reconstruir sociologicamente a especificidade da classe média. Nesse sentido, a noção de *status* é utilizada para distinguir o lugar social dos trabalhadores de classe média daquele ocupado pelos operários ou trabalhadores manuais.

[...] é nesse mundo dos **colarinhos-brancos** que se deve procurar as características da vida do século XX. Por seu crescimento numérico, eles desmentiram as previsões do século XIX de que a sociedade se dividiria em empresários e assalariados. Pelo seu estilo de vida em massa, transformaram a atmosfera da experiência americana. Eles trazem em si, de maneira bastante reveladora, a maior parte dos temas psicológicos característicos de nossa época, e qualquer teoria geral das grandes tendências da sociedade deve levá-los em consideração. Antes de tudo, formam um novo elenco de atores que desempenha as principais rotinas da sociedade do século XX. (MILLS, 1969)

No caso brasileiro, costuma-se identificar o marco dos estudos sistemáticos sobre a classe média a partir do final dos anos 1960 tendo em vista dois principais fatores; a) a expansão do setor como resultado do chamado “milagre econômico”; b) o interesse pela interpretação do Golpe Militar de 1964. Nesse contexto, destacam-se os trabalhos de Décio Saes e seu empenho em sistematizar a definição de classe média e sua atuação política. Nessa análise, o sociólogo trabalha com a definição do trabalho de classe média como *trabalho improdutivo não manual*, define o meritocracismo como *ideologia* de classe média e analisa a ação política dessa classe a partir de dois fatores essenciais: a) a fragmentação da classe média (classe média alta, ou tradicional, e baixa classe média); b) as divergências ideológicas no interior da classe média que dependeriam tanto desse fracionamento de classe quanto da conjuntura sociopolítica. Essa interpretação, apresentada, aqui, de forma esquemática, se tornou referência fundamental na compreensão da especificidade da classe média brasileira e de sua atuação política, sobretudo enquanto base social do populismo.³

Entretanto, neste trabalho, busca-se evidenciar a socióloga Marialice Mencarini Foracchi,⁴ como parte desse grupo de autores que se empenham na construção e interpretação sociológica do tema da

³ O tema da classe média também se fez presente em outras interpretações sobre o populismo no Brasil dos anos 1960, contudo, com maior ênfase sobre o papel do Estado no período populista. Ramos (1957; 1961), Jaguaribe (1958), Ianni (1975), Weffort (1964).

⁴ Marialice Mencarini Foracchi (1929-1972) foi destacada pesquisadora e professora de Sociologia ligada à antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade de São Paulo, onde realizou sua formação acadêmica desde a graduação (1958) até o Doutorado (1965) e tornou-se livre-docente (1970). Fez parte do grupo de pesquisadores e professores assistentes que atuaram na Cadeira de Sociologia I sob a regência de Florestan Fernandes. Morreu prematuramente em decorrência das complicações de uma doença cardíaca congênita.

classe média, mas já no Brasil do início dos anos 1960. Esse empreendimento pode ser encontrado no livro *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1965)⁵ cujo objetivo consiste expressamente em analisar a categoria *estudante* do ponto de vista sociológico por meio da reconstrução dos elos entre o estudante universitário e a classe média. É a partir dessa reconstrução que o tema da classe média aparece, sustentando a ideia de um movimento estudantil como representante dos interesses de uma classe em busca de ascensão social.

Com isso em vista, propõe-se, aqui, destacar o livro de Marialice como um desses momentos de sistematização e de interpretação sociológica sobre a classe média brasileira. O obscurecimento desse papel pioneiro muito se deve, de um lado, pelo lugar periférico ocupado pelo tema nas discussões sobre o processo de modernização brasileiro na Sociologia Brasileira. De outro, ao evidente destaque de sua contribuição para a compreensão sociológica do Movimento Estudantil e da Juventude⁶ que, de certa forma colocou em segundo plano o alcance analítico da interpretação sobre a classe média brasileira que lhe é indissociável.⁷

⁵ Originalmente apresentado como Tese de Doutorado, defendida em 1964.

⁶ Nas palavras de Martins (1997): “Este livro é, também, um documento sobre um período da história brasileira carregado de esperanças e desilusões. Marialice acompanhava as evoluções, as manobras, os ataques e recuos das suas personagens no próprio dia-a-dia e procurava situar sociologicamente cada fato novo derivado de tantos tensos confrontos. Essa história ainda não está concluída. Através dela a Universidade e seu lugar histórico, seu empobrecimento político, suas misérias crescentes, surge se despedaçando, brandindo por uma grandeza perdida ou nunca tida senão nas aspirações generosas sucessivas jovens gerações. (...) Estou convencido de que hoje é impossível escrever honestamente sobre os movimentos estudantis e os conflitos de gerações em nosso país sem ampla referência aos trabalhos dessa autora. Como seria muito estranho ministrar cursos sobre educação, sobre a Universidade, sobre o estudante, sobre a situação de ensino, sem o recurso também amplo aos seus estudos sérios, provocativos, esclarecedores, profundos e cuidadosos. Só a decadência da Universidade, lamentável sem dúvida, explicaria a exclusão dessa estudiosa dos excluídos e quem melhor os compreendeu”. (MARTINS, 1982, p. VII – IX).

⁷ Décio Saes, por exemplo, em sua análise sobre o Movimento estudantil de 1977 destaca a importância do trabalho de Marialice Mencarini Foracchi para compreensão da relação entre o estudante universitário e a classe média. Nesse caso, pode-se dizer que, de acordo, com o autor, o ganho não seria apenas teórico, mas uma identificação acertada do potencial político de um movimento vinculado a uma instituição que mantém estreita ligação com a ideologia burguesa de neutralidade científica. Contudo, em seu trabalho sobre a classe média e o sistema político no Brasil, publicada em 1979 não há referência ao trabalho de Foracchi. (SAES, 1978).

Esta linha interpretativa demarca, com alguma nitidez, a situação do presente trabalho face aos anteriores. Nele, a classe, como categoria explicativa, é convertida no eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e do conteúdo e dos vínculos de classe. A determinação das condições sociais que fazem do estudante uma parcela ativa da sociedade brasileira esclarece, por um lado, algumas conexões básicas constitutivas da situação de classe e da estrutura de classe. A elaboração destas conexões é, por outro lado, decisiva para a explicitação do processo de transformação do sistema global. (FORACCHI, 1965, p.6)

A construção de um objeto

A análise de Marialice Mencarini Foracchi sobre a ação política do estudante universitário é pautada na vinculação desse ator social, tanto em termos de origem quanto de ideologia, com a classe média. O ponto de partida dessa tese é resultado de uma pesquisa que a autora realizou para o ISSU – Instituto de Serviço Social da USP – a partir da qual identificou na classe média o maior contingente da população universitária. Nessa pesquisa, a autora já reconhece uma estratificação no interior dessa classe:

Os resultados do levantamento da população universitária evidenciam a nítida concentração desta aos estratos socioeconômicos chamados médios. Temos, com efeito, a seguinte distribuição: 26% no estrato A; 39% no estrato B; 32% no estrato C; e 3% no estrato D. Cumpre esclarecer que os estratos B e C podem ser considerados (de acordo com os critérios de estratificação discutidos no II Relatório de Pesquisas (MS) como estratos tipicamente médios, sendo o estrato C correspondente ao estrato médio inferior da população global. A justificação da técnica de estratificação adotada que aparentemente não reproduz uma presumível estratificação da população global, é apresentada no item “Estratificação por Faculdade” do II Relatório de Pesquisa. Para fins da análise desenvolvida nesta monografia, é decisivo assinalar que nos estratos médios (B e C) se concentram 71% da população estudantil paulistana. Embora insuficientes para caracterizar sociologicamente a classe média, esses dados representam um importante e sólido ponto de partida. (FORACCHI, 1965, p. 13)

Com o objetivo de analisar o comportamento político do estudante universitário, ou seja, de compor a relação entre a posição político-social da classe média e do estudante no cenário do pré-64, Marialice articula os planos das relações familiares, das relações de produção, das situações de classe e de trabalho, da conjuntura socio-política e da ação política.

O primeiro aspecto das dimensões que equacionam a relação estudante universitário/classe média do ponto de vista sociológico, trabalhado por Marialice Mencarini Foracchi, se apresenta na definição da condição de transitoriedade vivenciada por essas duas categorias. No que diz respeito ao estudante universitário, essa situação intermediária é definida, de um lado, pela condição de *juventude* e de *dependência*. São essas duas condições reconhecidas socialmente como estado de imaturidade e de despreparo em relação à plenitude da vida adulta, ou seja, à capacidade de constituir a própria família e a mantê-la. Por outro lado, o caráter de transição é atribuído à própria condição de *estudante*, considerada a fase de preparação para a atividade profissional. São características que aparecem na definição de classe média com a qual a autora trabalha, ou seja, uma classe em ascensão, subordinada às classes dominantes, econômica e culturalmente, alheia ao processo de produção e ao antagonismo de classes clássico.

Para o estabelecimento da identidade de posição social entre a classe média e o estudante universitário que, segundo a socióloga, fundamenta sua posição política, são mobilizados fatores socioculturais e socioeconômicos. Nesse caso, Marialice busca reconstruir as relações entre o estudante universitário, a família, a universidade e o trabalho, articulando essas dimensões e refletindo sobre os mecanismos de manutenção e de socialização presentes que marcariam fortemente o estudante universitário. Assim, primeiramente, são identificados os valores e projetos que compõem os processos de socialização, em especial na família. No âmbito das relações familiares, entra em jogo o processo pelo qual o jovem é incorporado ao universo de valores de uma classe média em ascensão expressos nas aspirações profissionais

e econômicas, com destaque para a valorização do diploma universitário. Nesse sentido, a educação universitária figura como mecanismo por meio do qual aquela classe se afirma e se insere no processo de ascensão social.

A partir da análise desse universo de valores compartilhados pela família de classe média, a socióloga reconhece elementos próprios de um grupo de *status* que se expressam na valorização do diploma universitário, na identificação a um estilo de vida urbano, nas estratégias utilizadas pela família na definição da trajetória escolar dos filhos e no reconhecimento do histórico de ascensão social da família. São elementos que se opõem ao estilo de vida rural, ou humilde, reconhecido e partilhado como história familiar de superação e de afirmação social.

A história da classe média é um processo cujo desenrolar se explicita na história pessoal dos agentes humanos que a realizam. Por isso mesmo, constitui-se na forma de uma cronologia de sucessos e fracassos, como um momento de hesitação entre a improvisação e a rotina. Tomada no seu conjunto, expressa a escolha de um destino social, a realização de uma vocação que transforma e conserva valendo-se dos artifícios mais sutis para chegar aos seus desígnios. É, portanto, na história da família de classe média, entendida como crônica de avanços e recuos na escala social, que tomaremos elementos para caracterizar, em termos amplos, a situação de classe. (FORACCHI, 1965, p. 89)

Contudo, Foracchi não limita sua análise ao processo de socialização, considerando tais elementos como constitutivos de uma ideologia de ascensão social própria da classe média da qual o estudante se torna um representante:

Convertendo o jovem em estudante, a família está, ela própria, indicando o processo de transformação por que passa e evidenciando um tipo de consciência do que representa o jovem como agente da continuidade de sua posição. Em que direções, contudo, esse processo se desenrola? Vinculando-se concretamente ao sistema, definindo interesses e integrando-se à situação de classe, fica sugerido, neste processo interno à família, que o sistema se transforma, igualmente em sistema de classe. Do ponto de vista da transformação do jovem em estudante, isto significa que as alterações da unidade familiar adquirem também um novo significado: a incorporação da dimensão educacional como um dos requisitos do processo de ascensão. (FORACCHI, 1965, p. 117)

A respeito dos critérios socioeconômicos de definição da relação entre estudante universitário e a classe média, dois fatores estruturam a análise: 1) as relações de manutenção que vinculam o estudante a família de origem; 2) a situação de trabalho do estudante universitário. Se de um lado, os valores de uma classe em ascensão marcam a vinculação do estudante à classe média, esse vínculo é reforçado, de acordo com Foracchi, pela dependência e pelos vínculos de retribuição estabelecidos entre o estudante e a família. Ou seja, o estudante, mesmo considerando o estudante que trabalha, é dependente economicamente da família para se manter como estudante e, quando adquire certa independência, o vínculo com a família ainda é garantido por vínculos de retribuição.⁸

É na medida em que o jovem se conserva vinculado à família por estilos diversos de dependência e que elabora modalidades variáveis de ajustamento a essa situação que a família dispõe de condições de exercer pressões socializadoras que tornarão o jovem virtualmente capaz de realizar, enquanto estudante, uma das dimensões básicas do processo de ascensão na qual está envolvida (FORACCHI, 1965, p. 59)

É somente pelo trabalho que o estudante se vincula de forma particular à família e à sociedade, tornando-se categoria e força social, mas dentro dos limites de autonomia que são próprias a ele e a sua classe de origem.

Nas diferentes relações de manutenção objetivam-se, em suma, modos distintos de vinculamento do jovem ao sistema global. Num primeiro momento, esse processo se efetua por intermédio da família, que é a unidade ativa de manutenção. Num momento subsequente, a emancipação relativa proporcionada pelo trabalho, altera o modo de vinculação do jovem ao sistema, convertendo-o numa unidade ativa de manutenção, e como que reafirmando a matriz socioeconômica que gera os vínculos. É na medida em que se diversifica o modo de vinculação ao sistema e que se reelaboram as alternativas de emancipação que o jovem se constitui como categoria social. (FORACCHI, 1965, p. 27)

⁸ Esse diagnóstico é realizado por meio dos depoimentos dos alunos entrevistados que, segundo a socióloga, revelariam a manifestação concreta desses vínculos.

O *trabalho* apresenta-se, dessa forma, como elemento fundamental na análise. É o estudante que trabalha o objeto analisado, porque, primeiramente, a interpretação considera que o trabalho é uma condição indispensável para a manutenção do estudante universitário de classe média. Marialice estabelece, a partir dessa constatação, as aproximações entre o trabalho do estudante e o trabalho de classe média destacando as características comuns que lhes são constitutivas. Em primeiro lugar, evidencia o caráter *improdutivo* e *parcial* do trabalho do estudante que, tal como o de classe média, se define por ser alheio ao processo de produção. Além disso, destaca-se o fato, identificado nos depoimentos dos estudantes, desse trabalho de “estagiário” e de tempo parcial não contribuir diretamente como preparação efetiva do estudante para desempenho da profissão, o que acentua ainda mais a feição da improdutividade. Outra característica levantada pela autora, e que está relacionado às demais, é a *fragmentação*. O caráter *fragmentado* do *trabalho* e da *classe* também apareceria nos dois casos, prejudicando não apenas a participação dos trabalhadores no produto do trabalho, como já apontado, mas também as possibilidades de organização e de constituição de uma consciência de classe. Da mesma forma, ambos os trabalhos se identificariam pela condição de *trabalho assalariado*. Essa condição determina a relação de dependência com as classes dominantes que é ainda mais aprofundada no caso do estudante pela baixa remuneração.

Finalmente, a autora identifica como ponto de afinidade entre as duas categorias uma fragilidade de consciência que tornaria a classe média e o estudante suscetíveis à manipulação ideológica. No caso do estudante, essa característica se expressaria em uma visão limitada a respeito do próprio trabalho. Nos depoimentos recolhidos, o trabalho aparece apenas como um meio de realização material não sendo associado a algum sentido de realização profissional ou de classe. Ainda que no decorrer da argumentação Foracchi aponte como seria o trabalho o responsável pelo desenvolvimento de certa “consciência” dos estudantes em relação às barreiras sociais impostas a seu plano de carreira que vai ser fundamental para a organização do movimento estudantil, essa visão limitada do sentido do trabalho é essencial para a construção das aproximações ideológicas desse com a classe média.

Esses são os elementos combinados na pesquisa realizada por Marialice Mencarini Foracchi sobre o movimento estudantil do início dos anos 1960 na qual sobrepostas as análises sobre o *projeto de carreira*, o *projeto de ascensão social* da classe média (identificados, como já foi dito, a partir do processo de socialização no âmbito familiar) e as novas experiências do estudante no trabalho e na universidade (que correspondem a outros níveis de socialização pela qual passaria o estudante universitário). No ambiente do trabalho, o jovem estudante seria levado a perceber os obstáculos impostos a seu projeto de carreira, ou seja, como o diploma universitário e o trabalho não correspondiam a garantias de projeção profissional e social, sobretudo pela permanência de mecanismos tradicionais de seleção e de ascensão social. A ambiência da Universidade, por sua vez, permitiria ao jovem reconhecer a incompatibilidade entre as formas tradicionais de organização e de ensino ainda presentes na universidade e o processo de modernização da sociedade brasileira, especificamente nos termos das demandas da profissão. O resultado desses processos seria a tensão proporcionada pela identificação das contradições entre os valores e projetos familiares e as reais possibilidades de sua concretização. Com isso, a autor passa da dimensão propriamente sociológica para a política. Essa tensão se tornaria não apenas condicionante do comportamento político do estudante como também catalizador de sua força política, pois, ao se deparar com esses obstáculos e canalizá-los para as reivindicações estudantis, o estudante se constituiria como representante dos interesses da classe média e ator político de oposição *radical* às forças tradicionais que se manifestavam fora dos muros da universidade.

[...] ao se empenhar na luta reivindicativa, para a reformulação dos padrões vigentes de carreira e de avaliação do êxito na carreira, por implicações subjacentes a essa própria luta, o estudante apreende as limitações sociais da sua condição de estudante, enquanto categoria vinculada à classe média ascendente. Empréstimo, então, a sua ação, alvos e proporções que objetivam transcender os limites da situação de classe, embora não seja, especificamente, contra essa, mas contra a estrutura que a mantém que se polariza sua luta reivindicativa. Por isso, as proporções de sua ação enquanto estudante, poderão, em dadas circunstâncias, ultrapassar os limites da sua condição restrita, de acordo com as possibilidades e perspectivas abertas pelo processo de transformação da situação de classe, corolário do processo global de mudança social. (FORACCHI, 1965, p. 220)

Contudo, avançando na análise a partir da análise do discurso das lideranças políticas do movimento estudantil, Marialice define os alcances e limites desse movimento. De um lado, identifica nesse radicalismo um potencial de transformação importante para o processo de modernização brasileiro. De outro, aponta para a falta de organicidade do movimento e uma tendência ao reformismo, mesmo considerando uma aproximação desse discurso com o interesse das classes trabalhadoras.

Quando situadas num contexto social de referência⁹, o ardor revolucionário perde, contudo, sua autenticidade: a revolução pregada se confunde com o movimento ascensional de uma camada que visa obter, a qualquer preço, consideração e prestígio social. É a “revolução” nos termos e nos limites de uma classe, que se dirige ao povo, que procura envolver toda a nação mas que se encontra, de fato, limitada pelas próprias preocupações. (FORACCHI, 1965, p. 267)

Nesse sentido, identifica a potencialidade transformadora do estudante enquanto manifestação sociopolítica da classe média reconhecendo nesse setor um elemento “revolucionário” diante dos limites particulares ao processo de Revolução Burguesa Brasileiro. O estudante se apresenta, aqui, como força estratégica nesse processo, pois, de acordo com a socióloga, é a experiência universitária e do trabalho que lhe permitiam representar os interesses de sua classe de origem. Entretanto, esse sentido revolucionário está direcionado apenas contra os resquícios tradicionais e para a superação das contradições capitalistas. Trata-se, dessa forma de uma limitação própria a sua vinculação à classe média.

[...] a ação do estudante só adquire uma amplitude societária **sob condições de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação, que se manifestam na sociedade brasileira**. Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo renovador, **já em curso**, é que ela poderá revestir-se de conotação “revolucionária”. Podemos, assim, concluir que a pequena burguesia,

⁹ A autora se refere às considerações presentes no manifesto da POLOP “Política Universitária e Política Operária”.

dadas as condições de seu insulamento estrutural e dado o teor das suas relações de dependência com as camadas dominantes, não pode formular qualquer reivindicação global que lhe seja própria, enquanto classe. Há um processo de **reificação** das forças sociais de renovação que fragmenta a capacidade reivindicativa em setores sociais específicos, criando obstáculos para a incorporação de uma reivindicação unitária e para a elaboração de um estilo correspondente de luta política. É difícil, nessas condições, equacionar as ações e as intenções como momentos coerentes de um mesmo processo”. (FORACCHI, 1965, p. 294).

Uma análise para além do objeto

Como forma de delimitação da inserção de Foracchi nas discussões sobre a classe média brasileira, vale destacar que, nesse estudo, a socióloga dialoga com as teses dos principais teóricos do conceito de classe social na sociologia, dentre eles Marx, Weber, e, especificamente em relação à classe média, os já citados Wright Mills (1969 [1951] e David Lockwood (1962 [1958])). Assim, observa-se, de um lado, o intento de analisar a classe média brasileira a partir do princípio marxista do antagonismo de classes, ou seja, tendo em vista a relação que essa classe estabelece com o processo produtivo e com os meios de produção, bem como seus níveis de consciência de classe e de organização política. Munida desses parâmetros, define, como já foi dito, o trabalho de classe média como *improdutivo*, ou seja, secundário no processo de produção capitalista e identifica a incapacidade dessa classe em estabelecer uma *consciência em si e para si*, dado seu caráter fragmentado.

Apresenta-se, aqui, um primeiro aspecto do esforço em conferir a especificidade do papel político da classe média brasileira no início dos anos 1960. Problematizando o papel político dessa classe nos termos da interpretação marxista da sociedade capitalista – em que a contradição social principal reside nas relações entre a Burguesia e o Proletariado, com ênfase no processo de a transição da Sociedade Capitalista para a Socialista – a classe média não aparece como a principal força social. Por outro lado, partindo do diagnóstico da particularidade de nosso processo de Revolução Burguesa pautado na incapacidade da burguesia brasileira em desempenhar uma ação

propriamente revolucionária, Marialice confere um papel fundamental à classe média: a luta contra as permanências tradicionais na realidade social brasileira, muito embora não defina, também nesse caso, caráter revolucionário dado sua vinculação inconsistente com a classe trabalhadora. É essa a tese da última parte do livro, quando analisa o discurso e a atuação do Movimento Estudantil. Desse modo, a análise se aproxima à definição de *radicalismo de classe média*.¹⁰

Em contrapartida, é possível perceber a mobilização do instrumental weberiano com o mesmo intuito das análises contemporâneas à autora, ou seja, de superar as dificuldades levantadas pela teoria marxista para a análise da classe média. Essa busca consistiu, como destacado, na valorização da dimensão cultural para definição de sua posição na estratificação social, nos termos da formação de um grupo de *status*. De um lado, são avaliados os aspectos do prestígio social, da família e da valorização da educação pela família e do processo de ascensão social como indícios de constituição de um grupo de *status*, tal como se pode identificar em autores como Wright Mills (1969) e David Lockwood (1962). Porém, a medida que aproxima a análise da particularidade do processo de desenvolvimento, retoma a noção de *ideologia* como forma de compreender os interesses e a ação política dessa classe em relação às duas classes fundamentais do capitalismo, burguesia e operariado. Para isso, articula tais concepções às interpretações sobre o desenvolvimento da sociedade de classes sociais no Brasil, sobretudo as de Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, de modo a fundamentar a particularidade do caso brasileiro (ROMÃO, 2006).

¹⁰ Nesse sentido, a autora articula as interpretações do radicalismo da juventude, também presente no contexto da pesquisa com a noção de radicalismo de classe média também presente nos teóricos clássicos. No primeiro caso, a autora procura superar a perspectivas fundamentadas aspectos geracionais e psicologistas ou interpretações sem embasamento empírico por meio da construção da categoria de estudante universitário a partir de uma construção empírica de seus vínculos de classe. No segundo, busca distinguir o caso brasileiro definindo a especificidade do papel sociopolítico da classe média no Brasil. Isso porque, em Wright Mills (1969), o radicalismo de classe média está associado ao posicionamento reacionário das antigas classes médias, ligadas ao campo, à expansão capitalista nos EUA.

Se a pequena-burguesia vive o dilema do desenvolvimento localizando-o nas limitações que entravam a concretização do seu projeto de classe e se este é, ideologicamente, justificado como expressão de interesses nacionais, a capacidade que esta camada, eventualmente, revela de identificar-se com os “oprimidos”, nada mais expressa senão as suas aspirações sociais frustradas. Não havendo uma socialização dos custos do desenvolvimento, o ônus pago pela pequena-burguesia é menor do que o sofrido por outras camadas, notadamente o proletariado e o campesinato. Sua identificação com estas camadas não se apoia, porém, numa circunstancial afinidade de condição existencial mas no objetivo comum de transformação da ordem existente. A constituição e a própria continuidade da pequena burguesia brasileira depende da consolidação da ordem social competitiva em moldes que não sejam lesivos aos interesses nacionais que ela pretende encarnar e às aspirações sociais que ela deseja realizar. Dependeria, em última instância, da sua identificação com o projeto “revolucionário” da burguesia industrial. (FORACCHI, 1965, p. 246-247)

Nesse sentido, além desse empenho em construir um amplo alicerce teórico-conceitual a partir da mobilização dos principais teóricos e intérpretes sobre a classe média para suportar a análise sobre a especificidade da classe média brasileira e suas relações com o Movimento estudantil, a obra de Marialice Mencarini Foracchi pode ser interpretada à luz do perfil dos trabalhos que gravitavam da figura de Florestan Fernandes, regente da Cadeira de Sociologia I da USP de 1954 a 1969. A partir desse enfoque, têm-se uma configuração de trabalhos e pesquisas que buscavam uma interpretação da especificidade do processo de Revolução Burguesa Brasileiro, compreendido como *mudança social*, buscando realizar um diagnóstico das tendências e dos obstáculos a sua concretização (MARTINS, 2008). Num primeiro momento, fortemente influenciadas por uma leitura dualista e funcionalista tal como proposta por Florestan Fernandes, essas pesquisas viriam a se tornar clássicas na interpretação dos que eram considerados os principais atores desse processo, ou seja, o empresariado, o Estado e as classes trabalhadoras. São esses os temas centrais do projeto de pesquisa do Cesit (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) criado por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, em 1961. Como fruto desse grupo de pesquisas, destacam-se os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (1970), Octávio Ianni (1965) e Luiz

Pereira (1965), que, apesar de se distanciarem da proposta inicial por meio da intensificação da leitura marxista (ROMÃO, 2006).

Nesse sentido, a obra de Foracchi identifica-se a esse contexto intelectual e social no qual figuram as interpretações sobre o processo de modernização brasileiro em curso no Brasil do início dos anos 1960. Não obstante, destaca-se por uma especificidade: a definição do Movimento Estudantil como força política de transformação da sociedade brasileira no período. Para isso, não se limita à articulação teórica da vertente marxista e weberiana na Sociologia, mas busca incorporar a essa articulação uma base de dados empírica e uma interpretação sobre o papel das diferentes classes na sociedade brasileira do início dos anos 1960, destacando-se tanto pelo pioneirismo dessa articulação na composição de sua análise sobre a classe média brasileira quanto pela luz que lança sobre o lugar e a ação política da classe média no período. Não se trata da escolha ocasional de um fenômeno social contemporâneo considerado apenas como um dos resultados do processo de modernização brasileiro, mas, da percepção de seu potencial de transformação dessa realidade social, ainda que dentro dos limites de processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Com isso, a socióloga alcança não apenas o objetivo manifesto na Introdução do livro de conferir dimensão política à análise, mas se insere no rol das contribuições da Sociologia brasileira ao estudo das classes sociais no Brasil.

Referências bibliográficas

OITO JR. Classe média e sindicalismo. *Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 4, n.1, p.211-234, 2004.

CANDIDO, Antônio. Radicalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.4, n. 8, abr.1990. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de Agosto de 2010.

CARDOSO, Irene. A geração de 1960: o peso de uma herança. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.17, n.2, p.93-107, nov. 2005.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *Educação e Planejamento* aspectos da contribuição de Karl Mannheim para a análise sociológica da educação. São Paulo, FFCL/USP, Boletim n. 252, 1960.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

IANNI, Octávio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita de. *A Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1968.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

LOCKWOOD, David. El trabajador de la clase media: un estudio sobre la consciencia de clase. Madrid, Aguilar, 1962.

MARTINS, José de Souza. Apresentação. In: FORACCHI, Marialice M. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MARTINS, Tatiana Gomes. *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*. Campinas, Tese de Doutorado – IFCH – UNICAMP, 2008.

MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1969.

RAMOS, Guerreiro. *Condições Sociais do Poder Nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

ROMÃO, W.M. 2006. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo, Humanitas.

SAES, Décio A. M. Cara a Cara com Décio Saes (entrevista). Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias, Ano I N° 1, maio 1978. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PCARASP051978001.pdf>> Acesso em 31 ago 2019.

_____. Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil. Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias, Ano I, n.º 2 jul-dez 1978. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PCARASP061978002.pdf>> Acesso em 31 ago 2019.

_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, 1985.

_____. Classe média e política no Brasil. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e política. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, v.3, t. III, 1983.

WEFFORT, F.C. “Política de massas”. In: IANNI, Octávio *et al.*, *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Os escritos marxistas de Wanderley Guilherme dos Santos (1962-1963)¹

João Alberto da Costa Pinto²

Apresento neste capítulo uma sucinta descrição da produção intelectual de Wanderley Guilherme dos Santos abrangendo os anos de 1962 e 1963, quando publicou os livros: *Quem dará o golpe no Brasil?* (1962), *Reforma contra reforma* (1963) e *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil* (1963). Essas publicações marxistas resultaram da trajetória do autor como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) nos anos de 1960 a 1964, desdobramento de um percurso realizado anteriormente como aluno do curso de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB), de 1956 a 1958, e a partir de 1957 também como dirigente estudantil do Centro Acadêmico da FNFi.³ Além disso, pela sua militân-

¹ Este capítulo apresenta resultados parciais de pesquisa de pós-doutorado que realizo junto ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de História da UFRJ, sob a supervisão do Professor Doutor Renato Lemos e trata-se de uma versão modificada de uma comunicação apresentada no 2º Encontro Internacional de História da ANPUH/RJ: História e Parcerias realizado na cidade do Rio de Janeiro em outubro de 2019.

² Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. E-mail: joaoacpinto@yahoo.com.br

³ O jornal *O Semanário* (Rio de Janeiro), na edição de 10-17 de outubro de 1957 (p. 7), apresenta uma reportagem fotográfica de título: “Instalação do curso de problemas nacionais

cia política em 1962 junto ao Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), grupo político vinculado às Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião.

Resultado das práticas políticas como estudante, militante do MRT e professor do ISEB publicou três importantes livros que o colocaram em cena direta nos debates que mobilizaram a esquerda brasileira daquele período sobre os destinos da Revolução Brasileira. A perspectiva marxista que adotou nessas obras confrontou-se diretamente com as perspectivas marxistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as dos nacionalismos desenvolvimentistas de isebianos históricos, como Hélio Jaguaribe. Com o golpe militar de 1964, foi aposentado por decreto das suas funções de professor no ISEB.⁴ Em 1965 vinculou-se ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), órgão da Universidade Cândido Mendes (STEIN; SAPIA, 2004). De 1967 a 1970 faz um doutorado em Ciência Política na Universidade de Stanford, Estados Unidos, graças ao programa de financiamento de bolsistas da Fundação Ford, em convênio com o IUPERJ, dirigido por Cândido Mendes de Almeida (LYNCH, 2017; KENEIRT; SILVA, 2010), um dos isebianos históricos (que saíra do ISEB em 1960).⁵

Atualmente, Wanderley Guilherme dos Santos é autor consagrado e visto como um clássico fundacional da Ciência Política na Universidade brasileira. Mesmo retomando o tema do Golpe Militar de 1964 ao longo de sua extensa produção, inclusive a sua tese de doutorado, reescrita e publicada muitos anos depois (SANTOS, 2003), as perspectivas analíticas marxistas daqueles três livros foram abandonadas

no ISEB” e na primeira foto registrou-se a presença, na mesa de lançamento do curso, de Wanderley Guilherme, como presidente do Diretório Acadêmico da FNFi, ao lado de Mário Pinheiro, presidente do DCE da UB, Eremildo Viana, diretor da FNFi, Pedro Calmon, reitor da UB, Roland Corbisier, diretor do ISEB, e Oscar Lourenço Fernandes, diplomata e professor do ISEB. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

⁴ Conforme o Decreto Presidencial publicado em 11 de outubro de 1964, Wanderley Guilherme foi *aposentado* como “professor de cursos isolados” no ISEB, com proventos do cargo proporcionais aos anos de serviço. No mesmo decreto, registra-se que os professores Darcy Ribeiro e Álvaro Vieira Pinto foram *demitidos* (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p. 16).

⁵ Sobre a trajetória do autor junto ao IUPERJ consultar o importante artigo de Renato Lemos (2014).

por completo e sequer são referências citadas ou meramente indicadas como produção válida em face das perspectivas analíticas adotadas após 1964. Numa rápida avaliação dos livros publicados em 1962 e 1963, ele os definiu como “livros de combate”, “análises de conjuntura” e que somente depois do doutoramento em Stanford é que começou de fato a “produzir trabalhos com rigor e formação sistemática” (apud DULCI, 2013, p. 169).

Apresento a seguir uma análise dos três livros como atos de uma mesma peça, ressaltando, contudo, a existência de explícitas determinações conjunturais que a princípio poderiam restringir tal movimento analítico. Dos três livros, *Quem dará o golpe no Brasil?* tem uma marca conjuntural explícita, é quase um manifesto político. Escrito em fevereiro de 1962, apresentou-se como uma resposta política do autor aos impasses do quadro conjuntural das tentativas golpistas da extrema-direita brasileira desencadeadas nos meses seguintes à renúncia do presidente Jânio Quadros ocorrida em 21 de agosto de 1961. A conspiração política de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, explicitada de modo contundente em artigos publicados no jornal *Tribuna da Imprensa*,⁶ o atentado terrorista à sede nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE) promovido por milicianos do Movimento Anti-Comunista (MAC) na madrugada do dia 6 de janeiro de 1962,⁷ esses, entre outros acontecimentos, mobilizaram o autor a

⁶ Wanderley Guilherme destaca no livro um texto de Lacerda – “Ditadura militar ou revolução popular” –, sem referência de publicação, mas é certo que se trata da carta-artigo (“Só um milagre pode salvar o Brasil de comunismo ou ditadura militar”), que este encaminhara a Herbert Levy, presidente nacional da UDN, no dia 21 de fevereiro de 1962, quando de uma reunião da executiva nacional da UDN na cidade de São Paulo. Anexados à longa carta (artigo) estavam listados os “13 pontos de salvação nacional” (ver: TRIBUNA DA IMPRENSA, 22 fev. 1962, p. 3).

⁷ Às três e meia da manhã desse dia, um sábado, membros do MAC picharam com a frase “Casa de laiaos de Moscou – MAC” e metralharam com dezessete tiros a parede da sede da UNE, fato que teve enorme repercussão na imprensa e na sociedade em geral. Sobre o fato, consultar da imprensa carioca os jornais *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *A Noite*, que até meados de fevereiro de 1962 acompanharam os desdobramentos políticos do atentado. Os jornais podem ser acessados em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. As investigações levadas a cabo pelo Ministro da Justiça, Alfredo Nasser, pela polícia do governo estadual e ainda pelos trabalhos de uma CPI no Congresso não resultaram em nada. Em meados de fevereiro o assunto já tinha desaparecido das páginas da imprensa, exceto pela coluna “Por trás dos fatos”, de Maurício Caminha de Lacerda, no jornal *Correio da*

escrever o livro, e nas suas páginas a visão de mundo do militante do MRT se manifestou de modo contundente, mais ainda pela defesa que o autor teve de fazer do livro após repercussões críticas aparecidas nas páginas da imprensa pecebista, notadamente com as intervenções de Almir Matos, dirigente nacional do PCB, na revista *Estudos Sociais* e no jornal *Novos Rumos* (ver MATOS, 1962; MATOS, 1963a; MATOS, 1963b).

1962: Contra o golpismo da “ditadura de governo forte”

Quem dará o golpe no Brasil? foi publicado em meados julho de 1962 conjuntamente com outros quatro volumes da série *Cadernos do Povo Brasileiro*, coleção organizada por Álvaro Vieira Pinto, diretor do ISEB, e por Ênio Silveira, diretor-proprietário da Editora Civilização Brasileira. Wanderley Guilherme (1962, p. 58) partia de um suposto geral: estava em “marcha um golpe no Brasil”: o país, diante da crise política desencadeada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, estava a caminho de “um tipo de ditadura a que as forças do povo poderiam chamar de ‘ditadura do governo forte’” (GUILHERME, 1962, p. 58). O livro, portanto, era um manifesto de alerta contra “a trama golpista” que permanecia armada desde a crise provocada pelos impasses da junta militar que após a renúncia de Jânio Quadros quis impedir a posse de João Goulart. Para o autor, a ditadura do “governo forte” seria civil com amplo apoio militar e Carlos Lacerda seria o grande personagem desse suposto “governo forte”, ou ao menos o grande nome na preparação ideológica do golpe.

Por que não seria um golpe militar? Por razões históricas. Afirma o autor que as Forças Armadas nunca se projetaram como uma

Manhã, que manteve o atentado em pauta até meados de março, mais nada se dizia sobre o ocorrido na sede da UNE naquela madrugada. A suspeita de que os milicianos do MAC estavam abrigados no governo Lacerda sempre se manteve. O MAC, como grupo terrorista de extrema-direita, vez por outra aparecia nas páginas dos jornais como responsável por atentados a bomba no Rio de Janeiro e em outras capitais do país. Dias depois do atentado à UNE, milicianos do MAC invadiram e assaltaram a sede da *Rádio Farroupilha* em Porto Alegre. Após o golpe de 1964, o MAC notabilizou-se junto com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) na perseguição e assassinatos de militantes de esquerda por todo o país.

“casta frente à sociedade” (GUILHERME, 1962, p. 52). Uma das condições para que a corporação militar pudesse estar organizada como uma casta seria a de que a “sua camada dirigente” pertencesse “originariamente à minoria privilegiada dominante”, onde só pudessem “atingir os mais altos postos hierárquicos aqueles oficiais” com “nome de família” (GUILHERME, 1962, p. 51). As Forças Armadas eram de classe média e com muitas divergências entre si, como as que o autor percebeu nos conflitos políticos de agosto-setembro de 1961, quando partes da corporação apoiaram o golpe contra Jango e outras se mantiveram legalistas em defesa da posse do vice-presidente eleito. Com esse diagnóstico é que sustentaria a tese de que o golpe em preparação naquela conjuntura de crise seria um “golpe civil” (mas apoiado pelos militares).

Definindo-se no que seria uma “terceira solução” diante do senso comum dos golpes militares *versus* golpes comunistas, a solução do golpe e consequente ditadura nos termos de Carlos Lacerda se caracterizariam pela organização de um governo de austeridade justificado como “um governo forte que não dependesse do aval dos partidos para tomar as medidas que considerasse imperiosas”, isto é, um governo de “salvação nacional” (GUILHERME, 1962, p. 67). Para Wanderley Guilherme, tal governo, na sua essência, “colocaria o povo na ilegalidade”, o “estado de sítio” de um governo acima de interesses privados que atenderia apenas a interesses sobre os quais ninguém teria o direito de se opor, e essa seria uma afronta histórica perante a pauta das reformas de base que só poderiam beneficiar o povo se mantidas amplas condições para discuti-las e aprová-las (GUILHERME, 1962, p. 69-70). Com isso, o autor defendia uma democracia popular radicalizada.

No diagnóstico político das contradições de classe presentes na sociedade brasileira, ao defender a democracia popular radical contra o golpismo da direita posicionou-se também contra o equívoco de um eventual golpe de esquerda, porque este estaria inexoravelmente fadado ao fracasso político, pois mesmo sendo de esquerda um “golpe é sempre, cedo ou tarde, contra o povo e por este motivo, por este radical motivo, as forças populares não devem esmorecer um só instante”

(GUILHERME, 1962, p. 17) na luta pela democracia popular contra as aventuras golpistas.

A democracia brasileira naquela conjuntura já era uma “ditadura”, assim baliza o autor um dos termos da sua análise. A democracia brasileira era uma “ditadura econômica e ditadura política” (GUILHERME, 1962, p. 20). A justificativa adviria do fato de que até aquela data os camponeses analfabetos não podiam votar, por isso a democracia formal do voto impunha uma ditadura de privilegiados. Enfim, se os camponeses analfabetos pudessem votar o fariam contra os latifúndios que os oprimiam. Além disso outro aspecto institucional colidia-se contra os interesses dos trabalhadores: o direito de greve não era um direito regulamentado (GUILHERME, 1962). Esse seria, portanto, um quadro de “ditadura legal”. O autor ressalva a existência de substantivas diferenças entre ditadura e democracia burguesa, mas dadas as circunstâncias da crise por que passava o país a democracia brasileira era uma ditadura nos marcos institucionais da sua própria normalidade. Contudo, em sendo assim, como justificar o golpe em marcha?

O golpe indicava que a “minoridade privilegiada dirigente” estava obrigada a rasgar suas próprias leis e impor a ditadura do governo forte, a ditadura da “segurança e salvação nacional” tal como sugeriam as intervenções públicas de Carlos Lacerda, para, assim, diante da crise das condições gerais de produção do capitalismo brasileiro, não ter de depender do aval dos partidos políticos (GUILHERME, 1962, p. 67). O golpe em marcha derivava-se dos impasses estruturais da reprodução capitalista brasileira. Existia um evidente avanço na organização política dos trabalhadores, mas eram as condições da economia capitalista que travavam o seu próprio avanço.

A crise era uma crise estrutural no capitalismo brasileiro que falhava nas condições de recuperação e integração das demandas dos trabalhadores por sua lógica dependente do capital imperialista. Com a ascensão das lutas sociais dos trabalhadores, a minoridade privilegiada, segundo o autor, vê-se atingida porque os fundamentos institucionais da “ditadura legal” se fazem ineficazes para a manutenção dos seus privilégios. “Esse é o motor fundamental do golpe” (ibidem, p. 30).

O autor tem como suposto de que o “sistema capitalista mundial é cortado de alto a baixo por uma oposição profunda”, qual seja, “de um lado estão as nações capitalistas tornadas imperialistas, dominadoras de outras nações”, de outro lado, “as nações de estrutura interna dominante, capitalista, sofrendo porém a dominação imperialista, isto é, as nações dominadas” (GUILHERME, 1962, p. 15). O Brasil era uma nação capitalista dominada pelo imperialismo⁸ que mantinha, no entanto, uma estrutura político-econômica bastante arcaica, estrutura essa que não conseguia mais dentro da normalidade da “ditadura legal” na reprodução do valor “responder às necessidades sociais que ela mesma criou” (GUILHERME, 1962, p. 85).

Depreende-se da leitura do livro que a crise política provocada pela renúncia de Jânio Quadros era uma oportunidade ímpar para o golpe das “minorias dirigentes” impedir o ascenso social dos trabalhadores, camponeses e estudantes, oferecendo com a ditadura do governo forte “soluções técnicas à crise” (GUILHERME, 1962, p. 72). Nos outros livros, o autor elaborou uma análise em pormenor das contradições do capitalismo brasileiro na reproduzibilidade interna da mais-valia; neste limitou-se a anunciar a contradição. As contradições

⁸ O autor afirmaria noutro livro, publicado meses depois, que o Brasil naquela conjuntura já deixara de ser um país agroexportador. Com a evolução do capitalismo em estreita dependência com o capital imperialista conclui que o “capital estrangeiro participa(va) do capitalismo nacional a partir do seu próprio interior, como um dos elementos do sistema capitalista nacional, ele mesmo” (GUILHERME, 1963b, p. 55). Essa conclusão demonstrava-se pelo fato de que “os investimentos de origem norte-americana na indústria de transformação ascenderam de 69 para 563 milhões (de dólares) entre 1940 e 1955, e de 18 para 155 milhões (de dólares) no comércio” (GUILHERME, 1963b, p. 53) e de que com a liberação de capitais após a Instrução 113 SUMOC deu-se de modo sistemático uma completa desnacionalização de milhares de indústrias brasileiras: “a invasão da economia brasileira pelo capital alienígena foi completa e de tal modo que na realidade o capitalismo brasileiro desenvolveu-se entrelaçado com o imperialismo, contém o imperialismo como um dos seus dados constitutivos” (GUILHERME, 1963b, p. 54-55). E com um crescimento industrial em taxas médias de 10% anuais (entre 1955 e 1960), isso queria dizer que a economia brasileira encontrara “condições de autopropulsão” (GUILHERME, 1963b, p. 57) ou, ainda, que o sistema capitalista brasileiro já não necessitava do latifúndio para crescer, o que levava ao impasse político maior: a burguesia industrial já não precisava estruturalmente da aliança política com o latifúndio que fora tão vital nas décadas anteriores, no entanto, tal aliança se mantinha taticamente sobretudo para impedir a reforma agrária, porque a burguesia industrial, escreve o autor, não estava “segura das consequências a que poderia conduzir uma reforma agrária, mesmo dentro das limitações de seus interesses de classe” (GUILHERME, 1963b, p. 60). Enfim, conforme tese do autor, naquela conjuntura política “aquela estrutura voltada para o exterior, primitiva no seu mecanismo, [estava] historicamente superada, embora [subsistisse] como resistência no plano político” (GUILHERME, 1963b, p. 51).

do avanço da reprodução capitalista dependente não davam alternativa às “minorias dirigentes” senão a imposição do golpe, já que pela sua própria característica estavam impedidas, se quisessem sobreviver como “minorias dirigentes”, de ampliar a integração capitalista das forças sociais que o próprio capitalismo produzia.

A tática do medo ao comunismo tornou-se fundamental na organização do golpe. O atentado do MAC contra a UNE, por exemplo, indicava à classe média a necessidade de um governo forte (GUILHERME, 1962). A aposta do autor com o livro era a de que a resposta dos “militantes do povo” na oposição ao golpe em marcha deveria se manter inflexível e regrada por princípios, entre eles: “organização popular para enfrentar seus inimigos”, para assim “transformar a vantagem material da luta em vantagem moral” e com isso “manter a todo custo a divisão da burguesia e da classe média” (GUILHERME, 1962, p. 96-97). Dessa forma poderiam estar a favor da luta do povo e assim impedir o golpe em marcha.

O livro teve repercussão imediata. Na revista *Estudos Sociais*, um dos principais veículos de cultura do PCB, no volume de número 15, de novembro/dezembro de 1962, Almir Matos, um dos dirigentes nacionais do Partido, veio a público com um artigo (1962, p. 220-230) comentando criticamente as teses do livro de Wanderley Guilherme. Do livro o dirigente pecebista depreendeu duas observações críticas. Considerou como termo de “excessiva simplificação” a definição de a contradição principal estar apresentada no par conceitual antípoda de “minorias privilegiadas” e “maiorias submetidas” (MATOS, 1962, p. 222). Para Matos (1962, p. 223), tratava-se de um equívoco “esquerdista” do “jovem professor”, pois o correto seria perceber que historicamente “apenas uma parte da minoria privilegiada é que era golpista”, o que levaria à conclusão de que a correta definição da contradição principal naquela conjuntura seria a dos interesses de uma pequena minoria de privilegiados consorciados e submissos com o imperialismo. E isso mantinha no país condições semifeudais no campo contra os interesses da “esmagadora maioria da Nação”, “a completa alienação ao imperialismo e a intocabilidade do latifúndio” (MATOS, 1962, p. 224), e é o que definiria o “golpismo”.

No entanto, adverte o comentador, esse golpismo vinha sendo derrotado desde o suicídio de Vargas, deduzindo-se desses fatos que o esquema de Wanderley Guilherme da simples contraposição “minoridade privilegiada” contra “maioria oprimida ou submetida” era um esquema “artificial”, de inflexão esquerdista, compreensível para a “intelectualidade jovem”, que “animada pelos melhores sentimentos revolucionários” desejava a “aceleração do processo político para o advento do socialismo (MATOS, 1962, p. 228).

Derivada dessa definição “equivocada” de Wanderley Guilherme, o crítico pecebista apresenta outra má definição no livro. Matos também vê como “doutrinarismo de esquerda” a correlação que Wanderley Guilherme dava entre democracia burguesa e ditadura. Um equívoco grave, segundo Matos (1962, p. 229), porque não se considerava no livro que as “garantias democráticas” fossem fruto de “um duro e prolongado combate contra a reação”. Sendo coerente com as matrizes do seu partido, Matos encerra a crítica endossando a necessidade de a esquerda comunista-nacionalista continuar a lutar pela ampliação dos direitos democráticos do povo brasileiro.

A resposta de Wanderley Guilherme (1963c, p. 375-386) deu-se no número seguinte da revista. Ironizou a crítica de Matos de ser o seu livro uma expressão de “doutrinarismo de esquerda”, um livro esquerdista, um “deslize” da juventude do autor. Encerra o artigo contra Matos apontando uma questão geral: a de que lhe parecia um absurdo um crítico marxista que escrevendo contra o golpe viesse a público criticar um livro contra o golpe sob a alegação de que o referido trabalho “reduzia o significado da luta pelas liberdades democráticas” (GUILHERME, 1963c, p. 382), pois entendia que a integralidade do livro era um chamamento à permanente luta dos “militantes do povo” contra o golpe em andamento. Na tréplica, publicada no semanário *Novos Rumos*, jornal em que era redator, Almir Matos (1963a, p. 4) critica duramente o tom da resposta de Wanderley Guilherme ao seu artigo, pois viu-se ofendido pela “desgovernada vaidade intelectual” e “conduta ética infeliz” do “jovem professor”. Contra as “teses esquerdistas” de Wanderley Guilherme, Matos (1963a, p. 4) reforça a necessidade de se manter a confiança na democracia, defendendo

a “ampliação constante das liberdades democráticas”. E reitera sua crítica inicial à simplificação exagerada do quadro de contradições sociais no Brasil, resumido à contradição “minoría privilegiada” *versus* “maioría submetida” (MATOS, 1963a, p. 4).

Wanderley Guilherme (1963d, p. 4) responde ao segundo artigo de Matos não só defendendo o livro como criticando a tática do dirigente pecebista em querer desqualificá-lo como um “esquerdista”, utilizando-se desse “rótulo fácil” do marxismo ortodoxo, um “método degradado de crítica”. Almir Matos encerrou o debate com uma pequena nota ao final da página da resposta de Wanderley Guilherme, afirmando que era inútil a continuidade do debate; advertia os leitores do jornal sentenciando novamente como um erro “esquerdista” a tese de que o Brasil era um país de “estrutura capitalista, penetrada pelo imperialismo”, pois se aceita tal tese a Revolução Brasileira teria de ser socialista e não como era de fato: “uma revolução anti-imperialista e anti-feudal” (MATOS, 1963b, p. 4).

Para concluir o tópico, cumpre dizer que naquele momento (1962-1963), além de ser docente no ISEB, na condição de militante do MRT o autor também trabalhava como professor auxiliando na alfabetização de moradores da Favela do Acari e do Morro de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro (STEIN; SAPIA, 2004). Com a publicação do livro na prestigiada coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, era coerente com a visão de mundo de sua prática política, o que torna a obra um importante documento na história da esquerda do período e na história do marxismo brasileiro, por fundamentar a sua perspectiva de revolução brasileira como antípoda à defendida pelo PCB e pela sua enfática defesa da democracia radical de bases populares mediada por algumas das principais matrizes conceituais da tradição marxista, como o aporte analítico das teorias da mais-valia.

Nos livros que publica na sequência do ano de 1963, o universo conceitual marxista do autor apresentou-se mais denso e preciso, o que acentuou o distanciamento político do autor com o PCB e a ruptura com a tradição desenvolvimentista isebiana. Enfim, tais obras demarcavam um campo político intelectual marxista dissidente com centralidade destacada ao autor, um campo que envolvia principal-

mente os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), membros da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Municipal dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME), além de militantes urbanos do MRT.

1963: As contradições do capitalismo brasileiro e os impasses políticos da Revolução Brasileira

O livro *Revolução contra revolução* foi publicado em 1963 como o terceiro volume da Coleção Brasil Hoje, das Edições Tempo Brasileiro, que naquela data já se apresentava como marca editorial de prestígio pela edição da revista *Tempo Brasileiro* e por instituir, sob a direção da professora Maria Yedda Linhares, o Centro de Estudos Tempo Brasileiro. A Coleção Brasil Hoje, coordenada por Eduardo Portella, iniciou-se em fins de 1962 com a publicação do livro clássico de Ignácio Rangel, *A inflação brasileira*. Rangel era um intelectual marxista vinculado como funcionário de carreira ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e com breves passagens pelo ISEB como conferencista. Em 1963, a coleção seguiu com a publicação do livro *A questão da cultura popular*, de Carlos Estevam,⁹ o principal organizador do Centro Popular de Cultura (CPC)¹⁰ e professor assistente no departamento de Filosofia do ISEB, onde trabalhava com Wanderley Guilherme e com Álvaro Vieira Pinto. Nesse livro, Carlos

⁹ Carlos Estevam e Wanderley Guilherme tiveram militância estudantil conjunta no curso de Filosofia da FNFfi, quando Wanderley Guilherme foi um destacado presidente do Diretório Acadêmico com atuação que repercutia nas páginas da imprensa carioca. Em 1960, por causa de denúncia de uma mãe de aluna à polícia, houve um rumoroso caso de assédio sexual que envolveu algumas alunas menores de idade que frequentavam as aulas de um cursinho preparatório para os vestibulares da FNFfi organizado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade e que contava com o apoio do professor Álvaro Vieira Pinto e no qual eram professores os recém-formados Carlos Estevam e Wanderley Guilherme. Após as denúncias de assédio a Eremildo Viana, diretor da Faculdade, ambos foram proibidos, conjuntamente com outros alunos e ex-alunos envolvidos no cursinho, indefinidamente de frequentar as instalações da FNFfi. Houve repercussão sobre o caso na imprensa, além do que se descreve no livro de Segnanfredo (1963), nesse que é um pequeno clássico da intriga anticomunista, obra que marcou época pelo feroz macarthismo que acabou por desencadear não só a direção da UNE, como a professores como Álvaro Vieira Pinto, de quem Sônia Segnanfredo tinha sido aluna na FNFfi. Sobre a trajetória de Sônia Segnanfredo, consultar Dreifuss (1981).

¹⁰ Sobre os significados institucionais do CPC e a sua ampla repercussão na cultura da década de 1960, consultar Garcia (2004).

Estevam reuniu textos e manifestos das ações do CPC, um marco de máxima importância para a cultura brasileira dissidente, especialmente pelo corolário de práticas institucionais que depois vieram a organizar a resistência cultural à ditadura militar no cinema, no teatro e no jornalismo.

Ainda em 1963, mas sob a chancela editorial do ISEB, Wanderley Guilherme publicou o seu terceiro livro: *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Na nota de apresentação diz que esse livro estava pronto desde fins de 1962, mas mesmo que estivesse pronto antes da publicação do *Reforma contra reforma*, importa afirmar que foi nesse terceiro livro que o autor desenvolveu densa análise histórico-conceitual que os demais não apresentaram na sua estrutura interna. Com os livros *Quem dará o golpe no Brasil?* e *Reforma contra reforma*, o intelectual do MRT escreveu como um ideólogo do movimento,¹¹ mas com o terceiro livro, para além da condição de ideólogo do MRT, preparou uma obra de tese para leitores especializados, alunos e professores do ISEB, principalmente.

¹¹ No prefácio de *Reforma contra reforma* (1963a, p. X) afirma que o livro estava “endereçado a todos aqueles que participam ativamente na luta social ao lado dos trabalhadores urbanos e dos camponeses, isto é, aos militantes do povo”. Quando o livro foi lançado, o autor foi convidado a dar uma palestra sobre Marxismo na FNFi. A palestra se realizou na noite de 16 de outubro e foi manchete de capa nos jornais no dia seguinte pelos acontecimentos que desencadeou. O diretor da FNFi, Eremildo Viana, em final de mandato, não permitiu a realização da palestra de Wanderley Guilherme. O acesso do público ao local da palestra, o Salão Nobre da Faculdade, foi impedido, mas os mais de duzentos alunos que assistiram à palestra romperam todas as dificuldades, entrando no local pelas janelas com o uso de escadas improvisadas. O caso teve ampla repercussão na imprensa com fotos de primeira página dos alunos subindo pelas escadas. As aulas foram suspensas por vários dias e quinze alunos foram punidos com a suspensão de suas matrículas pelo Colegiado da Faculdade, que acabou por apoiar a decisão do diretor. Com o acontecimento percebe-se muito bem a dimensão da repercussão política que Wanderley Guilherme e sua obra tinham naquela conjuntura. Sobre as repercussões da palestra, consultar o editorial de *O Jornal*, que na edição de 18 de outubro de 1963 (p. 4) chama de “baderneiros” todos os que estiveram presentes à palestra, definindo o ato como uma “acintosa demonstração de desrespeito às autoridades universitárias”. Ou ainda a edição do jornal *Correio da Manhã*, também do dia 18 de outubro (p. 3), que em reportagem sobre o ocorrido registrou que, além dos estudantes, também estiveram presentes alguns marinheiros e operários. Uma pequena nota publicada na edição de 26 de setembro de 1962 (p. 10) do jornal *Última Hora* registra a informação de que naquela data haveria o lançamento do livro *Marxismo Hoje*, que reunia artigos de Jacob Gorender e Wanderley Guilherme, entre outros autores, obra editada por César Guimarães, ex-diretor do jornal *O Metropolitano* e naquela ocasião diretor da revista *Movimento*. O acesso aos jornais pode ser feito por meio deste link: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

O último livro isebiano foi um marco de ruptura conceitual com tudo o que até então o clássico selo editorial do nacional-desenvolvimentismo isebiano já havia publicado.¹² Foi um livro de combate à tradição ideológica do ISEB (e do PCB) e que por isso deveria ser considerado pela historiografia brasileira como um marco teórico referencial nos debates marxistas sobre a Revolução Brasileira na década de 1960. Um livro com pretensões teóricas que, mais que diagnosticar as crises do capitalismo brasileiro, procurava “ensaiar uma interpretação” que pudesse “vir a se revelar verdadeira”, baseada nos ensinamentos da ação popular, porque atenta sob a análise cuidadosa das “mutações quase imperceptíveis que ocorrem na realidade” (GUILHERME, 1963b, p. 11). E isso com um propósito geral: ser aquele livro “uma introdução à análise do fenômeno do subdesenvolvimento, mediante estudo das contradições sociais brasileiras e de seu significado” (GUILHERME, 1963b, p. 8).

O problema da reforma agrária e a reprodutibilidade institucional da mais-valia tecnológica definiam-se como expressões totalizantes no espectro dos impasses da revolução brasileira diante das estruturas do subdesenvolvimento do país e a sua inserção internacional. Com os livros publicados em 1963 o autor elaborou sofisticada análise marxista sobre tais temas que lhe implicaram propor alternativas socialistas para a definição política da revolução brasileira.

No livro *Reforma contra reforma* (1963a), o autor defende uma clara compreensão de uma luta “anti-imperialista e anti grande burguesia agrária” para os “militantes do povo” visando explicar os reais motivos de classe da não efetivação da reforma agrária e de construção de um projeto de combate ao imperialismo (GUILHERME, 1963a, p.

¹² Caio Navarro de Toledo (1997) destaca um importante detalhe: o livro foi publicado pelo ISEB, mas sem qualquer referência, como nas demais publicações, a um corpo editorial ou com um vínculo a determinada coleção, o que leva o grande intérprete da isebiana a duvidar que esse livro pudesse ser de fato uma expressão institucional do pensamento isebiano. Penso que não há dúvida alguma, o livro era de fato a expressão ideológica máxima de um ISEB que se ultrapassava, por suas práticas e contradições, a si mesmo. Pelas teses que o livro apresenta é certo que a edição foi garantida pela intervenção de Álvaro Vieira Pinto, que na condição de diretor do instituto podia perfeitamente assegurar a publicação. Numa de suas entrevistas, Wanderley Guilherme diz que grande parte dos exemplares dessa obra foi confiscada na gráfica da Editora Civilização Brasileira, e que por isso poucos exemplares circularam (DULCI, 2013).

29). Defende como exemplo de luta anti-imperialista “a estatização de todas as empresas estrangeiras que operam em setores chaves da economia” e o “confisco e nacionalização de todas as demais empresas estrangeiras e ramificações”, que, dependendo de cada caso, poderiam ser revertidas “à economia privada nacional – o pequeno comércio, empresas de prestação de serviços, etc.” (GUILHERME, 1963a, p. 40). A luta anti-imperialista definir-se-ia como uma luta contra as condições que permitiam a existência de práticas monopolistas. Só com a estatização dos monopólios estrangeiros é que se poderia garantir a vitória dos trabalhadores, uma luta que só poderia ser “feita até o fim por intermédio de um conjunto de medidas que extravasam o quadro do regime vigente, [...] assentando as bases para uma evolução da sociedade brasileira em direção ao socialismo” (ibidem, p. 40).

Com o “extraordinário avanço do capitalismo no Brasil”, como percebia o autor em 1963, “o sistema já não necessita(va) do latifúndio para crescer”, portanto, “aquela aliança vital, realizada em 1930”, já não lhe fazia “sentido nos dias atuais” (GUILHERME, 1963b, p. 60). Daí a necessidade de uma reforma agrária que considerasse propriedades de 50 hectares como elemento de garantia produtiva para as famílias camponesas. Em face dos mais de dez milhões de camponeses e dos mais de 118 milhões de hectares de terras disponíveis para reforma agrária (conforme dados do Plano Trienal, citados pelo autor), a reforma poderia garantir propriedade para mais de dois milhões e trezentos mil camponeses, levando a termo a média dos 50 hectares, e com isso o país obteria, em egressos do campo, mais de seis milhões e quinhentos mil potenciais trabalhadores urbanos, fatos que inexoravelmente possibilitariam ao país ampliar o seu mercado interno em alto ritmo de industrialização.

Contudo, para o autor, esse não era o projeto da burguesia brasileira e tampouco a sua capacidade econômica para o realizar, como também eram inúteis os esforços do governo Jango (com a proposta da Trienal) e a sua “ideologia populista”¹³ em possibilitar qualquer

¹³ Na segunda parte do livro *Reforma contra reforma* o autor desenvolve análise crítica do movimento ideológico da burguesia nacional brasileira naquilo que definia como populismo das práticas políticas do compromisso, isto é, o quadro ideológico da burguesia e os impac-

garantia de reformas com esse sentido radical de ampliação do mercado e produção nacional. Os “militantes do povo” é quem deveriam elaborar as estratégias para tal projeto de reforma por intermédio da criação de “organismos populares”, que ao garantirem as condições para essas reformas haveriam de organizar um “Comando Unitário das Forças Populares” para, antes de tudo, proporem a “desmistificação às massas” do quão eram ilusórias as medidas governamentais e as reformas ditas da burguesia progressista (GUILHERME, 1963a, p. 49). Reiterando suas críticas ao PCB, diz que a limitação da pressão popular sobre a burguesia nacionalista com vistas às reformas equivaleria “a canalizar a energia revolucionária das massas, sob bandeiras justas, para a conquista de objetivos meramente táticos da burguesia” (GUILHERME, 1963a, p. 27).

O problema da terra era prioritário para o autor, porque com o acentuado desenvolvimento capitalista ocorrido nas décadas de 1940 e 1950 exigia-se um volume de alimentos e de matérias-primas que a estrutura agrária de então não fornecia, “em virtude da baixa produtividade do campo”. A reforma agrária, seria então, nos termos do autor, a “parteira da revolução brasileira” (GUILHERME, 1963b, p. 72).

O processo de industrialização brasileira iniciado na década de 1930 com Vargas definiu após três décadas uma expressiva configuração capitalista ao Brasil, que o autor afere mediante a apresentação, em ambos os livros, de dados e quadros estatísticos que descrevem essa realidade sistêmica. A simples descrição do número de tratores demandados pelo setor agrícola é suficiente para corroborar a tese do capitalismo em consolidação quando trazia os livros a público: em 1920 havia no Brasil 1.706 tratores, em 1940 passam a 3.380, em 1950 a 8.372 e em 1960 espantosos 65.884 tratores, conforme dados do IBGE citados em Guilherme (1963b, p. 58). Os dados sobre a evolução do número de operários no país também descrevem o proces-

ses do Plano Trienal de João Goulart no esforço de políticas compensatórias previamente derrotadas pelo mercado nacional estruturado pelo capital imperialista ou o esboroamento ideológico do nacional-desenvolvimentismo, que com a ideologia do populismo de uma esquerda autoimputada como “esquerda positiva” e as práticas da política de compromisso tentavam se afirmar como alternativa de uma revolução brasileira de cariz socialista (ver GUILHERME, 1963a, p. 76-77).

so. Se em 1930 o país tinha aproximadamente 450 mil operários, em 1940 o número era de 781.185, em 1950 eram 1.256.307, em 1960 passavam de 2.100.000 (GUILHERME, 1963b, p. 64). O aumento do número de operários significava também crescimento do número de sindicatos e trabalhadores sindicalizados. Em 1953, conforme dados do DIEESE (GUILHERME, 1963b, p. 66-67), o país tinha 807.442 trabalhadores sindicalizados, em 1959 eram 1.120.193 filiados. Em “1953, 35% dos trabalhadores na indústria eram sindicalizados, em 1957 esse número havia subido para 47%” (GUILHERME, 1963b, p. 67). Sendo, portanto, o capitalismo brasileiro um processo em plena expansão, restava ao autor apresentar a sua análise das contradições desse processo. Contradições sistêmicas percebidas como um exemplo histórico de “capitalismo subdesenvolvido”, marcado pelo atraso no campo e forte presença industrial imperialista na cidade. Para tanto, o autor apresentaria a sua tese principal: a submissão no capitalismo subdesenvolvido à lei da produção da mais-valia tecnológica.

Mobilizando definições de Marx (*O Capital*, volume 1, parte 4, capítulo 12), Wanderley Guilherme esclarece seus leitores com esta definição:

Diante de uma inovação tecnológica emergiria a possibilidade de novo de mais-valia, a mais-valia tecnológica, derivada do fato de que a produção individual de uma empresa tivesse seus custos relativamente mais baixos do que o social daquele produto. No sistema capitalista clássico, todavia, tal situação é transitória, já que, em breve, aquela inovação é generalizada para todo o ramo de produção. Daí a ressalva de Marx: “Por outro, contudo, esta mais-valia extra desaparece logo que o novo método de produção se generaliza”. Mas o que é transitório no capitalismo clássico, torna-se perene no capitalismo subdesenvolvido, dada a penetração imperialista de que é portador. (GUILHERME, 1963b, p. 99)

As empresas estrangeiras traziam consigo tecnologia superior, em comparação com as condições tecnológicas nacionais, o que acarretava uma consequência imediata: a concentração de capital. Historicamente o processo de industrialização brasileira deu-se sob esta ordem lógica: em função das flutuações a que estavam submetidas as exportações (café, açúcar, algodão, por exemplo), se negativas, isto é,

se restringida a capacidade de importar para consumo interno, o país se via obrigado a produzir internamente esses produtos que deixava de importar quando as exportações garantiam tal possibilidade. O crescimento do mercado interno era “brusco”, e logo uma ordem de problemas se fazia presente, aqueles derivados do consumo restrito, já que as condições de produtividade em nível tecnológico eram incapazes de atender ao acréscimo repentino da demanda.

Deriva-se daí a importação de equipamentos para que se pudessem assim obter a escala necessária para a produção nacional dos produtos demandados pelo consumo interno. Mas sempre havia uma ressalva, pois mesmo com a importação de novos equipamentos “nem por isso desaparecia completamente o grosso da produção, realizada em baixo nível de produtividade, o que significa maior tempo de trabalho socialmente necessário à produção”. E com isso uma consequência óbvia: “os bens criados, não obstante o fato de em algumas indústrias terem seu custo individual consideravelmente diminuído, permaneciam com o valor que as condições gerais lhe atribuíam” (GUILHERME, 1963b, p. 99-100). Aqui a efetividade, nos termos do autor, da realidade produtiva do capitalismo subdesenvolvido no Brasil. Essas condições geravam o

[...] aparecimento de uma taxa de mais-valia extra como condição normal para certas indústrias, por isso que as demais, em esmagadora maioria, não estavam em condições de adaptar-se aos novos padrões tecnológicos, *dado que tais inovações não resultavam de capitalização social interna, mas de modelos internacionalmente impostos.* (GUILHERME, 1963b, p. 99-100, grifo do autor)

Enfim, descrita assim a lei básica do desenvolvimento capitalista brasileiro – a lei da mais-valia tecnológica como marca estrutural do capitalismo subdesenvolvido –, pode-se depreender da análise do autor que as grandes contradições no Brasil, principalmente aquelas derivadas da formação e da ação política da força de trabalho como mercadoria, estavam derivadas da natureza estrutural do processo de extração do valor em lógica e limites subordinados à presença do capital imperialista na formação histórica da industrialização brasileira.

A trajetória intelectual de Wanderley Guilherme dos Santos após o Golpe Militar de 1964¹⁴ foi se distanciando do marxismo para outros marcos teóricos de forte conotações antimarxistas, especialmente os da Ciência Política funcionalista norte-americana, contudo, pelo que foi sumariamente descrito é mister considerar que a obra do autor no seu momento isebiano deve ser percebida historicamente como um importante marco referencial nos debates marxistas¹⁵ sobre os destinos da revolução brasileira apresentados nas décadas de 1960 e 1970.

Referências bibliográficas

CORREIO DA MANHÃ. Punição atinge mais militares e civis. Rio de Janeiro, 11 out. 1964. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 9 de junho de 2019.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DULCI, Otavio Soares (Org.). *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

ESTEVAM, Carlos. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O Metropolitano (Verbetes). In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 4, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 3795-3796.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 127-162, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a06v2447.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

¹⁴ Noutro texto em preparo desenvolvo uma análise da trajetória e publicações do autor com um recorte ampliado ao ano de 1980.

¹⁵ Por exemplo, Ruy Mauro Marini, num dos seus primeiros textos teóricos sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro tinha a obra de Wanderley Guilherme dos Santos como referência. Ver: MARINI (1966).

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GUILHERME, Wanderley. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963a.

_____. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1963b.

_____. Quando a crítica é que dá o golpe... *Revista Estudos Sociais*, n. 16, Rio de Janeiro, n. 16, p. 375-386, mar. 1963c. Disponível em: <<https://marxismo21.org/revistas-de-esquerda/>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

_____. Sobre a crítica e seus métodos. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, p. 4, 31 maio 1963 a 6 jun. 1963d. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 79-98, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n1/v22n1a05.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2019.

LACERDA, Carlos. Só um milagre pode salvar o Brasil de comunismo ou ditadura militar. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1962, p. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Tempos Históricos*, v. 18, n. 2, p. 559-590, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11628/8293>>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Wanderley Guilherme dos Santos, intérprete do pensamento nacional brasileiro. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Rio de Janeiro: Revan, 2017. p. 9-46.

MARINI, Ruy Mauro. La dialéctica del desarrollo capitalista em Brasil (1966). Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/347_dialectica_brasil.html> Acesso em: 3 de setembro de 2019.

MATOS, Almir. Golpe, imperialismo, democracia. *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 220-230, dez. 1962. Disponível em: <<https://marxismo21.org/revistas-de-esquerda>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

_____. Sobre o golpe no Brasil. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 17 a 23 maio 1963a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

_____. Uma explicação. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 31 maio 1963 a 6 jun. 1963b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas no Brasil*. Brasília: Iattermund, 1997.

PINTO, João Alberto da Costa. A origem e o sentido político do projeto História Nova do Brasil (1963-1965). In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. p. 343-357.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *Terra Livre, A Liga e O Nordeste: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-1964*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/1476/2/2016-%20Max%20Fellipe%20Cezario%20Porphirio.pdf>>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. *Wanderley Guilherme dos Santos: depoimento*. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

SEGANFREDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

STEIN, Leila de Menezes; SAPIA, Ricardo. Ciências sociais e trajetória intelectual: entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, SP, v. 16, p. 37-55, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/142>>. Acesso em: 18 de abril de 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

Política e classes sociais no Brasil: reflexões sobre a obra de Décio Saes

Renato Nucci Jr.¹ e Danilo Enrico Martuscelli²

As análises produzidas por Décio Saes sobre a formação social brasileira possuem as seguintes características em comum: (i) priorizam as dimensões macrossociais e macropolíticas dos processos históricos; (ii) enfatizam o exame do comportamento das classes e frações de classe nas diferentes conjunturas políticas; (iii) orientam-se, sem exceção, pela teoria marxista, embora possa se observar a presença de forte ecletismo teórico em sua produção intelectual inicial – aspecto que é observado e reconhecido pelo próprio autor (Saes, 2009). Isto permite a Saes tratar de maneira combinada as dimensões econômica, política e ideológica na análise dos processos históricos, levando-o a se distanciar tanto da perspectiva institucionalista – que concebe as instituições políticas como sendo apartadas das relações conflituosas de classe – como dos estudos marxistas – que concebem a política e a ideologia como mero epifenômenos da economia.

¹ Pesquisador independente.

² Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e editor do blog *marxismo21*.

Em termos gerais, quatro obras escritas por Saes condensam um conjunto de reflexões sobre a história política brasileira. Referimo-nos em particular às seguintes publicações: 1) o livro “Classe média e política na Primeira República (1889-1930)”, publicado em 1975, resultante de sua pesquisa de mestrado em Ciência Política, defendida em 1971, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação de Michel Debrun, e intitulada: “O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira (1889-1930)”;

2) o livro “Classe média e sistema político no Brasil”, publicado em 1985, derivado de sua tese de doutorado em Sociologia, defendida em 1974, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França), sob a orientação de Alain Touraine, com o mesmo título em francês³ – nestas duas obras, o objeto central de análise é a posição das classes médias no processo político brasileiro, abrangendo, na primeira, a conjuntura da Primeira República (1889-1930) e, na segunda, o período histórico de 1889 a 1974;⁴ 3) o livro “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”, publicado em 1985, fruto de sua tese de livre-docência, defendida em 1983, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Unicamp – trata-se de obra na qual Saes apresenta uma interpretação original acerca da revolução burguesa no Brasil, em particular, de sua dimensão política e estatal, procurando caracterizar não só o processo de surgimento da nova estrutura jurídico-política, como também as forças dirigente e principal (motriz) envolvidas nesse processo; e 4) a coletânea de textos “República do capital: capitalismo e processo político no Brasil”, publicada em 2001, na qual há reflexões sobre: a transição ao capitalismo, a evolução do Estado e da democracia, o neoliberalismo e o populismo no país, abrangendo textos publicados pelo autor desde o final dos anos 1980.⁵

³ Ver: “Classe moyenne et système politique au Brésil”, tese de doutorado Universidade de Paris X, 1974. No exemplar do livro “Classe média e sistema político no Brasil”, há a indicação de duas datas de publicação: na ficha catalográfica, consta o ano de 1984, já um pouco mais abaixo, próximo às informações sobre endereço da editora, há a menção ao ano de 1985. Neste artigo, empregaremos como referência o ano de 1985, pois o próprio autor faz alusão a tal datação em seu depoimento (Saes, 2009, p. 46).

⁴ O livro tem como desfecho a análise da conjuntura política que se encerra em 1968. No entanto, no posfácio, Saes procura ampliar um pouco mais o escopo temporal, apresentando algumas reflexões sobre a conjuntura de 1973-1974.

⁵ Além da “Introdução”, esta coletânea contém sete artigos, a saber: (1) “Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil”; (2) “A questão da ‘transição’ do regime militar à demo-

Podemos encontrar outras reflexões do autor sobre a formação social brasileira em duas coletâneas que reuniram parte de seus artigos publicados desde o final dos anos 1970 até os anos 1990, como é o caso de “Estado e democracia: ensaios teóricos”, da Coleção Trajetória do IFCH/Unicamp, editada em 1998,⁶ e parte produzidos a partir dos anos 2000, publicados no livro “Cidadania e classes sociais: teoria e história”, obra lançada em 2016.⁷ Além dessas coletâneas, há uma série de outros textos que foram publicados em revistas científicas ou como capítulos de livros ao longo dos anos 2000, entre os quais destacamos os seguintes: “Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência” (2007), “As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica” (2014) e “Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo” (2016).

Cabe ressaltar, ainda, que a obra de Décio Saes não se resume à análise da política brasileira, reunindo também trabalhos que versam sobre temas como: teoria da história, Estado, classes sociais, democracia, cidadania, educação, transição social, socialismo e, em particular, sobre aspectos das obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Louis Althusser, Étienne Balibar e Nicos Poulantzas. As principais obras do autor estão disponíveis para consulta no formato digital na seção Intervenções do blog *marxismo21*.⁸

No curto espaço deste artigo, seria inviável discutir a fortuna crítica do conjunto de suas contribuições teóricas e estudos voltados à análise histórica e política do Brasil. Dada a complexidade de temas

cracia no Brasil”; (3) “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80”; (4) “Populismo e neoliberalismo”; (5) “A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil”; (6) “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)”; (7) “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”.

⁶ Ao menos um texto teórico deste livro trata de polêmicas com intérpretes e temas relacionados à formação social brasileira, ver: “Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação” (artigo publicado originalmente em 1982).

⁷ Além da apresentação, esta obra contém oito artigos dos quais cinco abordam questões relacionadas diretamente à formação social brasileira: (1) “A questão da evolução da cidadania política no Brasil”; (2) “Direitos sociais e transição para o capitalismo: o caso da primeira República brasileira (1889-1930)”; (3) “Cidadania e educação no Brasil”; (4) “O direito à educação nas Constituições: um modelo de análise”; e (5) “Obstáculos políticos à concretização do direito à educação no Brasil”.

⁸ Ver: <<https://marxismo21.org/decio-saes>>.

e questões abordados por Saes ao longo de sua trajetória intelectual, que ainda se encontra em processo, julgamos oportuno nos centrar no exame dos conflitos de classes e do processo político que permeiam suas três primeiras obras: “Classe média e política na Primeira República (1889-1930)”, “Classe média e sistema político no Brasil” e “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”. Os demais textos publicados pelo autor que foram elaborados no formato de artigos, distam do tipo de sistematização e detalhamento analítico dos trabalhos de dissertação de mestrado e de teses de doutorado e de livre-docência e, nesse sentido, consideramos mais oportuno abordá-los em outro momento – o que, contudo, não nos impede de fazer uma breve referência a aspectos de um ou outro texto ao longo da nossa exposição.

Os trabalhos de Saes que serão aqui analisados discorrem sobre um longo percurso histórico da formação social brasileira, abrangendo a caracterização do escravismo moderno, a revolução política que permitiu a formação do Estado burguês no Brasil e o estudo dos conflitos de classe do período republicano até meados dos anos 1970. Em linhas gerais, operamos com a hipótese de que, sob a unidade da orientação teórica marxista geral que se faz presente nos três livros tomados como objeto de análise, a obra de Saes é marcada por descontinuidades resultantes:

(a) *no plano teórico*, do abandono do ecletismo teórico que marca presença em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado, e da “assimilação profunda”⁹ das teses e conceitos formulados pelo marxismo althusseriano, que são postos em prática na obra “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”;¹⁰ e

⁹ A noção de “assimilação profunda” deve ser entendida como “capacidade de propor novos argumentos favoráveis a (...) teses [que antes teriam sido superficialmente convertidas em moda intelectual] e de desenvolver teoricamente alguns de seus aspectos; ou, inversamente, capacidade de criticá-las expondo sistematicamente os seus desajustes internos e, no limite, contrapondo-lhes alguma alternativa teórica” (Saes, 1998a, p. 12). Portanto, extraímos do próprio Saes a noção de “assimilação profunda”, opondo-a a “abordagem superficial” de determinado conjunto de teses.

¹⁰ Um exame da bibliografia manejada pelo autor nessas três obras permite-nos evidenciar, em termos aproximativos, esse processo de “assimilação profunda” da matriz teórica marxista althusseriana. Se, em “Classe média e política na Primeira República (1889-1930)”, nenhum dos autores de referência do marxismo althusseriano é citado, na obra “Classe média e siste-

(b) *no plano da análise da formação social brasileira*, da elaboração de uma interpretação original sobre a revolução burguesa no Brasil, em especial, de sua dimensão política, que corresponde à revolução política e, portanto, à transformação burguesa do Estado.

Com o objetivo geral de examinar o conteúdo das três obras acima referidas e de demonstrar como se concretizam analiticamente as discontinuidades mencionadas na produção intelectual de Saes, sobretudo, as derivadas da “assimilação profunda” do marxismo althusseriano, optamos por dividir o artigo em duas partes principais, correspondentes à fase que precede e à que sucede tal “assimilação profunda”.

Adotaremos aqui o procedimento de destacar as teses principais formuladas em cada livro; cotejar e demonstrar o alcance e o limite dos conceitos e noções empregados nessas obras; e, principalmente, entrever o impacto do marxismo althusseriano sobre a obra de Saes e sobre sua interpretação da revolução burguesa no Brasil – seção que receberá um tratamento mais minucioso neste artigo, dada sua importância para o pensamento social e político brasileiro.

A fase anterior à “assimilação profunda” do marxismo althusseriano e os estudos acerca dos conflitos de classe do período republicano no Brasil

Na obra “Classe média e política na Primeira República (1889-1930)”, Saes demonstra que o conflito principal que orientava e condicionava todo o processo político da Primeira República no Brasil (1889-1930), era o existente entre duas facções oligárquicas de proprietários rurais:¹¹ as “oligarquias situacionistas”, que asseguravam

ma político no Brasil”, das referências principais do debate francês apenas a obra “Fascisme et dictature”, de Nicos Poulantzas, é mencionada. O cenário se altera significativamente com a publicação da obra “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”, na qual abundam menções aos marxistas althusserianos: Louis Althusser (um artigo, um livro e uma coletânea escrita com Etienne Balibar), Maurice Godelier (um artigo e um livro) e Nicos Poulantzas (dois livros).

¹¹ Quando faz alusão ao conceito de oligarquia, Saes (1975, p. 9) refere-se ao “grupo de dominação cujo poder político real emana da propriedade da terra e do conseqüente controle

seus interesses por meio da política de governadores e eram compostas pelos proprietários rurais de São Paulo e Minas Gerais; e as “oligarquias dissidentes”, que buscavam obter mais espaço no processo decisório da política nacional, mas sem recorrer ao confronto aberto e antissistêmico.

Quais seriam os pontos de unidade e contradição entre as oligarquias situacionais e dissidentes? Para Saes (1975), havia uma unidade entre as duas facções oligárquicas em torno da defesa dos seguintes princípios: o elitismo, que se manifestava principalmente pela posição contrária ao voto dos analfabetos e favorável a uma democracia dos “homens cultos e de bem”; o civilismo, que negava aos grupos militares a posição de força política autônoma; e a coexistência entre liberalismo e agrarismo, que se pautava na defesa do anti-intervencionismo do Estado na economia, do anti-industrialismo e da vocação agrícola brasileira.

No entanto, havia conflitos entre tais facções oligárquicas. Enquanto os grupos oligárquicos hegemônicos defendiam a manutenção “[d]o rateio dos instrumentos de política econômica entre os Estados e a União, e [d]o modelo ‘agrário-fiscal’ da política econômica” (SAES, 1975, p. 60), os grupos oligárquicos dissidentes buscavam democratizar o sistema político com o objetivo de ampliar “suas possibilidades de ascensão ao poder” (Ibidem, p. 72), ou seja, defendiam um programa de regeneração democrática, fundado no voto secreto e no registro eleitoral.

Quanto à relação dessas facções oligárquicas com as camadas médias urbanas, Saes (1975) destaca que suas heterogeneidades de origem, profissionais e raciais, e sua presença numericamente inexpressiva levaram tais camadas a agirem politicamente no interior do universo ideológico dominante, tornando-se, assim, vulneráveis às manobras políticas das facções oligárquicas e sem viabilidade de construir um partido próprio. Além disso, os grupos militares não

que exerce sobre o comportamento dos que nela trabalha”. Portanto, oligarquia designa aqui fundamentalmente a oligarquia rural, ou mais precisamente os proprietários de terra que controlam as atividades exercidas pelos trabalhadores do campo.

conseguiram se constituir como polo de agregação dos interesses das camadas médias urbanas, pois, ainda que tivessem utilizado recursos extrassistêmicos, não chegaram a sustentar objetivos “extrassistêmicos e antioligárquicos” que lhes permitissem atuar como efetiva força política autônoma e encarnar os interesses das camadas médias urbanas.

Saes (1975) salienta também que o empresariado industrial nasceu no seio da economia primário-exportadora (a economia cafeeira) e acabou tirando proveito da política econômica que priorizava os cafeicultores, da geração de mercado consumidor fomentada pela economia cafeeira para as indústrias nacionais e do papel, como força complementar, dos comerciantes-importadores. Ocorre, assim, o que o autor chama de “interpenetração” entre os interesses dos fazendeiros e industriais – o que impede os industriais de se comportarem como um “verdadeiro grupo”. Aqui, o autor incorpora em sua análise a definição presente em muitos estudos sobre os industriais, classificando seus comportamentos como sendo marcados pela “absoluta ausência de consciência de classe, de visão dos problemas da indústria e da compreensão do papel histórico numa sociedade agrária e periférica, como a brasileira” (SAES, 1975, p. 79). Ou ainda: “Renunciando ao papel de agente do ‘industrialismo’, o grupo industrial garantiu para si a possibilidade de absorção pelo sistema político oligárquico” (ibidem, p. 81).

Veremos, mais adiante, como essa análise da polarização das facções oligárquicas será posta de lado e substituída pela tese de que quem exerce a hegemonia política na conjuntura de 1889-1930 não são as oligarquias rurais ou fazendeiros, mas a burguesia mercantil ligada às exportações. Por ora, cabe observar que a referência às oligarquias rurais, nesse livro, é marcada por hesitações e oscilações – o que está longe de denotar certa flexibilidade lexical e terminológica e mais próximo de expressar fundamentalmente uma dificuldade teórica para caracterizar as classes dominantes nessa conjuntura. Além de fazer alusão às noções de “facções oligárquicas”, “oligarquias situacionais” ou “hegemônicas”, “oligarquias dissidentes” e “oligarquias rurais”, já mencionadas anteriormente, ao longo do texto, é possível entrever o emprego dos seguintes termos para se referir ao mesmo

objeto de análise: “grupos aristocráticos”, “elites de proprietários rurais”, “aristocracia proprietária”, “elites rurais”, “grupos oligárquicos aristocráticos”, “elites dominantes”. Seria possível agregar todas essas terminologias numa mesma problemática teórica para analisar fenômenos conjunturais? Grupos, oligarquias, elites e aristocracia seriam noções passíveis de serem integradas analiticamente num mesmo *corpus* teórico? Consideramos que a resposta para essas duas questões é negativa, pois tais conceitos são empregados por variadas problemáticas teóricas, como também podem designar diferentes tipos de relações de produção, de maneira que seus usos podem obscurecer o exame dos distintos modos de produção que se fazem presentes numa dada formação social concreta.

No que se refere à análise das instituições políticas, Saes dá centralidade à noção de sistema político, caracterizando-o como uma espécie de processador de demandas econômicas, sociais, culturais e políticas. Assim, se, no período imperial, o sistema político tenderia a ser mais fechado a tais demandas por excluir formalmente os grupos não oligárquicos da vida política, durante a Primeira República, tal exclusão teria sido atenuada, mas sem alterar “de fato” a exclusão dos grupos não oligárquicos do processo político partidário. Nessa perspectiva, o sistema político assumiria uma feição mais liberal-democrática na forma, mas se manteria como oligárquica no conteúdo, pois continuava a ter como núcleo central as “elites dos proprietários rurais”: “A exclusão dos vários grupos sociais do processo político exigia das elites rurais técnicas mais sofisticadas: somente um procedimento mais sutil permitiria ao campo (elites proprietárias) reforçar a tirania sobre o campo (massas trabalhadoras) e lançar a pedra fundamental da tirania sobre as cidades (grupos industriais nascentes, camadas médias, operariado)” (Saes, 1975, p. 48). As instituições eleitorais que darão vida à existência do sistema político oligárquico, serão fundamentalmente duas: a política dos governadores e o coronelismo. Partindo dessa definição de sistema político e observando suas diferentes modalidades mais ou menos excludentes, o autor chama a atenção para a capacidade desse sistema político em integrar as classes e camadas sociais. Isto é, ao sistema político atribui-se também a função de integrar os grupos sociais. Portanto, o sistema político pode ser concebido com uma

noção que designa duas dimensões principais: processar demandas e integrar classes e camadas sociais. Tratemos de observar a seguir as retificações produzidas por Saes em sua tese de doutorado, especialmente as relacionadas à caracterização do sistema político, às classes sociais e aos conflitos políticos ocorridos na Primeira República.

O livro “Classe média e sistema político no Brasil” foi escrito no formato de tese de doutorado em 1974 e publicado apenas em 1985, sem retificações profundas do texto original. Trata-se de um trabalho de maior densidade teórica e analítica, correspondente ao tipo de originalidade exigido de uma tese de doutoramento. É curioso notar a demora para ser publicado, tendo em vista que a Introdução e o Posfácio dessa obra datam, respectivamente, de agosto e setembro de 1979. Já na Introdução, Saes indica a tese central do livro, a saber: a tese de que a classe média urbana não adotou uma posição unitária no período 1889-1974, dividindo-se entre as distintas frações das classes dominantes e as classes populares. No entanto, realiza uma autocrítica que pode ser aplicada também a seu livro anterior:

[...] a análise aqui desenvolvida subestima o papel econômico e político do capital comercial (aqui, frequentemente agregado à propriedade fundiária sob a denominação de “grupo agroexportador” no desenvolvimento capitalista brasileiro; não dá a devida atenção à presença do capital imperialista, bem como às diferentes e sucessivas formas pelas quais este domina a economia brasileira; minimiza o caráter *popular* da luta anti-imperialista; não avalia corretamente a importância e a repercussão das lutas populares no campo, sobretudo a luta pela terra. (SAES, 1985a, p. IX)

Saes busca analisar, neste livro, o papel da classe média brasileira no cenário político e seu entrelaçamento com o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Assim, considerando que sua história “[...] está estreitamente ligada às particularidades nacionais do processo capitalista de transição – ‘economia agrário-exportadora → economia industrial’ – e de industrialização” (Saes, 1985a, p. 2), define a classe média como sendo constituída “[...] por esta fração dos trabalhadores improdutivos que a hierarquia do trabalho classifica como ‘não manuais’” (Ibidem, p.14). Do ponto de vista político e social, a classe média seria um grupo secundário, porém “(...) agentes sociais

secundários podem tornar-se, em certas circunstâncias, agentes políticos importantes” (Ibidem, p. 18). Desse modo, a depender da conjuntura, abrem-se à classe média duas possibilidades de ação política: (a) substituir a representação de interesses das classes fundamentais antagônicas (burguesia e proletariado), atuando como “agente substituto”, ou (b) apoiar a política dessas classes antagônicas.

No caso brasileiro, é a situação de trabalho que introduz tais diferenciações ideológicas no âmbito dos trabalhadores não manuais, levando-os a cindirem-se em duas camadas distintas. A primeira é a de uma classe média tradicional, recrutada pelas oligarquias rurais a partir de laços familiares e de parentesco, que cumpria tarefas administrativas, dirigentes e funções intelectuais. Por seus vínculos, a classe média tradicional e as oligarquias rurais compartilhariam um universo ideológico comum, marcado por uma concepção elitista e restritiva da democracia, pelo civilismo (domínio da política pelas oligarquias) e pelo liberalismo econômico, que, na prática, defendia a vocação agrária do Brasil contra os intentos industrialistas. Considerando a hierarquia social resultante da situação de trabalho, é possível situar, num nível inferior, uma segunda camada: a baixa camada média, que possui “(...) prestígio reduzido e qualificação modesta que se instalou, ao nível do conjunto das camadas médias, o primeiro embrião de orientação política antioligárquica” (ibidem, p. 62). Ou seja, a baixa camada média, por sua situação de trabalho, deteria tendencialmente maior autonomia político-ideológica frente às oligarquias e, por isso, possuiria um maior potencial contestatório.

A partir dessa caracterização da classe média brasileira, a tarefa de Saes é a de observar como a classe média em geral e suas camadas principais, tradicional e baixa, posicionam-se ao longo do processo histórico, que compreende distintos sistemas políticos: o oligárquico, o populista e o autocrático-militar – o que tem implicações para a caracterização da contradição principal que polariza a política brasileira, da organização da hegemonia política no seio da classe dominante e das alianças de classes nessas diferentes conjunturas.

Nesse sentido, o autor estabelece a seguinte caracterização: a) no sistema político oligárquico, que compreende o período de 1889-1930: o conflito principal é o existente entre os grandes proprietários de terra, caracterizados como hegemônicos e dissidentes; a “burguesia

cafeieira” ou os “empresários do café” de São Paulo exercem a hegemonia política. As classes médias oscilam entre as polarizações das classes dominantes e também entre as classes populares e não logra com isso se constituir como força política autônoma. Já nascente burguesia industrial que realiza uma “articulação profunda” com os proprietários de terra ligados à exportação de café, beneficia-se dessa aliança e, para tanto, se submete a sua hegemonia; b) no sistema político populista, que se estabelece entre 1930 e 1964, Saes identifica a existência de uma crise de hegemonia, marcada pelo declínio político dos grandes proprietários de terra, a despeito de suas tentativas de restauração de poder em 1932, 1945, 1954; por uma ascensão política da burguesia industrial que, no entanto, não se reconhece na política estatal implementada; e por uma organização da burocracia estatal que passa a se constituir como força social autônoma. As classes médias também irão se dividir nesse processo, mas parte delas logrará se estabelecer como partido, formando a União Democrática Nacional (UDN); c) o sistema político autocrático-militar que se constitui com o golpe de 1964, contribui para o estabelecimento da hegemonia política do grande capital monopolista e põe fim tanto à política populista de integração das classes médias e concessões às classes populares, como à crise de hegemonia. Sobre essa última conjuntura, cabe ressaltar que a análise de Saes se circunscreve ao período 1964-1974. Tratemos de apresentar os argumentos sustentados pelo autor para definir cada um desses subperíodos.

No período do sistema político oligárquico, ocorre um processo de “recomposição interna da classe dominante agrária”, que se dá por conta da integração da economia cafeeira à economia mundial. Com isso, é criada uma “nova camada de proprietários de terra”, isto é:

[...] a conduta capitalística e progressista dos empresários do café de São Paulo já estava bem distante da atitude senhorial dos proprietários de terras do Nordeste (região do açúcar) ou do Vale do Paraíba (a primeira região cafeeira). Suas iniciativas ultrapassaram consideravelmente os limites do capitalismo agrário-escravista: conquista de novas terras, situadas na região oeste de São Paulo, substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, defesa da imigração estrangeira, melhoramento do processo de produção, controle dos serviços urbanos de comercialização e financiamento do café. (SAES, 1985a, p. 28).

Assim, a partir dos anos 1870, os empresários do café expressam a sua luta pela hegemonia no interior das classes dominantes agrárias na forma de luta pela descentralização política, proposta que se casava com a propaganda republicana sem com isso se tornar uma arma revolucionária. Para o autor, serão os militares que conseguirão pôr fim ao Estado imperial e ultrapassar os propósitos da burguesia cafeeira, que “desejara a Federação e ganhou a República”. Nesse processo, a burguesia cafeeira passou a lutar pelo controle do processo decisório, o que implicou retirar o grupo militar do controle dos aparelhos do Estado republicano e estabelecer sua hegemonia a partir de 1894, momento em que se inicia o sistema político oligárquico, em aliança com os proprietários de terras de Minas Gerais.

Para Saes (1985a), tanto o sistema político imperial quanto o oligárquico representam a dominação dos proprietários de terra. Em termos políticos, o que os diferenciara é a constituição da hegemonia política da burguesia cafeeira de São Paulo e o “refinamento da dominação de classe” que passará a se configurar com a instituição do presidencialismo, do sufrágio universal (ainda que interditando o voto aos analfabetos e estrangeiros e, acrescentaríamos, às mulheres, que representavam amplos contingentes populacionais). Além disso, a democracia parlamentar estabelecida sob o sistema político oligárquico irá ser profundamente manipulada e controlada pelos proprietários de terra locais, estabelecendo-se o chamado coronelismo, cuja eficácia era garantida pela “inexistência do voto secreto”, mas também por outros expedientes, tais como:

A falsificação das atas eleitorais, o não reconhecimento pelas assembleias legislativas regionais dos candidatos eleitos não filiados às facções oligárquicas dominantes e, no limite, o apelo à violência (sobretudo nas províncias do Nordeste) constituíram recursos complementares à pura manipulação do voto das massas rurais. (ibidem, p. 34)

O outro aspecto analisado por Saes é a existência de uma “articulação profunda” entre os proprietários de terra (situacionistas e dissidentes) e a burguesia industrial nascente. Na visão dele, o crescimento vegetativo da indústria fomentado pela expansão cafeeira não teria resultado na transformação da sociedade capitalista agrária, uma

vez que a ação dos próprios industriais teria sido marcada por uma passividade política, inviabilizando-se, assim, a formação de um partido industrializador ou industrial durante a Primeira República. Nesse sentido, os industriais tenderam à dispersão política, em termos de organização, e a transferir ao poder oligárquico a responsabilidade para resolver os conflitos de classe, inclusive os relacionados ao problema operário.

Nesses termos, como se constituía a dominação de classe?: “A dominação de classe dos proprietários de terras encontra sua expressão política num sistema baseado na exclusão política das massas rurais e da classe operária, assim como na absorção política da burguesia industrial nascente” (Saes, 1985a, p. 39) Sobre este aspecto, é preciso destacar o que Saes chama de “absorção política e ideológica” não só da burguesia industrial, mas de outros grupos sociais como as camadas médias. Tal direção política é assegurada pelos proprietários de terra sobre as camadas médias tradicionais pela via de relações de lealdade e apadrinhamento, já que ambos defendiam o liberalismo oligárquico e uniam-se em torno do “partido único oligárquico”: o Partido Republicano.

No tocante aos conflitos entre oligarquia hegemônica e dissidentes, não havia divergências significativas em torno das linhas centrais da política econômica e social do Estado oligárquico, da manutenção da propriedade privada rural e das relações de trabalho no campo nem da consolidação do chamado *capitalismo mercantil*. Os conflitos se expressavam como crítica moralizadora à oligarquia dominante:

À falta de uma discordância mais profunda, a ‘corrupção’ e a ‘ineficiência administrativa’ tornavam-se os temas principais do ataque ao poder central. Neste quadro, a crítica principal recaía sobre os costumes políticos do bloco oligárquico hegemônico; a fraude e a manipulação eleitorais – isto é, as práticas do coronelismo – caracterizavam-se como fonte do poder das oligarquias hegemônicas, e estas eram, conseqüentemente, as responsáveis pela violação dos princípios liberais consagrados pela Constituição de 1891. Defendendo a regeneração da democracia brasileira, a oposição oligárquica voltava a estimular as aspirações liberais e, portanto, mostrava-se capaz de subtrair às oligarquias do Partido Republicano uma parte de sua base de apoio; a oposição apresentava às camadas médias urbanas como a facção oligárquica mais apta à realização prática dos princípios liberais. (SAES, 1985a, p. 55)

Saes caracteriza também a dominação oligárquica como duplamente antinacional e distante de se constituir como uma política de integração nacional, tendo em vista que promoveu e reforçou a descentralização do Estado e a autonomia econômica regional, constituindo uma “justaposição inorgânica de células regionais” (federalismo + regionalismo), e também intensificou a dependência em relação ao capital estrangeiro por meio do próprio processo de estabelecimento da hegemonia política da burguesia cafeeira e da estabilidade política garantida com contínuo apoio do capital europeu (submissão ao imperialismo).

De acordo com Saes, a revolução de 1930 destrói o sistema político oligárquico e estabelece novas relações entre classes sociais e grupos secundários. O federalismo oligárquico é substituído pela centralização política administrativa. As oligarquias rurais não são excluídas do novo bloco político dominante; inserem-se na defensiva no processo político e procuram resistir a esse declínio buscando apoio no antipopulismo das camadas médias tradicionais que, motivadas em parte pelo medo da proletarização, organizam uma reação conservadora para conter a integração política da classe operária e das baixas camadas médias ao sistema político. A burguesia industrial nascente amplia sua capacidade de influência sobre a política estatal. No entanto, o chamado “Estado populista” é marcado por um equilíbrio instável de compromisso ou por uma crise permanente, ou seja, pela ausência de uma força social que se coloque como sendo claramente hegemônica. Trata-se de uma relação interna ao bloco político dominante que é marcada por um combate incessante entre esses grupos pelo controle da política econômica e social.

Os grupos agrário-exportadores, tendo a classe média tradicional como sua tropa de choque, realizam sucessivas tentativas de restaurar sua hegemonia ou alcançar algum nível de reorganização e reorientação da política de concessões do Estado em 1932, 1945 e 1954. Fracassam quanto aos objetivos de retomar a hegemonia e de colocar fim ao pacto populista, mas alcançam relativo êxito nesses momentos em que, ao radicalizar sua ação política, conseguem obter concessões do Estado, sem evitar ou impedir seu declínio “irreversível”. Já a burguesia industrial nascente passa a exercer crescente influência

sobre a política econômica, mas não se reconhece na legislação trabalhista implementada pelas “categorias sociais” que integram o “Estado populista”. Segundo Saes (1985a, p. 102-103), a política populista designa dois eixos centrais: uma política de desenvolvimento e uma política de ordem:

A política de desenvolvimento se define objetivamente como uma política de industrialização (confisco cambial, investimentos públicos) e como política de integração operária: sindicalismo de Estado, legislação do trabalho. [...] A política de ordem se define como uma política de manutenção da grande propriedade fundiária e do estatuto das relações de trabalho vigente no campo; e como uma política (pela própria via da integração) de manipulação operária. (SAES, 1985a, p. 102-103)

Na caracterização do “Estado populista” como política de equilíbrio instável ou crise de hegemonia, encontra-se um dos pontos polêmicos da análise de Saes. Por quê? Porque, ao mesmo tempo que o autor menciona que não existe uma fração hegemônica do novo bloco político dominante constituído a partir da revolução de 1930, o desenvolvimento de sua análise tende a indicar que é a burguesia industrial nascente que tem tendencialmente seus interesses priorizados pela política estatal. O limite de sua análise situa-se justamente no modo como procura atestar e defender a tese da ausência de uma força hegemônica do bloco político dominante. As justificativas utilizadas pelo autor para defender tal tese ficam claras nas seguintes passagens do livro: a) “a política de desenvolvimento (...) não coincide inteiramente com os interesses de nenhum grupo dominante. Os grupos de interesse agrário-exportadores e industriais exercem uma pressão contínua sobre as estruturas do Estado; mas nem uns nem outros o consideram como feito à sua imagem” (Saes, 1985a, p. 102); 2) a burguesia industrial não se reconhece “no projeto que as ‘categorias sociais’ de Estado tentam propor-lhe” (ibidem, p. 120).

Quais problemas identificamos nessa análise? Se o declínio dos grupos agromercantis é concebido como irreversível e o crescimento da capacidade da burguesia industrial de influenciar os rumos da política populista é tomada como uma tendência, logo, é possível observar que a despeito do conflito permanente entre essas frações, uma se

projeta como força política descendente e outra se projeta como força política ascendente. Não seria exatamente esse diagnóstico que nos permitiria conceber a burguesia industrial como força hegemônica? A resposta para tal questão deveria ser afirmativa, mas ainda seria insuficiente para dar tratamento rigoroso ao problema em tela.

É preciso notar também que a hegemonia ou predomínio político de uma fração diante da política estatal se constrói de maneira processual. Nesse sentido, as noções empregadas referentes à política de desenvolvimento, como, “não coincide inteiramente” ou não feito à imagem de nenhuma fração que integra o bloco político dominante, acarretam o uso de um conceito de hegemonia marcado por um viés analítico que substitui a ideia de predomínio político ou prioridade de interesses diante da política estatal pela noção de contemplação plena ou absoluta dos interesses de uma dada fração dominante. Ao recorrer a essa ideia de contemplação plena ou absoluta, o autor acabou concluindo que, na longa conjuntura de 1930 a 1964, estaríamos diante de uma ausência de hegemonia na formação social brasileira.¹²

O próprio Saes (1985a) admite que a revolução de 1930 não foi uma revolução burguesa, no sentido clássico do termo, e que nem a burguesia industrial buscava, em seu início, a hegemonia política do processo: “Mas, ao destruir o monopólio oligárquico do poder político, o movimento político-militar de 1930 criou as condições institucionais indispensáveis à aceleração do processo de industrialização periférica e ao desabrochar de uma nova classe dominante” (Ibidem, p. 83). As condições institucionais foram, principalmente, “[...] a transformação do Estado federal num Estado centralizado; do Estado oligárquico num ‘Estado de compromisso’” (Ibidem, p. 85).

Uma saída para essa dificuldade analítica poderia ser buscada na distinção que Poulantzas (2019) faz entre fração hegemônica – que tem seus interesses priorizados pela política estatal – e fração reinante

¹² A tese da ausência da hegemonia na conjuntura 1930-1964 também foi sustentada por Farias (2017). Para o autor, a caracterização dessa crise de hegemonia se comprovaria pelo “papel adquirido pela burocracia do Estado no processo de industrialização capitalista (...) [que] exprime uma situação de ausência de hegemonia no interior da classe capitalista” (Ibidem, p. 150). Em resenha crítica feita a essa obra para o blog *marxismo21*, Nucci Jr (2017) procura problematizar tal interpretação.

– que exerce o domínio ideológico na cena política.¹³ Com isso, longe de haver uma ausência de hegemonia, o período que abrange o “Estado populista” seria marcado por uma defasagem entre a classe ou fração de classe que exerce a hegemonia política: a burguesia industrial, tendo em vista o processo tendencial de industrialização levado a cabo nesse período que, segundo Saes, torna-se inclusive irreversível a partir do final dos anos 1950; e o papel de fração reinante que é exercida pela autonomia ideológica da burocracia de Estado diante das classes e frações de classes, o que lhe permite apresentar-se na cena política como força social autônoma.

Como Saes analisa a posição das classes dominantes na crise do populismo e no golpe de 1964? De acordo com ele, quando o processo de industrialização se torna algo irreversível, a partir de 1956, a política populista de integração operária projeta-se como:

Ultrapassada porque a potência econômica do setor industrial o prepara finalmente para o enfrentamento direto com a classe operária, e torna ainda menos eficazes os ataques dirigidos contra o Estado industrializador pelas oligarquias rurais. E perigosa porque, numa etapa de intensificação da acumulação de capital e, por conseguinte – nas condições do capitalismo periférico –, de aumento da exploração da força de trabalho industrial, ela torna o Estado incapaz de resistir à pressão operária: no contexto do populismo, a inflação torna-se não somente uma técnica de acumulação de capital mas também um fator de politização das massas. (SAES, 1985a, p. 147)

Em linhas gerais, a destruição do “Estado populista” é concebida como processo que permite ao grande capital monopolista se erguer como fração hegemônica e de superação do sistema político que melhor se adequa à situação de incapacidade hegemônica. A constituição do novo sistema político envolve a militarização do aparelho de Estado, que é caracterizado como “Estado autoritário e antipopular”. É justamente a aliança entre militares e técnicos que conduzirá à política

¹³ Sobre a distinção entre fração hegemônica e fração reinante, ver também os seguintes capítulos do livro de Martuscelli (2018): “Como identificar a classe ou fração hegemônica do bloco no poder? Apontamentos teórico-metodológicos” e “Cena política, fração reinante e hegemonia ideológica”.

de desenvolvimento que buscará atender às aspirações do grande capital monopolista, mas sem dispor da autonomia ideológica e política das categorias sociais do “Estado populista”. Tal política jamais confronta a direção política do grande capital monopolista. Assim: “se a política populista de desenvolvimento revelou um caráter *antecipador* com respeito à nova classe dominante, a política autoritária e ‘racional’ de desenvolvimento contentou-se em dar uma resposta *contemporânea* às aspirações do grande capital monopolista” (Saes, 1985a, p. 149).¹⁴

A recusa à política populista é algo que une politicamente o conjunto da classe dominante no processo de deflagração do golpe de Estado. O golpe de Estado é concebido simultaneamente como: processo que visa a conter a radicalização da política populista de integração operária, numa conjuntura marcada pelo ascenso do movimento operário e popular, e pela constituição de um governo inclinado a atender a tais aspirações; e iniciativa que resulta na superação da situação de incapacidade hegemônica e na instituição da hegemonia do grande capital monopolista no bloco político dominante e da militarização do aparelho de Estado, vista inicialmente como temporária, como um “autoritarismo de crise”, mas que se torna permanente e frustra certas expectativas de classes e grupos sociais que se empenharam na deflagração do golpe, engendrando, com isso, novas contradições ao longo do processo pós-golpe.

Para o autor, a conjuntura seguinte à implantação do golpe é marcada pela ascensão política do grande capital monopolista interno e associado, e instaura novas contradições no seio das classes dominantes. São justamente os segmentos da média burguesia industrial e dos médios proprietários rurais que irão se constituir como um dos componentes fundamentais da oposição que se erguerá politicamente a partir de 1968: “(...) se a oposição burguesa defende a restauração

¹⁴ A relação entre ditadura militar e hegemonia política do grande capital monopolista é analisada com maior profundidade por Saes no artigo: “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro nos anos 70/80”, publicado na coletânea “República do capital: capitalismo e processo político no Brasil”. Neste artigo, o autor também elabora mais claramente um critério de aferição da hegemonia política que, segundo ele, designa o impacto da política econômica sobre as posições relativas das frações de classe que integram o bloco no poder. Para uma discussão deste critério, ver: “Como identificar a classe ou fração hegemônica do bloco no poder? Apontamentos teórico-metodológicos”, em Martuscelli (2018).

da democracia parlamentar é porque ela quer reconstituir seus grupos de pressão no interior do parlamento e junto aos ministérios e agências públicas, a fim de poder influenciar a tomada de decisões concernentes à política econômica do Estado” (Saes, 1985a, p. 168). A média burguesia, já a partir de 1966, através da Frente Ampla, empreenderá uma luta pela reorganização do Estado pela via da democracia parlamentar, sem a pressão populista, em condições de resistência inicialmente muito adversas, mas que, com o fim da luta armada e do milagre econômico, serão gradualmente superadas.

A “assimilação profunda” do marxismo althusseriano e a análise da revolução burguesa no Brasil

Como já indicamos na introdução deste artigo, a obra “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)” pode ser considerada o principal divisor de águas na produção intelectual de Décio Saes, levando em conta os textos aqui examinados. Neste livro, o autor empreende um duplo deslocamento. O primeiro, de caráter teórico, concretiza-se por meio do processo de “assimilação profunda” e crítica do marxismo estrutural (althusseriano), formulado nos livros *Por Marx e Ler O Capital* por Louis Althusser e seu grupo, e principalmente em “Poder político e classes sociais”, obra escrita por Nicos Poulantzas. Tal filiação teórica permite a Saes dar um tratamento novo aos conceitos de modo de produção e de Estado, ou seja, tal filiação permite ao autor produzir um deslocamento/avanço teórico em relação as suas obras e escritos anteriores.

O segundo deslocamento é decorrente deste primeiro e tem relação com a contribuição original que o autor produz para caracterizar a revolução política burguesa no Brasil e as lutas de classes que permitem a emergência de um tipo de Estado burguês no país. Saes elabora uma nova compreensão sobre o lugar ocupado pelas diferentes classes sociais nesse processo, engendrando uma mudança profunda no entendimento sobre o papel das classes dominantes e das classes dominadas (classes médias urbanas e escravos rurais) na transformação do Estado escravista em Estado burguês – o que o leva a se distanciar

das interpretações vigentes acerca da revolução burguesa no Brasil. Com isso, queremos sustentar a ideia de que o deslocamento teórico que decorre da vinculação de Saes com o marxismo althusseriano, permite-lhe reorientar suas análises sobre a história política brasileira. Tratemos de observar mais de perto esse duplo deslocamento.

Em “Classe média e sistema político no Brasil”, Saes não manifesta preocupação em fundamentar teoricamente uma caracterização em torno de qual seria o modo de produção predominante em nosso país no século XIX. Assim, suas definições sobre o modo de produção dominante aparecem soltas e sem um lastro analítico que justifique sua opção teórica. Ele aponta para a existência de um “capitalismo agrário brasileiro”, bem como faz referência a um “capitalismo agrário-escravista” (Saes, 1985a, pp. 27-28). Por conseguinte, a classe dominante, hegemônica entre os proprietários de terra, é caracterizada como sendo a “burguesia cafeeira” de São Paulo, que se distinguiria, como já vimos, da “atitude senhorial dos proprietários de terra do Nordeste (região do açúcar) e do Vale do Paraíba primeira região cafeeira” por sua “conduta capitalística e progressista” (Ibidem, p. 28). Neste caso, Saes evidencia uma aproximação com as teses que atribuem à burguesia cafeeira paulista um papel pioneiro na modernização política, econômica e social do Brasil.

Revela-se, em tais passagens, como Saes caracteriza o modo de produção predominante no Brasil do século XIX. Define-o como sendo um “capitalismo agrário-escravista” transformado – após os eventos da Abolição, da Proclamação da República e da ascensão da oligarquia rural ao comando político do país – em “capitalismo agrário”. Partindo da premissa da existência de relações de produção capitalistas no Brasil, já no século XIX, exime-se o autor de apresentar uma teoria sobre os tipos e as formas de Estado. O produto dessa ausência resulta na formulação do próprio objeto de seu estudo que dá ênfase à noção de sistema político. Preocupa-se Saes em estudar como a classe média se relaciona ao longo da história brasileira, das décadas finais do século XIX até 1974, com o sistema político.

O sistema político aparece ao longo da obra como sinônimo de Estado. Essa opção analítica deve-se ao fato de o modo de produção capitalista, para Saes, ser uma realidade no país já no século XIX. Por

tal motivo, uma análise mais acurada sobre o caráter de classe do Estado seria desnecessária. Restou, assim, a ele associar de maneira um tanto mecânica as formas concretas de acumulação capitalista (capitalismo agrário-escravista, capitalismo agrário-mercantil, capitalismo industrial) com os sistemas políticos (oligárquico, populista, autocrático-militar), deixando de observar, assim, o ponto de ruptura que representou a revolução política burguesa. O sistema político, desse modo, além de ser sinônimo de Estado, representa uma forma específica de organizar a dominação de classe, o que já é em si uma conceitualização que dista da noção empregada em sua primeira obra, na qual Saes caracterizava o sistema político como processador de demandas e integrador de classes e camadas sociais.

Um quadro bem distinto é apresentado na obra “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”. O rigor teórico e o estudo profundo dos fatos históricos analisados por Saes, conferem a este trabalho uma relevância teórico-analítica ímpar. Duas questões centrais orientam o livro. A primeira diz respeito ao momento histórico em que se forma o Estado burguês no Brasil. A segunda refere-se à análise da luta de classe que determinou a formação do Estado burguês e, portanto, liga-se ao exame detalhado da força dirigente e da força principal atuantes na transformação burguesa do Estado.

Operando sob a forte influência do marxismo althusseriano, Saes diverge da periodização tradicional acerca da revolução burguesa no Brasil. Enquanto vários estudos costumam identificar a revolução de 1930 como o marco histórico fundamental desse processo, Saes (1985b) situa o período 1888-1891 como momento em que se concretiza a revolução política no Brasil, ou seja, a transformação da estrutura jurídico-política do Estado escravista em estrutura jurídico-política do Estado burguês, observando ainda que “a revolução burguesa, em geral, se inicia antes e termina depois da revolução política burguesa” (SAES, 1985b, p. 16).¹⁵

¹⁵ Apesar de não podermos aprofundar a análise de maneira satisfatória no espaço deste artigo, comparativamente, é importante frisar que as análises de Saes divergem de outras consagradas sobre o caráter, o momento histórico e as classes sociais que dirigiram a revolução burguesa no Brasil. Como exemplo, citamos Florestan Fernandes, que defende, na obra “A revolução burguesa no Brasil”, a tese de que tal revolução foi antes um processo de

Baseando-se nos exemplos históricos concretos das revoluções burguesas inglesa e francesa, Saes (1985b) entende que “sem uma estrutura jurídico-política capitalista”, não teriam sido criadas as condições para o aparecimento de uma burguesia industrial. Desse modo, o autor situa a revolução política burguesa no período histórico compreendido entre 1888, momento em que ocorre a abolição ou extinção legal da escravidão e a constituição da igualdade jurídica burguesa, passando pela Proclamação da República, em 1889 – que garantiu a emergência de um novo modo de funcionamento do aparelho de Estado, não tendo mais suas tarefas monopolizadas pelas classes dominantes e passando a ser gradualmente orientado pelos princípios do burocratismo e, com isso, constituindo-se como aparelho formalmente aberto a todas as classes sociais – e encerrando-se com a promulgação da primeira Constituição republicana.

Neste ponto, notamos como Saes (1985b) procura assimilar em sua obra o conceito de Estado como estrutura jurídico-política, formulado originalmente em “Poder político e classes sociais” por Nicos Poulantzas (2019), e aplicá-lo à análise da transformação burguesa do Estado no Brasil. Nas obras “Por Marx” e “Ler O Capital”, Althusser e seu grupo elaboraram o conceito de modo de produção ampliado que deixaria de designar apenas a estrutura econômica e passaria a integrar também as estruturas ideológica e política em sua definição. Logo, o marxismo althusseriano passou a sustentar a tese de que era possível construir teorias regionais sobre cada uma das estruturas do todo social, chegando a caracterizar, assim, a obra “O capital”, de Karl Marx, como uma teoria regional do econômico no modo de produção

mudanças políticas, econômicas e sociais acumulativas, inexistindo um “episódio histórico” que a fundasse. Assim, a revolução burguesa ocorrida no país teria se constituído a partir de “um reduzido conjunto de fatores histórico-sociais” (FERNANDES, 1975, p. 29), a saber: (a) um processo político: a independência; (b) o aparecimento de dois tipos humanos imprescindíveis: o fazendeiro do café e o imigrante; (c) um processo econômico: a “mudança do padrão de relação dos capitais internacionais com a organização da economia interna” (Ibidem, p. 30); (d) um processo socioeconômico: a “expansão e universalização da ordem social competitiva” (Ibidem, p. 30). Uma crítica mais direta a esta obra de Fernandes pode ser encontrada no artigo: “Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil” publicado em Saes (2001).

capitalista. Absorvendo o conceito de modo de produção ampliado e a ideia de construir teorias regionais sobre as estruturas do todo social, Poulantzas (2019) dá continuidade ao trabalho teórico inaugurado pelo marxismo althusseriano e elabora a teoria do político no modo de produção capitalista. Na obra “Poder político e classes sociais”, o conceito central de estrutura jurídico-política designa um conjunto de normas e valores que se funda na existência de um direito específico e de um modo particular de funcionamento do aparelho de Estado. No caso do modo de produção capitalista, essas duas dimensões de uma mesma estrutura se expressam por meio: (a) do *direito burguês*, que estabelece o princípio da igualdade formal e atribui aos agentes econômicos (proprietários e não proprietários dos meios de produção) a condição de sujeitos individuais de direito, engendrando, com isso, o efeito de isolamento ou de individualização ao converter tais agentes em indivíduos livres e iguais perante a lei; e (b) do *burocratismo*, que constitui o princípio da burocracia formalmente aberta a todas as classes e regula a prática dos agentes estatais a partir dos critérios de competência e de hierarquia funcional, produzindo, assim, o efeito de representação da unidade que faz com que a burocracia de Estado assuma uma aparência universalista de representante do povo-nação. Portanto, os pilares da estrutura jurídico-política do modo de produção capitalista são o direito burguês e o burocratismo que, concebidos como um conjunto de normas e valores, orientam e enquadram as práticas dos agentes econômicos e estatais. É a partir desta matriz teórica que Saes procura formular uma contribuição original sobre a revolução política burguesa no país.

Ao apontar período de 1888-1891 como o verdadeiro marco da transformação burguesa do Estado brasileiro, para embasar suas conclusões, Saes empreende um rigoroso estudo sobre o modo de produção dominante no Brasil, existente no período anterior à revolução política burguesa. Divergindo radicalmente de seu trabalho anterior, que caracterizava o sistema econômico dominante no século XIX como sendo um capitalismo agrário-escravista, o autor aponta para a existência de um escravismo moderno desde meados do século

XVI. Além disso, critica a noção de “Estado oligárquico”, empregada na obra anterior, caracterizando-a como uma “expressão corrente e pré-teórica” (SAES, 1985b, p. 350),¹⁶ que teria sido empregada por vários analistas para se referir ao Estado na Primeira República como não sendo um Estado burguês.

A diferença essencial deste escravismo moderno em relação ao antigo se encontraria fundamentalmente no âmbito do direito. Enquanto que o escravismo antigo possuía um direito escravista e escravizador, na medida em que assegurava, respectivamente, a propriedade sobre o escravo e a adoção de procedimentos para escravizar novas populações, o escravismo moderno assumiria apenas a forma do direito escravista, ou seja, o escravo seria tratado como coisa e incapaz de praticar atos jurídicos por sua condição de ser propriedade de outrem.¹⁷

O autor refuta duas teses muito difundidas na produção historiográfica e sociológica sobre o período e aplicadas explícita ou implicitamente por ele nas obras “Classe média e política na Primeira República (1889-1930)” e “Classe média e sistema político no Brasil”. A primeira é a do integracionismo para o qual “se o que era produzido mediante o uso de trabalho escravo se destinava ao mercado mundial, a estrutura econômica ‘escravista’ seria, então, necessariamente, parte do sistema capitalista mundial e, enquanto tal, tão capitalista quanto a estrutura econômica das metrópoles (...)” (Ibidem, pp. 60-61). A segunda é a da acumulação capitalista para a qual “o latifúndio escravista das Américas, por ter produzido objetos comercializados no mercado mundial seria necessariamente capitalista (...)” (Ibidem, p. 61).

Aqui, é possível reconhecer em Saes um novo tratamento dado o conceito de modo de produção. Em “Classe média e sistema político no Brasil”, o conceito de modo de produção designa a estrutura econômica da sociedade e o leva a deduzir que estando o país, já no século XIX, integrado ao mercado mundial, poderia ser caracterizado

¹⁶ O autor dá o mesmo tratamento à noção de Estado patrimonialista.

¹⁷ Esse debate é retomado de maneira mais sintética no artigo: “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)”, publicado na obra “República do capital: capitalismo e processo político no Brasil”.

como um capitalismo singular: “o capitalismo agrário-escravista” que se converte em “agrário-mercantil” depois Abolição da escravidão e da Proclamação da República. Já, em “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”, o modo de produção é compreendido como uma combinação de diversas estruturas e práticas voltadas à reprodução de certas relações de produção. Ao contrário das análises defendidas pelo integracionismo, cujo enfoque se concentra na estrutura econômica, Saes aponta para uma articulação entre estrutura jurídico-política (direito/modo de funcionamento do aparelho de Estado) e estrutura econômica (relações de produção-forças produtivas).

Nesse sentido, conclui que existe, no Brasil, desde os primeiros experimentos de colonização, em meados do século XVI até o final do século XIX, uma formação social predominantemente escravista.¹⁸ Articula-se, assim, uma relação de produção-forças produtivas escravistas com uma estrutura jurídico-política cuja função sempre foi a de: (a) manter o produtor direto reconhecidamente incapaz de se constituir como sujeito de direito e (b) vedar ao escravo o acesso aos cargos do aparelho de Estado.

No caso da análise do Estado, desaparece na referida obra a utilização do conceito de sistema político, que antes era tratado ora como processador de demandas, ora como sinônimo de Estado ou como forma específica de organizar a dominação de classe. Em “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”, em sentido geral, Saes (1985b, p. 23) apresenta a seguinte definição de Estado: “o Estado em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a própria organização da dominação de classe; ou, dito de outra forma, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas e mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra”. Mas o Estado deve ser compreendido, também, em um sentido estrito, pelo qual ele “assume formas particulares, que correspondem a modos distintos de organização da dominação de classe. E mais: es-

¹⁸ Para o marxismo althusseriano, o conceito de formação social designa a combinação de vários modos de produção sob a dominância de um deles sobre os demais, daí advindo a possibilidade de analisar uma formação social como sendo predominantemente escravista, feudal ou capitalista.

sas formas políticas particulares – ou tipos de Estado – correspondem a diferentes tipos de relações de produção: escravistas, feudais, capitalistas” (SAES, 1985b, p. 23). Para tornar mais complexa a análise, além dos tipos de Estado, o autor observa a existência das formas de Estado, cujo sentido é o de identificar a organização política e social concreta assumida pelos tipos de Estado, tendo em vista garantir a dominação de classe em um contexto histórico preciso. Em linhas gerais, Saes retoma aqui a definição clássica leninista esboçada em textos como “O Estado e a revolução” e na conferência “Sobre o Estado”.

Saes concebe o Estado burguês como condição para se produzirem e reproduzirem as relações burguesas de produção: “o Estado burguês cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas” (Ibidem, p. 32) através de uma dupla função: 1) individualização dos agentes de produção, convertendo-os em “sujeitos individuais aos quais se atribuem *direitos* e uma *vontade subjetiva*” (Ibidem, p. 32); e 2) neutralização da tendência à ação coletiva nos produtores diretos pela imposição de uma “nova” coletividade, o povo-nação, como forma de diluir a existência de relações sociais antagônicas.

Uma das consequências da ideologia jurídico-política, baseada em sujeitos “livres” e “iguais”, é a de produzir duas importantes diferenças do Estado burguês em relação aos Estados pré-burgueses. A primeira diz respeito ao “direito burguês [que] igualiza todos os agentes da produção convertendo-os em *sujeitos individuais*; isto é, em indivíduos igualmente capazes de praticar atos de vontade” (Saes, 1985b, p. 38) e a segunda refere-se ao burocratismo, que, por ser aspecto estrutural do Estado burguês, tem como características (i) a separação dos recursos materiais do Estado dos recursos materiais dos proprietários dos meios de produção, (ii) o acesso aos cargos do aparelho de Estado, fundado nos princípios do burocratismo. Outra diferença estrutural do Estado burguês é a representação política, que consiste “na definição de um desses mecanismos de consulta/expressão da vontade popular como a realização concreta dos interesses geral de todos os indivíduos: seja ele o sufrágio universal, a consulta às corporações profissionais, ou a consulta plebiscitária (por plebiscito propriamente dito, ou por aclamação)” (SAES, 1985b, p. 45).

A partir das definições conceituais acima apontadas sobre modo de produção e Estado, Saes sustenta que, desde meados do século XVI ao final do século XIX, configurou-se um Estado escravista no Brasil, cujo papel era o de garantir a dominação de classe no contexto de uma formação social escravista. Além disso, o autor identifica a existência de duas classes fundamentais nesta formação social escravista moderna: os fazendeiros escravistas e os escravos rurais, que são caracterizadas como tais, pois, além da dominância do modo de produção escravista moderno, a imensa maioria dos escravos trabalhavam para os proprietários rurais produzindo “gêneros tropicais de exportação”. Ou seja, a produção feita pelo escravo rural e a apropriação privada do excedente realizada pelos fazendeiros escravistas podem ser consideradas as atividades centrais, constituídas numa formação social em que predomina o modo de produção escravista.

O autor chama a atenção para o equívoco de tratar os proprietários de escravos e escravos em geral como classes fundamentais, tendo em vista que estas deveriam ser tratadas como categorias policlassistas (ordens), isto é, se a categoria dos proprietários de escravos abrangia: “o fazendeiro escravista (grande, médio) (...), o mercador de escravos, o rentista escravista urbano (perceptor de uma renda proveniente da exploração do trabalho prestado por escravos-artesãos) e o mero proprietário de escravos domésticos” (Saes, 1985b, p. 81); a categoria dos escravos englobaria, ao menos, três segmentos de escravos: o rural, o doméstico e o artesão. Além disso, a formação social escravista moderna teria se configurado tanto como sociedade de classes (aspecto dominante) como sociedade de ordens (aspecto secundário). Nesse sentido, a divisão de ordens entre homens livres e escravos seria uma contradição secundária em relação à contradição fundamental entre fazendeiros escravistas e escravos rurais. Essa conclusão de Saes é muito influenciada, aliás, pelo estudo de Jacob Gorender em seu livro “O Escravismo Colonial”.¹⁹

¹⁹ São abundantes as referências à obra de Gorender no estudo empreendido por Saes. Esclarecendo: Gorender defende a tese de que teria ocorrido “na América do Sul, mais exatamente no Brasil, a *criação* de um novo modo de produção” (Gorender, 1992, p. 41). Rejeitando a tese de ter existido nas Américas uma forma anômala de capitalismo baseada no trabalho escravo, Gorender aporta inúmeros elementos no sentido de caracterizar como

Na análise de Saes, o tipo de Estado escravista moderno teria passado por três fases principais ao longo de todo o período, correspondentes a diferentes relações de classe. A fase colonial teria prevalecido entre meados do século XVI até 1808, quando ocorre a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil. Nessa primeira fase, a contradição fundamental entre fazendeiros escravistas e escravos rurais seria acompanhada de uma relação de “interdependência recíproca” – e não de “dominação colonialista unilateral” – entre as classes dominantes locais (“fazendeiros escravistas”, “latifundiários não escravistas” e “mercadores”) e as classes dominantes portuguesas (“mercadores” e “nobreza feudal”), já que “ambas as classes tinham interesse no estabelecimento do chamado *exclusivo colonial* (regime de monopólio, preço de monopólio)” (Saes, 1985b, p. 91). Tal “interdependência recíproca” designaria a existência de contrapartidas de ambos sub-blocos das classes dominantes: as classes dominantes portuguesas davam apoio à repressão às revoltas escravas e à destruição dos quilombos, enquanto que as classes dominantes locais defendiam medidas de defesa do território, tomadas para evitar a invasão de potências europeias. Tratava-se um “pacto colonial” atravessado por sucessivas redefinições da hegemonia entre os dois sub-blocos das classes dominantes.

A partir do final do século XVIII, emerge uma “nova situação” na qual as classes dominantes portuguesas se estabilizam como hegemônicas graças à adoção de medidas que garantem de modo unilateral o regime de monopólio, tais como: “proibição de manufaturas”; adoção de maior fiscalização com vistas a canalizar os excedentes da Colônia para a Metrópole e fortalecimento do governo central em detrimento das Câmaras Municipais. Como resposta, as classes dominantes locais passam a se opor ao regime de monopólio e à natureza colonial do Estado escravista.

Em 1808, com a transferência da burocracia absolutista portuguesa, tem-se a emergência da fase semicolonial, que perdurará até

modo de produção dominante no Brasil, até o final do século XIX, como sendo um *escravismo-colonial*, combinando relações de trabalho escravo com uma organização econômica baseada na *forma de plantagem*, marcada por grandes propriedades monocultoras voltadas ao atendimento do mercado mundial.

1831. Essa transferência da Coroa foi resultado da invasão dos franceses em território português. Por sua vez, tal invasão tinha relação direta com as disputas pela hegemonia continental entre grandes potências europeias. É justamente essa burocracia absolutista emigrada que exerce um papel de desestabilização da hegemonia das classes dominantes portuguesas a qual havia se consolidado no final do século XVIII. Tal burocracia adotou as seguintes medidas:

[...] liquidou o regime de monopólio, instaurou a liberdade de comércio com as nações ('abertura dos portos') e revogou (abril 1808) a interdição às atividades manufatureiras internas [...] [além disso] impôs aos comerciantes portugueses uma tarifa aduaneira de apenas 16% depois de ter fixado em 24% a tarifa a ser paga pelos comerciantes das demais nações, e outorgou a comerciantes portugueses privilégios manufatureiros. (SAES, 1985b, p. 98)

Tais iniciativas engendraram uma política econômica marcada por contradições e por tendências opostas (colonialistas e anticolonialistas). Para Saes, os vestígios coloniais não foram superados com a declaração de Independência, em 1822, por conta da forte relação estabelecida entre a burocracia de Estado brasileira e os interesses das classes dominantes portuguesas numa conjuntura em que o Estado brasileiro assumiu o endividamento do Estado português perante o Estado inglês. De acordo com o autor, o Estado brasileiro caracterizou-se como uma semicolônia, entre 1808 e 1831, por tornar-se um semiprotetorado inglês, tendo em vista que, pressionada pelo Estado inglês, a burocracia luso-brasileira realizou uma série de concessões às classes dominantes inglesas, entre as quais se destacam:

[...] monopólio efetivo do transporte de produtos brasileiros e tarifas aduaneiras vantajosas (itens do Tratado de 1810), limitação do tráfico de escravos (adequada aos interesses da burguesia industrial inglesa e lesiva aos interesses dos plantadores escravistas brasileiros), contração de empréstimos, a juros extorsivos, com os bancos ingleses. (ibidem, p. 100)

O movimento anticolonialista só veio a se concretizar em 1831, com a expulsão do que havia sobrado da burocracia emigrada e, a partir daí, a fase semicolonial cedeu lugar à constituição do Estado escravista moderno imperial.

O Estado escravista moderno imperial marca presença na história brasileira entre 1831 e 1888. Neste período, a política desse Estado foi orientada por medidas preventivas ou reprimiu as revoltas de escravos e camponeses, contemplando, assim, o interesse geral de todas as classes dominantes, mas acabou priorizando os interesses das classes dominantes escravistas (fazendeiros escravistas grandes e médios, traficante de escravos e proprietários de escravos de ganhos), ao adotar medidas de proteção à propriedade escrava e de valorização do escravo (SAES, 1985b).

Cabe aqui mencionar que a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico internacional de escravos, foi resultante de pressões do Estado inglês, mais especificamente da burguesia industrial inglesa, que buscava atingir os seguintes objetivos: “destruição dos regimes de monopólios fundados na escravidão das colônias, barateamento das matérias-primas e alimentos consumidos, respectivamente pela indústria e pelos operários ingleses, ampliação do mercado para as manufaturas inglesas, ampliação do campo para investimentos ingleses, etc.” (SAES, 1985b, p. 140). Tais objetivos se chocavam com os interesses das classes dominantes locais que pleiteavam a manutenção das relações de produção escravistas. Para conseguir manter tais relações, o Estado escravista imperial realizou uma política de concessões às classes dominantes inglesas ao aceitar a liquidação do tráfico externo de escravos, permitir o tráfico interno de escravos e preservar a propriedade escravista.

As lutas dos escravos rurais contra o trabalho escravo também levaram o Estado escravista imperial a adotar uma política de concessões para as classes dominadas locais, entre as quais se destacam: o decreto de 1864 que emancipava os “escravos africanos desembarcados após a lei de 1831, a Lei do Ventre Livre (1871) ou a Lei Saraiva-Cotegipe (1885) (...)” (ibidem, pp. 141-142). No entanto, essas leis vieram acompanhadas de dispositivos que dificultavam seu cumprimento, de modo a se neutralizarem as próprias concessões. Todas essas concessões eram feitas para manter o aspecto essencial da política do Estado escravista imperial: o escravismo. A forma monárquica de Estado e a manutenção da unidade política do território, correspondentes à cen-

tralização política do Estado, também foram fundamentais para formar, manter e desenvolver um mercado nacional de escravos e para conter as revoltas escravas e as lutas contra o latifúndio e o grande comércio:

[...] a centralização do Estado escravista não apenas evitou as abolições regionais da escravidão, como também garantiu o funcionamento do tráfico interprovincial de escravos, conveniente aos interesses das diferentes classes de proprietários de escravos: traficantes internos de escravos, senhores escravistas das áreas em declínio, plantadores escravistas das áreas em expansão. (SAES, 1985b, p. 170)

Se foi o sub-bloco das escravistas que teve seus interesses econômicos priorizados pela política do Estado imperial, um dos meios encontrados pelas classes dominantes não escravistas para contemplar seus interesses que vinham sendo secundarizados por tal política, foi o de apelar para a deflagração de lutas separatistas ou federalistas.

Em que conjuntura, Saes situa a crise do Estado imperial? O autor detecta a concretização de tal fenômeno entre os anos de 1865 e 1888. Qual fator teria sido decisivo para esse processo no seio do aparelho de Estado? Segundo ele, o envolvimento do Estado brasileiro em guerras com países vizinhos teria fomentado progressivamente a adesão da oficialidade militar média à implantação do burocratismo burguês, ou seja, “progressiva burocratização do Estado imperial segundo as normas prescritas pela ideologia burguesa (burocratismo)” (Ibidem, p. 173). Tratava-se de uma oficialidade média que passou a reivindicar reformas estatutárias exigindo maior profissionalização das práticas militares, defesa do aumento do contingente de militares, política de recrutamento e promoção de libertos. Isso levou a oficialidade militar média a se opor ao direito escravista e a exigir o fim da escravidão.

O resultado prático do primeiro deslocamento/avanço teórico engendra um deslocamento, marcado por uma visão original do momento histórico e das classes sociais que dirigiram a luta pela transformação burguesa do Estado brasileiro e constituíram a força motriz desse processo. Como já indicamos, o autor localiza o processo de transformação do Estado burguês no Brasil no período entre 1888 a 1891.

Os movimentos políticos e sociais ocorridos neste período (Abolição da escravidão, Proclamação da República e Constituinte de 1891), constituem etapas de um processo único de formação do Estado burguês no Brasil. Aqui, Saes explicita uma primeira diferença em relação às teses que consideram a Revolução de 1930 como o marco político do nascimento do Estado burguês no país. Recuperando a distinção analítica entre força dirigente e força principal elaboradas por Mao Tsé-Tung, em seus escritos militares, e operando com o conceito de Estado como estrutura jurídico-político, elaborado por Poulantzas, Saes observa uma segunda diferença em relação às interpretações vigentes sobre processo de transformação do Estado, sustentando a tese de que as classes dominantes da época, notadamente os fazendeiros escravistas de São Paulo, não se constituíram como força dirigente do processo de transformação do Estado burguês no Brasil. Para ele, tanto o papel de força dirigente desse processo (aquela que fixa os objetivos políticos, estratégicos e organizativos da luta) como de força principal (aquela que constitui a massa dos participantes) couberam ao bloco das classes populares, respectivamente, às classes médias urbanas e aos escravos rurais: “Movida pelo igualitarismo jurídico burguês, a classe média reorganizou o movimento de revolta escrava, colocando-o a serviço do seu objetivo político: promover a transformação burguesa do Estado” (SAES, 1985b, p. 346).

Para o autor, a luta antiescravista não fora dirigida, como quer fazer crer certa historiografia por um grupo de fazendeiros esclarecidos e progressistas, interessados na modernização política e econômica do país. Ao contrário, estes atuaram sistematicamente para barrar as transformações burguesas do Estado brasileiro. A abolição da escravidão nada mais fez do que consagrar juridicamente a vitória política do movimento abolicionista dirigido pelas classes médias urbanas sobre as classes dominantes interessadas em preservar o trabalho escravo. Tal vitória política indica que as classes médias foram a força dirigente desse processo, se bem que não se possa concluir que tais frações passaram a exercer o poder político ou que foram as principais beneficiárias da revolução política burguesa.

Na análise acerca da formação social escravista no Brasil, Saes, como já vimos, retira do trabalho teórico desenvolvido por Poulantzas o conceito de Estado como estrutura jurídico-política, procurando

destacar, assim, o ponto de unidade entre o Estado escravista e o Estado burguês: a existência de um direito e de um modo de organização do aparelho que cumprem a função de concretizar o poder de classe. Ele também aponta para a diferença entre tais tipos de Estado: direito inigualitário (direito escravista)/direito igualitário (direito burguês) e tarefas estatais monopolizadas pelas classes dominantes (burocracia escravista)/burocracia formalmente aberta a todas as classes sociais (burocratismo/burocracia burguesa). No entanto, quanto a outro aspecto importante extraído da obra de Poulantzas, a saber: a teoria do bloco no poder, Saes manifesta uma divergência teórica importante. Poulantzas (2019) considera que só é possível operacionalizar o conceito de bloco no poder para analisar as classes dominantes no Estado capitalista, compreendendo esse bloco como uma unidade política das classes dominantes diante da política de Estado – unidade marcada por contradições que impulsionam a existência de fracionamento da classe dominante, que se organiza como bloco no poder sob a hegemonia de uma de suas frações, daí advindo a ideia do bloco no poder como unidade contraditória das classes dominantes sob a dominância de uma de suas frações (a fração hegemônica). Já Saes salienta que esse mesmo conceito pode ser aplicado também à análise das formações sociais pré-capitalistas, em geral, e da formação social escravista, em particular. É a partir dessa aplicação original do conceito de bloco no poder que Saes procurará tratar dos fracionamentos internos das classes dominantes na formação social predominantemente escravista que congrega dois sub-blocos principais: as classes dominantes escravistas e as classes dominantes não escravistas, que recorrem, nesse caso, ao uso do trabalho servil (colono, morador) ou ao uso do trabalho assalariado na produção.

Em relação à transformação política do Estado escravista em Estado burguês, Saes analisa qual foi o posicionamento dessas classes dominantes no processo de abolição ou extinção legal da escravidão e adoção do direito burguês e de reorganização do aparelho de Estado a partir dos princípios do burocratismo. A tese geral defendida pelo autor é a de que nenhuma das classes dominantes (escravistas e não escravistas) fixaram os objetivos políticos e organizaram a luta no processo de formação do Estado burguês. Todas, sem exceção, foram

refratárias à abolição da escravidão e favoráveis à manutenção da propriedade escrava.

No sub-bloco das classes dominantes escravistas, Saes identifica as seguintes frações: fazendeiros escravistas (grandes ou médios), que se subdividem enquanto frações regionais em: latifundiários do açúcar (Nordeste – região em declínio) e fazendeiros do café (Centro-Sul – região em expansão) ou enquanto compradores (plantadores enriquecidos) ou vendedores de escravos (plantadores arruinados); mercadores escravistas (traficantes de escravos); industriais escravistas (raros); proprietários urbanos de escravos de ganho. No sub-bloco das classes dominantes não escravistas, o autor aponta para a existência dos seguintes fracionamentos: latifundiários não escravistas (recorrem ao trabalho servil: colono ou morador), industriais não escravistas (fazem uso de trabalho assalariado); burguesia mercantil (comissários, banqueiros, exportadores e importadores), que também se fraciona por região: exportador de açúcar (Nordeste – região em declínio) e comissário do café (Centro-Sul – região em expansão).

O que explica o comportamento refratário desses sub-blocos e frações das classes dominantes em relação à abolição ou extinção legal da escravidão? Os fazendeiros escravistas tendem a manifestar posição favorável à manutenção da propriedade de escravos, porque tal propriedade constitui-se como garantia hipotecária para obtenção de crédito para a produção, (caso especialmente dos fazendeiros do Centro-Sul ou dos plantadores enriquecidos em geral) ou como meio de pagamento para sanar dívidas (caso dos plantadores arruinados). O emprego do colonato ou do morador (expressões de trabalhos análogos ao da servidão) é concebido como secundário na produção dos fazendeiros escravistas, ou melhor, tais fazendeiros não só não substituem o escravo, como adotam formas de trabalho análogos à servidão para contornar os problemas decorrentes da escassez e dos preços elevados de escravos – problemas que haviam surgido por conta das pressões da burguesia industrial inglesa em prol da liquidação do tráfico internacional de escravos e das lutas e fugas dos escravos rurais (força principal do movimento abolicionista).

Os fazendeiros ou latifundiários não escravistas se opuseram à abolição da escravidão, pois a igualdade jurídica burguesa permitiria

aos produtores diretos a liberdade de estabelecer contratos – o que se chocava com a relação de dependência pessoal dos camponeses em relação aos interesses de tais fazendeiros: “[...] os proprietários fundiários não escravistas colocaram-se ao lado das classes dominantes escravistas na frente pró-escravista por intuírem que uma transformação estrutural criaria condições mais favoráveis para a luta dos camponeses dependentes contra a dominação pessoal por eles exercida” (SAES, 1985b, p. 215).

Os proprietários urbanos de escravos se constituíam como a classe declinante e oscilavam entre a venda de escravos por preços elevados ou a manutenção de um número reduzido de escravos, não tendo, assim, interesse em se opor à propriedade de escravos. Já a burguesia mercantil se subdividia entre escravistas (traficantes de escravo) e não escravistas. A burguesia mercantil escravista queria manter a propriedade de escravos e exigir indenizações por perda de propriedade resultante da fuga maciça de escravos, ao passo que a burguesia mercantil não escravista, a despeito de seu “progressismo econômico” que contribuiu para o desenvolvimento do comércio e a constituição das classes médias, se opôs abertamente à abolição da escravidão, pois a base do próprio comércio era o crédito e o que dava fundamento a este era justamente a propriedade escrava. No entanto, essa burguesia procurou intervir no processo de reorganização do aparelho de Estado, visando a controlá-lo para atender os interesses das frações regionais ligadas ao bloco cafeeiro e à burguesia mercantil como um todo (SAES, 1985b).

Entre os industriais, havia os escravistas e os não escravistas. Os industriais escravistas também eram proprietários de escravos e representavam um contingente muito pequeno, que não tinha interesse na extinção legal da abolição. Já os industriais não escravistas moviam-se pelos interesses de curto prazo e ausentaram-se da luta abolicionista, aderindo, por inércia, à defesa da escravidão e caracterizando, com isso, o que Saes (1985b), retomando uma análise de Althusser, chamou de “ausência pertinente”.

Observam-se, desse modo, no interior da própria obra de Saes, os efeitos do segundo deslocamento a que aludimos. Enquanto, em “Classe Média e Sistema Político no Brasil”, os fazendeiros do café

eram vistos como sujeitos dotados, por causa de suas relações com o mercado mundial, de uma “conduta capitalística e progressista”, em “A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)”, essa tese é completamente rechaçada, sendo tais fazendeiros escravistas e o conjunto das classes dominantes caracterizados como forças sociais conservadoras por se oporem a extinção legal da escravidão, estando compromissados com a ideologia escravista. Saes demonstra, portanto, que os fazendeiros escravistas, em seu conjunto, incluindo o bloco cafeeiro paulista, posicionaram-se contra o movimento abolicionista. Diante do crescimento deste movimento, principalmente a partir da iniciativa dos escravos em abandonar em massa as fazendas, os fazendeiros escravistas até começaram a admitir a possibilidade de “emancipação condicional” dos escravos, desde que esses produtores diretos lhes prestassem serviços em suas fazendas por mais alguns anos, antes de ganharem a completa liberdade, ou de emancipação via indenização dos proprietários. Nenhuma dessas duas concessões coadunava-se com os propósitos abolicionistas de extinção legal da abolição sem condicionamentos ou indenizações.

Já no caso da luta pela República, o principal objetivo do bloco regional das classes dominantes paulistas era ganhar maior autonomia provincial, também entendida como modo de deter maior capacidade de controle sobre os recursos oriundos de tributação. Mostravam-se insatisfeitos com a centralização monárquica devido a uma política econômica que não atendia aos seus interesses e dava excessiva atenção aos interesses das regiões agrícolas intermediárias ou em declínio. O caráter da luta republicana empreendida pelo bloco regional paulista, portanto, articulava-se com a manutenção do regime de trabalho escravo ou buscava postergar o máximo possível sua extinção legal. O republicanismo dos fazendeiros escravistas, apresentado como índice de suas intenções modernizantes, enfocava o aspecto federalista. O objetivo era o de lhes garantir maior autonomia provincial para legislar, de acordo com suas necessidades, sobre as relações de trabalho.

Em suma, as classes dominantes agrárias em seu conjunto, inclusive os fazendeiros escravistas de São Paulo, mostraram-se contrários ao fim do escravismo e queriam conquistar a república, mas buscando neutralizar sempre que possível o alcance da participação popular.

Não desempenharam, portanto, qualquer papel progressista visando transformar o Estado escravista num Estado burguês. Por tais motivos,

As classes dominantes, escravistas ou não, apoiaram a conservação do escravismo; mesmo as que adotaram o *colono* ou o *morador* resistiram à transformação burguesa do Estado (extinção legal da escravidão, reorganização, segundo as regras do burocratismo, do aparelho de Estado). (SAES, 1985b, p. 345-346)

A moderação da ala republicana formada pelos fazendeiros escravistas e sua ala civil, levou os setores radicalizados das classes médias urbanas a tomarem a iniciativa política mais decisiva para o fim da escravidão e a conquista da república. Participaram ativamente da luta dos escravos, ajudando-os no planejamento de suas fugas das fazendas. Porém, o protagonismo principal na queda da monarquia coube à oficialidade média do exército. A explicação para esse fato deve-se, de acordo com Saes, à incapacidade dos republicanos formarem um partido unificado, aspecto já observado em suas obras anteriores aqui analisadas. A ala mais militante e radical do movimento republicano, as classes médias, tendeu ao apartidarismo.

O desinteresse por uma ação partidária que centralizasse a política republicana radical abriu espaço para a ação dos militares, cujas características profissionais favoreciam uma ação mais efetiva. Desse modo, “o apartidarismo momentâneo da classe média civil abriu espaço para que o grupo militar agisse efetivamente como partido político da classe média republicana [...] a crise do Estado obrigou o grupo militar a agir, se quisesse subsistir como burocracia de Estado, como partido político republicano” (SAES, 1985b, p. 315). E o grupo militar, como categoria social filiada às classes médias urbanas, sentia-se a partir de seu ponto de vista de classe, como “a encarnação da Nação” e a “expressão concreta da nacionalidade”.

Ao ter como objetivo estratégico a transformação dos escravos em sujeitos de direitos, ou seja, a defesa de um igualitarismo jurídico, a classe média excluiu de sua estratégia o igualitarismo socioeconômico. A construção de um país próspero exigia o combate ao latifúndio e à grande propriedade privada da terra. Porém, a divisão da propriedade da terra não estava incluída entre os objetivos do movimento abolicionista, a não ser para André Rebouças. Saes indica que essa

tarefa corresponderia a “uma eventual aliança escravo-camponesa” (SAES, 1985b, p. 301). A classe média não seria, portanto, a mais adequada para conduzir uma luta pela “*repartição do latifúndio*”. Vivendo em uma formação social escravista, segundo Saes:

[...] os *trabalhadores não manuais* estavam impossibilitados de provar – para as classes dominantes, para eles próprios e para as classes escravas – que a sua superioridade social (filiação, juntamente com as classes dominantes, à *ordem dos homens livres*) sobre os trabalhadores escravos advinha de uma superioridade de ‘dons’ e ‘méritos’ (capacidade individual). (ibidem, p. 292)

Portanto, ainda que a aliança entre a classe média urbana, agindo como força dirigente, e os escravos rurais, agindo como força principal, tenha alcançado a “extinção legal da escravidão”, no processo de “reorganização burguesa do aparelho de Estado”, o limite de seu projeto logo se apresentou, pois nessa etapa do processo da revolução política, os escravos rurais saíram de cena, e as classes médias passaram a ocupar simultaneamente o papel de força dirigente e força principal. De acordo com Saes, foram as classes médias urbanas, portando-se como força dirigente e principal, as responsáveis pelo processo de reorganização do aparelho de Estado segundo os princípios do burocratismo. As consequências da transformação burguesa do Estado brasileiro, ocorrida entre 1888 e 1891, limitadas a instituir o igualitarismo jurídico, não se fizeram sentir de imediato. Sem questionar a estrutura da propriedade da terra, o domínio político, econômico e ideológico dos proprietários rurais se manteve por décadas, criando obstáculos à generalização do trabalho assalariado e ao aparecimento de uma burguesia industrial como força social autônoma.

Com a liquidação da ditadura militar, em 1894, e a instauração de uma *forma democrática*, pautada no *presidencialismo*, *parlamento dotado de algumas prerrogativas*, *sufrágio*, o bloco regional paulista das classes dominantes que já detinha a hegemonia política, desloca as classes médias do papel de fração reinante e passa a exercê-lo. Saes (1985b) destaca também que o exercício da hegemonia política por parte desse bloco regional foi transitório, tendo durado até 1898, quando uma classe propriamente capitalista passa a exercer a função de fração hegemônica. Ele se refere aqui às seções regionais da grande burguesia

mercantil, ligada à *comercialização, financiamento e exportação de produtos agrícolas*, cujos interesses econômicos tornaram-se prioritários, a partir de então, diante da política monetária, cambial e creditícia. No entanto, segundo o autor, a principal beneficiária da revolução política burguesa de 1888-1891, no longo prazo, teria sido a burguesia industrial, especialmente depois de 1930, quando as relações de produção capitalistas tornaram-se dominantes, subordinando a agricultura e transformando-a gradualmente em agricultura capitalista.

Considerações finais

No presente texto, buscamos demonstrar que a produção intelectual de Décio Saes apresenta descontinuidades teóricas que impac-taram sua análise do processo político e das classes sociais na formação social brasileira. Para tanto, comparamos três obras do autor escritas em momentos históricos distintos e que correspondem aos seus trabalhos de mestrado (*Classe média e política na Primeira República (1889-1930)*), de doutorado (*Classe média e sistema político no Brasil*) e de livre-docência (*A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*). Todas essas obras refletem o empenho de Saes em analisar o papel político das classes sociais em geral – e das classes médias em especial – nos processos de transição ao capitalismo e de consolidação deste no Brasil. Assim, procuramos examinar como o pensamento de Saes evoluiu e se desloca no tratamento analítico desses processos históricos.

Nesse empreendimento, indicamos como, em suas duas primeiras obras, algumas categorias e alguns conceitos utilizados ainda apresentavam algumas imprecisões ou eram marcados por certo ecletismo teórico do ponto de vista da análise das relações de produção predominantes, dos conflitos de classe e do tipo e das formas de Estado existentes no Brasil no longo período considerado.

Na primeira obra, Saes já indicava a existência de um tipo de capitalismo *sui generis* no século XIX, identificando, assim, o sistema político como processador de demandas e integrador de classes e camadas sociais. Concluímos que essa caracterização estava ligada ao fato de Saes já identificar a existência de relações de produção capitalistas no século XIX. A segunda obra representa um avanço em relação à

primeira, ainda que Saes caracterize o Estado não pelo seu caráter de classe, mas faça uso da noção de sistema político e, por conseguinte, aborde o arranjo institucional que regula a participação das diferentes classes e camadas nesse sistema. Do mesmo modo, Saes sustenta a ideia de que, no período entre a chamada “revolução de 1930” e o golpe militar de 1964, tenha havido uma crise de hegemonia, tese que é, de certo modo, negada pelo próprio autor no desenvolvimento de sua análise, ao considerar que, a partir do final da década de 1950, o processo de industrialização já havia se tornado irreversível – o que, em nosso entendimento, permite apontar a burguesia industrial como fração hegemônica.

Já a terceira obra apresenta um avanço teórico e analítico muito mais profundo em relação às duas primeiras obras, pois Saes já está operando teoricamente com as referências do marxismo althusseriano. O resultado dessa “assimilação profunda” do marxismo althusseriano é que suas análises do processo de formação do Estado burguês no Brasil, bem como a caracterização do momento histórico em que ocorre e das classes sociais que se constituem como força dirigente e força principal desse processo, sofrem substancial deslocamento/mudança. Destoando das análises sobre o tema apresentadas por autores como Florestan Fernandes, para quem essa transição designa “um processo de difusão da racionalidade na economia e na sociedade”, cujos protagonistas históricos teriam sido o “fazendeiro-negociante” e o “burguês imigrante” (Saes, 2001, p. 9),²⁰ o autor situa o momento fundamental da transição política entre os anos de 1888 a 1891, já que tal conjuntura teria sido marcada por três acontecimentos políticos importantes: a abolição da escravatura em 1888, a proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891. Todos esses acontecimentos representam um encadeamento de fatos de um processo único que forjaram a revolução política burguesa, ao instituir a igualdade jurídica entre todos os cidadãos e dar início à transformação do modo de funcionamento do aparelho de Estado, segundo os princípios do burocratismo. Couberam às classes médias urbanas, atuando como fração dirigente (aquela que fixa os objetivos estratégicos da luta), e à

²⁰ Retomamos aqui a própria análise de Saes desenvolvida em artigo dedicado à obra de Florestan Fernandes para indicar com precisão a crítica.

massa escrava como classe principal (aquela que forma a base do movimento), o papel de principais agentes do processo de transformação burguesa do Estado. Portanto, na análise de Saes, a formação de um Estado burguês, tomado como um passo civilizatório e modernizante significativo em relação aos Estados pré-capitalistas, foi obra do bloco das forças populares, classes médias urbanas e escravos rurais, e não de uma suposta oligarquia rural lúcida e portadora de um projeto modernizador de sociedade.

A originalidade dessas teses e o rigor analítico imperante em “A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)”, permitem-nos situá-la como uma obra clássica indispensável no estudo da revolução burguesa no Brasil. Isso não nos impede de observar também que, a despeito dos limites existentes nas duas outras obras aqui analisadas, o exame das divisões das classes médias na história política brasileira é um ponto de partida fundamental para se compreender a natureza e a dinâmica dos conflitos de classe na conjuntura brasileira atual, como têm demonstrado instigantes estudos recentes sobre o tema.²¹

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis et al. *Ler O capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 (vol. 1) e 1980 (vol. 2).

ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: GALVÃO, Andréia et al. (orgs). *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo, Ed. Alameda, 2019.

FARIAS, Francisco Pereira de. *Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Curitiba: CRV, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1992.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Exp. Popular, 2010.

²¹ Ver, em especial, o artigo de Cavalcante e Arias (2019).

_____. Sobre o Estado. In: *Obras escolhidas* (tomo III). São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo*. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2018.

NUCCI JR., Renato. Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964), de Francisco Pereira de Farias. Blog *marxismo21*, 2017. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/11/R-Nucci-1.pdf>>.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 2019.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985a.

_____. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985b.

_____. *Estado e democracia: ensaios teóricos* (2ª. ed.). Campinas: Unicamp/IFCH, 1998a.

_____. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. V. III. Campinas: Ed. Unicamp, 1998b.

_____. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (orgs.). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Reflexões de um docente e pesquisador. *Educação & Linguagem*, vol. 12, n. 20, 2009.

_____. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição?* São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 6, n. 1, 2016.

_____. *Cidadania e classes sociais: teoria e história*. São Bernardo do Campo: Unesp, 2016.

Jacob Gorender, intérprete do Brasil¹

David Maciel²

Jacob Gorender foi um dos grandes intérpretes do Brasil, representante de uma tradição intelectual que buscou compreender a dinâmica e as vicissitudes do presente a partir das linhas de força historicamente constituídas na formação social brasileira. Numa trajetória político-intelectual de 60 anos Jacob Gorender participou ativamente dos principais embates políticos e teóricos que marcaram a esquerda brasileira e o debate público no país por meio de sua militância política e de uma infinidade de artigos e livros.³ Gorender apresentou uma descrição historiográfica abrangente da trajetória histórica da sociedade brasileira, desde o período colonial até a contemporaneidade,

¹ A primeira parte deste trabalho é uma versão ampliada da Apresentação ao dossiê “Jacob Gorender” publicado pelo Marxismo21 em 2011. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/NOTA-SOBRE-JACOB-GORENDER-1.pdf>>.

² David Maciel é doutor em História, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG, membro da editoria de Marxismo21 e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC/UFG).

³ A maior parte dos trabalhos de Gorender estão disponíveis no dossiê “Jacob Gorender” organizado e publicado pelo site Marxismo21. Ver: <<https://marxismo21.org/jacob-gorender-historiografia-critica-e-politica>>.

evidenciando a particularidade de sua experiência histórica a partir do acervo categorial-sistemático do marxismo. Como historiador se notabilizou pela elaboração de duas obras seminais para a historiografia brasileira e internacional nos temas que discute, os livros *O Escravismo Colonial*, de 1978 (2001), sobre o caráter da formação social brasileira nos períodos colonial e imperial; e *Combate nas Trevas* (1987), sobre a ação da esquerda armada durante a Ditadura Militar. Após uma breve apresentação de sua trajetória como militante e historiador discutiremos as principais teses desenvolvidas em sua interpretação sobre o Brasil.

1. Trajetória político-intelectual

Nascido em Salvador, em 1923, cedo Gorender se engaja no movimento estudantil e no Partido Comunista Brasileiro, na Bahia, e logo em seguida, em 1943, abandona o curso de direito na Faculdade de Direito de Salvador e alista-se na Força Expedicionária Brasileira (FEB), indo lutar na Itália no final da Segunda Guerra. De volta ao Brasil após a guerra, desloca-se a São Paulo e depois ao Rio de Janeiro e a partir daí passa a atuar organicamente na imprensa do partido, tornando-se um dos seus principais intelectuais, assumindo funções diretivas até a ascensão ao comitê central, em 1960. Entre os anos de 1955 e 1957 frequenta o curso de formação de quadros do PCUS, em Moscou, consolidando sua formação intelectual nos marcos da tradição stalinista. Como fruto deste processo, integra a comissão que elaborou a famosa Declaração de Março de 1958, que fundamenta programaticamente o abandono da “virada à esquerda” do período pós-cassação do registro do partido, em 1947, e a adoção da estratégia reformista de aliança com as forças ditas “progressistas”, inclusive a burguesia nacional, em favor de uma revolução nacional e democrática de perfil anti-imperialista e antilatifundiário (MAESTRI, 2014).

Esta estratégia, que influenciou os partidos comunistas pelo mundo afora por décadas, tem origem nas formulações do VI Congresso da Internacional Comunista (1928) para os países coloniais e semicoloniais e baseou-se numa compreensão unilinear e teleológica

da evolução histórica humana, equivocadamente atribuída a Marx, segundo a qual as sociedades deveriam passar necessariamente pela sequência feudalismo-capitalismo-socialismo. Esta formulação originou uma visão etapista do processo revolucionário, que propugnava ao movimento operário e aos partidos comunistas destes países o apoio às suas respectivas burguesias nacionais em favor de uma revolução burguesa contra o imperialismo e os resquícios feudais e pré-capitalistas. Somente depois disto deveria se desencadear a luta pela revolução socialista propriamente dita (DEL ROIO, 2000).

No entanto, o atrelamento do PCB aos governos populistas de Juscelino Kubistchek e João Goulart e o posterior golpe de 1964 revelaram o fracasso da estratégia política pecebista, levando Gorender e outros dirigentes a desenvolver uma postura crítica diante da direção partidária, liderada por Luis Carlos Prestes. No caso de Gorender em nossa avaliação completa-se então o processo de ruptura com sua trajetória política e teórica anterior, marcada pelo stalinismo. Ruptura teórica e política cujos marcos intelectuais mais expressivos serão justamente suas obras *O Escravismo Colonial* (1978) e *Combate nas trevas* (1987). Porém, no momento esta situação leva-o à expulsão do partido em 1967 e à sua participação na fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário em 1968.

Oscilando entre a luta armada contra a Ditadura Militar e o trabalho de base junto às massas trabalhadoras o PCBR torna-se alvo da repressão estatal, sofrendo o desmantelamento de grande parte de suas bases e a prisão de seus principais dirigentes no início do ano de 1970, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e o próprio Jacob Gorender. Em cursos sobre a história brasileira que ministra na prisão Gorender desenvolve as primeiras formulações do que seria apresentado posteriormente no seu livro *O Escravismo Colonial*. Libertado no final de 1971, após ser torturado como tantos outros prisioneiros políticos, Jacob Gorender passa a aprofundar seus estudos sobre a história brasileira e a teoria marxista e a se dedicar a trabalhos de tradução e coordenação editorial para sobreviver. Entre estes trabalhos destacam-se dois, ambas introduções à obras de Marx: a “Introdução” ao *Para a crítica da economia política* (1982) e o extenso e magnífico ensaio que serve de “Apresentação” ao livro I d’*O Capital* (1982) onde expõe

com clareza e profundidade a trajetória histórico-biográfica do autor, o método e a estrutura da obra e os principais problemas e conceitos nela tratados, permitindo ao leitor adentrar o intrincado recinto marxiano com maior clareza e segurança.

Como fruto dos estudos sobre a história brasileira termina *O Escravismo Colonial* em 1976, clássico da historiografia publicado em 1978 e que o coloca no restrito grupo dos grandes intérpretes da história do Brasil, como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro e Gilberto Freyre. Intelectuais que descreveram a trajetória histórica da sociedade brasileira em suas linhas de desenvolvimento fundamentais e buscaram interpretá-las de modo coerente e teoricamente justificado e que já não mais existem devido à segmentação do conhecimento científico, ao produtivismo imperante na academia e ao empobrecimento do debate político no país. Neste livro Jacob Gorender retoma o debate sobre o caráter da formação social brasileira nos períodos colonial e imperial, muito em voga nos anos 50 e 60, e afirma uma tese que já vinha sendo desenvolvida⁴, mas que em suas mãos ganha uma sistematicidade ainda não vista: a de que no Brasil desenvolveu-se como modo de produção dominante não o feudalismo, como defendiam o PCB e seus teóricos (Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, inclusive ele mesmo anteriormente, como intelectual e dirigente pecebista); nem o capitalismo (mesmo que “colonial”, “incompleto” ou *sui generis*), como acreditavam Caio Prado Júnior, determinados autores da chamada “escola paulista de sociologia” e mesmo organizações de esquerda e teóricos que criticavam a estratégia pecebista de revolução nacional e democrática como a Polop (Política Operária) e Ruy Mauro Marini. Ao contrário, no Brasil havia se desenvolvido um modo de produção historicamente novo, o escravismo colonial, com leis de tendência e dinâmica específicas e distintas dos outros modos de produção. Distintas até mesmo do escravismo antigo vigente nas

⁴ As primeiras formulações acerca da dominância do modo de produção escravista colonial na sociedade colonial brasileira e em outras sociedades coloniais americanas foram desenvolvidas por Ciro Flamarion Cardoso desde 1968. Ver CARDOSO (1973, 1978, 1982).

sociedades grega e romana. Tal modo de produção desenvolveu-se também em outras áreas da América Colonial, como no Caribe e no sul da América do Norte, onde se manteve mesmo depois do processo de independência, mas foi no Brasil que atingiu o ápice e desenvolveu todas as suas potencialidades. Segundo suas próprias palavras:

[...] se a formação social escravista teve no Brasil peculiaridades que só nele se encontrarão, já o modo de produção dominante, em sua concreticidade conceitual, como pensamento da concreticidade empírica, correspondeu à mesma categoria histórica que existiu em todos os países escravistas do continente. E não serei demasiado pretensioso se disser que poucos países oferecem, tanto quanto o Brasil, os elementos fáticos adequados à compreensão de tal categoria, uma vez que, justamente aqui, o escravismo colonial teve duração e riqueza de determinações maiores do que em qualquer outra parte. (GORENDER, 2001, p. 45)

Utilizando e dialogando com um volume monumental de autores e de fontes, neste livro Jacob Gorenader revoluciona a compreensão historiográfica sobre o passado brasileiro, recuperando a centralidade das relações sociais de produção na caracterização dos modos de produção. Em outras palavras, para além da integração da economia brasileira nos quadros da economia mundial e do processo de acumulação de capital, na qual se baseia a tese do passado capitalista brasileiro ou da existência de inúmeras relações baseadas em graus variados de dependência pessoal, fundamento da tese sobre o predomínio do feudalismo, Gorenader demonstra a importância e a abrangência das relações escravistas não apenas na economia, mas na própria dinâmica histórica da sociedade brasileira desde o início da colonização, ainda no século XVI, até a abolição da escravidão, em 1888. O foco nas relações de produção o levou a ressaltar a contradição entre senhores de escravos e escravos e a contestar as teses tradicionalmente aceitas sobre o caráter patriarcal e mesmo “pacífico” da escravidão no Brasil; destacando o peso implacável da exploração e opressão sobre os escravos no processo de reprodução do escravismo e no cumprimento de suas funções mercantis (GORENDER, 2001).

Outro aspecto a se destacar no livro é o impacto que teve no próprio pensamento marxista no Brasil ao combinar o mais absoluto

rigor teórico e conceitual com uma perspectiva metodológica crítica e inovadora, mesmo diante de determinadas formulações do autor de *O Capital*, assim desautorizando duramente certa tradição habituada a repetir dogmaticamente as formulações de Marx e Engels e de outros clássicos do marxismo.

Contemporâneo do processo de emergência do protesto popular no final dos anos 70, marcado pelo avanço político e organizativo das classes trabalhadoras e pela luta contra a Ditadura Militar, *O Escravismo Colonial* repercutiu indiretamente nos debates sobre uma nova estratégia revolucionária para o Brasil e sobre o papel da organização autônoma dos trabalhadores nas lutas sociais, contribuindo para a crítica às tradições reformistas e institucionalistas predominantes na esquerda brasileira. Ainda mais por que desdobrando suas formulações originais sobre o passado escravista brasileiro Gorender publicou naquela conjuntura uma sequência de novos trabalhos, como o pequeno livro *A burguesia brasileira*, de 1981 (1983) e os artigos “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”, de 1979 (2013); “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica” (1980) e “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial” (1983). Nestes textos Gorender discute o conceito de modo de produção e o avanço do capitalismo no campo, o caráter historicamente conservador e antidemocrático da burguesia brasileira e o processo de transição ao capitalismo no Brasil, distinto do processo histórico europeu por que desencadeado a partir das condições do escravismo colonial, não do feudalismo. Esta situação conferiu dada particularidade ao capitalismo brasileiro, pois o mesmo se viabilizou e desenvolveu sem precisar passar por uma revolução democrática e anti-imperialista, prevalecendo uma postura de acomodação e composição entre a burguesia industrial, as antigas classes dominantes e o imperialismo. Para ele a única revolução social digna deste nome ocorrida no Brasil foi a Abolição da escravidão (1888), que extinguiu o escravismo colonial e teve como complemento a proclamação da República (1889), mesmo sem o engajamento da burguesia industrial no processo.

Esta já aparece como classe dominante no golpe de 1964 sem, porém, jamais ter atuado de maneira revolucionária para superar os

obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo industrial e de sua dominação, sejam os de natureza pré-capitalista, presentes sobretudo na economia agrária, sejam aqueles derivados das relações com o imperialismo. Sempre de maneira pragmática e oportunista, a burguesia industrial buscou tirar proveito de suas relações com a economia agrário-exportadora e camponesa, de um lado, e com o capital externo e a dependência, de outro. O capitalismo industrial se impôs e desenvolveu progressivamente explorando as possibilidades de acumulação existentes na economia escravista e posteriormente na economia agroexportadora e absorvendo os influxos financeiros e tecnológicos oriundos do capital imperialista, sem que fosse necessária a ruptura com o latifúndio e a dependência. As relações capitalistas de produção, inicialmente instaladas no ambiente da economia urbana e industrial, se espraiam pelo restante da economia nacional, até assumir a predominância nos anos 60, com a soldagem entre o capital industrial e a propriedade da terra. Daí o conservadorismo político da burguesia industrial brasileira: sempre pronta a conciliar com as oligarquias e as forças reacionárias, resistente aos processos de constituição e ampliação de direitos sociais aos trabalhadores, e praticante de um comportamento instrumental diante do intervencionismo estatal e da atuação do capital imperialista, numa relação ao mesmo tempo cooperativa e contraditória.

Com base nesta interpretação Gorender afirma peremptoriamente a inaplicabilidade da categoria de revolução burguesa na história brasileira, mesmo considerando-a de modo particular como buscam fazer os analistas que se utilizam dos conceitos de revolução “passiva” (Gramsci), revolução “por cima” (Engels), “caminho prusiano” (Lênin, Lukács) ou ainda “contrarrevolução permanente” (Florestan Fernandes). Mesmo na chamada “Revolução de 1930”, considerado por muitos o principal momento de ruptura na trajetória do capitalismo brasileiro, para Gorender o que houve não foi uma revolução, mas uma alteração na correlação de forças no interior do bloco no poder que apeou as oligarquias exportadoras do núcleo do poder, sem derrotá-las completamente, e permitiu a “desobstrução” do de-

envolvimento capitalista com uma orientação econômica favorável ao mercado interno e ao desenvolvimento industrial.

O retrato nu e cru da burguesia industrial brasileira pintado por Jacob Gorender na virada dos anos 70 para os anos 80 desconstruía o mito da burguesia nacional democrática e progressista, por tanto tempo alimentado por parte significativa da esquerda e da intelectualidade brasileiras. Além disso, rebatia diretamente na disputa política do período, pois durante o processo de transição democrática, iniciado em meados dos anos 70, ainda havia quem acreditasse neste mito, chamando a burguesia a compor uma grande “frente democrática” que levará parte expressiva da esquerda brasileira a apoiar Tancredo e Sarney e o governo da “Nova República”, submetendo-se a um dos mais formidáveis movimentos transformistas da história brasileira (MACIEL, 2004). Para Gorender, bem como para setores importantes da esquerda marxista e dos movimentos sociais, sobre quem suas teses tiveram ressonância, tratava-se de construir a autonomia política, ideológica e organizativa dos trabalhadores.

Mais tarde, por ocasião do centenário da Abolição da Escravatura, em 1988 Gorender reafirma as teses presentes em *O Escravismo Colonial* com novos dados e argumentos no livro *A Escravidão Reabilitada* (1988), onde rebate as críticas à sua obra partidas principalmente de certa historiografia universitária ciosa de seu pretense monopólio na produção do conhecimento historiográfico e já rendida à vaga irracionalista e conservadora do pós-modernismo (MAESTRI, 2014). Com estas formulações Gorender refuta as bases historiográficas que sustentavam teoricamente o reformismo e o etapismo na esquerda marxista brasileira, contribuindo para o debate em torno da elaboração de uma nova estratégia revolucionária e a colocação da perspectiva socialista no centro da mesma; além de criticar acidamente as correntes historiográficas neopositivistas e pós-modernas.

Em 1987 Jacob Gorender surpreende novamente o mundo político e acadêmico com seu livro *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (1987). Nesta obra o autor reconstitui minuciosamente, com base em farta documentação e na sua vivência

pessoal como militante comunista, o processo político-social que levou ao golpe de 1964 e à consolidação da Ditadura Militar, além da trajetória da esquerda brasileira, particularmente as organizações que optaram pela luta armada contra o governo militar. Desde as organizações originárias (PCB, POLOP, AP até as organizações surgidas de sucessivas divisões, toda a esquerda é inventariada e problematizada em suas opções teóricas e prática política, criando um amplo painel do debate em torno dos caminhos da revolução em curso no país. Em polêmica aberta tanto com a postura do PCB diante do golpe, quanto com a postura das organizações da esquerda armada, inclusive o PCBR, do qual era um dos principais dirigentes, Gorender afirma que a opção de pegar em armas contra o Estado foi não só politicamente equivocada, mas historicamente inoportuna. Isto porque o momento propício para tal iniciativa era a conjuntura pré-revolucionária que antecedeu o golpe de 1964 e se estendeu até a consolidação da Ditadura, quando o populismo entrou em crise, o movimento de massas estava em ascenso e as frações burguesas mostravam-se relativamente divididas, o que favorecia uma situação revolucionária. A opção do PCB em não reagir ao golpe e confiar no compromisso democrático da burguesia nacional constituiu-se num grave erro político e estratégico, dando às classes dominantes as condições para vencer, se recompor e consolidar o novo regime.

Por outro lado, quando as organizações e grupos de esquerda críticos do “pacifismo” e do reformismo pecebista resolveram pegar em armas, a partir de 1967, as condições políticas e sociais já não eram favoráveis, contribuindo para o seu isolamento político em relação às massas trabalhadoras e sua impotência diante do aparato repressivo estatal. O resultado foi o desmantelamento destas organizações, com o sacrifício de toda uma geração de militantes, que seriam presos, exilados, mortos e “desaparecidos”, e o recuo político e organizativo dos trabalhadores por diversos anos.

Mais uma vez, a obra de Gorender suscitou acesa polêmica em torno não só da experiência da luta armada, mas do próprio caráter da Ditadura Militar num momento em que no processo de democrati-

zação então vivenciado prevalecia muito mais o continuísmo do que a mudança em relação ao antigo regime. Além disso, colocou os estudos sobre os chamados “anos de chumbo” e a Ditadura Militar em novo patamar, com destaque para o seu caráter violento e discricionário.

Nos anos 90 Jacob Gorenader mantém sua intervenção no debate político e acadêmico, desta vez refletindo sobre o colapso do chamado “socialismo real” no Leste Europeu e sobre as novas configurações assumidas pelo capitalismo desde a Segunda Guerra. Destas reflexões emergem diversos artigos e conferências, como “Teses em confronto: do catastrofismo de Kurz ao social-democratismo de Chico de Oliveira” (1994), “Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização” (1995) e “Globalização, tecnologia e relações de trabalho” (1996), bem como os livros *Perestroika: origens, projetos e impasses* (1991); *Fim da URSS* (1992); *Marcino e Liberatore* (1992) e *Marxismo sem utopia* (1999). Gorenader considerava a *perestroika*, promovida por Gorbachev na URSS e que ele via como uma espécie de reedição da NEP dos tempos de Lênin, uma necessidade diante da crise do stalinismo soviético, a combinar planejamento estatal e mecanismos de mercado. No entanto, em agosto de 1991, quando se encontrava em Moscou numa viagem de estudos ao Leste Europeu para o Instituto Mário Alves (SP), ligado à tendência petista *Brasil Socialista*, oriunda do antigo PCBR, Gorenader é surpreendido pelo golpe de Estado promovido pelas frações mais stalinistas da burocracia, vinculadas ao aparato repressivo e militar. Apesar de malsucedido, o golpe de agosto enfraqueceu irremediavelmente o governo Gorbachev, abrindo caminho para o golpe de Ieltsin e o fim da URSS em dezembro do mesmo ano. Numa longa entrevista à revista *Brasil Revolucionário* declarou-se crítico do stalinismo desde 1957, tido por ele como uma degeneração das ideias de Marx e Lênin; avaliou as contradições do processo de reformas promovido por Gorbachev na URSS; lamentou o senso comum da identificação entre socialismo e marxismo com o estatismo stalinista predominante entre os trabalhadores e intelectuais e concluiu que as tendências políticas mais fortes naquela situação de crise iam na direção da restauração capitalista e do liberalismo. Porém, Gorenader acre-

ditava que o processo de privatização das empresas estatais operado pelos novos governos poderia levantar nos trabalhadores a defesa do controle operário e da autogestão. Daí seu otimismo quanto às perspectivas futuras do socialismo no Leste e no Ocidente (GORENDER, 1991).

Em meados dos anos 1990 filia-se ao PT, porém sua militância não atinge a dimensão que teve no PCB e no PCBR, limitando-se a contribuir no debate político e teórico, particularmente com as tendências e correntes marxistas do partido. Finalmente tem da academia o reconhecimento por seu trabalho teórico e historiográfico ao receber o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal da Bahia e de Especialista de Notório Saber pela USP, onde chega a exercer por um período a função de professor visitante no Instituto de Estudos Avançados.

Em *Marxismo sem utopia* Gorender apresenta de forma sistemática algumas teses que vinha desenvolvendo parcialmente nos trabalhos daqueles anos. Mais uma vez de modo crítico e inovador Gorender propõe uma espécie de refundação do marxismo e da estratégia socialista com base na análise crítica do pensamento marxista, das experiências revolucionárias por ele inspiradas e das tendências mais recentes da dinâmica capitalista. A partir disto defende teses que geraram muita polêmica e receberam muitas críticas, principalmente de intelectuais e militantes marxistas (BOITO JR. e TOLEDO, 2000; PAULA, 2007; PEREIRA, 2013; MAESTRI, 2014), como a excepcionalidade histórica da Revolução Russa; o caráter “socialista de Estado” das sociedades do Leste Europeu; a impossibilidade de extinção do Estado, mesmo no período mais avançado do que ele denomina como sociedade socialista-comunista, e o comportamento político ontologicamente reformista da classe operária. Esta formulação, a mais polêmica de todo o livro, o leva a considerar superada a tese marxiana sobre a missão histórica revolucionária do operariado e a defender a centralidade da classe dos trabalhadores intelectuais na luta pelo socialismo. Apesar de polêmico e questionável em muitos pontos, no livro de Gorender é inegável o esforço militante de reflexão sobre os

rumos da luta socialista e de atualização de sua perspectiva histórica com base em grandioso volume de dados e informações e em ampla bibliografia, que evidenciam a densidade e o rigor de seu trabalho intelectual e de suas formulações. Por isto, não é gratuita sua retomada de uma antiga lição dos fundadores do marxismo esquecida ao longo do tempo: a de que a superação do capitalismo não é inevitável e exige acima de tudo a iniciativa revolucionária dos trabalhadores (GORENDER, 1999).

Na última década de sua vida Jacob Gorenader intervém ativamente no debate público sobre o problema dos direitos humanos, o questionamento da Lei de Anistia, a destruição de arquivos e documentos da repressão pelas Forças Armadas e o aparato de informações e a apuração dos crimes cometidos pelos agentes de repressão durante a Ditadura. Por meio de depoimentos, entrevistas, conferências e mesmo publicando trabalhos relacionados a estes temas, Gorenader reafirmou seu compromisso com os ideais de juventude de uma sociedade igualitária e democrática, apesar da idade avançada e dos problemas de saúde. São deste período os livros *O Brasil em preto & branco: a escravidão que não passou* (2000) e *Direitos humanos. O que são (ou devem ser)* (2004). Com o falecimento de Gorenader desapareceu um dos grandes intérpretes da trajetória histórica da sociedade brasileira, entre os quais ele ocupou papel de destaque pelo rigor teórico, pela dignidade e pelos sacrifícios pessoais que enfrentou.

2. Uma interpretação original: as teses de Gorenader sobre o Brasil

As teses que compõe a interpretação gorenaderiana sobre o Brasil aparecem de forma sistemática pela primeira vez num conjunto de trabalhos produzido num período relativamente curto de tempo, entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80. São eles: *O Escravidão Colonial* (1978), “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro” (1979), “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica” (1980), “Questionamentos sobre a teoria econômica do es-

cravismo colonial” (1983) e *A burguesia brasileira* (1981). Nos trabalhos escritos posteriormente e que tratam da realidade brasileira estas teses reaparecem sem alterações substanciais e de maneira mais direta, porém com alguns temas recebendo desdobramentos importantes.

Em primeiro lugar, é preciso considerar que toda interpretação gorenderiana acerca da particularidade histórica brasileira assenta nos conceitos de modo de produção e de formação social, nos sentidos lógico-abstrato e historicamente determinado. Partindo de Marx e em polêmica com a formulação da corrente althusseriana, Gorender entende o modo de produção como expressão da base econômica, ou da infraestrutura conforme designação marxiana, o que o limita às forças produtivas, às relações de produção e às relações contraditórias entre elas. Diferentemente da concepção de Althusser e seus seguidores, para Gorender o modo de produção não designa *também* o âmbito da superestrutura (a política e a ideologia), ou seja, não designa a articulação entre economia, política e ideologia e nem se situa no plano puramente lógico-abstrato, enquanto o conceito de formação social expressaria a concretude histórica desta combinação e suas variáveis. Para Gorender o âmbito da superestrutura é absorvido pelo conceito de formação social, também um conceito ao mesmo tempo lógico-abstrato e historicamente determinado, que designa uma dada combinação entre modo(s) de produção (dominante e subordinados), ou a infraestrutura, e a superestrutura (a política e a ideologia). Portanto, pode haver numa dada formação social um conjunto de modos de produção, que se relacionam sob a dominância de um deles, que determinam, numa relação dialética de reciprocidade, as esferas da política (Estado, direito, poder) e da ideologia (concepções de mundo, ciência, religião, arte, filosofia). Neste sentido, o conceito de modo de produção se distingue do de formação social não porque tem um caráter teórico, ou categorial-sistemático, enquanto este tem um caráter empírico ou histórico, mas porque designa apenas uma esfera da realidade social, a base econômica, enquanto o conceito de formação social designa sua totalidade, infraestrutura e superestrutura. É partir desta perspectiva teórica que Gorender elabora sua interpretação do pro-

cesso histórico brasileiro: partindo do conceito de modo de produção escravista colonial, definido a partir de sua evolução histórica e de suas leis tendenciais enquanto modo de produção específico, analisando a transição do escravismo colonial para o modo de produção capitalista no país e sua consolidação como modo de produção dominante (GORENDER, 1980).

a) Uma formação social escravista colonial

A primeira tese que sustenta a interpretação de Gorender acerca da particularidade da formação social brasileira em relação ao desenvolvimento histórico europeu e a outras sociedades coloniais é a de que durante os períodos colonial e imperial vigorou no Brasil um modo de produção historicamente novo, o escravismo colonial. Segundo Gorender, no Brasil não vigorou uma versão atualizada do escravismo antigo, apesar da presença determinante da mão de obra escrava e da ideologia escravista. Tampouco vigorou o feudalismo medieval, apesar da presença da grande propriedade fundiária e de determinados institutos jurídicos de origem feudal; nem vigorou qualquer variante de “capitalismo comercial”, apesar da centralidade da produção voltada para o mercado externo, devido à situação colonial e a inserção subordinada da economia brasileira no mercado mundial como área produtora de alimentos, metais preciosos e matérias primas. A presença decisiva da mão de obra escrava nos setores dinâmicos e mais importantes da economia fez com que as relações escravistas de produção determinassem o conteúdo e a funcionalidade tanto da grande propriedade fundiária e da estrutura político-jurídica, quanto da dinâmica comercial. Por outro lado, a condição colonial conferiu ao escravismo aqui instalado um caráter mercantil distinto do escravismo patriarcal próprio do mundo antigo, pois sistemático e predominante. O reconhecimento desta particularidade coloca o país numa rota de desenvolvimento histórico distinta do processo histórico europeu nas Eras Moderna e Contemporânea e, portanto, distinta da transição do feudalismo ao capitalismo (GORENDER, 2001, p. 37-45).

Porém, Gorender procura deixar claro que a adoção da designação “colonial” na definição do modo de produção escravista vigente no Brasil não o filia às correntes historiográficas “integracionistas”, como a “teoria da dependência”, pois além de carentes de fundamentação lógico-teórica estas interpretações enxergam a formação social brasileira como um simples desdobramento dos ditames impostos pelo Antigo Sistema Colonial, sem qualquer dinamismo próprio, nem tampouco configuração particular. Nesta concepção, adotada de modos variados por autores como Caio Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novaes, aqui haveria “capitalismo” desde o início, pois sido criada para atender o mercado externo a sociedade colonial brasileira teria o seu “sentido” definido de fora para dentro, desenvolvendo um “modo de produção colonial” ou um “capitalismo incompleto” que se transforma em “capitalismo colonial ou dependente” quando as funções comerciais e estatais exercidas pela metrópole portuguesa são internalizadas após a Independência de 1822 (GORENDER, 2013, p. 25-26). Do mesmo modo a perspectiva teórica de Gorender se distingue das concepções dualistas, que da mesma maneira adotam uma perspectiva mecanicista, só que com o sinal trocado. De um lado há os que imaginam existir dois modos de produção no Brasil Colônia (escravista e feudal) que convivem ao mesmo tempo, mas de maneira estanque, como Nelson Werneck Sodré; de outro os que localizam a existência de uma economia internamente feudal-escravista e externamente capitalista, como Inácio Rangel (GORENDER, 2001, p. 299-315; 2013, p. 25-26).

b) A acumulação primitiva de capital a partir do escravismo colonial

Ao contrário, para Gorender no Brasil o capitalismo nasce das entranhas do modo de produção escravista colonial e dos seus vínculos com a dinâmica econômica expansiva das economias centrais. O que permitiu uma acumulação primitiva de capital nos marcos do escravismo colonial, ou seja, acumulação interna com base em parte da renda escravista amealhada pelos escravocratas, mas também pela

burguesia mercantil, que exercia uma posição de intermediação comercial nas relações com o mercado externo e também funcionava como “capital bancário” no financiamento da economia exportadora. Com a transferência da Família Real para o Brasil (1808) e a independência (1822) o processo de acumulação se fortaleceu, na medida em que a intermediação parasitária exercida pela metrópole em favor da burguesia metropolitana foi abolida. Esta mudança política teve ainda outra consequência econômica de grande envergadura, pois barateou a importação de bens de produção, favorecendo não só a expansão da economia escravista cafeeira, mas a diversificação produtiva na economia urbana, estimulando a produção industrial e a adoção de relações de produção propriamente capitalistas, apesar da presença de operários escravos em algumas fábricas. Apesar de tudo, ainda era uma produção de baixa qualidade, ainda incapaz de substituir a importação de manufaturados, mas apenas os artigos produzidos artesanalmente. Composto o quadro da economia agrária havia ainda o que Gorender conceitua como o modo de produção dos pequenos cultivadores não-escravistas, um modo de produção marginal baseado na pequena propriedade rural ou mesmo na posse, no trabalho familiar, e na economia natural, apesar da mercantilização de parte da produção conforme com seus vínculos com a economia escravista e/ou proximidade dos centros urbanos. Para Gorender o grande entrave ao desenvolvimento de uma indústria capitalista residia na própria vigência da escravidão, o que dificultava a constituição de um mercado de trabalho e de negócios livre e o próprio avanço das práticas capitalistas. Segundo Gorender, um empresário como o Barão de Mauá só foi possível porque já havia uma acumulação originária no bojo da formação social escravista; porém, este naufragou justamente por conta dos entraves que esta impunha em termos econômicos, políticos e jurídicos ao avanço capitalista (GORENDER, 1981, pp. 7-20; 2001, pp. 295-298).

c) *A abolição como única revolução social*

Diante deste quadro Gorender conceitua a abolição da escravidão (1888), seguida das mudanças político-institucionais implementadas a partir da Proclamação da República (1889), como uma verdadeira *revolução social*. A única ocorrida na história do país, apesar de todos os seus limites em termos de transformação da estrutura agrária, de melhoria efetiva da situação dos trabalhadores, da postura conservadora dos cafeicultores paulistas (principal classe dominante pós-Abolição, mas que manteve a escravidão em suas terras o máximo possível e até o último dia) e da própria burguesia industrial, de quem faltou apoio, quanto mais liderança, ao movimento abolicionista. Isto porque extinguiu o modo de produção escravista colonial e a formação social escravista que lhe era correspondente, permitindo sua substituição por um modo de produção ainda pré-capitalista, que ele denomina como *modo de produção plantacionista latifundiário apoiado em formas camponesas dependentes*, e a substituição da Monarquia centralizadora pela República federativa e descentralizada. Além desta mudança no caráter do modo de produção dominante e na formação social a Abolição e a República abriram caminho para o desenvolvimento do modo de produção capitalista (mesmo que ainda subordinado), incrementando o mercado interno e favorecendo o avanço da moderna indústria e da acumulação capitalista, o que constitui uma mudança de enorme importância histórica (GORENDER, 1983, p. 20-23; 2013, p. 30-38).

A postura política conservadora da burguesia industrial diante do abolicionismo e do republicanismo revela a posição subordinada da indústria capitalista nativa diante da economia agroexportadora, particularmente a cafeeira, de cujos fluxos dependia em termos de mercado consumidor, recursos financeiros e infraestrutura. Por menos que os cafeicultores investessem diretamente parte de seus capitais na produção industrial, e Gorender revela que sua participação na formação da burguesia industrial foi minoritária em relação à burguesia mercantil e bancária e aos imigrantes que detinham posses, a cafeicultura constituía um amplo mercado de mão de obra e para a venda de bens de consumo não-duráveis; além de demandar a criação

de uma estrutura de transportes (ferrovias, portos) e alimentar uma rede bancária que em parte financiou o esforço industrial. Em diálogo crítico com outros autores, como Fernandes, e com toda uma tradição sociológica e historiográfica, Gorender recusa a origem cafeeira da burguesia industrial e a ascensão do imigrante à condição de capitalista industrial pelo trabalho. Para ele a burguesia industrial tem suas origens no comércio importador, que passa a financiar a fabricação de artigos antes importados, no comércio interno e no sistema bancário, setores que passam a inverter na pequena indústria já existente e em novos ramos industriais parte de seus capitais, permitindo seu fortalecimento econômico e adensamento técnico após a Abolição (GORENDER, 1983, p. 24-47).

Além da Abolição, uma única vez a revolução social emergiu no horizonte da formação social brasileira e ainda assim de maneira tangencial: a situação pré-revolucionária instalada nos primeiros meses de 1964, derrotada pelo golpe militar. Em suas palavras, neste período ocorreu:

[...] o auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para reagir antes que o caldo entornasse. (GORENDER, 1987, p. 67)

d) O capitalismo como modo de produção subordinado numa economia de trabalho livre

Mesmo após a Abolição esta situação continuou por bastante tempo, subordinando o modo de produção capitalista sediado na indústria à economia agrária, baseada em combinações variadas entre elementos da economia camponesa e relações de trabalho livre, porém pré-capitalistas, onde mesmo assalariados os trabalhadores tinham algum direito à posse dos meios de produção (colonato, meagem, parceria, etc.). Na verdade, para Gorender a luta dos escravos pela liberdade, não pela posse da terra, e a ausência de um movimento camponês

que apoiasse o movimento abolicionista, dissociou o fim da escravidão de uma reforma agrária, permitindo a permanência do latifúndio e a atualização da economia da plantagem (exportadora ou não) e da pecuária, agora sob novas relações de produção pré-capitalistas, mas que combinam diversas formas camponesas dependentes ao trabalho livre. Paralelamente ao modo de produção do latifúndio plantacionista havia também outro modo de produção na economia agrária, o *modo de produção da pequena propriedade camponesa-familiar*, baseada na economia natural, mas com graus diversos de mercantilização da produção e de dependência ao mercado consumidor. Assim, mesmo com o fim da escravidão e devido à centralidade da economia agrária no conjunto da economia nacional, ainda prevaleceram modos de produção pré-capitalistas, apesar do trabalho livre. Ao contrário de certos autores, como Werneck Sodré, para Gorender o fim da escravidão não significou o reforço ou a implantação de um modo de produção feudal ou semifeudal, pois o caráter mercantil da produção escravista, a presença da propriedade alodial e alienável desde o início da colonização e o caráter subordinado da economia natural impediram instalação da servidão. Portanto, diferente da Europa, no Brasil o fim da escravidão não levou ao feudalismo, mas a três modos de produção de uma maneira ou outra baseados no trabalho livre: o *plantacionista latifundiário* (inclui-se aí também o latifúndio pecuarista), o da *pequena propriedade camponesa-familiar* e o *capitalista* (GORENDER, 2013).

Portanto, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX o modo de produção capitalista funcionou numa posição subordinada no interior da formação social brasileira. Isto explica o conservadorismo político e ideológico da burguesia industrial brasileira, manifesto numa postura contrária à qualquer tipo de reforma agrária e no binômio repressão/paternalismo no tratamento do operariado. Postura que a levou a aceitar relutantemente a legislação trabalhista proposta por Vargas e ainda assim após muita luta do movimento operário. Portanto, para Gorender a burguesia brasileira não apresentou qualquer perfil revolucionário no momento de crise do escravismo colonial e de afirmação do capitalismo, preferindo uma postura de acomodação com a economia agroexportadora e com as oligarquias agrárias, apesar das contradições pontuais e do papel nega-

tivo exercido pela cafeicultura em crise nos anos 1920 (GORENDER, 1983, p. 45-51).

e) 1930: uma revolução que não ocorreu

Neste sentido, para Gorender a chamada “Revolução de 1930” é entendida como uma mudança na correlação de forças no interior do próprio bloco no poder vigente em favor das frações latifundiárias ligadas ao mercado interno e em detrimento dos setores agroexportadores, principalmente os cafeicultores, mas não como uma *revolução burguesa*. Isto porque tanto não houve uma mudança no modo de produção dominante, quanto não houve a substituição de uma classe dominante por outra: os latifundiários continuaram no poder. Apesar disto, foi uma mudança política de grande envergadura, que desobstruiu o desenvolvimento capitalista ao apelar do poder a oligarquia cafeeira e seus aliados (capital bancário e capital comercial), o que favoreceu um processo de aproximação progressiva do governo Vargas com a burguesia industrial em torno de uma política econômica favorável ao mercado interno e ao desenvolvimento industrial, tido como projeto de interesse nacional. Não à toa já em 1937 a burguesia industrial, que apoiou Júlio Prestes nas eleições de 1930, apoia em peso o golpe de Estado que mantém Vargas no poder, em nome do antiliberalismo, do protecionismo e do intervencionismo estatal pró-industrial (GORENDER, 1983, p. 62-69).

Outra mudança importante foi o estabelecimento do populismo como forma da hegemonia burguesa no período 1930-1960. Ao contrário de vários analistas, Gorender não define o populismo a partir da liderança carismática exercida pelo líder sobre os trabalhadores desorganizados e despolitizados recém-saídos do campo com base na manipulação e na demagogia paternalista, e nem o vê como uma forma de bonapartismo, onde o Estado se coloca numa perspectiva arbitral entre as classes fundamentais. Ao contrário, o populismo se estabelece como forma da hegemonia burguesa, onde a perspectiva da industrialização ganha a adesão dos trabalhadores com base num conjunto de procedimentos adotados pelo Estado e que ganham o consenso junto aos trabalhadores num elevado grau, como a legisla-

ção trabalhista, o salário mínimo, o sindicalismo tutelado etc. Ou seja, a hegemonia burguesa se assenta em concessões materiais impossíveis antes de 1930, nas condições política da chamada “República Oligárquica”. Segundo ele:

E o que oferecia o populismo aos operários? O paternalismo estatal, nas suas relações conflitivas com o patronato. Os operários ganhavam uma legislação, que lhes permitia defender alguns direitos perante os tribunais da Justiça do Trabalho. Os trabalhadores deixavam de ser desamparados, mas, em troca, os Sindicatos ficavam atrelados ao Ministério do Trabalho, e eram considerados órgãos de colaboração com o poder estatal. Os Sindicatos perdiam assim a sua autonomia. Os operários ganharam outras concessões: salário mínimo, previdência social, conjuntos habitacionais, assistência médica etc. Tudo isso não deixou de facilitar a obtenção do consenso dos trabalhadores, em relação ao Estado, inicialmente à revelia da burguesia industrial que estava crescendo. Nesse sentido, Getúlio Vargas tinha uma visão mais avançada do que os próprios industriais, em sua grande maioria, com a exceção de homens como Roberto Simonsen e poucos outros. (GORENDER, 1988, p. 60)

f) *Uma burguesia corporativista, conservadora e antidemocrática*

A partir de então a perspectiva de industrialização e de avanço do modo de produção capitalista se impõe determinando as políticas de Estado e subordinando os modos de produção pré-capitalistas à sua dinâmica interna. Cria-se um forte setor produtivo estatal, que funciona como um componente fundamental na alavancagem industrial; ocorre a generalização progressiva das relações capitalistas e a pressão exercida pelas lutas proletárias exige a regulação das relações entre capital e trabalho por meio da legislação trabalhista; enquanto o próprio capital externo, que antes priorizava os setores de serviços e financeiro, passa a priorizar os investimentos na produção industrial contribuindo para o processo de industrialização. Apesar disto o comportamento da burguesia industrial foi predominantemente economicista e corporativista, em certa medida abdicando da direção política do processo. Segundo Gorender a burguesia industrial teve uma relação instrumental tanto com a legislação trabalhista, quanto com capital estatal e o capital externo. Se de um lado a legislação trabalhista e o sindicalismo de Estado abriram a possibilidade da conquista do consenso junto aos trabalhadores, sem o abandono do controle e

da repressão, por outro lado impôs aos patrões encargos sociais que eles rejeitaram o quanto puderam. Se de um lado o setor produtivo estatal cumpria um papel decisivo na alavancagem da industrialização investindo e produzindo em setores que exigiam uma massa de capital muito além da capacidade dos capitalistas privados, além de oferecer produtos e insumos industriais a baixo preço para os diversos ramos da indústria, favorecendo diretamente a acumulação privada, por outro lado a burguesia industrial sempre torceu o nariz para a possibilidade das empresas estatais concorrerem com o setor privado (GORENDER, 1983, p. 66-80).

O mesmo se aplica quanto ao capital externo, que começa a ter um papel decisivo no processo de industrialização e de consolidação do modo de produção capitalista a partir da Segunda Guerra Mundial. Para Gorender o capital imperialista atuou de maneira dúplice na economia brasileira, como “bomba de sucção”, extraindo riquezas e capitais para os centros do capitalismo mundial, mas também como fator de desenvolvimento interno, investindo e diversificando a economia nacional. Daí a postura predominantemente associada da burguesia brasileira, que se dividia em variados matizes entre o nacionalista e o “testa de ferro”, mas cujo comportamento médio foi instrumental diante do grande capital externo, adotando, quando muito, um nacionalismo interessado definido pelas conveniências do capital nacional particularmente quando o capital externo lhe fazia concorrência direta. Cooperação e contradição (GORENDER, 1983, p. 81-100).

Apesar da ausência de revolução em 1930 e da postura conservadora da burguesia industrial no episódio, para Gorender, entre as décadas de 1930 e 1960, a burguesia ascende à condição de classe dominante por meio do populismo, assim definido por ele num ensaio escrito posteriormente:

[...] um processo de hegemonia consensual da burguesia ascendente, a partir dos anos 30, para obter a colaboração do nascente proletariado com vistas à construção da nação burguesa. Foi exatamente uma política do próprio Estado, tendo no seu leme o primeiro e o maior dos populistas — Getúlio Vargas. Getúlio acreditava que o populismo seria benéfico tanto para os trabalhadores como para a burguesia. Nos anos 30, dá-se início ao processo de transição da liderança da burguesia agrário-exportadora — de orientação anti-industrializante — para a liderança de uma burguesia industrial, que vai se afirmar já nos anos 30

e que irá crescer celeremente nos anos 40, até adquirir o domínio pleno nos anos 50, sobretudo no quinquênio de Juscelino Kubitschek. Esta burguesia industrial, com seus políticos e estadistas populistas, conseguiu ganhar o consenso em grau elevado dos trabalhadores urbanos para o projeto de uma nação burguesa independente, através da industrialização. Assim, o populismo está essencialmente associado ao projeto da industrialização burguesa no Brasil. É o primeiro projeto político de hegemonia da burguesia brasileira. Hoje um projeto abandonado, mas que serviu durante três décadas, dos anos 30 até o começo dos anos 60. O populismo tanto pôde operar no regime autoritário do Estado Novo, como no regime liberal da Constituição de 1946, portanto, sob as condições de um regime parlamentar representativo. (GORENDER, 1988, p. 59-60)

Esta avaliação revela o núcleo da interpretação gorenderiana acerca do processo de consolidação do capitalismo como modo de produção dominante e da burguesia como classe dominante principal: a ausência de qualquer revolução burguesa e a prevalência de uma perspectiva burguesa *oportunist*, na medida em que a dominação burguesa se impõe como uma necessidade histórica a partir do próprio desenvolvimento econômico-social. Nestes termos, a hegemonia burguesa se impõe independentemente do regime político vigente, “autoritário” ou “parlamentar-representativo”, na medida em que o consenso junto aos trabalhadores é conquistado. Para Gorender, quando o movimento das “reformas de base”, dirigido pelo governo Goulart e apoiado pelos trabalhadores, colocou em xeque a classe dominante questionando a propriedade privada através da ocupação de terras, o domínio das multinacionais por meio da lei da remessa de lucros, e o poder coercitivo do Estado com a mobilização política e da “indisciplina” de sargentos, marinheiros e policiais a burguesia descartou o populismo apelando para o golpe militar e a coerção aberta, num movimento que, como já vimos, ele designa como contrarrevolução preventiva (GORENDER, 1988; 2014).

Mais tarde, analisando a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 Gorender volta a conferir grande potencial hegemônico à democracia representativa e ao processo eleitoral, retomando implicitamente sua formulação a respeito da capacidade do Estado em produzir consenso e “invadir a área da sociedade civil”. Apesar disto no texto Gorender atribui um papel “ativo” mais acentuado dos “magnatas” na construção da vitória eleitoral de seu

candidato por meio da grande mídia, de seus representantes políticos e do que podemos chamar de aparelhos empresariais de hegemonia (GORENDER, 1995).

g) *A Ditadura Militar como momento de maturação final do capitalismo brasileiro e da dominação burguesa*

De acordo com Gorender, o golpe de 1964 encontra a burguesia brasileira como classe dominante principal, secundarizando definitivamente os latifundiários, e o capitalismo como modo de produção prevaemente na formação social brasileira. Segundo ele o golpe foi obra da burguesia brasileira, inclusive de setores “nacionalistas”, com o apoio dos latifundiários, do capital externo e do governo norte-americano e a execução das Forças Armadas, que “assumiram o poder de Estado, militarizaram suas instituições e imprimiram um estilo militarizado à tomada de decisões na esfera política estatal” (GORENDER, 1983, p. 102). Sem entrar no debate sobre o caráter do Estado durante a Ditadura Militar, mas afastando-se das posições que recorrem aos conceitos de bonapartismo ou cesarismo, Gorender afirma que “o Estado não se colocou acima das classes (da chamada sociedade civil), mas tornou-se *mais burguês*” (idem).

Esta definição será mais tarde desenvolvida num diálogo crítico com as formulações de Gramsci sobre coerção e consenso e as relações entre Estado e sociedade civil. Segundo Gorender, e em concordância com a polêmica crítica de Anderson à Gramsci,⁵ o consenso não é produzido apenas pela sociedade civil, enquanto a coerção é atribuído exclusivo do Estado, mas o consenso também pode ser produzido pelo Estado junto aos trabalhadores por meio do regime parlamentar-representativo (eleições, liberdade partidária, liberdade sindical, liberdade de imprensa, etc.). Além disso, não necessariamente a cons-

⁵ Para a crítica de Anderson à Gramsci ver ANDERSON, Perry. “As antinomias de Gramsci”. In: VÁRIOS AUTORES. *As estratégias revolucionárias na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p. 7-74. Para uma crítica à Anderson de um ponto de vista gramsciano ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 73-88.

trução do consenso tem um caráter democrático, pois pode haver um “despotismo consensual”, como no caso do governo Khomeini no Irã. Portanto, a correlação entre consenso e coerção é variável, mudando de “lugar” e conteúdo conforme a situação. Segundo ele:

Eu diria que nos Estados fascistas ou nas ditaduras militares sul-americanas, como a que tivemos no Brasil até poucos anos atrás, a coerção atinge um máximo, invadindo a área da sociedade civil onde se processa o consenso. Nestes casos, não só a coerção se torna exposta — intervindo em tudo, generalizadamente, sem recuar diante dos processos mais torpes, a exemplo da tortura — como invade a área do consenso. Então, a Imprensa é censurada, os Partidos, como ocorreu na Argentina, são suprimidos ou só se permitem dois Partidos, um da situação e outro da oposição. Foi o que se fez no Brasil. Os Sindicatos são controlados de maneira rigorosa, as greves proibidas, as publicações submetidas à censura, o mesmo ocorrendo com o cinema, o teatro, as diversas formas de manifestação artística. A Universidade é mutilada: determinadas correntes de pensamento são impedidas de se manifestarem dentro dela etc. (GORENDER, 1988, p. 59)

No Brasil da Ditadura Militar aconteceu exatamente isto, além do avanço máximo da coerção, chegando ao que ele designa como “terrorismo de Estado”, o consenso tornou-se residual, pois a coerção também invadiu a “área da sociedade civil”, controlando imprensa, universidade, artes e cultura, partidos, etc. Para ele:

O significado da ditadura militar, iniciada após o golpe, foi a eliminação definitiva do populismo consensual e o realce do elemento de força, de coerção do Estado. A coerção exacerbou-se e chegou a um ponto extremo, ficando o consenso como um resíduo. No processo de avanço da ditadura, da vitória golpista de 1964 até o AI-5 de 1969, a Imprensa foi submetida à Censura, os jornais oposicionistas foram calados ou deixaram de circular. A Universidade foi invadida, mutilada, aleijada, numerosos professores foram compulsoriamente aposentados e coagidos a saírem do País. Artistas foram coibidos e também obrigados a saírem do País. Cerca de dez mil funcionários públicos civis e militares foram alijados por processos administrativos, IPMs ou suspensão de direitos políticos. Parlamentares eleitos pelo voto popular também sofreram este processo de expurgo. Governadores perderam os mandatos nos seus estados. Enfim, dá-se a coerção discricionária, sem limites, pois, desde 1964, inicia-se a prática do terrorismo de Estado, com as prisões arbitrárias e torturas. Assim, se estabelece no País uma ditadura militar sem que isto fosse previsto por muitos dos protagonistas do golpe. (GORENDER, 1988, p. 59-60)

Daí que a política econômica dos governos militares, que ele define como de *modernização conservadora*, recorrendo a um conceito de inspiração weberiana elaborado pelo sociólogo Barrington Moore Jr., evidencia seu caráter de classe. Segundo ele, passada década e meia de Ditadura Militar o Brasil tornou-se o mais industrializado dos países dependentes, aproximando-se do patamar inferior dos países desenvolvidos; o rápido desenvolvimento capitalista se baseou na “exploração implacável” da força de trabalho, para o qual a repressão efetuada pela ditadura foi fundamental, na piora das condições de vida das massas populares e na concentração de renda; os setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis tornaram-se os mais importantes do parque industrial brasileiro. Assim, o capital nacional já busca crescer expandindo-se para o exterior, apesar da ausência de capital financeiro no país. Não há capital financeiro por que não há efetiva fusão entre o capital bancário e o capital industrial e porque o sistema bancário brasileiro atua predominantemente na esfera de serviços. Porém, para Gorender a expansão externa do capital brasileiro ainda não possuía um caráter *imperialista* ou mesmo *subimperialista*, apesar desta ser uma possibilidade no futuro. O capital industrial também se expande em direção à agricultura. Gorender localiza uma “soldagem” crescente entre indústria e agropecuária, ou entre o capital industrial e a propriedade da terra, permitindo o avanço do capitalismo no campo. Finalmente, em seu quadro descritivo da maturidade do capitalismo brasileiro Gorender ressalta que os setores de médio capital se integram ativamente no processo de crescimento industrial e avanço tecnológico, assumindo posições monopolistas em alguns ramos, o que desautoriza as avaliações que qualificam a média burguesia como de perfil anti-imperialista e antimonopolista (GORENDER, 1983, p. 104-109). Neste ponto Gorender dialoga criticamente e de maneira indireta com determinados setores da oposição democrática que viam na média burguesia um segmento social capaz de engrossar a frente democrática em oposição ao grande capital.

h) Capitalismo e latifúndio

Um dos elementos que fundamentam a constatação gorenderiana acerca da predominância do modo de produção capitalista na for-

mação social brasileira é o avanço das relações capitalistas no campo, implicando na extinção, eliminação progressiva e/ou subordinação dos *modos de produção plantacionista latifundiário* e da *pequena propriedade camponesa-familiar*. No primeiro caso, com forte apoio do Estado, o latifúndio plantacionista (e pecuarista) tendeu a tornar-se empresa capitalista, abolindo as relações pré-capitalistas (formas camponesas dependentes) em favor das relações assalariadas tipicamente capitalistas, disponibilizando massas crescentes de mão de obra para o mercado de força de trabalho, substituindo trabalho vivo por trabalho morto (tecnificação, fertilizantes, produtos veterinários, etc.), transformando a renda da terra em capital agrário e, nos casos mais avançados, tornando a propriedade rural espaço de investimento e especulação do capital industrial (nacional e estrangeiro) e bancário. Para Gorender este último aspecto reforçou a tradicional posição antirreforma agrária da burguesia industrial, tornando-a ainda mais vinculada à concentração fundiária. No segundo caso, a pequena propriedade camponesa-familiar tendeu a subordinar-se progressivamente ao mercado interno tanto no sentido da mercantilização da sua produção, quanto no sentido da mercantilização do seu consumo, reduzindo ou eliminando a economia natural (GORENDER, 2013).

Mais uma vez Gorender distancia-se das concepções integracionista e dualista, pois a forma como o capitalismo avança sobre os modos de produção pré-capitalistas revela tanto que os últimos guardavam sua particularidade a partir de relações de produção específicas; quanto que não havia dualidade entre os setores *moderno* (industrial, urbano) e *arcaico* (agrário, latifundiário), mas articulação e complementaridade, dispensando uma *modernização progressista* por meio da reforma agrária.

Conclusão

A análise de Gorender sobre a trajetória da sociedade brasileira está entre as mais importantes contribuições à historiografia brasileira e às ciências sociais em geral. São certas suas teses sobre o caráter escravista colonial da formação social brasileira do século XVI ao XIX; sobre o caráter fundamentalmente endógeno da transição ao capita-

lismo; sobre o caráter socialmente corporativista e politicamente conservador da burguesia brasileira; sobre as relações ao mesmo tempo contraditórias e complementares entre indústria e agricultura e entre economia nacional e capital externo; sobre o papel da Ditadura Militar no amadurecimento do capitalismo brasileiro e a conclusão de sua formação como modo de produção dominante em todos os setores da economia.

No entanto, é preciso considerar que a análise de Gorender se fixa fundamentalmente na descrição e teorização dos modos de produção historicamente constituídos no país. Sua análise da superestrutura nunca teve a mesma profundidade, nem adquiriu a mesma importância em seus trabalhos. Mesmo quando aborda a constituição da burguesia brasileira como classe dominante não há uma análise sistemática das formas políticas e ideológicas de sua dominação ao longo do tempo. Na verdade, Gorender não desenvolve uma teoria do Estado burguês no Brasil, nem em sua generalidade nem em sua particularidade, tal como faz na teoria dos modos de produção escravista colonial e capitalista, sobre a dinâmica dos sucessivos modos de produção e sua influência na configuração das classes sociais e na luta de classes. Quando se dedica a analisar o processo político se limita a abordar fenômenos históricos específicos, como o populismo, a Ditadura Militar ou a Nova República.

Tanto em sua leitura do populismo e da hegemonia burguesa dele derivada, quanto da Ditadura Militar há a rejeição do conceito de bonapartismo, pois em sua avaliação nunca houve equilíbrio entre as classes fundamentais que exigisse uma função arbitral por parte do Estado. No entanto, sua análise não explica como a burguesia industrial se torna classe dominante no final dos anos 50 e passa a determinar as políticas do Estado sem que tenha apoiado a Revolução de 1930, o golpe que deu origem ao populismo (primeira forma histórica da hegemonia burguesa no país), e sem que tenha desalojado de uma posição hegemônica no interior do bloco no poder a classe dos grandes proprietários de terra vinculados ao mercado interno. Justamente a classe que saiu vitoriosa em 1930, representada por Vargas e pelas principais lideranças populistas, e que dirigiu as principais políticas

favoráveis ao processo de industrialização e regulação da relação entre capital e trabalho, contra as quais a burguesia industrial manteve uma posição relativamente reticente na maior parte dos anos 30 e das quais foi a principal beneficiária. Neste ponto é preciso ainda considerar que também não há qualquer formulação acerca das formas de inserção das classes sociais no Estado, particularmente das classes dominantes não-hegemônicas, ou seja, aquelas que têm uma posição subordinada no interior do bloco no poder.

Podemos considerar ainda que há uma contradição entre a rejeição do bonapartismo como categoria explicativa para a forma política assumida a partir de 1964, baseada na tese de que o Estado “tornou-se ainda mais burguês”, ao invés de colocar-se “acima das classes”, e a conclusão de que os militares é que assumiram a direção política do regime na medida em que moldaram o Estado à sua imagem e semelhança. A certa altura de sua argumentação ele chega a elogiar o trabalho de Dreifuss por mostrar a movimentação e o protagonismo da burguesia brasileira no golpe de 1964, mas o critica por minimizar a forma militarizada adquirida pelo Estado desde então (GORENDER, 1983, p. 111). O que evidencia que para Gorender os militares “militarizaram” o aparelho de Estado, mas sem exercer uma posição bonapartista/cesarista. Na verdade, Gorender trabalha com um conceito restrito de bonapartismo, que entende a função arbitral do Estado apenas em relação à uma situação de equilíbrio entre burguesia e proletariado, não entre burguesias ou entre classes dominantes burguesas e não burguesas, tendo o proletariado como ameaça potencial. Daí uma leitura relativamente linear do processo de ascensão política da burguesia brasileira e a ausência de qualquer problematização sobre o papel da burocracia (civil ou militar) no processo de constituição e reprodução da dominação burguesa.

Finalmente, Gorender trabalha com um conceito restrito de revolução, na medida em que a limita ao processo de transformação político-jurídica que elimina as condições institucionais que permitiam a reprodução do modo de produção em decadência e derruba do poder sua respectiva classe dominante, favorecendo a constituição de um novo modo de produção e de uma nova dominação social. Ou seja,

para que um processo político-social seja digno deste nome tem que ocorrer a substituição de um modo de produção por outro e a derrubada de uma classe dominante por outra. Neste sentido, nunca houve no Brasil qualquer experiência de revolução burguesa, nem mesmo sob variantes a indicar sua particularidade em relação ao modelo clássico como “revolução passiva (Gramsci), “caminho prussiano” (Lênin), “revolução de cima” (Engels) ou “contrarrevolução permanente” (Fernandes), pois a burguesia brasileira nunca foi revolucionária e nem se moveu neste sentido para se tornar classe dominante. Daí sua crítica às essas propostas teóricas, que concebem a revolução no Brasil como processo de longo prazo e de caráter global, que abrange a dimensão político-jurídica, mas também as dimensões econômico-sociais, ideológico-culturais, etc. A própria Abolição da Escravatura complementada pela Proclamação da República, que aboliram o modo de produção escravista na única revolução social digna deste nome em toda a história do país, ocorreram sem o concurso da burguesia industrial e apenas destravaram o caminho para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que ainda levaria algumas décadas para se tornar o modo de produção dominante. Deste retrato emerge uma burguesia brasileira certamente protagônica na definição das relações travadas como as classes dominante agrárias e o imperialismo e do curso histórico que levou à sua dominação econômica, política e social, mas fortemente marcada pelo corporativismo, pelo oportunismo e por uma perspectiva autoritária e conservadora que a impediu de desenvolver uma vocação hegemônica e perspectiva democrática.

Apesar destes limites e lacunas a interpretação gorenderiana é incontornável não só para a compreensão e o debate sobre a história da sociedade brasileira, mas também sobre os caminhos e possibilidades da luta dos trabalhadores e da perspectiva socialista hoje. Uma obra que deve ser resgatada e divulgada, pois além de sua grandeza, é o resultado de uma trajetória intelectual marcada pelo “saber militante” como poucas outras.

Referências bibliográficas

BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio N. “Jacob Gorennder. *Marxismo sem utopia*”. Crítica Marxista. 2000. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/resenha-sobre-Marxismo-sem-utopia.pdf>, acesso em 22/05/2020.

CARDOSO, Ciro F. S. “Sobre los modos de producción coloniales de América”. In: ASSADOURIAN, C.S. et ali. *Modos de producción em América Latina*. Córdoba/ Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1973, p. 135-159.

_____. “Observações sobre o ‘dossier’ preparatório da discussão sobre o modo de produção feudal”. In: CENTRE D’ETUDES ET RECHERCHES MARXISTES. *Sobre o feudalismo*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1978, p. 71-73.

_____. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEL ROIO, Marcos. “A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo”. In: (Orgs.) MORAES, João Quartim de DEL ROIO, Marcos) *História do Marxismo no Brasil - Vol. 4 - Visões do Brasil*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2000, p. 73-134.

GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43-65.

_____. *A burguesia brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: da luta armada às ilusões perdidas*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. “Coerção e consenso na política”. *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, 1988, p. 52-66.

_____. “O socialismo reviverá como força de massas tanto no Leste como no Ocidente” (Entrevista). *Revista Brasil Revolucionário*, Nov. 1991, p. 5-11.

_____. “Era o golpe de 1964 inevitável?” In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas do populismo*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997, p. 109-116.

_____. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *O Escravismo Colonial*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. “Hegemonia burguesa - reforçada pela prova eleitoral de 1994”. *Crítica Marxista*. São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 9-27.

_____. “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 19-53.

_____. “A sociedade cindida”. *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA-USP, 2014, p. 17-26.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MAESTRI, Mário. “Jacob Gorender”. In: SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo. (Org.). *Intérpretes do Brasil: Clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, v. 1, p. 200-220.

PAULA, João Antonio de. MARXISMO: APOSTA E CRÍTICA Carta a Jacob Gorender. Revisa em Pauta. 2007. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/08/Marxismo-aposta-e-cr%C3%ADtica-JA-Paula.pdf>, acesso em 23/05/2020.

PEREIRA, Duarte. Marxismo sem classe operária é possível?. *Revista Espaço Acadêmico*. 15/06/2013. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/15/marxismo-sem-classe-operaria-e-possivel>>. Acesso em: 22/05/2020.

A trajetória política do intelectual Octávio Brandão: uma breve contribuição à história do movimento operário brasileiro (1917-1923)

Denilton Novais Azevedo¹

Qual a relação entre as ideias políticas do intelectual Octávio Brandão e a história do movimento operário brasileiro? Para tentarmos responder esta problemática utilizaremos como fontes três autobiografias escritas em momentos distintos da vida de Octávio Brandão, como é o caso de *O Caminho*,² publicado em 1950; *A Luta Libertadora*,³ redigida em 1970, porém ainda inédita; e, por último, *Combates e Batalhas*,⁴ publicada, originalmente, no ano de 1978, dois anos antes de

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Linha de Pesquisa: História Política e Movimentos Sociais. Endereço para contato: denilton.historia@yahoo.com.br.

² A título de compreensão, devemos aqui ressaltar que o livro *O Caminho*, corresponde, na verdade, a primeira autobiografia escrita por Octávio Brandão, porém, só foi publicado, de fato, na década de 1950, no Rio de Janeiro. De maneira geral, na referida obra, encontra-se algumas importantes referências acerca das principais atividades realizadas por Brandão no estado de Alagoas de 1896 até 1919. Por último, cabe ainda registrar que, para a realização de parte desta nossa pesquisa, nos valem, em grande medida, da segunda edição da obra *O Caminho*, publicada, desta vez, pela Editora da Universidade Federal de Alagoas, em 2007. BRANDÃO, Octávio. *O Caminho*. Maceió: EDUFAL, 2007.

³ Em *A luta libertadora*, foi possível acompanhar vários momentos importantes da trajetória de vida de Brandão, entre os anos de 1931 a 1970. BRANDÃO, Octávio. *A luta libertadora: 1931-1970* (Combates e batalhas, vol. 2): Rio de Janeiro, 1970, [inédito].

⁴ A autobiografia *Combates e batalhas*, de Brandão, é algo realmente surpreendente e ímpar. Alguns aspectos curiosos chamaram a nossa atenção. A começar, foi escrita na maior parte

sua morte. Contamos ainda com uma variedade de artigos publicados em jornais da época que remetem à figura de Brandão. Com frequência, realizaremos um cruzamento entre estes materiais, no intuito de forçá-los a comprovação ou, quando possível, a contradição. Em linhas gerais, ao analisar a trajetória política de Brandão, esperamos poder contribuir para a compreensão de alguns aspectos importantes da história de luta do movimento operário brasileiro das primeiras décadas do século XX, pouco lembrada e, por vezes silenciada pela historiografia oficial.

Embates políticos do intelectual Octávio Brandão em Alagoas

Octávio Brandão Rego nasceu no dia 12 de setembro de 1896, na pequeníssima cidade de Viçosa, no sertão alagoano. Com quinze anos de idade, matriculou-se na Escola Superior de Farmácia do Recife. Com seu espírito inquieto, sonhou ser cientista naturalista, passou a estudar com entusiasmo física, química, biologia, botânica, mineralogia e geologia. Aprofundou suas leituras acerca de autores naturalistas clássicos, tais como: Darwin, Haeckel, Humboldt, Martius, Hartt e Branner, entre outros.⁵ A paixão pela terra natal o inspirou a escrever sobre a natureza e a cultura do povo brasileiro.

O engajamento político iniciou em 1917, a partir do seu posicionamento crítico a respeito da Grande Guerra Mundial (1914-1918), a

na terceira pessoa e, encontra-se, impregnada por uma linguagem demasiadamente lírica. Ademais, o próprio Brandão encarregou-se de delimitar os marcos decisivos de sua vida, por exemplo, “a primeira infância”, “sintomas do despertar”, “o primeiro passo libertador” etc. E, por sua vez, se encarregou, ele mesmo, de atribuir certa coerência em cada um destes marcos divisórios. Todavia, o que mais nos interessou, em grande medida, foi o fato de que, em diversos momentos, sua trajetória de vida se confundiu com a história do operariado brasileiro, conforme sublinhou no prefácio o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro: “Este 1º volume de *Combates e batalhas* é uma narrativa detalhada – um depoimento pessoal – da vida operária brasileira de 1917 a 1931, na visão de Octávio Brandão”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. XII.

⁵ De acordo com o filósofo brasileiro João Cruz Costa, o pensamento político-filosófico no Brasil do século XIX e início do XX, foi bastante influenciado por várias vertentes filosóficas e doutrinárias (francesa e germânica), tais como o evolucionismo, spencerismo e positivismo. COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 439-440.

qual denominou imprecisamente como uma guerra imperialista.⁶ Durante aquele período, conheceu o artesão, tipógrafo e militante anarquista Antônio Bernardo Canellas (1898-1936), dirigente do jornal *A Semana Social*. Este jornal publicou uma série de artigos denunciando os interesses imperialistas presentes na guerra. Porém, para Brandão, tanto a guerra mundial quanto o imperialismo europeu, não eram tão evidentes, pelo contrário, tratava-se apenas de noções superficiais.

A falta de conhecimento da conjuntura histórica internacional não o afastou das agitações populares, ocorridas em novembro de 1917. Logo após o posicionamento do Brasil ao lado da *Entente*⁷, publicou um artigo na *Semana Social*, onde realizou algumas críticas a postura do governo brasileiro diante do conflito. Como era de se esperar, houve represálias por parte de alguns setores conservadores favoráveis a guerra. Brandão e Canelas decidiram deixar Maceió por um tempo até que as coisas se acalmassem. Canellas, que havia retornado antes do previsto para Maceió, se deparou com um tumulto nas proximidades do jornal, os defensores da guerra, segundo afirmou Brandão: “Gritavam furiosamente: – Matar Canelas ‘espião boche’! Quebrar as costelas de Octávio Brandão!”⁸ Canellas escapou por pouco dos ataques raivosos da multidão, teve, inclusive, que mudar de Estado. Porém, seu jornal não teve a mesma sorte, pouco tempo depois foi fechado pelas autoridades locais. Conforme verificamos, esse episódio marcou, de certa forma, a entrada de Brandão no cenário político alagoano.⁹

⁶ Brandão comentou que no início do Conflito Mundial, ainda quando residia no Recife, não teve condições de compreender o sentido da guerra tampouco os verdadeiros interesses em jogo. A esse respeito justificou: “O mundo capitalista dividiu-se em aliadófilos e germanófilos. [...] Não podia compreender o sentido profundo da guerra. Entretanto, sentia que não se tratava de uma causa justa. Assim, não se decidiu por um campo nem pelo outro. Considerava-se à margem de uma guerra semelhante. Nem aliadófilo, nem germanófilo”. BRANDÃO, Octávio. *O caminho*, op.cit., p. 252.

⁷ Como é sabido, o Brasil não chegou, efetivamente, a participar da Grande Guerra Mundial de 1914-1918, porém, durante o Governo do presidente Wenceslau Brás, em junho de 1917, mostrou-se solidário aos países da Tríplice Entente (Estados Unidos, Inglaterra e França). VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

⁸ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 114.

⁹ Em uma entrevista que concedeu ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no dia 15 de janeiro de

Nesse mesmo período, ainda refugiado na fazenda da Quinta do Paraíso, na casa de sua irmã, teve notícias da revolução que estourou a pouco na Rússia e, mesmo sem compreender direito o que se passava, encheu-se de expectativas. Acerca das impressões provocadas pela Revolução Russa em seu pensamento, recordou:

Fiquei sério, pensativo, impressionado. Que seria? Como compreender a revolução socialista? Qual a sua significação profunda e complexa? Na época, não tinha condições para compreender a significação profunda da obra de Lênin. De qualquer forma, tomei a decisão de consagrar a própria vida à luta pelos direitos do povo brasileiro em geral e dos operários em particular. E recomecei a batalha – dura, difícil, desigual. Enchi-me de coragem moral. Já tinha renunciado a qualquer esforço pelo dinheiro, as vaidades e honrarias. Tratei de adquirir sangue-frio, serenidade e *endurance* – a capacidade ilimitada de resistência.¹⁰

Apesar da enorme admiração despertada pela Revolução bolchevique, não encontrou naquele período informações significativas acerca do que se passava na Rússia. A esse respeito, justificou: “Em Maceió, em 1917-1919, o ambiente era muito atrasado. Procurei livros e pessoas que me orientassem sobre os problemas sociais, Lênin, o marxismo e a revolução socialista na Rússia”.¹¹ Nenhuma resposta satisfatória foi encontrada, ainda assim, as primeiras impressões foram inspiradoras para Brandão,¹² que passou a se concentrar na atividade literária.

1977, perguntado como entrou em contato com as idéias anarquistas, respondeu: “[...] Em Maceió, houve um tipógrafo, Antônio Bernardo Canelas. Ele era tipógrafo, jornalista, tudo. Ele editou o jornal *A Semana Social*, em Maceió. Ele não estudava. Acreditava demais na própria intuição, mas era muito inteligente. Tinha antenas; pegava as coisas no ar. Canelas editou esse jornal. Esse jornal teve muita importância, porque, quando o governo declarou guerra à Alemanha, *A Semana Social* botou lá a manchete: “Abaixo a guerra imperialista.” Somente Maceió, Rio e São Paulo é que protestaram contra a guerra. A esmagadora maioria dos intelectuais: Rui Barbosa, Coelho Neto, toda essa gente apoiando os Aliados contra os alemães. E nós contra os Aliados e contra os alemães, de modo que foi um coisa impressionante. E Canelas tinha amizade com Astrojildo Pereira, aqui no Rio de Janeiro. Astrojildo morava em Niterói, a correspondência vinha para o Rio de Janeiro. Então, Astrojildo começou a dar indicações. Aí eu li Bakunin, Deus e o Estado; li Kropotkin, *A conquista do pão*; li Sebastião Faurre; li Malatesta. O que encontrei, fui lendo”. REGO, Octávio Brandão. *Octávio Brandão (Depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993. 139 p. dat.

¹⁰ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 115.

¹¹ *id. ibid.* p. 124.

¹² BRANDÃO, Octávio. *O caminho*, op. cit. p. 285.

No dia 1º de junho de 1918, publicou no *Jornal do Comércio*, uma crítica ao poeta alagoano Silva Barros, intitulada *Um evadido da realidade*.¹³ Nesse artigo, procurou demonstrar alguns graves problemas sociais existentes no Brasil, tais como: o latifúndio, a opressão praticada pelos grandes fazendeiros, assim como a falta de uma literatura genuinamente brasileira, que representasse, de fato, o verdadeiro país.¹⁴ Na ocasião, aproveitou para denunciar a precária condição de vida dos trabalhadores do campo, em geral, oprimidos pelos grandes latifundiários. Chegou, até mesmo, a esboçar uma discussão acerca da Reforma Agrária. Procurou sensibilizar os intelectuais e artistas, convocando-os para um engajamento político e cultural a favor do povo brasileiro:

Apelo, portanto, para a mocidade literária: ela tem compreensão do momento atual; deve saber que existem por aí milhões de nossos patriotas, nossos irmãos, que não têm um pedaço de terra. Pois que ela entre numa campanha bendita para conceder o pão, a terra, o lar a essas pobres almas. O momento é decisivo, é supremo. A nossa cruzada de ter apenas dois fins: A Redenção da Terra e a Redenção do Homem.¹⁵

Conforme se observou, o artigo *Um evadido da realidade* foi um manifesto¹⁶ em defesa dos valores culturais nacionais, destinado à intelectualidade alagoana e, igualmente, à brasileira como um todo. Não seria nenhum exagero supor que, com este artigo, Brandão desenvolveu, ainda que de maneira incipiente, sua primeira compreensão acerca da função social do intelectual na sociedade. Sem pretender-

¹³ BRANDÃO, Octávio. Um evadido da realidade. In: BRANDÃO, Octávio. Por uma literatura social e nacional. Artigo enviado ao jornalista Arnaldo Jambo. [datilografado]. *Fundo Octávio Brandão (Inventário)*. AEL/IFCH. O.B. 1196. Pm 163.

¹⁴ *id. ibid.* p.03.

¹⁵ *id. ibid.* p. 04.

¹⁶ Quando nos referimos ao conceito de manifesto, estamos pensando a partir das categorias definidas por Norberto Bobbio. Para o autor: “[...] frequentemente os eventos que provocam o nascimento de um manifesto referem-se aos grandes temas da convivência humana, são problemas que não tem fronteiras. A comunidade dos intelectuais, que é por excelência uma comunidade fora das pátrias, uma comunidade cosmopolita, parece parcialmente adequada para intervir no debate sobre esses grandes temas”. BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 58-59.

mos enquadrá-lo em uma categoria teórica rígida, nos pareceu que esta definição de intelectual¹⁷ esboçada por Brandão encontra-se muito próxima daquela indicada por Edward Said.¹⁸ Certamente, devemos aqui considerar o fato de o historiador palestino haver pensando a categoria de intelectual num contexto e lugar social diverso daquele que Brandão encontrava-se inserido. Entretanto, entendemos que são válidas algumas de suas definições.

Para Said, a função social do intelectual na sociedade seria a de “[...] alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras”.¹⁹ Em outras palavras, o intelectual, por ter reconhecidamente o poder da fala, passou a representar os interesses de um determinado grupo social. E, certamente, a publicação de *Um evadido da realidade*, proporcionou a Brandão uma expressiva notoriedade social. Algumas personalidades da vida pública daquela época reconheceram a originalidade e o apelo presente no manifesto do jovem intelectual alagoano. Provocaram, inclusive, inúmeros debates, todos bastante acalorados entre alguns dos mais importantes jornais daquela época.²⁰

¹⁷ O conceito de intelectual da forma como conhecemos na atualidade, surgiu na França do final do século XIX, após um julgamento arbitrário realizado pelas forças militares, envolvendo Alfred Dreyfus, um oficial do exército francês, acusado de traição à pátria. Devido à repercussão que o caso adquiriu, as autoridades foram obrigadas a rever o julgamento. Dreyfus foi absolvido das acusações, e acabou sendo readmitido pelo exército. Nesse episódio marcado pela inserção de figuras ilustres no cenário político, o intelectual adquiriu um papel ativo na sociedade, o de defesa dos valores universais SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002. p.16. O intelectual, portanto, passou a carregar em seu discurso a noção de verdade, se transformou no portador de uma fala autorizada. O indivíduo intelectualizado consegue fazer-se ouvido no meio social que se encontra inserido por meio da publicação de livros, artigos, manifestos, cursos, palestras, traduções, entre outros.

¹⁸ SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁹ *id. ibid.* p. 27.

²⁰ A título de exemplo, citamos alguns trechos publicados nestes jornais: “A grande utopia de ontem já é, hoje, uma afirmação, na Rússia, como em outros países. E longe não vai o dia em que teremos de alcançá-la entre nós” (OLIVEIRA, Faustino. *Jornal do Comércio*. Maceió. 11. 06. 1918.). “Os fins visados por Octávio Brandão estão fora de toda discussão, no tocante à sua natureza humanitária e ao seu alcance social”. (CANELAS, Antônio. *Tribuna do Povo*. Recife. 01. 06. 1918). Octávio Brandão prega uma doutrina moldada nos mais alcandorados princípios de humanitarismo. (LIMA MOTA Pedro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 06. 06. 1918). Octávio Brandão é seguramente um dos cérebros mais cultos e potentes do Brasil intelectual de agora. [...] Esse estudo sobre “Um Evadido da Realidade” constitui, no

O encontro do intelectual com o movimento operário no Rio de Janeiro

Em sua autobiografia, Brandão relatou que desde sua chegada ao Rio de Janeiro, no início de 1919, esteve sempre em contato com o movimento operário.²¹ Acrescentou que entre os anos de 1919 a 1921, aderiu ao movimento anarquista, corrente hegemônica na sociedade brasileira daquela época.²² Os resultados dessa experiência anarquista foram expostas em seu livro *Véda do novo mundo*,²³ um estudo pouco conhecido, publicado no início da década de 1920. Porém, é interessante notar que este passado anarquista, pareceu, em diversos

gênero, uma das mais formosas e profundas páginas que já li na literatura brasileira. Mas Octávio Brandão, homem do seu tempo, não restringe as suas preocupações ao esteticismo puro, ao literatismo puro, se assim pode dizer. As graves questões sociais do momento formam mesmo o motivo básico da sua atividade mental. E o seu grande e ingênuo amor pela terra que viu nascer e pelo povo de que descende, leva-o naturalmente a dar preferência aos problemas imediatos e circundantes – isso honra lhe seja, num largo e amplo sentido, sem estreitezas mofinas de regionalismo jacobino. [...] Octávio Brandão ergue o lábaro da campanha justiceira, da cruzada santa pela redenção da terra e pela redenção do homem. [...] Octávio Brandão possui uma compreensão realista dos grandes problemas da hora. (PEREIRA, Astrojildo. *Crônica Subversiva*. Rio de Janeiro. 03. 08. 1918). Estes foram apenas alguns dos mais significativos depoimentos acerca do manifesto de Brandão, porém, é preciso considerar que os comentários não foram apenas elogiosos. O intelectual, a partir de então, teve de lidar também com as críticas severas por parte da imprensa conservadora, que passou a identificá-lo como uma ameaça em potencial. Segundo informou o próprio Brandão, a imprensa local, representada principalmente pelo *Jornal de Alagoas*, *O Semeador* e o *Correio da Tarde*, caracterizaram (equivocadamente) suas ideias de maximalistas; chegaram, inclusive, a alertar as autoridades policiais quanto ao comportamento subversivo do intelectual.

²¹ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. op. cit., p. 168-169.

²² O movimento anarquista foi bastante atuante durante as duas primeiras décadas do século XX, os intelectuais e operários adeptos da causa libertária foram responsáveis por uma série de greves e manifestações populares em várias regiões do país. A título de exemplo, citamos a famosa greve geral ocorrida na cidade de São Paulo, no ano de 1917. A esse respeito, acrescentou o historiador Hermínio de Linhares: “Em julho de 1917 houve greve geral em São Paulo, paralisando completamente, durante vários dias, todo o movimento da cidade. Os operários de todas as fábricas exigiram aumento de salário. A adesão de diversos grupos de trabalhadores fez com que cessasse todo o movimento cidadão. Esta greve – marco foi a primeira greve geral em um Estado do Brasil. Os anarquistas dirigiram o movimento, o comércio fechou, os transportes pararam e o governo impotente não conseguiu dominar o movimento pela força. Os grevistas tomaram conta da cidade por trinta dias”. HERMÍNIO, Linhares. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa – Omega, 1977. p. 61-62.

²³ Segundo o dicionário Houaiss, a palavra *véda* é uma expressão oriunda da cultura hindu, significa sabedoria. HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2835. Foi frequentemente utilizada por Brandão como sinônimo de libertação por meio do conhecimento.

momentos, haver sido menosprezado pelo próprio Brandão – as referências a esta fase de sua vida foram pouco desenvolvidas em sua principal autobiografia *Combates e Batalhas*, de 1978. Nesse sentido, devemos averiguar, em detalhes, esta fase de sua vida, uma vez que este silêncio trata-se de algo indicativo. Entendemos que de algum modo, o “velho militante comunista”, em suas memórias, pretendeu reduzir a importância do seu passado anarquista. Pensamos que talvez seja uma maneira do intelectual se apresentar para a posteridade como um indivíduo sempre coerente em suas convicções, com objetivos bem definidos e inabaláveis.²⁴

No início dos anos 20, participou de inúmeras manifestações populares no Rio de Janeiro. A partir destas atividades, acabou se aproximando de importantes lideranças do movimento anarquista, tais como: o jornalista Astrojildo Pereira, o tipógrafo Edgard Leuenroth, o operário e jornalista Everardo Dias, o professor José Oiticica, o tipógrafo Florentino de Carvalho, o médico Fábio Lopez dos Santos Luz, o condutor de bonde J. Mota Assunção, o sapateiro Manuel Moscoso, os advogados Benjamim Motta e Ricardo Gonçalves, entre outros.²⁵

²⁴ A esse respeito, Pierre Bourdieu forneceu-nos uma dimensão precisa do problema. Para o sociólogo: “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”. BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão biográfica*. In: AMADO, J; FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996. p. 185. Além do mais, conforme sugeriu Bourdieu, aquele que se propõe a pesquisar sobre a trajetória de vida de um personagem deveria, obrigatoriamente, reconstruir toda a superfície social onde o sujeito encontrava-se localizado, pois, somente procedendo desta maneira, a reconstrução teria sentido.

²⁵ Quem eram estes agitadores que incendiaram o movimento operário brasileiro durante as duas primeiras décadas do século passado? A grande maioria era composta de imigrantes europeus, que haviam trazido em suas bagagens os ideais socialistas e anarquistas. A esse respeito, acrescentou o historiador Leandro Konder que: “Além de matrizes teóricas portuguesas, espanholas, francesas e russas, o anarquismo brasileiro não pode ser corretamente avaliado, em seu pensamento, sem referência às suas fontes italianas. A presença dos italianos era marcante, não só no Brasil como no Uruguai e na Argentina. [...] O anarquismo brasileiro deve muito a esses estrangeiros [...] mas a força do movimento anarquista não teria alcançado as dimensões que chegou a ter se a sua causa não tivesse sido assumida por um número expressivo de aguerridos militantes brasileiros, dedicados não só à luta como ao estudo e à reflexão. Entre esses militantes que nasceram e se desenvolveram aqui, muitos tinham origem social humilde e, enfrentando múltiplas e graves dificuldades, conseguiram adquirir apreciável nível de formação cultural”. KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx e Engels no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 103-104. Estes imigrantes, em geral, se instalaram nos principais centros comerciais e industriais do país, em cidades como, São Paulo e Rio de Janeiro, cuja mão-de-obra era bastante requisitada.

Admirou o engajamento político desses intelectuais, porém, aproveitou, mais uma vez, para renegar seu passado anarquista e criticar aqueles que permaneceram fieis à causa libertária. Sobre esta questão, sublinhou: “Todos, homens dedicados. Mas a ideologia, errônea. Uns se tornaram comunistas, posteriormente. Mas a maioria deles parou no anarquismo e afundou no passado”.²⁶ Sem embargo, analisando em detalhe alguns documentos da época, verificamos que as coisas não se processaram da forma como Brandão relatou em sua autobiografia. Ao folhearmos, por exemplo, as primeiras páginas de *Véda do novo mundo*, logo nos damos conta da importância que as ideias anarquistas desempenharam em sua formação política. Discorrendo sobre o conceito de igualdade, ou seja, um dos princípios mais significativos para o anarquismo, comentou:

[...] já se vê que a Igualdade não é um sonho de loucos, um absurdo de dementes. [...] A Igualdade deante dos meios de produção e consumo uma mesma possibilidade de expansão para todos os homens – eis o meu sonho de Igualdade. Primeiro facilitar ao indivíduo os meios necessários para o seu livre desdobramento – terras, machinas, utensílios, vestes, aparelhos, laboratorios, bibliothecas, etc., – e depois deixar que elle se desenvolva na medida de suas energias.²⁷

Destacamos que esta passagem foi sublinhada a mão no texto original pelo próprio Brandão no intuito de enfatizar sua importância. Ademais, como se observa, o sonho de igualdade entre os homens acabou por se tornar um preceito fundamental no pensamento libertário do autor. É preciso considerar que essa visão de mundo encontrava-se intimamente relacionada com os pilares centrais da filosofia dos grandes teóricos anarquistas. Em relação ao caminho a ser percorrido para se alcançar a verdadeira libertação, recomendou que se tivesse sempre em mente os embates e sofrimentos dos grandes pensadores universais, que jamais desistiram dos seus ideais apesar da solidão, das angústias e incompreensões que se encontravam muitas vezes sujeitos. A esse respeito, argumentou:

²⁶ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas. op. cit.*, p. 170.

²⁷ BRANDÃO, Octávio. *Véda do mundo novo. op. cit.*, p. 13.

Que é bom? Bom é ser forte, enérgico, viril, rebelde ao grillhão, é ser grande pela acção e pelo pensamento. Mau é ser pequeno, vil,, mesquinho, effeminado. Quando fôres derrotado na luta pela vida, ô meu irmão, não desanimes; procura ler a vida dos grandes homens e verás que gênios como Nietzsche e Spinoza foram mais infelizes do que tu, poeira humilde, verme obscuro, ó pequenino grão de areia [...] Que a vida de cada indivíduo consista em seu eu idealizar um sonho superior e batalhar para realizá-lo. Agrada-te minha proposta meu irmão?²⁸

Ao apontar o caminho rumo à igualdade, pareceu-nos pretender apresentar sua própria *via crucis*, desde os tempos de perseguição política em Alagoas – a representação do intelectual incompreendido e inconformado que, jamais se deixou oprimir perante os obstáculos impostos por uma sociedade opressora. Na perspectiva de Brandão, esse seria o exemplo ideal a ser seguindo por todos aqueles que aspiravam à libertação final dos homens e das mulheres. Para ilustrar melhor esta questão, vale a pena reproduzirmos, a título de exemplo, uma poesia publicada no jornal anarquista *A Plebe*, do Rio de Janeiro, em 02 de outubro de 1920, sob o título *Em nome de quem venho*:

Venho em nome dos pequenos, dos párias, dos humildes [...] Em nome do oprimido contra o opressor; do pobre contra o rico; do pequeno contra o grande. Venho em nome daqueles que não têm pão, daqueles que não têm lar; daqueles que não têm lençol; daqueles que têm sede de amor; daqueles que nunca tiveram uma benfazeja e carinhosa mão a suavizar a agonia; daqueles que vivem no ódio perene.²⁹

Segundo justificou, a libertação universal dos homens deveria ser alcançada por meio da força moral e intelectual. Estes instrumentos seriam indispensáveis no embate épico contra as forças retrógradas e opressoras, predominantes nas sociedades burguesas. Aproveitou ainda para questionar, como todo anarquista, a opressão imposta pelo Estado. Sobre esta questão, acrescentou: “Existindo o Estado com as suas mil dependências (o militarismo, o burocratismo, a propriedade privada, o servilismo, a magistratura hetairiana, etc.), como poderá

²⁸ *id. ibid.* p.17.

²⁹ BRANDÃO, Otávio. *A Plebe*. Rio de Janeiro. 02.09.1920.

ser boa, a Humanidade? É impossível! Por isto sou ácrata”.³⁰ Também realizou uma série de críticas aos valores tradicionais instituídos pela religião e pela família, ambas, de acordo com o intelectual, instituições conservadoras e decadentes. Argumentou ainda que todo conhecimento deveria ser produzido com base em critérios absolutamente racionais e científicos, todo o resto não passava de explicações fantasiosas. No que tange aos valores da família, questionou sua validade, por se tratar de uma instituição reprodutora de uma ideologia burguesa.³¹

De acordo com Alice Anabuki Plancherel, em seu livro *Memória e Omissão*, Brandão repudiou as demais correntes socialistas que haviam sido difundidas no Brasil.³² Para o intelectual, convicto do seu ideal e inabalável em relação à causa que escolheu defender, apenas o anarquismo seria capaz de engendrar a tão sonhada libertação universal de todos os homens e, ao mesmo instante, superar as supostas amarras opressoras e retrógradas, predominante naquele período. Em relação às principais atividades intelectuais realizadas no interior do movimento operário e anarquista daquela época, colaborou ativamente com a organização dos trabalhadores em torno dos sindicatos, bem como nas diversas formas de manifestações populares. A esse respeito, relatou:

Tomei parte na grande vaga de movimentos operários e populares da época. Auxiliei a organização sindical. Defendi as greves operárias. Combati a reação política e a repressão policial. Choquei-me com o ambiente dominante, em todos os terrenos: literário e científico, social e religioso, ético e estético. Fui um dos raríssimos escritores que, na época, se colocaram ao lado dos trabalhadores, como combatentes, militantes. Ia sempre aos sindicatos, às fábricas, oficinas e bairros operários,

³⁰ BRANDÃO, Octávio. *Vêda do novo mundo*, op. cit., p. 18.

³¹ *id. ibid.* p. 19-20.

³² Valendo-se das reflexões de Alice Plancherel: “Na crítica à política dos socialistas de priorização do campo institucional à luta dos trabalhadores, nela percebe-se uma das objeções centrais e inalienáveis no ideário anarquista, qual seja, a da total rejeição ao sufrágio universal, considerado, pois, que era um símbolo de verdadeira traição à liberdade. Em outros termos, a nenhuma maioria dá-se, através do voto e dos partidos políticos, o direito de impor a sua vontade à minoria, na medida em que o direito não se fundamenta em números, senão na razão e na liberdade de cada indivíduo em expressar e agir de acordo com a sua própria consciência. PLANCHEREL, Alice Anabuki. *Memória e omissão*: Octávio Brandão e anarquismo. São Paulo: EDUFAL, 1997. p. 102.

chamando as massas laboriosas à organização sindical e à luta pelos seus direitos e liberdades. Fiz dezenas de conferências nos sindicatos, preconizando a necessidade da revolução social. Procurei mostrar os laços estreitos entre a religião, a exploração e a opressão. Preguei à vanguarda operária o ateísmo.³³

Além de ter contribuído com a organização dos operários em torno dos sindicatos, colaborou com a imprensa anarquista ao produzir uma série de artigos incitando o levante popular contra a opressão dos patrões e as péssimas condições de vida dos trabalhadores. Publicou nos principais jornais de esquerda da época, tais como, *Spártacus*, *A Nação*, *A Notícia*, *A Plebe*, *O Imparcial*, *A Voz do Povo*, *Avante*, entre outros. O engajamento político atingiu uma proporção que não demorou a chamar a atenção das autoridades policiais. No dia 24 de março de 1920, acabou sendo preso pela segunda vez. A polícia fluminense justificou que Brandão havia colaborado com a greve dos trabalhadores ferroviários da Leopoldina. Ficando trinta e seis horas em cárcere, teve tempo para escrever uma pequena poesia libertária, exaltando sua combatividade e apontando o prelúdio da vitória anarquista:

[...] Lacaio, bacharéis e beaguins, tremei! Há de surgir claridade. Nosso clamor sonoro de clarins anuncia o clarão da liberdade. Sofro. Mas transformando cada grito, cada soluço que minha alma solta, num duelo varonil contra o Infinito, num bradar de energia e de revolta!³⁴

Não resta dúvida de que o intelectual engajado de corpo e alma com a causa anarquista estava disposto a levar até as últimas consequências o ideal que escolheu defender durante aqueles anos. Por essa razão, acreditamos que não se tratava, como Brandão pretendeu nos fazer acreditar, que esta fase de sua vida fora algo efêmero. Contextualizando esta questão do movimento anarquista no Brasil, percebemos que a onda de agitações que levantavam a bandeira libertária perdeu força entre o operariado brasileiro a partir do início dos anos vinte. Para alguns estudiosos, sobretudo aqueles de ascendência pecebistas, as greves e as manifestações populares organizadas pelos anarquistas

³³ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. op. cit., p.169.

³⁴ *id. ibid.* p. 173.

deixaram de empolgar as massas operárias devido à incapacidade dos seus organizadores.³⁵ Esta foi, por exemplo, a posição defendida pelo ex-integrante anarquista Astrojildo Pereira. A esse respeito, afirmou:

Puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica [...]. A contestação deste fato, resultante de um processo espontâneo e bem dizer instintivo de autocritica que se acentuou, principalmente, durante a segunda metade de 1921, sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários, é que levou diretamente às organizações dos primeiros grupos comunistas.³⁶

Acreditamos que este argumento de Astrojildo Pereira é digno de destaque, porém, não é suficientemente esclarecedor dos fatos. Para que possamos compreender tal mudança na perspectiva ideológica dentro do movimento operário brasileiro, devemos, obrigatoriamente, levar em consideração alguns aspectos específicos, tais como a repressão policial, que ocasionaram uma onda de prisões, torturas, deportações e, no pior dos casos, assassinatos, que passaram a ocorrer cada vez mais frequentemente. Para se ter uma ligeira noção, do nível de repressão praticada pelos policiais durante aqueles anos, reproduzimos no fragmento abaixo um depoimento de um operário publicado no jornal libertário *Avanti*:

Quando algum trabalhador (considerado cabeça de greve) lograva fugir ao cerco policial – como acontecera com um operário da fábrica de parafusos “Santa Rosa” – os agentes da lei prendiam-lhe as esposas por vários dias, até que as mesmas, depois de torturas e espancamentos, denunciassem os paradeiros dos “malfeitores grevistas”, sem se preocuparem com os filhos que ficavam abandonados.³⁷

³⁵ Um exemplo dessa visão pode ser identificado na obra *O ano vermelho*, do cientista político e jornalista Moniz Bandeira. Para Bandeira: “As greves de 1917, 1918 e 1919 mostraram que o movimento operário estava, objetivamente, maduro, mas não possuía uma direção conseqüente, capaz de abrir a perspectiva política. [...] Os anarquistas, apesar da firmeza, da combatividade e do devotamento com que lutavam, não podiam desempenhar essa tarefa, em virtude das limitações da sua doutrina”. BANDEIRA, Moniz e outros. *O Ano Vermelho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. p. 144.

³⁶ PEREIRA, Astrojildo. *apud.* REZENDE, Antônio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 15.

³⁷ AVANTI. *apud.* RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969. p. 21.

Devemos sublinhar que o governo brasileiro chegou, inclusive, a criar uma lei específica para silenciar a imprensa anarquista. Esta medida ficou conhecida pelos críticos da época como “Lei Adolfo Gordo” ou “Lei infame”. O objetivo era expulsar do país qualquer indivíduo que fosse preso por incitar a agitação política.³⁸ Assim sendo, não podemos aceitar aquela explicação genérica que procurou atribuir a Revolução de Outubro uma importância imediata para a falência do movimento anarquista no Brasil.³⁹

Para um segmento da historiografia pecebista, assim como para Brandão, apesar do esforço dos militantes da causa operária, os resultados não se processaram conforme o esperado, pois, segundo acrescentou Brandão, faltaram ao movimento operário alguns requisitos para a compreensão da realidade social brasileira. Em uma autocrítica apontou algumas supostas falhas que teria ocasionado o enfraqueci-

³⁸ No depoimento de Barreto Leite Filho ao repórter do jornal *Folha de São Paulo*, no dia cinco de janeiro de 1979, é possível ter uma noção da onda repressão que se operou no Brasil, principalmente sobre a imprensa anarquista: “O período que se inicia em 1921, com a campanha da sucessão do presidente Epitácio Pessoa, e culmina na Revolução de 1930, tem nesses marcos as referências imediatas do tumultuado processo de decomposição e derubada da ordem estabelecida pela República Velha. O sinal já fora dado em 1917 e 1919, quando ocorreram as primeiras grandes manifestações do movimento operário sob forma de greves. Essas manifestações, de tendência predominantemente anarquistas, faziam surgir nas chefaturas de polícia os setores da Ordem Política e Social — órgãos especializados na repressão aos “elementos indesejáveis”. Embora debelados pelo governo, os movimentos de 1922 e 1924, seguidos da Coluna Prestes, mostravam a extensão e o agravamento da crise do regime. Como tentativa de sufocar a onda de inconformismo, surge a primeira lei de imprensa no Brasil, projeto original do senador paulista Adolfo Gordo. Mais conhecida como “lei infame”, invocava o lema da liberdade com responsabilidade para encobrir um dos seus propósitos — acabar com a chamada imprensa proletária mantida pelos trabalhadores. Com o governo de Artur Bernardes, o cerco é apertado e se estende aos grandes jornais, através do instrumento do estado de sítio. “O Estado de S. Paulo” e o “Correio da Manhã” são fechados e as redações assistem, pela primeira vez, a um fato que se repetiria com alguma constância a partir de então: a chegada do censor”. FILHO, Barreto Leite. Na década de 20, a agonia do regime. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05. 01. 1979. Entrevista disponível no site: http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_1.htm. Acesso: 10 outubro de 2008.

³⁹ O Brasil, assim como os demais países da América Latina, inicialmente, não tinha condições para compreender o que se passava na Rússia revolucionária. Para se ter uma ideia, alguns de nossos intelectuais anarquistas chegaram, mesmo sem entender direito o que se passava, a saudar a vitoriosa revolução “libertária” que se instalou naquele país. A confusão era generalizada acerca do verdadeiro significado por trás da Revolução de Outubro. Somente após a fundação da Internacional Comunista, em 1919, a esquerda internacional, incluiu-se a brasileira, encontrou algumas respostas para perceber que não se tratava, como se imaginou, de um levante anarquista, e sim, um movimento, fundamentalmente, comunista. DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim & FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

mento do movimento operário após 1919. A esse respeito, discorreu: “[...] Não era guiado por uma teoria justa, harmoniosa e consequente. Não tinha uma organização própria de vanguarda para dirigi-lo. Não dispunha de sólida base sindical operária. Seus laços com os camponeses eram débeis. Tais as razões da derrota”.⁴⁰

Não devemos aceitar a justificativa apresentada pelo intelectual de que o movimento operário falhou devido à inexistência de uma “teoria justa” (uma alusão ao marxismo) e de uma “vanguarda” preparada para dirigir as massas operárias na luta revolucionária (referência ao papel atribuído ao PCB).⁴¹ Pensando em conformidade com Edward Thompson, essa maneira ortodoxa de encarar o passado, impede-nos, entre outros aspectos, de compreender a verdadeira “atuação dos trabalhadores, e o grau com que contribuíram com esforços conscientes, no fazer-se da história”.⁴²

Brandão comentou que as experiências frustradas nos combates travados durante as primeiras décadas do século XX, havia demonstrado para alguns líderes do movimento anarquista que seria necessário encontrar outros métodos de luta, assim como outra ideologia revolucionária.⁴³ A partir destas reflexões, alguns indivíduos⁴⁴ tomaram

⁴⁰ BRANDÃO, Octávio. *A luta libertadora*, op. cit., p. 29.

⁴¹ Essa maneira de encarar o passado tem sido uma prática muito frequente na historiografia brasileira. Paulo Sérgio Pinheiro e Michel Hall retomaram, em suas pesquisas, o problema do silêncio na fase que antecedeu a formação do PCB. A esse respeito, assinalou: “[...] deve também ser admitido que o silêncio e a deturpação da história, mecanismos tão caros ao Poder para controlar o passado, não parecem ter sido o monopólio das classes dominantes. A redução “partidária” da história da classe operária no Brasil pretendeu (e ainda pretende) fazer crer que tudo quanto ocorreu antes dos anos 1920 constituiria, quando muito, a infância da classe operária. Nessa vertente historiográfica, quem dá sentido à classe é o partido. E como tal interpretação precisa enfatizar o nível institucional, tende a não aprofundar o conhecimento da história anterior da classe”. PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michel M. *A classe operária no Brasil*, op. cit., p. 10.

⁴² THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v 1, 1987. p. 13.

⁴³ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 209.

⁴⁴ Quando os nove delegados se reuniram em Niterói, no dia 25 de março de 1922, para fundar o Partido Comunista do Brasil, Brandão não estava presente. Porém, conforme veremos mais adiante, nos anos seguintes, poucos tiveram uma importância tão significativa para o partido quanto o intelectual alagoano. A título de curiosidade, estavam presentes na cerimônia de fundação do PCB, o jornalista do Rio de Janeiro Astrojildo Pereira, o barbeiro originário do Líbano Abílio Nequete, o contador pernambucano Cristiano Cordeiro, o

a iniciativa e fundaram em Niterói, no dia 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil, que pouco tempo depois, se transformou no principal organismo revolucionário de esquerda do país.

Enquanto o PCB dava seus primeiros passos no intuito de ampliar o número de militantes,⁴⁵ o intelectual se esforçava para compreender a complexa teoria marxista e os conceitos fundamentais, tais como, a luta de classes, o materialismo histórico e a dialética, apresentado na obra, *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, e, igualmente, o caminho revolucionário exposto nas obras, *O Estado e a Revolução*, *Esquerdismo: doença infantil do Comunismo*, de Lênin.⁴⁶ Ao passo que aprofundava suas leituras, o entusiasmo com a descoberta da filosofia marxista se ampliava e, novamente, o enchia de expectativas.

O engajamento político no movimento comunista se fez sentir desde as primeiras semanas de sua filiação, no dia 15 de outubro de 1922. Ao tomar consciência quanto à importância da *práxis*,⁴⁷ talvez compreendida a partir da leitura das *Teses de Feuerbach*, passou a difundir, entre os intelectuais e operários as ideias revolucionárias expressa no pensamento de Lênin, Marx e Engels. É interessante observar que a ordem de importância dos pensadores era a mesma apresentada acima, pois, durante os primeiros anos do PCB, Lênin ocupou um

gráfico paulistano João da Costa Pimenta, o electricista da cidade de Cruzeiro Hermogênio da Silva Fernandes, o alfaiate do Rio de Janeiro Joaquim Barbosa, o sapateiro do Rio de Janeiro José Elias da Silva, o alfaiate espanhol, Manoel Cedón e o vendedor de vassouras do Rio de Janeiro, Luís Peres. Como se observa, os delegados do partido vieram de diversos segmentos da sociedade e regiões do país. ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

⁴⁵ Naquela época, de acordo com Brandão, o Partido Comunista do Brasil contava com apenas 73 filiados em todo o país, conforme acrescentou: “[...] Viviam perdidos em algumas cidades e dispersos através das imensas vastidões”. BRANDÃO, Octávio. *A luta libertadora*, op. cit., p. 48.

⁴⁶ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 232.

⁴⁷ Para Brandão, a *práxis* seria uma forma do saber prático ao qual tem por finalidade transformar, conservar ou mesmo ultrapassar a realidade social. O intelectual compreendeu que seria necessário empreender um enorme esforço de vanguarda para realizar a difusão das ideias dos pensadores marxistas no Brasil. Tinha noção das dificuldades que teria de enfrentar, porém, buscou para si a responsabilidade, analisou as condições onde a batalha seria travada e iniciou o projeto de transformação social.

espaço privilegiado,⁴⁸ inclusive, superior aos seus mestres Marx e Engels. Para perceber o desenvolvimento desta questão, entre os livros mais lidos pelos comunistas brasileiros, a grande maioria era do pensador russo. Edgard Carone, um especialista no assunto, sublinhou que a preferência por Lênin tem uma explicação racional, é que o marxismo chegou ao Brasil, assim como ocorreu em outros países da América Latina, por meio das influências do leninismo revolucionário.⁴⁹

Cada vez mais convicto quanto à importância revolucionária de Lênin e, igualmente, das ideias comunistas, em fins de 1922, iniciou um estudo acerca da Revolução de Outubro. Apesar de ter concluído o livro no mesmo ano, só foi publicado em janeiro de 1924, sob o título: *Rússia Proletária*.⁵⁰ Brandão pretendeu se apresentar, perante os companheiros de partido, como um intelectual que havia superado os “desvios libertários” do passado e, ao mesmo instante, procurou reforçar sua adesão às ideias marxistas.⁵¹ Ainda no início de 1923, foi eleito membro da Comissão Central Executiva do Partido. Sob sua orientação, se criou a Comissão de Educação e Cultura, que tinha como finalidade promover a propaganda ideológica do partido.⁵² Tendo em

⁴⁸ A enorme admiração pela figura de Lênin durante aqueles anos fez com que o historiador Leandro Konder ironizasse a importância que Brandão concebeu ao pensador russo. Segundo assinalou Konder: “[...] Sob o impacto da ‘Revolução de Outubro’, ocorrida na Rússia de 1917, numerosos ativistas revolucionários, em vários países, fortemente impressionados pela vigorosa personalidade do líder russo, começaram a dar sinais de que estavam atacados pela mania de ser Lênin. O Brasil tem diversos casos desse tipo. Um deles é particularmente interessante: o caso de Octávio Brandão, o intelectual que maior influência exerceu sobre o pensamento dos comunistas brasileiros durante a primeira década de existência do PCB”. KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. p. 19.

⁴⁹ CARONE, Edgard. *O Marxismo no Brasil*, op. cit., p. 62.

⁵⁰ BRANDÃO, Octávio. *Rússia Proletária*. Rio de Janeiro: s/ed, 1924.

⁵¹ Devemos ter um certo cuidado, pois, observando o conteúdo da obra, percebemos que a transição não se operou de maneira tão ligeira. Ademais, a adesão ao marxismo também não garantiu que se esquivasse de algumas incompreensões acerca da complexa filosofia marxista. O próprio autor reconheceu, mais tarde, tais deficiências. Numa espécie de autocrítica, recordou: “*Rússia Proletária* marcou uma fase de transição. Teve falhas políticas e ideológicas. Apresentou incompreensões do marxismo, sobrevivências do passado e do idealismo filosófico”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 234.

⁵² *id. ibid.* p. 238.

vista a pouca atenção que os demais membros do partido despendiam a produção teórica, o intelectual buscou para si a responsabilidade de difundir as ideais marxistas no interior do movimento operário. Empenhado nesta função, entre maio e julho de 1923, realizou um feito digno de nota para os comunistas. Mesmo com a polícia truculenta do presidente Arthur Bernardes a sua espreita,⁵³ traduziu o livro *O Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. O texto foi impresso nas páginas do jornal *Voz Cosmopolita*, do Rio de Janeiro. Cabe aqui salientar, a título de compreensão, que esta foi à primeira obra dos filósofos alemães publicada no Brasil.⁵⁴ A esse respeito, recordou: “[...] Incansavelmente, em torno do *Manifesto Comunista*, fiz na ilegalidade palestras e leituras para os trabalhadores do Rio de Janeiro e Niterói. Astrojildo e Paulo de Lacerda fizeram o mesmo”.⁵⁵

⁵³ A respeito da repressão policial se intensificou após as repercussões do dia 1º de maio de 1923, na ocasião das comemorações do Dia Internacional do Trabalho. Nos comentários de Brandão, temos uma ideia acerca do significado daquela manifestação histórica para os comunistas brasileiros. Valendo-se das palavras do autor: “A 1.º de Maio de 1923, os trabalhadores em massa compareceram ao comício da Praça Mauá, sob as palavras de ordem da luta de classes e do internacionalismo proletário. O comício aprovou moção especial pela unificação sindical, pela unidade de ação da classe operária, contra o fascismo e as guerras imperialistas. O PCB lançou aos trabalhadores um ‘apelo de fraternidade e energia’, chamando-os à organização sindical. No Rio de Janeiro, a Aliança dos Trabalhadores em Marcenarias proclamou ‘a emancipação integral dos trabalhadores do despotismo capitalista’. A União dos Alfaiates publicou um manifesto chamando os operários a não trabalhar no 1º de Maio. Houve muitas reuniões nos sindicatos. Na da Associação Gráfica, foi aprovada moção de luta contra o fascismo. [...] O 1.º de Maio de 1923 teve, pois, importância política. Demonstrou o despertar das forças proletárias sob a influência do PCB. O governo e sua polícia ficaram alarmados”. BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 245. O fato inquestionável é que o Brasil, a partir do ano de 1922 a 1926, passou a ser governado por meio de um estado de sítio, imposto pelo presidente Arthur Bernardes. As liberdades políticas, assim como as atividades da imprensa, passaram a ser controladas pela polícia política. O que se sucedeu, de fato, foi uma série de perseguições direcionadas aos grupos de esquerda, em especial, aos comunistas.

⁵⁴ O material traduzido por Brandão foi enviado, inicialmente, ao colega Samuel Speisky, de Porto Alegre, no intuito de editar e publicar a obra. Num primeiro momento, foi impressa em folhetos em Porto Alegre, na seqüência, nas páginas do jornal *Voz Cosmopolita*, do Rio de Janeiro. Em 1924, menos de um ano depois, acabou se transformando em livro, publicado pelo PCB. A capa ganhou uma fotografia de Marx e, ao final do texto, em uma nota do tradutor, encontra-se o seguinte comentário direcionado aos trabalhadores brasileiros: “Chamamos a atenção do proletariado do Brasil para a obra imortal de Karl Marx e Friedrich Engels, geniais precursores de Trotski e Lenine”. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Porto Alegre: PCB, 1924.

⁵⁵ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*, op. cit., p. 242.

Sem embargo, apesar do esforço em difundir o conteúdo revolucionário presente na obra de Marx e Engels, não nos foi possível precisar os resultados da repercussão do *Manifesto Comunista* na imprensa operária, tampouco no interior do movimento operário durante aqueles anos, pois, faltaram-nos documentos para isso. Grosso modo, podemos apenas supor que as perseguições praticadas pela polícia contribuíram para amedrontar os prováveis leitores e comentadores.

Em linhas gerais, a trajetória política de Brandão em vários momentos se confundiu tanto com a história do movimento operário brasileiro, quanto com a do próprio Partido Comunista do Brasil, durante os primeiros anos de sua existência. Até, pelo menos o início da década de 1930, a influência do intelectual será cada vez mais significativa entre os comunistas. Apesar das inúmeras lutas empreendidas, sua maior contribuição intelectual para com o movimento comunista e operário do Brasil, ainda estaria por vir.

Considerações finais

À guisa de conclusão do devido exposto, observamos que em meados de 1917, Octávio Brandão aderiu às ideias anarquistas e, a partir de então, passou a participar de maneira mais ativa da vida política alagoana. Este posicionamento crítico, característico de um intelectual engajado em uma causa político-social acabou por aproximá-lo do então incipiente movimento operário, em meados de 1918. Diante das escolhas que tinha à sua disposição, optou por deixar Alagoas e partir para a cidade do Rio de Janeiro no intuito de fugir das perseguições policiais. Foi justamente na Capital Federal que viveu o período mais revolucionário de toda sua vida, até meados de 1931. No que tange aos registros presentes em suas memórias, verificamos um esforço por parte do autobiografado em demonstrar sua convicção inabalável para com a ideologia comunista, a qual abraçou a partir do início da década de 1920, acompanhado, quase sempre, por um discurso crítico acerca das atividades políticas que realizou durante sua fase libertária. Em outras palavras, esta maneira de recordar o

passado não se constitui em um resgate fiel ao ocorrido, pois, conforme advertiu-nos Alistair Thompson: “As histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências”.⁵⁶

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz e outros. *O Ano Vermelho*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

BARRETO, Lima. Comentários de Rocha Pombo, Monteiro Lobato, John C Brauner, Manoel Diegues Junior e outros sobre obras de O.B. S.I.d. *Fundo Octávio Brandão (Inventário)*. AEL/IFCH. Pasta 116.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

BRANDÃO, Octávio. *A luta libertadora: 1931 – 1970*: Rio de Janeiro, 1970, [inédito].

BRANDÃO, Octávio. *A Plebe*. Rio de Janeiro. 02.09.1920.

BRANDÃO, Octávio. *Mundos fragmentários: aforismo e anotações*. Rio de Janeiro: s/d, 1919-1920. [inédito].

BRANDÃO, Octávio. *Rússia Proletária*. Rio de Janeiro: s/d, 1924.

BRANDÃO, Octávio. *Véda do mundo novo*. Rio de Janeiro: s/d, 1920.

⁵⁶ THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História oral e as memórias. Projeto História. São Paulo, n.15, 1997. p. 57.

CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil, das origens a 1964*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim & FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, Vol.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900 – 1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FILHO, Barreto Leite. Na década de 20, a agonia do regime. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05. 01. 1979. Entrevista disponível no site:

HERMÍNIO, Linhares. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa – Omega, 1977.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_1.htm>. Acesso: 10 outubro de 2008.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx e Engels no Brasil até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KOVAL, Boris. *La gran revolución de octubre y América Latina*. Moscou: Editora Progreso, 1978.

LOBATO, Monteiro. Comentários de Rocha Pombo, Monteiro Lobato, John C Brauner, Manoel Diegues Junior e outros sobre obras de O.B. S.l.d. *Fundo Octávio Brandão (Inventário)*. AEL/IFCH. Pasta 116.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Porto Alegre: PCB, 1924.

PLANCHEREL, Alice Anabuki. *Memória e omissão: Octávio Brandão e anarquismo*. São Paulo: EDUFAL, 1997.

REZENDE, Paulo Antônio. *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v 1, 1987.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo, n.15, 1997.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

João Cruz Costa e o papel dos intelectuais na história das ideias no Brasil

Daniel Lucio Petronzelli¹

Ao longo de sua trajetória intelectual, João Cruz Costa (1904 – 1978) se dedicou a investigar e compreender a história das ideias no Brasil. Em particular, o traço fundamental e constante do pensamento do autor foi o estudo sobre a relação entre o *sentido* da filosofia (europeia) no Brasil e a *experiência histórica* nacional.² No interior desse estudo, encontra-se, entre outras coisas, a permanente preocupação de Cruz Costa em compreender o papel desempenhado pelos intelectuais – “filósofos” – brasileiros nos diferentes momentos da história nacional. O objetivo do presente trabalho é, por um lado, indicar que o problema da função dos intelectuais brasileiros gravitou, na reflexão cruzcostiana, em torno da relação entre a filosofia e a história. Por

¹ Graduado em História pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Área de História, Cultura e Identidades. Professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail: danielpetronzelli@hotmail.com.

² “Desde 1937, [...] julguei que devia chamar a atenção dos nossos estudantes para as vicissitudes pelas quais passaram, em nossa terra, as correntes filosóficas estrangeiras e, sobretudo, para a curiosa significação que elas têm apresentado no envolver de nossa história” (CRUZ COSTA, 1956, p. 7).

outro, ressaltar alguns aspectos que marcaram, segundo o autor, a atividade desses intelectuais – em especial, a sua separação do povo brasileiro, principal fiador de nossa história.

Sobre a relação entre a filosofia e a história, o próprio Cruz Costa afirmou, em depoimento à Revista TRANS/FORM/AÇÃO, datada de 1975, que “o que escrevi fica a cavaleiro entre a Filosofia e a História” (CRUZ COSTA, 1975, p.92). Ao se percorrer todos os textos do autor, pode-se observar como foram recorrentes as suas declarações sobre a relação indissociável entre a filosofia e a história. No livro *Contribuição à história das ideias no Brasil*, principal obra de Cruz Costa, na qual examinou um aspecto da história das ideias no Brasil – as ideias filosóficas –, assim argumentou: “Não é possível abstrair a cultura filosófica do complexo condicionalismo histórico e a *essência humana* também depende, embora não lhe seja exclusivamente submetida, das forças produtivas, de relações sociais que as gerações encontram como dado fundamental. Há, portanto, relação entre a história e a filosofia. Será isso novidade?” (CRUZ COSTA, 1956, p. 23).

Nos textos de Cruz Costa, a relação entre a filosofia e a história sempre se manifestou no par conceitual formado entre *sentido* e *experiência histórica*. Na *Contribuição*, ao indicar o caminho de sua investigação, o autor afirmou que “é para a nossa história, nas suas relações com a história universal, que devemos voltar-nos para apreender a nossa própria significação, o sentido do nosso espírito, a fim de compreendermos os matizes da transformação de ideias que vieram exercer influência no nosso meio” (CRUZ COSTA, 1956, p.14).

A partir dos conceitos de *sentido* e *experiência histórica*, Cruz Costa, portanto, procurou investigar o complexo problema que envolve a relação entre a filosofia no Brasil e as condições históricas nacionais – “Já dizia Fernão de Oliveira, no século XVI, que ‘as terras e os tempos criam condições e conceitos’. À filosofia cabe expressar o sentido sutil dessas condições e conceitos” (CRUZ COSTA, 1971, p.2). O tempo e a terra, isto é, a história – *experiência histórica* –, criam as condições e os conceitos, e o seu *sentido* deve ser expresso pela filosofia.

Em linhas gerais, Cruz Costa sempre apresentou o interessante e curioso problema da filosofia no Brasil como uma história da adaptação, transformação e deformação das ideias filosóficas europeias às

condições históricas da vida brasileira. As ideias, porém, não possuem existência própria, nem são o resultado do pensamento de seres humanos imaginários e/ou imunes aos problemas suscitados por uma época. Ao contrário, as ideias são o produto de homens que vivem em determinadas condições históricas. E no pensamento humano se reflete, embora de maneira sutil, essas mesmas condições econômicas e sociais, isto é, históricas que, em última análise, constituem o solo fértil sob o qual germinam as diferentes ideias e sistemas.

Sob a luz da história do Brasil, e de sua relação com a história universal, a investigação do que foi a importação/deformação das ideias filosóficas europeias deveria conduzir, como apontou Cruz Costa, para a meditação sobre o sentido da filosofia no Brasil, sobre “uma *filosofia* apenas esboçada, mas que, para nós, é do mais alto valor” (CRUZ COSTA, 1956, p.14). Foi na história, portanto, que o autor buscou o material para refletir sobre o sentido da filosofia no Brasil.

A concepção cruzcostiana da história das ideias no Brasil foi organizada e dividida de acordo com os principais momentos da importação/deformação das ideias filosóficas europeias no Brasil: I) Filosofia na Colônia (1500 – 1822): a herança do pensamento português; a Escolástica; a influência do pensamento francês a partir do final do século XVIII. II) Filosofia na primeira metade século XIX (1822 – 1850): o ecletismo. III) Filosofia na segunda metade do século XIX: a Filosofia Católica; os materialistas; o Positivismo; o Evolucionismo; o germanismo de Tobias Barreto. IV) Transição entre o século XIX e XX: o germanismo da Escola do Recife: Sílvio Romero e Farias Brito. V) Filosofia no século XX: as diferentes manifestações filosóficas; as manifestações da consciência nacional, em particular em Euclides da Cunha – *Os Sertões*. São para esses momentos que devemos agora voltar-nos para, por um lado, reconstruir a relação entre o sentido da filosofia no Brasil e a experiência histórica nacional e, por outro, indicar algumas das características do papel desempenhado pelos intelectuais brasileiros;³ em particular, o significado de sua desarticulação com o povo.

³ Para essa reconstrução, o presente trabalho utilizará como fio condutor a *Contribuição*, por se tratar do texto mais sistemático elaborado por Cruz Costa. Além disso, sempre que auxiliarem na compreensão, serão utilizados também outros textos do autor.

A investigação cruzcostiana partiu da origem colonial brasileira: “é aí que tem início o rosário de contradições de nossa experiência intelectual” (CRUZ COSTA, 1956, p.27). Desse início, segundo o autor, ainda então subsistia, na cultura brasileira, alguns traços antinômicos do índio, que se manifestavam na atitude de rebeldia e resignação e de desconfiança e deslumbramento do caboclo. Também resistiu ao tempo, à dramática contradição entre sensualidade e abnegação vivenciada pelo negro escravizado. Entretanto, o português, o conquistador luso foi “aquele que mais decisiva influência exerceu sobre a nossa vida intelectual. Foi ele que nos ligou à civilização ocidental” (ibidem, p. 27), impondo à Colônia a sua economia, a sua política, a sua religião, a sua língua e, por certo, a sua forma de pensamento.

Na Península Ibérica conviveram povos de tendências diferentes – cristãos, judeus e árabes. Esses povos deram origem, na Península, a uma orientação de pensamento e de ação que se distinguiu da forma clássica do pensamento da Europa. “Toda a atividade dos portugueses orienta-se para um sentido positivo, para uma forma concreta de pensamento, que se afasta e diferencia dos moldes das culturas dos demais países da Europa medieval” (CRUZ COSTA, 1956, p.31). Nunca foi a especulação pura o traço marcante do pensamento português. Ao contrário, foi o sentido do útil, do imediato, o senso prático que o caracterizou.⁴

Nos séculos XV e XVI, a feição burguesa, comercial, da sociedade portuguesa acentuou o sentido pragmático de seu pensamento. Na época das grandes navegações e descobertas, “o humanismo renascentista que trazia consigo a possibilidade de novas concepções da filosofia natural e experimentalista” (CRUZ COSTA, 1956, p. 35) encontrou, em Portugal, solo fértil.⁵ A revolução econômica pela qual passou Portugal trouxera consigo sérios problemas econômicos – o

⁴ Na história medieval portuguesa, foram exemplos dessa orientação pragmática do pensamento: Santo Antônio (1195? – 1231), que marcou época por seu sentimento de justiça social; e Pedro Julião Rebêlo, o Pedro Hispano – papa João XXI –, que procurou introduzir regras práticas na lógica, assim como também demonstrou grande interesse pelas ciências naturais.

⁵ Foram exemplos desse pensamento pragmático português dos séculos XV e XVI: 1) D. Duarte (1391 – 1438); 2) Infante D. Henrique (1394 – 1460); 3) Duarte Pacheco Pereira (1460 – 1533); 4) Gil Vicente (1465? – 1537?); 5) D. João de Castro (1500 – 1548); 6) Garcia da Orta (1501? – 1568); 7) Damião de Góis (1502 – 1574).

abandono progressivo da agricultura e da pequena atividade industrial – e sociais – frouxidão nos costumes.

A partir da segunda metade do século XVI, outro elemento influenciou decisivamente para configurar a vida no reino: a Escolástica. O humanismo renascentista português, avesso às sistematizações do pensamento e propenso à experiência e à crítica, seria, desde o reinado de D. João III, sufocado pelo *humanismo anacrônico* dos jesuítas. No momento em que se iniciava a colonização do Brasil, “os jesuítas, à frente do movimento contra a Reforma, foram chamados para a Universidade de Coimbra. Portugal afastar-se-ia, então, do movimento científico que se processará no século XVII. A tradição de uma cultura positiva romper-se-ia [...] (CRUZ COSTA, 1956, p.34). Ao monopolizar o pensamento e os postos de ensino, a Companhia de Jesus conduziu a inteligência portuguesa para o comentário teológico, o gramaticismo, a retórica, a erudição livresca. “Ensinar e propagar a doutrina teológica, uma filosofia *militante*, tal foi a finalidade da ação hábil, multiforme e inteligente da Companhia de Jesus” (CRUZ COSTA, 1961, p. 389).

No início da colonização do Brasil era esse o clima cultural da Península Ibérica, que perdurou até o final do século XVIII. Na atmosfera criada no período das grandes navegações, império e fé uniram-se para a conquista de novas terras e de novas almas para a cristandade. Foi a partir do século XVI, de acordo com Cruz Costa, que se esboçaram as primeiras contradições da vida brasileira – aliás é sintomático como o autor repete, em diferentes textos, que o *Brasil é um país de contrastes*.

A nossa história – e a nossa “cultura” – estão ligadas a duas grandes linhas: há na primeira uma *vocação atlântica*, marcada pela larga costa continental, que nos obriga a olhar para o vasto horizonte oceânico, para o outro lado do mar. E há a serra, a floresta, o *sertão*, a imensidão dos horizontes que fica por detrás das serranias da costa e que desde logo alertou a curiosidade e a cobiça do aventureiro [...]. Essa seria a outra grande linha do nosso destino. [...] Quisemos apenas, indicando estas duas linhas, assinalar uma das primeiras antinomias da nossa história e da nossa formação. (CRUZ COSTA, 1956, p. 46)

Nas duas linhas que marcaram o Brasil Colônia, encontravam-se dois tipos de colonizadores, apenas aparentemente opostos. “De um

lado, o jesuíta, empenhado, no mais largo sentido da palavra, na *conquista espiritual* e o aventureiro disposto à *conquista da terra* e dos bens materiais” (CRUZ COSTA, 1956, p.438). O aventureiro, orientando a sua existência pelo sentimento do útil, do imediato, voltou-se para o interior, para o sertão. Coube-lhe a tarefa de desbravar rios e florestas, abrir caminhos, construir aldeias e vilas. Por outro lado, o jesuíta, vivendo no litoral, fundou os primeiros Colégios, que moldaram inicialmente a inteligência brasileira.⁶

No final do século XVI e ao longo do século XVII, a produção de açúcar no Brasil possibilitou o surgimento dos senhores de engenho. No Rio de Janeiro, na Bahia, no Pará, no Recife, em São Paulo, em Olinda a Companhia de Jesus instalou os seus primeiros Colégios, ensinando – imitação do Colégio das Artes, de Coimbra – aos filhos desses senhores a filosofia, a teologia e as humanidades. “Empenhada em ensinar e propagar a fé, voltada sua atenção sobretudo para a educação e conquista das almas dos jovens, a Companhia sempre revelou, porém, maior inclinação e interesse pelo ensino secundário, ao qual corresponde a fase decisiva da formação do homem” (CRUZ COSTA, 1961, p. 391).

Deste modo, criava-se, no período colonial brasileiro, uma pequena elite de letrados, educados a partir da cultura ornamental jesuíta. “O *humanismo* artificial, que foi infligido a Portugal, impressionou com tal força a sua inteligência que alguns dos seus traços se notam ainda na nossa: o *formalismo* em que esta ainda se debate, vem – cremos – dessa origem. A *retórica*, o *gramaticismo*, a *erudição livresca* são traços que herdamos da formação, dita *humanista*, derivada do século XVI português” (CRUZ COSTA, 1956, p.36). Foi, porém, por intermédio do trabalho dos jesuítas que os letrados brasileiros – intelectuais – fixaram gradativamente a cultura europeia no Brasil.

De acordo com o autor, os pensadores clérigos do Brasil Colônia “não apresentam grande interesse, pois são eclesiásticos que se limi-

⁶ Foram representantes do pensamento escolástico no Brasil Colônia: 1) Frei Manuel do Desterro (1652 – 1706); 2) Frei Mateus da Encarnação Pina; 3) Diogo Gomes Carneiro (1618 – 1676); 4) Nuno Marques Pereira (1652 – 1728?); 5) Padre Antônio Vieira (1608 – 1697); 6) Matias Aires (1705 – 1763); 7) Frei Gaspar da Madre de Deus (1715 – 1800).

tam a reproduzir a filosofia escolástica” (CRUZ COSTA, 1956, p.57). A glosa do pensamento escolástico português caracterizou a atividade desses intelectuais, voltada para o combate – ação – ideológico contra a Reforma. A terra – o Brasil – era então esquecida por eles. Ignorando a experiência histórica, humana, que se desenvolvia no Brasil, dedicavam-se à erudição livresca.

A experiência histórica – humana – que vinha então se desenvolvendo no Brasil Colônia muito pouco foi expressa pelo pensamento dos letrados. Imitava-se o modelo europeu – português –, mas se ignorava o exemplo, isto é, a relação existente entre os sistemas criados pelo pensamento humano e as condições históricas que possibilitaram essas mesmas criações. Esquecendo da realidade nacional, os intelectuais brasileiros, formados pelas mãos dos jesuítas, davam às costas ao principal fiador de nossa história, o povo.

A partir do final do século XVIII, o desenvolvimento econômico do Brasil tornou-se incompatível com a manutenção do pacto colonial. O próprio desenvolvimento do capitalismo na Europa – em particular na Inglaterra – tencionava para o fim do monopólio comercial baseado na relação entre Metrópole e Colônia. Embora debilitado economicamente, Portugal começou a se abrir, a partir do reinado de D. João V, aos resultados da revolução científica do século XVII. Com o apoio do rei, a Congregação de São Filipe de Néri – Congregação do Oratório – introduziu no reino algumas conquistas da filosofia moderna. Em 1746, o padre oratoriano Luís Antônio Verney publicou o livro *Verdadeiro Método de Estudar*. Sob a influência dos oratorianos, no Brasil foram introduzidos novos compêndios que contribuíram para arejar os estudos filosóficos. Em particular, os compêndios do pensador italiano Antônio Genovesi, o Genuense, que coadunava com o sentido pragmático do pensamento português. “Cético em relação aos sistemas de filosofia, inimigo declaro deles, Genovesi estava talhado a servir ao traço fundamental do espírito do pensamento português, voltado para a prática, para uma concepção muito terrena do sentido da filosofia” (CRUZ COSTA, 1956, p. 73).

A partir do final do século XVIII, o Brasil progressivamente desvencilhou-se da tutela portuguesa, e o nosso pensamento voltou-se, sobretudo, para a importação de ideias da França. Durante a In-

confidência Mineira, por exemplo, “a influência das ideias Enciclopedistas sobre os nossos letrados criara um esboço de consciência política antes de se haver formado uma verdadeira consciência econômica” (CRUZ COSTA, 1956, p.58). Na biblioteca do Cônego Luís Vieira da Silva, típico intelectual mineiro da época, encontravam-se livros de Diderot e de D’Alembert, de Voltaire, Rousseau, Montesquieu. Nesse período histórico, seguindo as Reformas de Pombal, os jesuítas foram expulsos do Brasil, representando “apenas estagnação e desordem no nosso progresso intelectual, pois os que os substituíram não possuíam, nem as qualidades nem o interesse, nem a tradição escolar dos Padres” (CRUZ COSTA, 1961, p. 404).

Com a vinda da corte portuguesa, o Brasil experimentou uma grande modificação em sua vida material e espiritual. Em todo esse empreendimento, revelava-se o “traço imediatista e utilitarista do português e, por certo, adequada às exigências e ao desejo de equipar o país [...]” (ibidem, p.397). Com a abertura dos portos, iniciou-se uma longa e variada importação de ideias e doutrinas europeias.

[...] encontramos no desenvolvimento da filosofia no Brasil, a partir do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, por parte dos raros interessados em estudos de filosofia, um empenho incessante de servirem-se das ideias e das doutrinas filosóficas como “equipamentos de campanha”, como instrumentos culturais que lhes permitissem equacionar – e até dar solução – a problemas práticos, sobretudo sociais e políticos, da condição brasileira, num contínuo, embora versátil, esforço de adequar ideias nascidas da cultura europeia a que estamos ligados, à nossa circunstância; de proceder à nossa integração na cultura ocidental, o que, de certa forma e talvez com boa vontade, já constitui uma originalidade. Original e curiosa parece ter sido a utilização que decorre desse trabalho de glosa ou de comentário, que conduziu a um vago universalismo idealista, voltado para a ação, e que assumiu uma singular forma de ingênuo pragmatismo. (CRUZ COSTA, 1971, p. 2)

Nos acontecimentos que conduziram à Independência do Brasil não houve a participação do povo. Ao contrário, a monarquia representou, em 1822, o entendimento entre a classe dominante, formada por grandes proprietários de terras e escravos, e os interesses da Inglaterra. Foi essa classe dominante que dirigiu o Brasil em sua fase imperial. Nesse novo cenário, o ingênuo pragmatismo de nossos intelectuais se manifestou no esforço em adaptar as ideias importadas da

Europa para solucionar os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil. Entretanto, a realidade nacional – a atividade incessante do povo – era esquecida. Da França vieram ideias literárias e filosóficas; da Inglaterra o ideal do parlamentarismo; da Alemanha a metafísica e as suas novas orientações científicas.

Ao lado das escolas de preparação profissional, D. Pedro fundou, em 1827, duas Faculdades de Direito, a de São Paulo e a do Recife. Desses locais de ensino, sobretudo dos cursos de Direito, saíram os funcionários da Parlamento Imperial. Foram nesses estabelecimentos também onde se travaram os debates filosóficos e literários da época. Desde 1822, a política e as letras caminharam juntas na vida intelectual brasileira. Enquanto os resultados do trabalho do povo eram ainda então ignorados, “a nossa experiência intelectual só podia ter sido, como aliás foi, apenas expressão da nossa situação colonial, que o artifício, o sibaratismo e o diletantismo das classes cultas e possuidoras de fortuna, representadas nesse Parlamento, procurava mascarar. Que exprimirão esses letrados políticos? Os seus interesses e uma *cultura* que deriva das vicissitudes da importação europeia” (CRUZ COSTA, 1956, p. 80).

Na Europa, quase todo o século XIX se desenvolveu sob o signo do romantismo. Marcada pela importação do pensamento europeu, a inteligência brasileira expressou os desdobramentos desse romantismo, sobretudo aquele que chegou via França. No quadro da filosofia no Brasil, o frade Francisco Mont’Alverne (1784 – 1858) representou a transição entre a Colônia e o Império. Em seu *Compêndio de Filosofia*, escrito por volta de 1833 e publicado apenas em 1859, o frade ainda então revelava antigas influências. Em particular, expôs as ideias de Locke e de Condillac, presentes também nas obras de Genuense. No *Compêndio*, porém, já se manifestavam as novas ideias do ecletismo francês: de Laromiguière e, sobretudo, de Victor Cousin. Mont’Alverne não foi um pensador. Ao contrário, o livro do frade revelava a sua eloquência verbosíssima, o seu entusiasmo filoneísta, a sua inclinação para envernizar o discurso com citações clássicas (ibidem, p.83-6).

A influência de Mont’Alverne foi muito limitada. A sua obra marcou, entretanto, a data de uma nova importação de ideias euro-

peias. Com essa importação, renovar-se-iam os estudos filosóficos no Brasil. A presença do pensamento de Laromiguière e de Cousin no *Compêndio* do frade orador anunciava a influência do ecletismo francês no Brasil que foi, como então dizia Cruz Costa repetindo as palavras de Clóvis Bevilacqua, a filosofia “que mais extensas e profundas raízes encontrou na alma nacional”.

O ecletismo europeu se caracterizou, a partir de 1830, como uma doutrina cuja finalidade foi conciliar todos os sistemas do pensamento. Progressivamente o ecletismo francês, sob a influência de Victor Cousin, se converteu em espiritualismo, no qual a filosofia era, entre outras coisas, considerada uma aliada da religião, preservando, dessa maneira, os dogmas e a influência desta última.

O ecletismo espiritualista foi introduzido no Brasil por Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811 – 1882), o Visconde de Araguaia. Seguindo a doutrina eclética – “essa fusão sem método e sem crítica” (CRUZ COSTA, 1956, p.94) que coadunava com o sentido do pensamento brasileiro –, os escritos “filosóficos” de Gonçalves Magalhães expressaram, por um lado, o entusiasmo nacionalista despertado em nossos intelectuais após a Proclamação da Independência e, por outro, a conciliação entre a filosofia e a religião através do espiritualismo, isto é, do catolicismo. Nesses escritos se revelavam as influências de Jouffroy e, sobretudo, de Cousin, “pois o seu estilo muito se assemelha ao de Cousin: é empolado, oratório” (CRUZ COSTA, 1956, p. 106). Além dessas influências, pode-se observar também a presença Lamennais, Gioberti e Rosmini. Em geral, os escritos “filosóficos” do Visconde foram um “farfalhar das palavras. Páginas e páginas, ele as enche com uma oratória sem interesse, que serve apenas para dar realce ao estilo, simples virtuosidade [...]” (CRUZ COSTA, 1956, p. 106).

O ecletismo no Brasil atendeu aos interesses da monarquia. Entre os anos de 1830 e 1850, o Brasil presenciou uma forte crise política desencadeada com a abdicação de D. Pedro I e uma série de revoltas. Sob o reinado de D. Pedro II, sobretudo a partir da década de 1850, o ecletismo foi um instrumento de ação para pacificar e conciliar diferentes matizes de ideias e de desejos políticos. A influência do ecletismo no Brasil estava, portanto, intimamente ligada a consolidação do regime monárquico. A recepção dessa filosofia traduzia o sentido do

pensamento brasileiro: “uma atitude pragmática, terra-a-terra e, no fundo, pouco afeita às contensões doutrinárias (CRUZ COSTA, 1960, p. 35).

As relações da Igreja com a classe dirigente do Segundo Império não se furtaram ao clima da época. O clero nacional estava em franca decadência, marcado por um cristianismo popular: nada propenso à teologia, impregnado de superstições, credices e sincretismos – “o clero, além de desregrado, era em geral ignorante. Em pouco se diferenciava, aliás, do povo” (CRUZ COSTA, 1956, p.119). Além disso, esse cristianismo estava submerso na política regalista que marcou as relações ente a Igreja e o Império. Os homens que governaram durante a fase imperial possuíam um certo sentimento anticlerical – o mesmo já presente nos aventureiros do período colonial. Essa classe dirigente e intelectual, cética e racionalista de “tonalidade voltairiana”, seguia um confuso ecletismo pragmático, no qual “conciliavam muito a seu modo, um vago espiritualismo com o catolicismo” (CRUZ COSTA, 1956, p. 95).

Inspirado no movimento neocatólico europeu que conduziu a Igreja à renovação da escolástica, outro catolicismo, diferente daquele popular, existiu no Brasil: instruído, culto, contrário a credice popular, a indiferença voltairiana das elites e ao regalismo. A revolta dessa elite do clero brasileiro deu início a Questão Religiosa – Querela dos Bispos e da Maçonaria –, que envolveu em controvérsias bispos, governo e maçonaria.. As principais personagens desse conflito formaram seu pensamento no Europa: D. Antônio de Macedo Costa; D. Vital Oliveira; José Soriano de Sousa (1833-1895), um dos mais significativos representantes da renovação escolástica no Brasil, foi professor da Faculdade de Direito do Recife. Em seus escritos filosóficos, encontram-se as influências de Liberatore, Taparelli, Sanseverino, Kleutgen. Esses escritos “não revelam nada de original. Não são feitos de primeira mão, no estudo direto dos filósofos do século XIII[...] é um reflexo da moda, é um reflexo do que ia pela Europa nos meios filosóficos ligados à Igreja. É mais uma ilusão própria às nossas elites, leigas ou religiosas, afastadas dos problemas da terra e do homem brasileiro” (CRUZ COSTA, 1956, p. 129). Isto é, a atividade do povo permanecia ainda então ignorada por nossos letrados.

No momento em que se processava as controvérsias entre o alto clero e o Império, culminando na Questão Religiosa, o Brasil passou por uma reorganização econômica e uma renovação de ideias. Dando sequência a importação do pensamento europeu, novas ideias desembarcaram e reconfiguraram a vida intelectual no país, sobretudo a partir da década de 1870. Esboçavam-se as primeiras manifestações de espírito crítico com o positivismo, o evolucionismo, o naturalismo.

A partir de 1870, a nova burguesia brasileira assumiu um importante papel na vida intelectual do país. Essa modesta burguesia formada por comerciantes, burocratas, profissionais liberais, militares, que se robusteceu com as transformações econômicas e sociais, formou uma nova elite, opondo-se à velha burguesia aristocratizada – os barões do Império que antecederam os coronéis da República. Essa oposição de interesses se expressou em uma nova elite de letrados, quase toda oriunda desse complexo de classe média. Iniciaram-se os combates contra o formalismo colonial e o beletismo romântico. Entretanto, “as camadas populares ainda então não se encontravam em condições econômicas capazes de galgar as barreiras que as separavam das elites do país” (CRUZ COSTA, 1956, p. 139).

Os filhos dessa nova burguesia passaram a ingressar nas antigas Faculdades de Direito, assim como também nas Escolas técnicas, a Central e a Militar. As novas ideias europeias, que desembarcaram no Brasil na segunda metade do século XIX – positivismo, naturalismo, evolucionismo –, foram cultivadas por médicos, engenheiros, advogados, bacharéis-militares.

Em geral, o positivismo representou um sinal de modernização da inteligência nacional⁷. Fruto ainda da importação de ideias, essa doutrina forneceu aos nossos letrados um novo instrumento para a análise da realidade brasileira, onde as questões econômicas, sociais e políticas assumiram importância. Combatendo a metafísica e orientando o pensamento para questões concretas, o positivismo se adequou

⁷ Na *Contribuição*, Cruz Costa dedicou grande atenção ao positivismo no Brasil. As investigações do autor sobre as vicissitudes das ideias de Comte no Brasil se encontram entre as páginas 138 e 295. Por uma questão de espaço, não seguiremos todos os meandros da discussão de Cruz Costa sobre esse tema. Apenas nos limitaremos a indicar alguns pontos que julgamos serem importantes para o presente trabalho.

aos traços mais profundos e ao sentido do nosso pensamento (CRUZ COSTA, 1956, p.296). A doutrina de Comte “vai encaminhar, pois, a inteligência brasileira para as preocupações que mais parecem adequadas à sua índole, como são as sociológicas. [...] Isto é assim, porque as questões mais gerais estão contidas em problemas concretos e vivos, porque tal tarefa se nos impõe com insistência, antes de nos lançarmos a elucubrações mais largas e profundas” (CRUZ COSTA, 1956, p. 371). O positivismo no Brasil, portanto, esteve ligado a homens que se voltaram para as ciências e nelas depositaram as suas esperanças de solucionar os problemas do país.

As primeiras manifestações do positivismo no Brasil datam de meados das décadas de 1840 e 1850. Na Escola Central e na Escola Militar apareceram trabalhos inspirados na doutrina de Comte. As suas primeiras manifestações estavam ligadas aos bacharéis em ciências físicas e matemáticas e engenheiros – a própria doutrina de Comte dedicou profundo interesse pela matemática. Além desses profissionais, alguns médicos também apresentaram trabalhos com influência positivista.

Entre 1874 e 1876, apareceu a primeira obra de divulgação da doutrina positivista no Brasil. Médico e positivista litreísta, Luís Pereira Barreto (1840-1923) publicou, em dois volumes, a sua obra intitulada *As três filosofias*. Nessa obra, “marcada por um anseio de reforma prática, eficaz, ativa, que não existe nos demais filosofantes brasileiros” (ibidem, p. 153), Pereira Barreto procurou, de acordo com Cruz Costa, apresentar o positivismo não como uma fórmula, mas como um novo método então capaz de renovar a cultura brasileira, sobretudo auxiliando a inteligência nacional a desvencilhar-se da Igreja e das velhas Instituições de Ensino, fontes de corrupção do pensamento e dos costumes – “o que ele combaterá sempre, porém, será a submissão da inteligência aos dogmas. Espírito aberto à pesquisa, não se submeteria a nenhuma ortodoxia” (ibidem, p. 160). Como os homens de seu tempo, Pereira Barreto acreditava que uma reforma geral e radical no ensino mudaria drasticamente a realidade nacional. Entretanto, compreendeu a necessidade de incluir nessa reforma a educação o povo.

N’*As três filosofias*, Pereira Barreto revelou possuir “um espírito relativista para o qual as fórmulas têm pouca importância e em que

os fatos – sempre mutáveis – tudo dominam” (CRUZ COSTA, 1956, p. 160). De acordo com Cruz Costa, esse positivista littréista não ficou preso ao transoceanismo, ao encanto da Europa. Atento aos problemas políticos e religiosos, ligados às questões econômicas e sociais, sua constante preocupação foi o Brasil e o seu “filosofar” expressava o sentido de nosso pensamento: nada contemplativo e a serviço da ação. Além disso, Pereira Barreto também revelou, em sua obra, uma grande erudição e uma informação moderna sobre o pensamento europeu. Sua exposição dos diferentes pensamentos filosóficos foi muito clara, procurando assimilar e criticar as doutrinas (ibidem, p. 160). Ao lado de Littré, expos as doutrinas de Locke, Berkeley, Kant e Hartmann.

No momento em que aparecia o livro de Pereira Barreto, os dois futuros apóstolos do positivismo ortodoxo no Brasil iniciavam os seus estudos sobre a doutrina de Comte, Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927). Em seus primeiros estudos, além de lerem o próprio Comte, dedicaram-se também a estudar o positivista heterodoxo Émile Littré. Em 1877, ao viajarem para Paris, os dois amigos conheceram o céptico Littré e dele logo se afastaram, por considerá-lo “um paciente investigar de vocábulos, absorvido pelas minúcias de uma erudição estéril” (CRUZ COSTA, 1960, p. 45) e sem ação social. Nessa mesma viagem, estreitaram laços com outro grupo positivista de orientação ortodoxa, então dirigido por Pierre Laffitte. Retornando ao país natal, não demoraria para que os dois amigos fundassem o Apostolado Positivista do Brasil. A partir da década de 1880, iniciou-se um novo aspecto do pensamento filosófico europeu no Brasil, o positivismo religioso: “Desenvolver o culto, organizar o ensino e intervir oportunamente nos negócios públicos” (CRUZ COSTA, 1956, p. 188), essa era a tarefa, desde 1881, do Apostolado. Isto é, mais uma vez a história das ideias no Brasil revelava, de acordo com Cruz Costa, como em nosso pensamento doutrina e ação caminham juntas.

Com sua doutrina intransigente e pouco afeita as elites brasileiras submersas no ecletismo, o positivismo religioso no Brasil arrefeceu na década de 1890 – “resumindo as atividades do Apostolado até então [1890], Miguel Lemos porá em realce a finalidade do Apostolado que é, como ele dirá, a reforma das ideias e dos costumes de uma sociedade céptica e materialista” (CRUZ COSTA, 1956, p. 278).

No bando de novas ideias europeias que passaram a circular no Brasil, sobretudo a partir de 1870, não foi apenas o positivismo que exerceu influência. O cientificismo, essa espécie de idolatria da Ciência, que caracterizou os meios cultos europeus em meados da segunda metade do século XIX, também encontrou seus ecos no Brasil. O evolucionismo de Herbert Spencer foi uma das mais importantes manifestações do pensamento naturalista e antimetafísico europeu do século XIX.

País importador de ideias, os nossos letrados interessaram-se pelo evolucionismo. “O que é de admirar é a rapidez com que estava informada do que se passava na Europa, então, a inteligência brasileira. Isto é digno de atenção, pois revela, ao menos, a nossa curiosidade e o nosso anseio de conhecer. Conhecíamos melhor a Europa do que o que se passava nas diferentes províncias do Império” (CRUZ COSTA, 1956, p. 299). De acordo com Cruz Costa, a burguesia brasileira encontrou no evolucionismo uma síntese filosófica que fundamentou as suas ações políticas, sociais e religiosas. Além disso, essa síntese coadunava com o pensamento de nossas elites: pouco familiarizadas com o trabalho intelectual contínuo e fatigante. Ao lado do evolucionismo de Spencer, outro evolucionismo, de origem alemã, também exerceu influência em nosso país. Foi o materialismo de Moleschott, Vogt, Büchner, Haeckel. Marcado pelo amor a Humanidade, pelo sentimento anticlerical e pela noção de progresso, esse materialismo interessou a nossos letrados – autodidatas –, de espírito ousado, mas com precária formação histórica e filosófica.

Os representantes da Escola do Recife não seguiram o materialismo vulgar de Büchner, Vogt, Haeckel, Molleschot. Entretanto, não seguiram também a filosofia de Kant, Schelling, Fichte ou Hegel. Ao contrário, o que os guiou foi um germanismo de segunda ordem, no qual figuravam os nomes de Schopenhauer, Von Hartmann e, sobretudo, Ludwig Noiré. Entre os representantes dessa Escola estava Tobias Barreto (1839 – 1889). Passando por todas as influências filosóficas de sua época, Tobias Barreto foi eclético, positivista e, por fim, germanista – “a sua mania, o seu embasbacamento, a sua ingenuidade, a sua admiração exclusiva pela Alemanha, afastou-o do espírito geral da literatura pátria, o que revela, de sua parte, não apenas mania,

mas voluntária alienação em face dos problemas brasileiros” (CRUZ COSTA, 1960, p. 52).

De acordo com Cruz Costa, a influência de Tobias Barreto foi toda pessoal. O seu traço de boêmio, o seu entusiasmo e o seu ar de desafio que sabia transmitir aos jovens, a sua origem pobre e humilde caracterizaram a figura desse filosofante brasileiro. Entretanto, a sua obra ainda então revelava aqueles aspectos constantes da história do pensamento brasileiro: comentários, divulgações, vulgarizações das ideias europeias. Além disso, a sua obra também manifestou aquele “caráter proselitista das doutrinas filosóficas em nossa terra, onde ideias e princípios, como diz Hermes Lima, são como ‘equipamento de campanha’, traduz, ao nosso ver, o desajustamento histórico entre as doutrinas intelectuais, de importação, e as nossas condições históricas” (ibidem, p. 312). O arsenal filosófico utilizado por esse filosofante brasileiro foi Von Hartmann e, sobretudo, Noiré. Tobias Barreto foi um comentador do pensamento europeu, em particular do pensamento alemão.

Com seu trabalho de divulgação do pensamento alemão, a atividade de Tobias Barreto contribuiu para arejar, renovar a inteligência nacional. Ao seu nome estava ligado o de Sílvio Romero (1851-1914). “É com Sílvio Romero que a mercadoria intelectual de importação passa a constituir objeto de menor importância e os problemas nacionais, sobretudo os que dizem respeito à história da cultura, passam a ocupar a atenção dos nossos letrados. É Sílvio Romero o precursor do esforço de interpretação do Brasil[...] (ibidem, p. 315).

A obra de Sílvio Romero revelou, segundo Cruz Costa, que a filosofia foi para ele um método, e não um conjunto de fórmulas. Embora sua obra ainda apresentasse os problemas advindos do autodidatismo, compreendeu esse representante da Escola do Recife, cheio de entusiasmo e dúvidas, que a filosofia encerra uma aguda relação com a experiência. Ademais, que essa experiência se manifestava no processo histórico. “Ele se parece muito com as coisas brasileiras: é um tumultuar de contrastes, de esperanças, de desilusões, um misto de simplicidade e de complicação, de erros tremendos e de boa vontade em acertar” (CRUZ COSTA, 1960, p. 58). Com espírito crítico e inquieto, Sílvio Romero buscou formular uma interpretação para o Brasil.

Ao contrário de Sílvio Romero, a obra filosófica de Farias Brito (1862 – 1917), outro representante da Escola do Recife, foi um comentário, sempre inacabado, das doutrinas filosóficas europeias do século XIX. Farias Brito destacou-se por sua dedicação e constância nos estudos filosóficos e, em parte, por defender, em sua obra, a retomada dos estudos sobre a Metafísica. Por sua dedicação a filosofia, esse intelectual brasileiro, como destacou Cruz Costa, não foi um mero improvisador de Filosofia, assim como também nunca acreditou ter encontrado a verdade definitiva, fonte para a solução de todo e qualquer problema, revelando possuir verdadeiro espírito crítico (CRUZ COSTA, 1971, p.23).

Influenciado por Schopenhauer, Von Hartmann, Lange, Kuno Fischer, Vacherot, Gratry, Renouvier, Spencer, Bergson, a obra de Farias Brito variou muito, sempre seguindo de perto as oscilações da importação de ideias europeias no Brasil. Entretanto, os dois traços que dominaram toda a sua obra filosófica foram: o pessimismo da filosofia alemã do século XIX, expresso na dor e na tragédia; e o anseio por uma reforma moral. Sobre os comentários filosóficos de Farias Brito, argumentou Cruz Costa:

Varia, varia sempre. Pisa e repisa, a propósito dos problemas que vai tratar, ideias e comentários sobre todos os filósofos. Promete num livro o que não cumprirá no outro. Abra perspectivas gigantescas, mas perde-as sempre com devaneios sobre o filosofar de outros. É verdade que a filosofia de Farias Brito nunca se afasta da história, mas a história dos homens e das ideias é, para ele, pura abstração, mera aventura do espírito. (CRUZ COSTA, 1956, p. 322)

Nos primeiros anos da República, foram ainda as ideias da segunda metade do século XIX que deram o tom ao cenário espiritual brasileiro: o positivismo, o evolucionismo, nas suas formas darwinista e haeckeliana, o ecletismo, a corrente de ideias católicas. Entretanto, novas ideias europeias, que passavam, “aliás, facilmente pela nossa libérrima alfândega de crítica e de julgamento” (CRUZ COSTA, 1956, p. 352), também foram sendo importadas. Somente depois de 1922, sob novas condições econômicas, sociais e políticas, foi que “manifestaram-se novas diretrizes no pensamento filosófico brasileiro. A partir daí, o intelectual brasileiro já não procura *namorar pelo telégrafo*, deixa

de ser o vulgarizador do *modelo* espiritual para refletir sobre o *exemplo* (CRUZ COSTA, 1960, p. 67).

A Proclamação da República, assim como os acontecimentos que haviam conduzido o Brasil a Independência, não contou com a participação do povo. Essa atitude de indiferença do povo era compreensível, na medida em que a instalação do novo regime republicano foi o resultado de uma nova composição das classes dominantes. A partir de 1889, a elite dirigente do país mais uma vez demonstrou o sentido de nosso espírito: essencialmente prático, pragmático. A República foi mais uma improvisação, guiada pelas circunstâncias ocasionais. “Será no transcorrer da primeira fase da República, em face de novas circunstâncias do mundo civilizado e do local que assistiremos ao aparecimento de novas interpretações, subsequentes a transformações operadas no pensamento europeu” (CRUZ COSTA, 1956, p. 352).

Nos primeiros anos do século XX, parte da inteligência brasileira, sob a influência de um positivismo difuso e do evolucionismo, voltou-se para as questões sociológicas. Nesse período, a Europa apresentava, fruto das transformações econômicas e sociais, grande preocupação com o pensamento social. País importador de ideias, no Brasil também se encontrariam alguns ecos desse pensamento, em particular do pensamento sociológico. “A mesma afoiteza, o mesmo filoneísmo – assim como a ideia de imediata utilização salvadora –, caracteriza o advento do *sociologismo* no Brasil” (CRUZ COSTA, 1956, p. 355-6). Sob a influência desse sociologismo, a inteligência nacional mais uma vez revelava a sua orientação para questões concretas, práticas.

Durante a primeira fase da República, a Guerra de Canudos revelou, no cenário da vida brasileira, o sertão, os aventureiros esquecidos pelos homens do litoral. Foi Euclides da Cunha (1868-1909), em seu livro *Os sertões*, quem denunciou a situação na qual vivia uma parte do povo brasileiro – “não ousamos afirmar que foram as preocupações sociológicas que levaram Euclides da Cunha ao seu grande livro *Os sertões*” (CRUZ COSTA, 1956, p.372). Com esse escritor brasileiro, nota-se uma modificação em relação aos problemas da cultura brasileira; entre outras coisas, o povo passou a despertar a curiosidade e o interesse dos intelectuais brasileiros.

Só Euclides da Cunha tivera coragem de clamar a favor do homem do sertão. Os letrados afastados da terra, voltados para a Europa, deixavam-se estar a ouvir as embaladoras canções que lhes vinham longínquas de um passado que lhes oferecia os produtos mais refinados de sensibilidade e de pensamento. Fugiam todos ao mistério da terra. Um porém – e dos maiores – fizera sentir do letrado saudosista do litoral toda a importância da massa que recuara para o sertão e que agora, encarnando no seu fanatismo, todo feito de mistérios e sofrimentos, a causa santa da justiça, rebelara-se na selva para exigir precisamente uma reforma: a da inteligência brasileira. O brado de alarma que precede e anuncia essa reforma, quem o deu foi Euclides da Cunha. Não é, pois, como filósofo que ele tem saliente lugar na história das ideias no Brasil no século XX. É porque com ele se inicia a reação contra o sibiratismo intelectual, contra a faina cega dos copistas dos pensadores de empréstimo. (CRUZ COSTA, 1956, pp. 373-374)

A República marcou um importante progresso de consciência dos problemas nacionais. Intelectuais ligados ao sociologismo, Euclides da Cunha, historiadores como Capistrano de Abreu (1853-1927) e João Ribeiro (1864-1934), Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Viana (1883-1851), entre outros expressaram novas diretrizes para o pensamento nacional. Com a Primeira Guerra Mundial e “suas trágicas consequências; a decepção do transoceanismo; e mais, as novas condições de vida no país – e nisso tudo, talvez, um novo e mais robusto sentimento de responsabilidade, que a guerra nos obrigou a assumir – nos levariam a rumos novos, depois de 1919. [...] Este desejo (o de emancipação intelectual) foi o primeiro e mais importante resultado da guerra para a inteligência brasileira” (ibidem, p. 391). A partir de então, o traço nacionalista marcou o pensamento brasileiro, sobretudo após a Revolução de 1930. No ciclo iniciado com Getúlio Vargas, novamente não se observa a participação do povo na consolidação do novo governo.

De 1937 é o Estado Novo. Em 1945 ele termina; o Brasil, porém, não sentiu bem as repercussões desses dois movimentos. Às vezes eu penso que a partir de 45, sobretudo depois de 1954, o Brasil retornou, de certo modo, ao que fora antes de 1930. Culturalmente, é verdade, se encontrava, já então, mais bem apetrechado. Mas que faixas de povo atinge a cultura em nossa terra? É o que pergunto. O povo parece-me, ainda não entrou em nossa história. (CRUZ COSTA, 1975, p. 89)

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Vinícius Tadeu de. *O ensino da filosofia nas diretrizes de Jean Maugué e no historicismo do pensamento de João Cruz Costa: pioneirismo na Universidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Bernardo do Campo: São Bernardo do Campo, 2015.

ARANTES, Paulo Eduardo. Cruz Costa e herdeiros nos idos 60. In: *Revista filosofia política, número 2º*, LePM UNICAMP/UFRGS, 1985.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. *Rivalidade, parricídio intelectual e invasão de fronteiras na trajetória de Cruz Costa*. Anos 90, Porto Alegre, v. 16, no. 29, pp. 155-181, jul. 2009.

COSTA NETO, Pedro Leão da. *João Cruz Costa*. In: FÁVERO, Maria de L. de A. e BRITTO, Jader de M. (orgs.). *Dicionário de educadores do Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Brasília: INEP, 2002.

CRUZ COSTA, João. Prefácio. In: TRINDADE, Héglio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difel, 1974.

CRUZ COSTA, João. A universidade latino-americana: suas possibilidades. Contribuição brasileira a estudo do problema. *Revista de História*, n. 46, 1961.

CRUZ COSTA, João. Sobre o trabalho teórico. In: *TRANS/FORM/AÇÃO Nº2. Revista de filosofia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis*. Assis: 1975.

CRUZ COSTA, João. Esquema do meu depoimento de filosofante independente. In: LADUSÃNS S.I., Stanislavs (Org.). *Rumos da filosofia atual no Brasil em auto-retratos*. São Paulo: Loyola, 1976.

CRUZ COSTA, João. *Pequena história da república*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CRUZ COSTA, João. *Introdução ao estudo do pensamento brasileiro*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1971.

CRUZ COSTA, João. *A filosofia no Brasil: ensaios*. Porto Alegre: Globo, 1945.

CRUZ COSTA, João. Prefácio. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em perspectiva*. 20 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

CRUZ COSTA, João. *Panorama da história da filosofia no Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1960.

GONÇALVES, Tânia. *João Cruz Costa educador: Contribuições ao debate sobre a filosofia como formação cultural*. Dissertação (Mestrado em Educação). USP: São Paulo, 2004.

LEITE, Ângelo Filomeno Palhares. *História “histórica” da filosofia no Brasil: João Cruz Costa*. Tese (Doutorado em História). UFMG: Belo Horizonte, 2014.

MARGUTTI, Paulo. *Cruz Costa como historiador da filosofia no Brasil*. In: Revista Saberes Interdisciplinares (Edição Especial), n.21, p.30-44, 2018.

OLIVEIRA, Francini Venâncio de. *Fantasmas da tradição: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiãna em formação*. Tese (Doutorado em Sociologia). USP: São Paulo, 2012.

PRADO JUNIOR, Bento. Cruz Costa e a história das ideias no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B.; MORAES, Reginaldo (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JUNIOR, Bento. O problema da filosofia no Brasil. In: PRADO JUNIOR, Bento. *Alguns Ensaios: filosofia, literatura, psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Luciano dos. *Leopoldo Zea, Arturo Ardao e João Cruz Costa: história das ideias, discursos identitários e conexões intelectuais*. Tese (Doutorado em História). USP: São Paulo, 2016.

SCHLENKER, Rodrigo. *História das ideias no Brasil: uma leitura da obra de João Cruz Costa*. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2008.

O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia: um exemplo de aparelho ideológico da intelectualidade conservadora

Pedro Leão da Costa Neto¹

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves²

Introdução

Neste texto, abordamos o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), criado na cidade de São Paulo, em 1949, e seu órgão oficial, a Revista Brasileira de Filosofia (RBF), cuja publicação se iniciou em 1951; que entre seus principais membros, se destaca Miguel Reale (1910-2006), principal líder do Instituto, de forma que a contribuição de suas formulações teóricas e políticas estavam no cerne dessa organização de intelectuais. O IBF, por sua vez, mantinha uma estreita ligação com a tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco e, em particular, com a Cátedra de Filosofia do Direito, que Reale ocupou

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UTP) e do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG).

de 1941 até 1980, quando se aposentou, sendo substituído pelo seu discípulo, e também ativo participante do IBF e da RBF, Renato Ci-rell Czerna. Celso Lafer, outro intelectual associado ao IBF, presidiu o Instituto após a morte de Reale e também foi professor titular dessa Cátedra. Igualmente importante é salientar, que o IBF era alicerçado em uma concepção empresarial e estabeleceu estreitas conexões com membros da oligarquia paulista.

Uma mirada no processo histórico elucida o que estamos argumentando. O período compreendido entre o início dos anos 30 e a deflagração da Segunda Guerra Mundial assinalou um crescimento vertiginoso da acumulação de capital na indústria da região Centro-Sul brasileira, que tinha em São Paulo seu centro gravitacional. O desenvolvimento paulista materializou-se não apenas na expansão do seu parque industrial, mas também na criação de todo um aparato ideológico, cultural, educacional de hegemonia burguesa, que se expressou na formação de três importantes instituições culturais, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) em 1934, que irá desempenhar uma influência decisiva na institucionalização das Ciências Humanas no Brasil, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933, sob a direção de industriais e com a ativa participação do historiador econômico Roberto Simonsen e de inúmeros professores dos EUA e, em 1932, do Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo com a participação do escritor e um dos principais animadores da Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade, e de Paulo Duarte, escritor e diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*. As criações destas Instituições culturais não podem ser dissociadas de um projeto mais amplo da oligarquia paulista que pretendia reconstruir a hegemonia política perdida, em escala nacional, após as sucessivas derrotas de 1930 e 1932.

Desde o seu início, percepções do gigantismo paulista permearam o IBF, como por exemplo, no discurso de Lucas Nogueira Garcez – governador do Estado de São Paulo entre 1951 e 1955 – pronunciado durante a inauguração da sede do IBF na capital paulista, em 18 de dezembro de 1952:

São Paulo é o centro do pensamento nacional, pois revela a maturidade da nossa cultura. O que desejamos realizar no Instituto, doravante, atravessará as fronteiras, não pelo seu valor material, mas, sim, pelo seu valor espiritual. De hoje em diante, o Instituto Brasileiro de Filosofia, graças ao auxílio que recebe do governo do Estado, e à dedicação de seus componentes, estará presente a todas realizações filosóficas mundiais, afirmando os resultados de nossa experiência mental. [...] a Filosofia é um utensílio, um instrumento, uma arma [...]. (GARCEZ, 1953, pp. 170-172)

Garcez propugna a ideologia do *imperialismo interno* de São Paulo, é interessante notar que este imperialismo vinha acompanhado de uma necessária expansão cultural paulista, como fator de “integração espiritual da nação”. A presença desse eminente burocrata é um exemplo revelador do caráter “filosófico-burocrático-empresarial” do Instituto de Reale. Todavia, como tentaremos demonstrar, tratava-se de um movimento concertado, de longo curso, de diferentes intelectuais da direita.

Neste sentido, uma referência importante para os filósofos brasileiros do IBF é Benedetto Croce (1866-1952), o qual fundou, na Itália,³ um instituto com financiamento bancário-empresarial: o *Instituto Italiano per gli Studi Storici*. Em um de seus primeiros fascículos, a RBF publica um dossiê a título de discutir a “crise da universidade”, com entrevistas sobre a formação de institutos após o ano de 1945. Croce, um dos entrevistados, afirma a “imperiosidade” da fundação de institutos. Segundo o importante filósofo italiano, o financiamento do *Instituto Italiano per gli Studi Storici* vinha de “casas bancárias italianas” e da Fundação Rockefeller, de modo que uma ótica empresarial exercia influência sobre estes institutos (RBF, 1951-a).

³ Utilizaremos, em nosso artigo, repetidas referências sobre a história cultural e política italiana, por acreditarmos que existe uma possível analogia, entre o projeto de construção de uma hegemonia conservadora, expressa no programa de investigação histórico-filosófico do IBF (e de outros membros da escola culturalista, em particular, Miguel Reale, Antonio Paim, Paulo Mercadante entre outros) e a elaboração historiográfica de Croce, descrito por Gramsci como exemplo de revolução passiva; como também, da centralidade atribuída, nas interpretações de Croce e Gentile da cultura italiana do século XIX, a estreita afinidade entre liberalismo político, idealismo filosófico e romantismo literário. Como será visto, igualmente, os próprios intelectuais ibeefeanos tinham na cultura italiana uma importante fonte de inspiração.

A contribuição do líder do IBF ao debate em foco é bastante pertinente e revela a concepção que era o pano de fundo da criação do instituto brasileiro. Em entrevista justificando a fundação do IBF, Reale afirmaria:

Desnecessário é dizer que vivemos em um país de reduzida elite, chamada a participar de múltiplos setores de nossa vida social e econômica. O desenvolvimento vertiginoso da vida econômica de São Paulo, não pode deixar de interferir no âmbito universitário, conclamando os seus mestres para uma contribuição positiva. É esta a missão de ordem prática que estabelece um liame muito útil e fecundo entre a Universidade e os grupos da produção econômica. (RBF, 1951-b, p. 321-329)

Assim, Reale entrelaça a vida econômica de São Paulo com a Universidade e, logo, com os intelectuais. Durante o século XX, São Paulo se tornou o principal centro econômico do Brasil e da América Latina. Seu desenvolvimento industrial fez toda a economia brasileira girar em seu entorno, fazendo da região Centro-Sul “o centro capitalista nacional *‘par excellence’*”, ao mesmo tempo que se implantava “um projeto de Estado nacional unificado” (OLIVEIRA, 1981, p. 75), de maneira a converter o restante do país em colônia interna da metrópole paulista. Assim como o capital paulista atinge todos os rincões do país, a influência cultural paulista deveria expandir-se no mesmo sentido.

Deste modo, não é fortuito o fato de que o IBF fundará seções em diferentes estados brasileiros⁴. Trata-se do projeto paulista de converter São Paulo não apenas na metrópole da colônia interna brasileira, mas, além disso, no “centro do pensamento nacional”, fazendo da Filosofia uma “arma”, um “instrumento” — conforme afirmara o governador paulista, Garcez no discurso anteriormente citado, que pelo utilitarismo pragmático busca fazer do pensamento filosófico um fator de poder intelectual e de hegemonia da classe dominante. To-

⁴ Por exemplo, entre 1951 e 1964, foram fundadas seções do IBF em: Pernambuco (1951), Rio Grande do Sul (1952), Rio de Janeiro (1952), Paraíba (1953), Alagoas (1953), Paraná (1953), Santa Catarina (1955), Bahia (1955), Sergipe (1956), Ceará (1959) e Maranhão (1964).

davia esse projeto só adquiriu pleno sentido quando o IBF se tornou um centro de desenvolvimento e disseminação, através da RBF, do pensamento conservador.

O Instituto Brasileiro de Filosofia e o pensamento conservador

A identificação do IBF, como Instituição representativa do pensamento conservador no Brasil, já foi destacada por diferentes autores. Paulo Eduardo Arantes (1994, pp. 88-107), em ensaio dedicado a João Cruz Costa, identifica nos anos 50-60, três diferentes posições filosóficas, que corresponderiam a diferentes posições ideológicas: 1) a “esquerda transcendental”, que se constituiu em torno do departamento de filosofia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), e que pressupunha que suas técnicas filosóficas mais rigorosas corresponderiam a posições políticas mais avançadas. Arantes, seguindo as observações de Antônio Cândido que caracterizou a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda como representante de um radicalismo potencial das classes médias, atribuirá esta mesma caracterização ao próprio Antônio Cândido e outros professores da FFCL/USP; 2) o “nacionalismo existencialista” que se constituiu em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e que visava elaborar, a partir de conceitos originários principalmente da filosofia existencialista, um fundamento filosófico para um projeto nacional-desenvolvimentista; e 3) a “direita” representada pelo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), que diferentemente das duas concepções anteriores que elaboraram visões críticas da formação histórica e intelectual brasileira, propunha, ao contrário, uma análise positiva do nosso passado histórico.

No mesmo sentido, Leandro Konder (1998, pp. 335-374) em sua análise dos intelectuais brasileiros nos anos 50-60 apresentou uma tipologia, aonde ressaltava a importância das opções filosóficas e das posições teórico-políticas para a formação das diferentes tendências existentes entre os intelectuais, em um sentido amplo, e os historiadores, em particular: 1) a “perspectiva conservadora” representado, por

exemplo, pelo professor da UFRJ Djacir Menezes (próximo ao IBF e membro do conselho de redação da RBF) que defendia a dimensão da continuidade no processo histórico brasileiro, de maneira a repelir o reconhecimento da importância de qualquer ruptura histórica, afirmando, assim, o seu estreito compromisso com a ordem (concepção esta, aliás, que desempenhará uma importância fundamental na história do pensamento filosófico nacional desenvolvida por Miguel Reale e Antonio Paim). Konder identifica, nessa concepção, uma desvolta apologia das forças que comandaram a história nacional; 2) a “tendência nacional-desenvolvimentista”, agrupada primeiro em torno do IBESP, e que depois deu origem ao ISEB, que pretendia entender a nossa história à luz de um projeto comprometido com a promoção de um desenvolvimento nacional autônomo; 3) a “perspectiva marxista”, sobre a qual Konder faz uma distinção, separando o marxismo ortodoxo doutrinário por um lado, e, por outro, a corrente representada por dois intelectuais socialistas independentes: Antônio Cândido e Florestan Fernandes. O autor sublinha igualmente a importância do grupo de jovens professores da USP que se reuniram em um Seminário para elaborar uma leitura de *O Capital*.⁵

Na cidade de São Paulo, a oposição entre os projetos teóricos e culturais representados pela FFCL/USP e pelo IBF assumiu contornos particularmente antagônicos. Criada em 1934, a FFCL foi concebida como o centro da futura Universidade - e também como forma de superar a tradicional estrutura das escolas profissionais isoladas representadas pela Faculdade de Medicina, pela Politécnica e pela Faculda-

⁵ Uma outra tentativa de caracterização dos intelectuais e filósofos brasileiros é oferecida pelo historiador das ideias no Brasil e um dos fundadores do IBF, Luis Washington Vita. Em sua conferência na Universidade de Mainz em 1965, destacou as dificuldades para caracterizar o panorama filosófico no Brasil, marcado por uma grande mobilidade teórica e propôs, influenciado pela Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, uma classificação ideológico-político como um método de análise que seria apropriado para os países coloniais e dependentes e propôs a seguinte classificação: Pensamento Conservador *ideológico* dividido em extrema direita, centro-direita e direita-liberal (segundo Vita, a obra de Miguel Reale “estaria não plenamente integrada nesta linha”) e o Pensamento Revolucionário *utópico* que estaria dividido em extrema esquerda, centro-esquerda (a qual pertenceriam Álvaro Vieira Pinto e João Cruz Costa) e esquerda liberal. (VITA, 1967, pp. 28-32).

de de Direito. Para a sua efetivação, a nova faculdade contou com a ajuda de uma “missão cultural francesa” que representou, portanto, uma forte descontinuidade com a tradição cultural e de ensino da cidade. Até esta data o ensino da Filosofia, na cidade de São Paulo, estava representado por duas diferentes Instituições de Ensino.

Por um lado, pela Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, criada em 1908 pela Ordem dos Beneditinos e associada a Universidade de Louvain, e que funcionou, com uma interrupção entre 1917 e 1922, até 1937 quando seus cursos são reconhecidos. Em 1946 é integrada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (MUCHAIL, 1992, pp. 127-133; ALMEIDA, 2015, p. 28-ss).⁶ Por outro lado, pela Faculdade de Direito de São Paulo criada em 1827, no interior da qual tinham se formado a grande parte dos membros do IBF. Estas diferentes Instituições que representavam diferentes projetos filosóficos e ideológicos logo entrarão em conflito.⁷ O novo estilo de ensino da filosofia, representado pelo ensino transmitido pelos professores franceses e futuros professores formados pela Faculdade, logo entrará em choque com a tradição filosófica representada pela Faculdade de Direito.⁸

Tânia Gonçalves, em sua dissertação de mestrado, dedicada a João Cruz Costa, sublinha a oposição destas correntes tradicionais, a nova Faculdade:

⁶ Sobre o ensino católico da filosofia na Faculdade de São Bento e a sua atividade consultar a dissertação de Mestrado de Vinicius Tadeu de Almeida: *O Ensino da Filosofia nas diretrizes de Jean Maugué e no Historicismo do Pensamento de João da Cruz Costa: Pioneirismo na Universidade de São Paulo*. (ALMEIDA, 2015, pp. 28-31).

⁷ Para maiores informações sobre as diferentes tradições filosóficas da cidade de São Paulo, consultar o Capítulo I: A Cultura Filosófica Paulista da Tese de Doutorado de Francini Venancio de Oliveira *Fantasma da tradição: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação* (OLIVEIRA, 2012, pp. 37-110).

⁸ Para maiores informações sobre a tradição de ensino filosófico desenvolvido na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, consultar o livro de Miguel Reale *A filosofia em São Paulo* (REALE, 1976).

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pouca ou quase nenhuma simpatia conquistava das tradicionais instituições dedicadas à educação. Os católicos reconheciam nela um espaço construído pelos liberais que foi sendo ocupada por comunistas. Para a Faculdade de Direito da USP, um rival nos estudos filosóficos sociais e literários, uma vez que o chamado rigor acadêmico na formação filosófica parecia contrastar com a sua retórica tradicional. (GONÇALVES, 2004, p. 31)

Desde a sua criação, o IBF desenvolveu uma intensa atividade de transmissão e formação cultural, através da promoção de cursos de extensão e especialização em filosofia e outras disciplinas das Ciências Humanas⁹ e congressos¹⁰, que visavam, segundo observa Marchesini de Pádua em sua Tese de doutorado dedicada ao IBF, criar “um ‘espaço paralelo’ de formação filosófica na cidade de São Paulo” (PÁDUA, 1998, p. 29). Outra atividade de grande importância, e com resultados ainda mais duradouros, foi a política editorial do Instituto, através da publicação, desde 1951, da *Revista Brasileira de Filosofia*¹¹ e de livros, em grande parte dedicados a resgatar a “tradição filosófica brasileira” (PÁDUA, 1998, pp. 30-33). Referindo-se ao destaque dado pelo IBF, ao pensamento filosófico no Brasil, Tânia Gonçalves sublinha o seu caráter ideológico:

Para dar legitimidade ao Instituto diante do método francês de estudos filosóficos, Miguel Reale elege um assunto próprio para o grupo do IBF – a tradição filosófica brasileira esta que sempre esteve ligada à tradição das faculdades de direito do Brasil, especialmente São Paulo e Recife. (GONÇALVES, 2004, p. 34)

⁹ Para uma análise dos cursos oferecidos pelo IBF, consultar de PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de Pádua. *Ideologia e Filosofia no Brasil*, a autora reproduz igualmente a relação dos cursos e seus programas (PÁDUA, 1998, p. 25-30) e o Anexo 2 (PÁDUA, 1998, p. 151ss).

¹⁰ Para uma relação dos congressos realizados pelo IBF, (PÁDUA, 1998, p. 36). A autora destaca igualmente o apoio recebido pelo IBF, do governo paulista, nos anos 1950, para a realização destas atividades (PÁDUA, 1998, p. 34).

¹¹ Para um breve histórico da *RBF*, consultar: Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1951 1980 –), (1982, p. 9-14).

Esta oposição assumirá contornos cada vez mais ásperos e folclóricos, com o passar dos anos, até a briga pública por causa de Hegel, que passou a fazer parte da história filosófica da cidade (GIANNOTTI, 1974, pp. 23-36). Entretanto o acontecimento com maiores repercussões foi o episódio do concurso para a Cátedra de Filosofia da FFCL, envolvendo João Cruz Costa, Oswald de Andrade e membros do IBF, no qual se chocavam diferentes práticas da filosofia: por um lado, a representada pelo ensino especializado da filosofia e outra marcada pela formação oriunda da Faculdade de Direito.¹²

Podemos afirmar que o IBF, em resposta a esta situação, procurou desenvolver um programa de recuperação da história do pensamento filosófico no Brasil que encontraria correspondência em uma releitura conservadora da História do Brasil, que assumirá contornos cada vez mais claros com a posterior aproximação de Antonio Paim e Paulo Mercadante a Miguel Reale, ao IBF e a escola culturalista.¹³

Este programa constituiu-se em oposição à chamada “tendência participante” na História das Ideias no Brasil representada, segundo Reale e Paim, por Sílvio Romero, Leonel Franca e João Cruz Costa que ressaltavam a importância da influência externa na História das Ideias Filosóficas no Brasil (PAIM, 1986, pp. 1-19; PAIM, 1987). A Escola Culturalista constitui sem dúvida o grupo de pesquisadores que mais se dedicou à investigação da “história das ideias filosóficas brasileiras” (os representantes da Escola Culturalista, ao contrário de João Cruz Costa, afirmam a existência de uma filosofia brasileira, caracterizada por uma problemática teórica própria); esta escola se caracteriza teoricamente pela defesa de “um germanismo difuso”, em que está presente a influência de um grande número de autores, entre os quais os neokantianos, Max Scheller, Edmund Husserl, Nicolai Hartmann

¹² Para uma análise detalhada deste concurso e de suas consequências (GONÇALVES, 2004, p. 39-53 e RODRIGUES, 2011, pp. 61-69).

¹³ Sobre o processo de aproximação entre Antonio Paim, Paulo Mercadante com Miguel Reale e o IBF, consultar a entrevista de Paulo Mercadante (SOARES, 1999, pp. 129-134, em particular p. 132).

e Karl Mannheim. Uma importante fonte comum brasileira de influência e filiação é a obra do fundador da Escola do Recife Tobias Barreto, do qual Mercadante e Paim serão seus editores e comentadores. Um papel igualmente significativo foi desempenhado pela recuperação dos diversos momentos de recepção do pensamento kantiano no Brasil (REALE, 1976, pp. 13-19, 31-61; PAIM, 1986, pp. 37-40, 125-134), como também da filosofia eclética no decorrer do século XIX em nosso país (MERCADANTE, 1972, pp. 82-97; PAIM, 1986, pp. 40-54; PAIM, 1987, pp. 251-348).

Paulo Mercadante (1972), em seu livro publicado em 1964, *Consciência Conservadora no Brasil*, propõe uma reconstrução do passado histórico brasileiro em geral, e de suas ideias em particular, na qual dará uma importância especial ao ecletismo do século XIX, ressaltando o papel central deste para a construção de uma política baseada no compromisso, na conciliação e na moderação -enfim, em uma evolução política sem ruptura com o passado que encontrava seus fundamentos na filosofia eclética.¹⁴ Mercadante, por exemplo, concebe um dos momentos de maior importância da nossa História, a independência política de 1822, como expressão do espírito de conciliação que sempre caracterizou o processo histórico nacional e que encontrará na filosofia eclética uma elaboração adequada.

Sobre os reflexos ideológicos desta evolução característica, o autor aqui estudado afirma: “a forma do pensamento adotada pela *intelligentsia* brasileira sempre repousou em fórmulas da restauração. Os homens públicos desenvolveram um estilo específico de pensamento, que correspondia às peculiaridades de suas origens sociais” (MERCADANTE, 1972, pp. 219-230).

O autor de *Consciência Conservadora no Brasil* observa, por outro lado, a respeito do liberalismo radical, o seu distanciamento em rela-

¹⁴ É importante salientar que quase simultaneamente à publicação do livro de Paulo Mercadante em 1964 aparecer o livro de José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil* – desafio histórico-social (RODRIGUES, 1982), no qual o autor elabora talvez uma das críticas mais contundentes até então da política de conciliação e de suas nefastas consequências sobre toda a nossa sociedade.

ção aos interesses do país e a inadequação do pensamento radical às circunstâncias nacionais (ibidem, pp. 75-98). Em sintonia com estas concepções, Miguel Reale e Antonio Paim efetuam uma revalorização histórica que tem por objetivo uma “justa apreciação do passado cultural nacional”, criticando os autores que viam no bacharelismo¹⁵ e no caráter ornamental¹⁶ uma característica prejudicial de nossa formação cultural.

Uma crítica contundente será igualmente endereçada àqueles que interpretam a evolução histórica e cultural a partir de seu caráter subordinado e dependente¹⁷. Essa crítica ao caráter dependente assume uma importância central no programa de investigação da história das ideias brasileiras elaborado pela primeira vez por Reale em seu artigo sobre os momentos obscuros e olvidados da filosofia brasileira (REALE, 1976, pp. 7-30).

Este mesmo programa será retomado e aprofundado posteriormente por Antonio Paim e que tem uma de suas principais características, a tentativa de identificar as cadeias de ligação e derivação interna que permitiriam compreender as linhas de “continuidade real” em nosso pensamento filosófica (PAIM, 1986, p. XIII; XV-XVII). Este método permitiria elaborar também uma concepção da história da filosofia baseada na identificação dos problemas típicos próprios a cada filosofia nacional (PAIM, 1987, pp. 1-195),¹⁸ e na recusa de uma to-

¹⁵ Segundo Reale: “Somente um prejuízo ridículo contra as faculdades de Direito, tão inconsistente e frágil, pode atribuir ao bacharelismo a responsabilidade por todos os males nacionais”. (REALE, 1976, p. 96).

¹⁶ Segundo Paim: “A chamada cultura ornamental... está bem longe de corresponder ao processo da nossa evolução cultural” (PAIM, 1986, p.15).

¹⁷ Segundo Paim “a tendência a atribuir a outras nações as dificuldades que advêm de uma escolha que é de nossa exclusiva responsabilidade é um traço que remonta ao período Pombalino”, (PAIM, 1986, p. 29).

¹⁸ Na história da filosofia latino-americana (conceito, aliás, criticado por Miguel Reale) encontramos uma posição análoga defendida pelo filósofo argentino Francisco Romero que propõe organizar a reflexão filosófica a partir de “temas y motivos preponderantes y característicos de nuestra filosofía”, sobre esta concepção observa ironicamente o filósofo peruano Augusto Salazar Bondy (1988, p. 43, também pp. 41-44): “uma vez conhecida a orientação da filosofia de Romero, não é difícil de saber, que os temas e problemas característicos da filosofia América Latina correspondem aos temas e soluções por ele preferidos”.

mada de posição valorativa em relação à história das ideias e de suas diferentes interpretações.¹⁹

Marchesini de Pádua, nos oferece importantes indicações, para entendermos o projeto de revalorização da “Filosofia brasileira”, como uma tentativa de construção de uma hegemonia conservadora:

[...] Seu projeto conservador era de fazer do culturalismo o estatuto da Filosofia no Brasil.

O culturalismo foi a roupagem filosófica necessária para que as contradições de classe e as relações de poder ficassem *apagadas* no cenário filosófico ibebfeano. Empenhado na crítica interna e no resgate do pensamento culturalista desde o Período colonial, o IBF conseguiu organizar um grupo coeso, que se dedicou a sistematizar o tratamento metodológico que deveria ser dado à crítica interna, se dedicou a uma “formação paralela” através de cursos e palestras, se dedicou a ampliar suas atividades e “fazer escola”, no sentido de garantir a reprodução de sua visão social de mundo. (PÁDUA, 1998, pp. 127-128)

Uma vez reconstruído, em linhas gerais, o projeto hegemônico conservador do IBF, tentaremos na sequência, no sentido de uma melhor problematização, tecer algumas referências a história intelectual italiana, uma fonte aliás, como já dissemos de inspiração do Instituto e de alguns de seus membros.

Antonio Gramsci, em suas reflexões dos *Cadernos do Cárcere*, sobre a “concepção positiva da revolução passiva”, nas quais serão criticadas as concepções históricas paradigmáticas de Benedetto Croce apresentadas, entre outros, em seus livros *Storia dell'Europa nel secolo XIX e Storia d' Italia dal 1871 al 1915*, onde todo momento de luta e ruptura se dissolvem. Gramsci afirma referindo-se aos textos de Croce acima citados:

¹⁹ Seria importante investigar se esta operação teórica não se faz necessária, uma vez que inúmeros de seus “antecessores” foram influenciados por comentadores de segunda ou terceira mão, por exemplo a filosofia de Kant foi recebida no Brasil pelos comentadores de Charles Villiers, que foi popularizado no Brasil e em Portugal por Francisco Bento Maria Targini, posteriormente o pensamento do autor da *Crítica da Razão Pura* foi recebido através do pensamento de Krause muitas vezes interpretado por Tiberghien (filósofos hoje praticamente desconhecidos). Sobre a recepção de Kant no Brasil (REALE, 1978, p. 225-238).

Diante desses dois ensaios, colocam-se de imediato as seguintes perguntas: é possível escrever (conceber) uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer uma história da Itália na época moderna sem tratar das lutas do Risorgimento? (GRAMSCI, 1999, p. 298)

O mesmo Gramsci, em uma passagem anterior, interpreta da maneira seguinte esta operação historiográfica de Croce:

É possível dizer que a historiografia da Croce é um renascimento da historiografia da restauração adaptada às necessidades e aos interesses do período atual... Esta historiografia é um hegelianismo degenerado e mutilado, já que a sua preocupação fundamental é um temor pânico dos movimentos jacobinos, de qualquer intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico. Deve-se ver como a fórmula crítica de Vincenzo Cuoco sobre as “revoluções passivas” – que, quando foi formulada..., tinha um valor de advertência e deveria criar uma moral nacional de maior energia e iniciativa revolucionária popular – converteu-se... em uma concepção positiva, num programa político... (GRAMSCI, 1999, p. 291)

Nestes parágrafos, Gramsci critica a transformação de sentido realizada por Croce no conceito de revolução passiva, conceito este, elaborado originariamente por Vincenzo Cuoco em seu célebre livro sobre a Revolução Partenopéia de 1799 (CUOCO, 1999, pp. 143-148) dedicado a análise das causas da derrota da revolução napolitana dirigida pelos “Iluministas Radicais”. Cuoco sublinhava o distanciamento destes intelectuais em relação às massas populares e demonstrava que este isolamento foi decisivo para a derrota da revolução.

O caráter moderado das elaborações de Croce, podem ainda ser observado, em sua obra *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, em especial nos seus três primeiros capítulos: I – A Religião da liberdade, II – As fés religiosas opostas e III – O Romantismo, onde identifica as estreitas relações existentes entre o liberalismo político, o idealismo filosófico e o romantismo literário e a constituição destas correntes em oposição à monarquia e à religião tradicional, por um lado, e à filosofia iluminista e ao jusnaturalismo democrático, por outro lado (CROCE, 1999, pp. 1-75).

Uma semelhante abordagem da história intelectual e política da Itália no século XIX, pode ainda ser encontrada, no outro grande representante da escola neoidealista italiana, G. Gentile:

O rosminianismo é o maior acontecimento ideal da primeira metade do século XIX na Itália; aquele ao qual se conectam e no qual encontram o seu princípio e a sua explicação todos os fatos mais importantes da história contemporânea. [...] Rosminianismo significa ressurgimento do espírito italiano, e, portanto, restauração do sentimento religioso: idealismo em filosofia, romantismo em literatura, liberalismo em política: enfim tudo de mais vivo e fecundo influenciou a consciência italiana entre 1815 e 1860. E foi uma reação natural, espontânea e necessária às doutrinas do século XVIII, aos princípios do Iluminismo francês que na Itália teve tantos seguidores e exageradores. (GENTILE, 1969, p. 22)

Cabe por fim destacar que diferentes intelectuais que gravitavam na órbita do IBF em diferentes estudos e publicações sobre diferentes temáticas remetiam ao pensamento de Croce.²⁰

A dinâmica editorial da *Revista Brasileira de Filosofia*

Será na Revista Brasileira de Filosofia que a concepção ideológica conservadora e a organização burocrático-empresarial do IBF irá se manifestar de forma mais orgânica. Aqui aparece, novamente, um importante paralelo, ou mesmo um modelo conscientemente adotado, com a revista *La Critica* dirigida por Croce e publicada entre 1903 e 1944.²¹

²⁰ Vários intelectuais que gravitavam na órbita do IBF fizeram estudos e publicações cujas temáticas remetem ao pensamento de Croce, entre os quais Renato Cirell Czerna, *A filosofia jurídica de Benedetto Croce: situação e crítica do sistema no historicismo italiano contemporâneo* (CZERNA, 1955) e Romano Galeffi *A autonomia da arte na estética de Benedetto Croce* (GALEFFI, 1966). Leonardo Prota em uma obra na qual desenvolve a concepção de Antonio Paim das chamadas filosofias nacionais - importante concepção teórica desenvolvida pelo IBF - irá sugerir uma identidade entre a escola culturalista, que tem a cultura no centro de suas investigações filosóficas, e a “filosofia italiana”. (PROTA, 2000)

²¹ Neste sentido, consultar o artigo de Alfredo Parente, “*La Critica*” di Benedetto Croce nella cultura italiana, de 1956, publicado na RBF em língua italiana, no qual o autor demonstra a importância da atividade orgânica desenvolvida por Croce na revista *La Critica*; e que a sua

Para problematizar a dinâmica editorial da RBF seria importante retomar a discussão desenvolvida por Gramsci sobre as “revistas tipo”. Segundo Gramsci, uma “revista tipo” deve ter um endereço intelectual muito unitário, isto é, deve haver uma redação homogênea e disciplinada, na qual poucos colaboradores “principais” devem escrever o corpo essencial de cada um dos fascículos; o endereço intelectual da redação deve ser fortemente organizado de modo a produzir um trabalho homogêneo do ponto de vista intelectual; deve haver um estatuto escrito que impeça rurgas, conflitos e contradições (GRAMSCI, 2007, p. 2263). Gramsci afirma: “A revista tipo ‘Crítica’ de Croce e ‘Política’ de Coppola e Rocco demanda imediatamente um corpo de redatores especializados, capaz de fornecer com uma certa periodicidade um material selecionado cientificamente” (ibidem, p. 308). O estabelecimento de um endereço intelectual estável pelo instituto ibeefeano se dará pela continuidade de Reale como seu líder, do círculo de intelectuais conservadores que gravitava e pela associação com a oligarquia paulista.

Uma análise revela o grau de estabilidade do *Conselho de Redação* da RBF com a permanência de seus quadros — o que, aliás, foi observado por Elisabete de Pádua (1998, pp. 55-56). A RBF teve um Conselho de Redação e de autores relativamente estável e ativo, sendo seu núcleo duro a sede (São Paulo).²² Mas nada comparável à *La*

grande constância se devia a uma característica organizativa interna, ou seja, o sistema único de conceitos e escrita coordenada pelo próprio Croce e um pequeno grupo de intelectuais, sobretudo Giuseppe Citanna, Guido De Ruggiero, Adolfo Omodeo (Badaloni, 1990, p. 173).

²² No período de 1951-1964, foram publicados um total de 532 artigos, entre os quais os membros da Comissão de Redação foram responsáveis pela publicação de 186 artigos, ou seja, 35%. Os membros de São Paulo publicaram 125 artigos, isto é, 23% do total. Entre os colaboradores mais assíduos podemos citar: Luís Washington Vita (39 artigos), Miguel Reale (22), Renato Cirell Czerna (18) e Vicente Ferreira da Silva (17) cujas preocupações teóricas eram relativamente distintas dos três primeiros autores. Por sua vez, entre 1964 e 1968, foram publicados 176 artigos no total e os membros da comissão foram responsáveis por 58 artigos, isto é, (33%) do total. Não encontramos neste período, entretanto, a concentração encontrada no período anterior, agora entre os principais colaboradores encontramos uma maior distribuição autoral: agora encontramos São Paulo: Vilém Flusser (9 artigos), Luís Washington Vita (8), Miguel Reale (4), e Carlos Lopes de Mattos (4), no Rio de Janeiro: Antonio Paim (10 artigos) e Ivan Lins (3), Pontes de Miranda (1) Recife: Nelson Nogueira Saldanha (4). Salvador: Antonio Luiz Machado Neto (5) e Romano Galeffi (4). Para uma

Critica, que foi escrita por Croce e alguns poucos convidados e colaboradores. Além do fato de que o principal elemento de estabilidade foi o líder, Miguel Reale, havia também a nítida demarcação do IBF e sua revista como *locus* de desenvolvimento e disseminação do pensamento conservador.

Além da aderência ibeifeana ao pensamento conservador, já analisada acima, encontramos uma das formas pelas quais se tenta conformar um endereço intelectual inconfundível à RBF em um editorial de 1955, intitulado “Primeiro Lustrro”, assinado pela “Comissão de Redação”, comemorativo do aniversário de cinco anos completos da revista:

[...] Já, hoje em dia, sabemos que os cinco volumes da Revista Brasileira de Filosofia *constituem um repertório insubstituível do pensamento nacional*, não só pelos escritos atuais, mas também pela publicação das páginas melhores daqueles que no Brasil se dedicaram à Filosofia. Nosso intuito foi, aliás, o de estabelecer um traço de união entre o passado e o presente, a fim de pormos termo a uma atividade especulativa que se tem assinalado por sua perene dependência do pensamento alienígena, sem a coragem de ao menos reeditar os temas propostos em cada época. Preferimos, desse modo, ser apontados como “filosofantes” a continuarmos a tradição de “glozadores de filosofia”, cujos descendentes se encarregarão de fazer glosas de nossos filosofemas...

Na Revista encontra-se refletida a ação criadora do Instituto Brasileiro de Filosofia neste primeiro lustro, que nos permitiu realizar uma obra a que o tempo fará a devida justiça, mas que já tem sido posta em realce nos mais altos centros culturais do mundo, e de que são marcos inesquecíveis dois Congressos nacionais e um Congresso Internacional de Filosofia.

Desejamos aqui os nossos mais efusivos agradecimentos aos que nos têm dado apoio cultural ou financeiro, e estamos certos de que não nos faltará dedicação para o prosseguimento de uma obra de significado superior a quaisquer interesses pessoais.

A comissão de redação
(RBF, 1955, p. 495)

análise mais completa dos autores dos artigos e de sua distribuição, consultar (GONÇALVES, 2016, p. 71-79, 138-144).

Esse editorial, cujo colorido é de um escrito de polêmica e combate, busca a identificação ibeefeana com o chamado “pensamento nacional”, que é também uma forma de legitimação, derivada de uma autoridade intelectual, representante da meditação de caráter “nacional”. A RBF apresenta-se com registro e posição inconfundível da afirmada alta meditação – *filosófica* – desenvolvida por uma intelectualidade reconhecida como *inteligência nacional*. Esta é a forma como o periódico buscou o estabelecimento de seu endereço intelectual, uma capa ideológica de validação para o pensamento conservador.

Parente afirma que a obra de Croce (fundamentalmente os quatro volumes da “*Filosofia dello Spirito*” – *Estetica, Logica, Filosofia della pratica e Teoria e storia della storiografia*) não teria tido tanta influência sem a “implacável” distribuição bimestral de *La Critica*. Em relação à divulgação sistemática do pensamento de Croce, Parente afirma que as formas rápidas de ensaios, resenhas, observações e notas, e uma variedade de escritos, servem de “estímulo intelectual e moral, muito eficaz, do mesmo raciocínio” (CROCE, 1956, p. 174). Portanto, trata-se de um exercício de repetição continuada de um determinado pensamento em diferentes gêneros textuais acadêmicos. É Gramsci, novamente, que nos permite compreender a dimensão do trabalho educativo-formativo de um centro de cultura homogêneo: “A ‘repetição’ paciente e sistemática é um princípio metódico fundamental: mas a repetição não mecânica, ‘obsessiva’, material; mas a adaptação de cada conceito às diferentes características e tradições culturais, sempre relacionando cada fator parcial com a totalidade” (GRAMSCI, 2007, p. 2268).

Esta repetição sistemática, por meio do desenvolvimento das concepções de Reale, será observada sobretudo em Luís Washington Vita e Renato Cirell Czerna, além de Glaucio Veiga, Nelson Nogueira Saldanha e Irineu Strenger, que vão contribuir para a divulgação da obra realeana. Mesmo aí é possível notar mais uma característica em que a revista de Croce é modelar para a RBF: em 1953, Reale conclui a sua mais importante obra, *Filosofia do Direito*, obra que passa a ser

divulgada na RBF, por ele mesmo, ou ainda por meio de artigos,²³ resenhas²⁴ ou em sua homenagem por ocasião de seu aniversário de 50 anos, em 1961.²⁵ Soerguer a personalidade de Reale é, de fato, a necessidade de promover a distinção do líder e seus atributos intelectuais, legitimando, por conseguinte, a corrente intelectual que lhe orbita.

O IBF buscou uma posição de liderança, com o estabelecimento dos estudos sobre o chamado “pensamento nacional” ou “brasileiro”, e Reale se coloca à sua testa, provavelmente sob inspiração daquele que era tido e tratado como modelo: de fato, após a guerra mundial, Croce adotou atividades de “filósofo e líder da cultura europeia” (GRAMSCI, 2007, p. 1207).

O objetivo da reincidência sistemática de uma obra e da figura de seu autor é definido de forma modelar por Parente: trata-se de “um trabalho de penetração sutil do mesmo raciocínio” (PARENTE, 1956). Este trabalho sistemático de disseminação vinha junto do movimento para formar “um novo costume no mundo da cultura” (PARENTE, 1956, p. 175). Assim sendo, trabalha-se na difusão de um determinado pensamento tendo por meta a consecução de determinado objetivo, que é cultural e moral —, mas também político e social, visando uma extensa *reforma moral*.

A política do IBF é aquela da ordem da política cultural e intelectual, que visa à direção cultural e moral. Segundo Gramsci (2007, p. 33), a difusão a partir de um centro homogêneo de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal, mas não a única, da elaboração unitária de uma consciência coletiva dos homens.

²³ Entre 1955 e 1961 foram publicados, aproximadamente 15 artigos, de autores nacionais e estrangeiro, cuja temática e/ou abordagem giravam em torno da obra de Reale. Entre eles uma grande parte eram de Reale ou de autores que faziam parte da redação da revista. Para uma listagem completa desses artigos consultar (GONÇALVES, 2016, p. 141-142).

²⁴ Novamente aqui encontramos um número de aproximadamente 15 resenhas, entre as quais, reaparecem alguns autores que já tinham escrito artigos sobre Reale. Para uma listagem completa desses artigos consultar (ibid.).

²⁵ Foram identificados no ano de 1961 seis dessas contribuições e uma em 1963. Para uma listagem completa desses artigos consultar (ibid.).

Retomando o trecho do *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política* (1859), de Karl Marx, segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos de estrutura e o levam até o fim no terreno das formas ideológicas (MARX, 2008, p. 46), Gramsci diz que essa é uma afirmação que não se refere puramente à moral e à psicologia dos homens. Esta é também uma afirmação de valor gnosiológico (GRAMSCI, 2007, p. 1249).

Segue-se que o princípio teórico-prático da hegemonia traz uma perspectiva epistemológica, ou seja, de disputa pelas formas e meios pelos quais os homens conhecerão. Gramsci afirma, ainda, que:

A realização de um aparelho hegemônico, uma vez que cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Na linguagem croceana: quando se consegue introduzir uma nova moralidade que está de acordo com uma nova concepção do mundo, se acaba com a introdução também de tal concepção, isto é, se determina uma inteira reforma filosófica. (GRAMSCI, 2007, p. 1250)

Podemos, por fim, interrogar se o que se tem em vista, tanto no IBF, como na RBF não era uma nova tentativa de *reforma intelectual e moral*, que tem no autoritarismo jurídico de Reale sua formulação estratégica e seu plano teórico, que já vinha recebendo projeção desde as obras jurídicas pós-integralistas sucessivas a 1940.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Vinicius Tadeu de. *O Ensino da Filosofia nas diretrizes de Jean Maugüé e no Historicismo do Pensamento de João da Cruz Costa: Pioneirismo na Universidade de São Paulo*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Instinto de Nacionalidade: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60*. In: *Um departamento Francês de Ultramar*. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BADALONI, Nicola. “*La Critica*”, l’“*Enciclopedia italiana*” e altri strumenti organizzativi. In: _____; MUSCETTA, Carlo. *Labriola, Croce, Gentile*. Roma: Laterza, 1990.

BONDY, Augusto Salazar. *Existe una filosofía de nuestra América?* 11 ed. México: Siglo XXI, 1988.

CENTRO de Documentação Do Pensamento Brasileiro (CDPB). Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1961 – 1980). Salvador: CDPB, 1982.

CRIPPA, Adolpho, *As idéias filosóficas no Brasil*, vol. I. São Paulo: Convívio, 1978.

CROCE, Benedetto. *Storia d'Europa nel secolo decimonono* (a cura di Giuseppe Galasso), 2ª ed., Milano: Adelphi, 1999.

CUOCO, Vincenzo, *Saggio Storico sulla Rivoluzione di Napoli*. Introdução de Pasquale Villani. Milão: Rizzoli, 1999.

CZERNA, Renato Cirell. *A filosofia jurídica de Benedetto Croce: situação e crítica do sistema no historicismo italiano contemporâneo*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1960.

GALEFFI, Romano. *A autonomia da arte na estética de Benedetto Croce*. Coimbra: Atlântida, 1966.

GARCEZ, Lucas Nogueira. “Discurso”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 3, n. 1, p. 170-172, jan./mar, 1953.

GENTILE, Giovanni. *Albori della nuova Italia. Opere*, vol. XXI. Florença: Sansone, 1969.

GIANNOTTI, José Arthur. “Sobre o Trabalho Teórico”, *Transformação*, n. 1, Assis, 1974.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. *A restauração conservadora da filosofia: o Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia Burguesa no Brasil (1949-1964)*. Goiânia: UFG, 2016. Tese de Doutorado.

GONÇALVES, Tânia. *João Cruz Costa Educador: Contribuições ao debate sobre a filosofia como formação cultural*. São Paulo: FE-USP, 2004. Dissertação de Mestrado.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*. V. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 2007.

KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais Nos Anos Cinquenta*. In FREITAS, Marcos Cézar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto – USF, 1998.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. Gênese de uma República sob medida. In: *Revista do Pensamento Brasileiro*, nº 1, Salvador, 1989.

MUCHAIL, Salma Tannus. Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos. In. MUCHAIL, Salma Tannus (org.). *Um passado revisitado: 80 anos do curso de Filosofia da PUC-SP*. São Paulo: Educ, 1992.

OLIVEIRA, Francini Venancio de. *Fantasma da tradição: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Tese de Doutorado.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Ideologia e Filosofia no Brasil: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.

PAIM, Antônio. *O Estudo do pensamento Filosófico Brasileiro*, 2ª ed. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

_____. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Editora Convívio, 1984.

_____. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Editora Convívio, 1987.

PARENTE, Alfredo. “‘La Critica’ di Benedetto Croce nella cultura italiana”, *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 6, n. 2, p. 173-176, abr./jun. 1956.

PROTA, Leonardo. *As filosofias nacionais e questão da universalidade*. Londrina, UEL, 2000.

REALE, Miguel. “Universidade Democrática”, *Convívium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1969.

_____. “Problemas do desenvolvimento: realismo político” *Convívium*, n. 2, São Paulo, março/abril de 1969.

_____. *A filosofia em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Grijalbo, 1976.

_____. *A doutrina de Kant no Brasil*. In. CRIPPA, Adolpho. *As ideias filosóficas no Brasil*, vol. I. São Paulo: Convívio, 1978.

_____. *Memórias: destinos Cruzados*. 2ª ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1987.

REVISTA Brasileira De Filosofia (RBF). “Primeiro Lustrro” (Editorial), *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 5, n. 4, p. 495-496, out./dez. 1955.

_____. “Estará em crise a universidade?” — 1ª Parte (entrevista com Benedetto Croce, Ortega y Gasset e Jean Wahl), *Revista Brasileira de Filosofia*, v.1, n. 1-2, p. 193-199, jan./jun.1951. (1951a)

_____. “Estará em crise a universidade?” — 2ª Parte (entrevista com Delfim Santos, Joaquim de Carvalho e Miguel Reale), *Revista Brasileira de Filosofia*, v.1, n. 3, p. 321-329, jul./set. 1951. (1951b)

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo: Mestres, Discípulos e “um Seminário” (1958–1978)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2011. Dissertação de Mestrado.

SALAZAR BONDY, Augusto. *Existe una filosofía de nuestra America?* 11^a ed. México: Siglo XXI editores, 1988.

SOARES, Jorge Coelho, *Marcuse no Brasil*. Londrina: Edições CEFIL, 1999.

VITA, Luis Washington. *Tentativa de esquematização da filosofia atual no Brasil*. In: _____. *Tríptico de Ideias*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

Primeira edição: outubro de 2020
Selo Gárgula e Editora Kelps
Livro composto com a tipografia Baskerville